

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE DEMOGRAFIA**

*Transição para a vida adulta em São Paulo:
cenários e tendências sócio-demográficas*

JOICE MELO VIEIRA

Abri/2009

JOICE MELO VIEIRA

***Transição para a vida adulta em São Paulo:
cenários e tendências sócio-demográficas***

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação da Profa. Dra. Maria Coleta F. A. de Oliveira.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese apresentada à Comissão Julgadora em 23 / 04 / 2009.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Coleta F. A. de Oliveira (orientadora)

Profa. Dra. Elisabete Dória Bilac

Profa. Dra. Maria Filomena Gregori

Prof. Dr. Jair Licio Ferreira Santos

Profa. Dra. Suzana Marta Cavenaghi

Maria Coleta F. A. de Oliveira
Elisabete Dória Bilac
Maria Filomena Gregori
Jair Licio Ferreira Santos
Suzana Marta Cavenaghi

Suplentes

Profa. Dra. Rosana Baeninger

Profa. Dra. Guaraci Adeodato Alves de Souza

Profa. Dra. Paula de Miranda Ribeiro

Abril/2009

JOICE MELO VIEIRA

***Transição para a vida adulta em São Paulo:
cenários e tendências sócio-demográficas***

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação da Profa. Dra. Maria Coleta F. A. de Oliveira.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 23 / 04 / 2009.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Coleta F. A. de Oliveira (orientadora)

Profa. Dra. Elisabete Dória Bilac

Profa. Dra. Maria Filomena Gregori

Prof. Dr. Jair Licio Ferreira Santos

Profa. Dra. Suzana Marta Cavenaghi

Suplentes

Profa. Dra. Rosana Baeninger

Profa. Dra. Guaraci Adeodato Alves de Souza

Profa. Dra. Paula de Miranda Ribeiro

Abril/2009

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

Vieira, Joice Melo

Transição para a vida adulta em São Paulo: cenários e tendências sócio-demográficas / Joice Melo Vieira. – Campinas, SP: [s. n.], 2009.

Orientadora: Maria Coleta F. A. de Oliveira

**Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

1. Transição para a vida adulta. 2. Juventude. 3. Entropia. 4. Qualidade de vida – São Paulo (SP) - Estatística. 5. Jovens – São Paulo (SP) – Condições sociais - Estatística. I. Oliveira, Maria Coleta Ferreira Albino de. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

mfbm/ifch

Título em inglês: Transition to adulthood at São Paulo: contexts and sociodemographic tendencies

Palavras-chave em inglês (keywords):

Transition to adulthood

Youth

Entropy

Quality of life – São Paulo (SP) – Social conditions – Statistics

Young people – São Paulo (SP) – Social conditions - Statistics

Área de Concentração: Demografia

Titulação: Doutor em Demografia

Banca examinadora:

**Maria Coleta F. A. de Oliveira; Elisabete Dória Bilac;
Maria Filomena Gregori; Jair Licio Ferreira Santos;
Suzana Marta Cavenaghi**

Data da defesa: 23/04/2009

Programa de Pós-Graduação: Demografia

*Para meus queridos pais e para todas aquelas pessoas insubstituíveis
que tornaram minhas próprias transições momentos inesquecíveis.*

Agradecimentos

Certamente me lembrarei dos meus anos de doutorado em Demografia como um período muito intenso. São anos áridos, mas ao mesmo tempo estimulantes. Anos de descobertas e nos quais se despertam certas áreas da mente que pareciam até então adormecidas. Foi um tempo de aprendizado, de longas horas de leituras e cálculos, cálculos e leituras... Mas foi também tempo de fazer amigos, porque sempre é tempo de fazer amigos...

Agradeço especialmente à Professora Maria Coleta por ter me aberto as portas da Demografia. Por haver acreditado em mim em momentos que talvez eu mesma não estivesse tão certa a respeito do que poderia ser capaz. E principalmente pela confiança, profissionalismo e carinho maternal que dedica a suas orientandas.

Ao Professor Jair Licio, por sua generosidade e diligência tirando-me dúvidas metodológicas por e-mail, quando sequer me conhecia pessoalmente...

À Professora Suzana Cavenaghi – de quem tive o prazer de ser aluna – agradeço pelo auxílio com a construção do banco de dados.

À Professora Bete, por seus questionamentos sempre perspicazes e por compor minha banca de qualificação, junto com o Professor Jair e minha orientadora.

À Professora Bibia, por aceitar participar de minha banca examinadora, em companhia dos professores acima citados. Embora não esteja diretamente envolvida no desenvolvimento deste estudo, poder contar com sua participação em minha defesa muito me alegra. A primeira aula que assisti na Unicamp foi ministrada por ela, ainda na graduação. Para mim, é muito significativo e emblemático encontrá-la no primeiro e no último ato de minha trajetória de estudante universitária. Um ciclo que se fecha...

Aos professores do Departamento de Demografia, pela paciência e por suas valiosas contribuições nos já tradicionais seminários de fim de ano dos alunos da pós-graduação em Demografia.

Aos professores Rosana Baeninger e José Marcos, que me aceitaram como aluna especial, facilitando minha “migração” da Antropologia para a Demografia.

Aos funcionários e servidores do NEPO – especialmente à bibliotecária Adriana e a Carmen Nogueira – um grupo que se esforça para estar sempre de bem com a vida.

Aos colegas das diferentes coortes com os quais tive o prazer de conviver. Seria inviável citar a todos... Mas não poderia deixar de mencionar Glaucia Marcondes por sua amizade, lealdade e companheirismo. Pelos momentos em que dividimos angústias e que rimos de nós mesmas. Pelas memoráveis aulas de leitura dirigida na casa de Coleta em que se somavam Humberto Corrêa e Moema Guedes, os cariocas que me fizeram ter ainda mais carinho pelo Rio de Janeiro. A Ana Belon e mais uma vez Glaucia e Humberto, pelas tardes que passamos juntos discutindo os trabalhos Laboratórios de Análise Demográfica.

A Kátia Mika e a Rosana Campos, pela parceria no Curso de Métodos Quantitativos na Universidade Federal de Minas Gerais. Um agradecimento muito especial a Adriana Seixas, que ainda quando me conhecia tão pouco, literalmente me retirou do Albergue da Juventude e me recebeu em sua própria casa, durante a estadia em Minas Gerais, provando-me que a hospitalidade mineira não é mito!

À Professora Anna Cabré e mais uma vez a Maria Coleta, que me presentearam com o estágio no Centro de Estudos Demográficos da Universidade Autônoma de Barcelona. Ao Professor Pau Miret – por aceitar ser meu tutor naquela universidade – o meu sincero obrigada pela atenção.

Às pessoas que tornaram minhas experiências em Barcelona produtivas e inesquecíveis. Especialmente a Maria e Alfredo, que não me permitiram conhecer isolamento ou solidão, e também por me iniciarem na rica culinária mexicana. A Mon, por corrigir meu castelhano e pelas conversas sobre nossos trabalhos de tese e sobre a vida. A Thais, Victoria, Juan, Sara e Dani, que não deixaram que meu aniversário passasse em branco, mesmo tão longe de casa...

À Fapesp e à CAPES pelo apoio financeiro, sem o qual fatalmente eu não teria reunido condições de realizar este estudo ou, ao menos, não com a mesma tranquilidade.

Aos meus irmãos, Ivan e Jussara, por terem sempre sido meu ponto de apoio e equilíbrio desde os tempos de menina...

E finalmente, aos meus pais, mais do que meu porto seguro, meus faróis, minhas estrelas-guia... Embora fisicamente distantes – por força do destino deixei-os relativamente cedo – estiveram sempre presentes. Aos senhores, o meu muito obrigada pela torcida, pela fé na vida, mas, sobretudo, pelo amor incondicional e inigualável.

Resumo

A transição para a vida adulta é um momento crítico do curso de vida dos sujeitos. É uma fase que se caracteriza por importantes mudanças de status, que assinalam de diferentes formas a passagem da condição de dependente à condição de independente. Do ponto de vista sócio-demográfico, as mudanças de status mais importantes são: a conversão do indivíduo de estudante em trabalhador, de membro dependente de um domicílio em chefe de domicílio, de solteiro em pessoa em união, de filho (a) em pai ou mãe.

O principal objetivo é descrever e analisar o processo de transição para a vida adulta no Estado de São Paulo em dois momentos de alargamento da coorte jovem, 1970 e 2000. Tanto em um quanto em outro se observam as chamadas ondas jovens, apesar da diferença nos cenários sócio-demográficos no país e no Estado de São Paulo. Busca-se uma apreensão integrada da passagem para a vida adulta, refletindo sobre como fatores de ordem econômica e institucional podem influenciar motivações e decisões acerca de eventos da trajetória de vida dos indivíduos.

As fontes de dados utilizadas foram os censos demográficos de 1970 e 2000. Do ponto de vista metodológico, a principal inovação consiste na aplicação da análise de entropia de coortes sintéticas. Com ela é possível mensurar a (des) padronização do curso da vida, além de descrever o ritmo da passagem para a vida adulta ao longo das idades consideradas jovens. Com vistas a explorar algumas dimensões da vida juvenil no Estado de São Paulo, são utilizadas as informações da Pesquisa de Condições de Vida de 2006.

A principal contribuição deste estudo consiste em explorar os diferenciais encontrados no tempo de transição para a vida adulta. Determinadas características sócio-demográficas dos sujeitos – como o sexo, a situação de domicílio, a cor/raça e a camada de renda – estão claramente associadas ao tempo de juventude e ao ritmo das transições. A duração da transição, se mais curta ou mais longa, muda de acordo com essas variáveis sócio-demográficas. Uma questão pertinente é em que medida esta diversidade no processo de transição para a vida adulta é produto de desigualdades sociais e, concomitantemente, reprodutora dessas mesmas desigualdades.

Abstract

The transition to adulthood is a critical moment in the individuals' life courses. This stage is characterized by important status changes, which may be responsible for different roots in the passage from a dependent towards an independent condition. From a sociodemographic perspective, the more important status changes are that from a student to a working condition, from a dependent to a head of a household, from a single to a married status, and from the condition of a child to that of a mother or a father. Those are the dimensions selected for the analysis of the process of transition to adulthood in the State of São Paulo, focusing on two points in time, 1970 and 2000. These were moments in which young waves have occurred, due to demographic factors affecting age structures, especially fertility changes in the past. Young cohorts have increased in volume at both moments, facing different sociodemographic contexts at the time. The aim of this analysis is to develop an integrated approach of demographic factors as well as economic and institutional ones, in a way that the timing of the transitions can be described and individuals' motivations and decisions can be understood.

The main data sources used are the demographic censuses of 1970 and 2000. In addition, data from the Survey of Life Conditions (PCV) of 2006 were also used. From the methodological point of view, the principal innovation of this study is the application of the analysis of entropy of synthetic cohorts to the Brazilian census data. Entropy measures give an image of the process of standardization / de-standardization of life courses, and make it possible to describe the pace of the transition to adulthood across time.

The contribution of this doctoral thesis is to reveal differences in the timing of the transitions and exploring their meaning in the context where they occur. The variables taken for this endeavor are sex, household position, color/race, and income level. A shorter or longer transition depends on these sociodemographic characteristics. The results show that differentials in the pace of transition to adulthood are both a result of and an influential factor on social inequality.

Sumário

Introdução	1
-------------------------	----------

Capítulo I:

A transição para a vida adulta como questão demográfica	9
--	----------

1.1 Breve histórico da questão	10
1.2 A faixa etária da transição para a vida adulta	13
1.3 Recuperando a história das idades.....	15
1.4 A transição para a vida adulta sob a perspectiva do curso da vida.....	20
1.5 A teoria sobre o curso da vida	22
1.6 Mudanças na transição para a vida adulta e suas ambigüidades	27
1.7 A transição para a vida adulta e a Segunda Transição Demográfica.....	32
1.8 Autonomia e independência: as duas dimensões da individualização	34

Capítulo II:

Mudanças demográficas e Institucionais: o cenário da transição para a vida adulta em São Paulo	39
---	-----------

2.1 As mudanças demográficas no Brasil e em São Paulo na segunda metade do século XX	39
2.2 Industrialização e urbanização	43
2.3.1 Educação: os primórdios do problema	46
2.3.2 Educação: o caso de São Paulo	53
2.3.3 Os desafios atuais	58
2.4.1 Regulamentação da inserção no mundo produtivo: quando e como se inserir?.....	62
2.4.2 O trabalho durante a juventude em São Paulo	69
2.5.1 Aspectos legais da formação de união	74
2.5.2 A idade ao constituir família em São Paulo	79
2.6 O individualismo em um contexto de modernidade inacabada.....	86

Capítulo III:

Fontes de dados e medidas empregadas no estudo da transição para a vida adulta ..	91
--	-----------

3.1 Eleição das fontes de dados e da metodologia	91
3.2 A análise de entropia de combinações de status de coortes sintéticas	94
3.3 Medidas complementares	98
3.4 Tratamento dos dados censitários de 1970 e 2000 para o Estado de São Paulo	100
3.5 A Pesquisa de Condições de Vida.....	104

Capítulo IV:	
A heterogeneidade da transição para a vida adulta no Estado de São Paulo:	
Diversidade ou desigualdade?	109
4.1 Situando o caso de São Paulo	110
4.2 Transições para a vida adulta segundo a situação de domicílio e a coorte	124
4.3 Transições para a vida adulta segundo a camada de renda e a coorte	134
4.4 Transição para a vida adulta segundo cor/raça	143
4.5 Principais contribuições da análise de entropia aplicada ao estudo da transição para a vida adulta em São Paulo (1970 e 2000).....	146
Capítulo V:	
Uma aproximação do contexto da transição para a vida adulta na atualidade a partir da Pesquisa de Condições de Vida de 2006	149
5.1 A transição para a vida adulta segundo o estrato de vulnerabilidade	149
5.2 O que determina a decisão de abandonar os estudos?	155
5.3 Trabalho: motivações e prioridades que orientam as decisões na juventude.....	162
5.4 Família: dependência ou independência?	173
Considerações Finais	181
Referências Bibliográficas	193
Anexo	207

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Indicadores sócio-demográficos selecionados, Brasil (1940-2000).....	40
Tabela 2 – Evolução das taxas de fecundidade total, no Brasil e no Estado de São Paulo (1950-2000)	42
Tabela 3 – Evolução do grau de urbanização entre 1940 e 2000 (em %).....	45
Tabela 4 – Número de matrimônios envolvendo adolescentes (15-19 anos), no Brasil e em São Paulo (1984-2003)	85
Tabela 5 – Porcentagem de mudança no índice de entropia devido à exclusão de cada um dos status por grupo de idade quinquenal, São Paulo (1970 e 2000)	117
Tabela 6 – Índice de congruência etária, São Paulo, 1970 e 2000.....	120
Tabela 7 – Idades em que a taxa de incidência dos distintos eventos transicionais atinge 50%, São Paulo (1970 e 2000).....	123
Tabela 8 – Porcentagem de mudança no índice de entropia devido à exclusão de cada um dos status por grupo de idade quinquenal considerando sexo e situação de domicílio, São Paulo (1970 e 2000).....	131
Tabela 9 – Índice de congruência etária, segundo sexo e situação de domicílio, São Paulo (1970 e 2000).....	133
Tabela 10 – Porcentagem de mudança no índice de entropia devido à exclusão de cada um dos status por grupo de idade quinquenal considerando sexo e camada de renda, São Paulo (1970 e 2000).....	141
Tabela 11 – Índice de congruência etária, segundo sexo e camada de renda, São Paulo (1970 e 2000).....	142
Tabela 12 – Porcentagem de mudança no índice de entropia devido à exclusão de cada um dos status por grupo de idade quinquenal considerando sexo e raça, São Paulo, 2000.....	145
Tabela 13 – Índice de congruência etária, segundo sexo e raça, São Paulo, 2000.....	145
Tabela 14 – Distribuição percentual da população jovem paulista segundo diferentes status selecionados e estrato de vulnerabilidade, 2006	150
Tabela 15 – Porcentagem de mudança no índice de entropia devido à exclusão de cada um dos status por grupo de idade quinquenal, considerando sexo e área de vulnerabilidade, São Paulo, 2006	154

Tabela 16 – Meio pelo qual a população ocupada obteve seu trabalho principal (em %), São Paulo, 2006.....	165
Tabela 17 – Motivos pelos quais os jovens se mantêm inativos segundo sexo, área de vulnerabilidade e faixa etária (em %), SP, 2006	171
Tabela 18 – Tipologia das famílias paulistas segundo a presença de jovens (em %), 2006	174
Tabela 19 – Recebimento de ajuda em espécie (roupa, alimentos ou remédios) segundo presença de jovens na família (em %), São Paulo, 2006.....	175
Tabela 20 – Porcentagens de jovens que integram a PEA por nível de participação na renda familiar total proveniente do trabalho (famílias com jovens), São Paulo, 2006	179
Tabela 21 – Idade em que se registra maior heterogeneidade de combinações de status segundo variáveis sócio-demográficas selecionadas, São Paulo (1970 e 2000)	182

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Idade média ao primeiro matrimônio, Brasil e São Paulo (1984-2003)	80
Gráfico 2 – Idade média ao primeiro matrimônio, São Paulo (1925-2003).....	83
Gráfico 3 – Índice de entropia por sexo, Espanha, 1981 e 2001.....	111
Gráfico 4 – Índice de entropia por sexo, Brasil, 1980 e 2000.....	111
Gráfico 5 – Índice de entropia por sexo, Estado de São Paulo, 1970 e 2000	115
Gráfico 6 – Participação da população paulista no mercado de trabalho por sexo e idade, 1970 e 2000.....	118
Gráfico 7 – Índice de entropia segundo sexo e situação de domicílio, São Paulo, 1970	125
Gráfico 8 – Índice de entropia segundo sexo e situação de domicílio, São Paulo, 2000	127
Gráfico 9 – Índice de entropia segundo a situação de domicílio para mulheres paulistas, 1970 e 2000.....	129
Gráfico 10 – Índice de entropia segundo a situação de domicílio para homens paulistas, 1970 e 2000.....	130
Gráfico 11 – Índice de entropia segundo sexo e renda domiciliar per capita, São Paulo, 1970	135
Gráfico 12 – Índice de entropia segundo sexo e renda domiciliar per capita, São Paulo, 2000	137
Gráfico 13 – Índice de entropia segundo a renda domiciliar per capita para mulheres paulistas, 1970 e 2000.....	138
Gráfico 14 – Índice de entropia segundo a renda domiciliar per capita para homens paulistas, 1970 e 2000.....	139
Gráfico 15 – Índice de entropia segundo o sexo e a cor, Estado de São Paulo, 2000	144
Gráfico 16 – Índice de entropia segundo sexo e estrato de vulnerabilidade, São Paulo, 2006	151

Gráfico 17 – Pirâmide etária de áreas vulneráveis, com destaque para o nível de escolaridade alcançado, São Paulo, 2006	156
Gráfico 18 – Pirâmide etária de áreas não-vulneráveis, com destaque para o nível de escolaridade alcançado, São Paulo, 2006	157
Gráfico 19 – Motivações do abandono escolar mencionadas por jovens paulistas, segundo o sexo e a faixa etária (em %), 2006	160
Gráfico 20 – População masculina paulista segundo condição de atividade, 2006	164
Gráfico 21 – População feminina paulista segundo condição de atividade, 2006	164
Gráfico 22 – Principal providência tomada pelos jovens paulistas na busca de uma oferta de emprego (em %), 2006	168
Gráfico 23 – Motivos pelos quais os jovens paulistas se mantêm inativos (em %), 2006	169
Gráfico 24 – Tipo de ajuda recebida por todas as famílias, SP, 2006	176
Gráfico 25 – Tipo de ajuda recebida por famílias de jovens, SP, 2006	176
Gráfico 26 – Fonte das doações recebidas pelas famílias, SP, 2006	177
Gráfico 27 – Fonte das doações recebidas por famílias de jovens, SP, 2006.....	177
Gráfico 28 – Principais doadores de cestas básicas e outros alimentos às famílias, SP, 2006	178
Gráfico 29 – Principais doadores de cestas básicas e outros alimentos às famílias de jovens, SP, 2006	179

Lista de Figuras

- Figura 1** – Estrutura conceitual para compreensão da transição para a vida adulta..... 12
- Figura 2** – Caráter específico do processo de individualização no período de transição para a vida adulta 36

Lista de Quadros

- Quadro 1** – A organização do ensino nas disposições normativas das diversas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 1961, 1971 e 1996.....52
- Quadro 2** – A apropriação de quesitos censitários para fins de análise combinatória103

*Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas
Que já não têm a forma do nosso corpo
E esquecer os nossos caminhos que nos levam sempre aos mesmos lugares*

*É o tempo da travessia
E se não ousarmos fazê-la
Teremos ficado, para sempre
À margem de nós mesmos*

Tempo de travessia (Fernando Pessoa)

Introdução

O menino é o pai do homem.
William Wordsworth
(1770-1850)

Hoje, é senso comum a percepção de que, na fase infanto-juvenil, o adulto de amanhã é formado, educado, moldado, talhado, polido, lapidado... Se há tanta preocupação e esmero, ainda quando reduzido à retórica, é porque estamos convencidos de que *o menino é o pai do homem*.

Desde a infância até a juventude, pode-se dizer que o adulto do vir a ser é gestado pelo menino. Há quem diga que a juventude é um segundo nascimento (GARRIDO e REQUENA, 1996). Assim sendo, a transição para a vida adulta seria analogamente um parto, quando o menino deve trazer à luz o homem por ele gestado.

Essas figuras de retórica não são casuais. Todo parto pode ter complicações, sobressaltos, ser prematuro ou artificialmente manipulado para que a gestação se prolongue um pouco mais. Um parto demasiado precoce pode, em alguns casos, deixar seqüelas para toda uma vida. No outro extremo, quando demasiadamente retardado, provoca sofrimento, e igualmente compromete condições de sobrevivência futuras. Neste aspecto, a transição para a vida adulta realmente se aproxima em linhas gerais de um parto. As condições e o *timing* em que ela ocorre – se precoce ou tardiamente – podem favorecer ou dificultar o desenvolvimento do indivíduo na fase adulta. Mas, como toda analogia entre processos biológicos e sociais, esta também tem os seus limites. Um parto real sempre terá como parâmetro os nove meses de gestação pré-fixados para a espécie humana pela natureza. No entanto, qual tempo médio seria um parâmetro razoável para a transição para a vida adulta? Existiria resposta para esta pergunta?

Da perspectiva dos estudos sócio-demográficos, a transição para a vida adulta é o processo de assunção a novas posições, responsabilidades e papéis sociais próprios da condição de adulto. O indivíduo deixa para trás um estado inicial de dependência e necessidade de proteção, assistência e cuidados que o caracterizava desde o nascimento, para enquadrar-se à condição de adulto. Isso implica mover-se da posição passiva (de

protegido e tutelado) para outra, ativa, de estar apto a se proteger e proteger outros; tornar-se produtivo; responder por si e amparar os demais; ser capaz de suprir as próprias necessidades e atender aquelas demandadas de seus pares, com os quais tenha assumido compromisso.

Como veremos, algumas características estão hoje normalmente associadas à vida adulta: o trabalho se firma como atividade principal e a maioria das pessoas constitui família. Em contraposição, a idealização corrente sobre a juventude pressupõe que o estudo deveria ser a atividade principal nesta fase, marcada também por certo descompromisso e ausência de grandes responsabilidades familiares.

Na segunda metade dos anos 1960 e no curso dos anos 1970, o Brasil atravessou um dos períodos mais críticos e importantes de sua história. Apesar de o país experimentar a ditadura militar, também aqui se manifestaram os desejos libertários e os comportamentos transgressores que caracterizaram aquele período em tantas outras partes do mundo. A agitação política e certo idealismo conquistavam corações e mentes de uma parcela dos jovens. Aqueles mais escolarizados, em sua maioria universitários dos grandes centros urbanos do país, compartilharam deste espírito libertário, transgressor e mutante. Foi neste cenário conturbado que o dramaturgo Néelson Rodrigues, notório por suas transgressões literárias e curiosamente também por seu conservadorismo político, deu o seguinte recado aos jovens: “Envelheçam depressa antes que seja tarde”¹.

Muita coisa mudou no Brasil e no mundo desde quando o conselho de Rodrigues ecoou pela primeira vez. Em se tratando especificamente da visão dos adultos sobre os jovens, talvez a mudança de perspectiva mais radical seja justamente aquela que julga já não ser urgente envelhecer depressa.

No final de 2007, o presidente do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), Marcio Pochmann, declarou: “Não há razão técnica para alguém começar a trabalhar antes dos 25 anos de idade. Especialmente porque estamos para entrar em uma fase em que a expectativa de vida ultrapassará os 100 anos”². Se de fato não existe razão técnica, que argumentem os especialistas em previdência social, já que, frente aos

¹ FONSECA, C. “Jovem geração família: Pesquisa Brasileiros/IBOPE Inteligência revela os desejos e temores da juventude do país”. *Brasileiros*, n. 5, novembro de 2007.

² “Dois Pontos”. *Revista Época*, n. 500, 17 de dezembro de 2007.

problemas de equilíbrio do déficit no orçamento da previdência, a recomendação mais usual é o aumento dos anos de contribuição. Contudo, para além das razões previdenciárias, que não pretendemos discutir aqui, obviamente existem razões sócio-econômicas e motivações individuais que tornam praticamente utópico um adiamento tão grande, e em massa, da entrada no mercado de trabalho. Sobretudo, considerando a realidade brasileira, na qual a maioria dos jovens começa a trabalhar ainda na adolescência, quando não na infância.

A despeito das mudanças no mundo produtivo, o trabalho continua desempenhando papel central na vida social. Figura constantemente entre as principais aspirações e preocupações dos jovens brasileiros nas mais diversas pesquisas de opinião: seja como necessidade imediata de sobrevivência e de consumo, seja como fonte de realização e sentido para a vida (BRANCO, 2005; GUIMARÃES, 2005). Embora Pochmann não tivesse o objetivo de dar conselhos aos jovens como fizera Rodrigues, é certo que um adiamento da inserção no mundo do trabalho afeta diretamente o ritmo de transição para a vida adulta tal como ela costuma ser idealizada, contemplando a conquista de independência financeira e reafirmação da autonomia individual.

Também é verdade que a declaração de Rodrigues tinha implicações muito mais políticas, enquanto a de Pochmann tem, talvez, impacto econômico. No entanto, o que há de comum em ambas é que elas evidenciam percepções diametralmente distintas sobre a duração da juventude e o ritmo de passagem à idade adulta. Um toma como ideal uma juventude curta, enquanto o outro parece favorável a que o aumento da moratória juvenil seja proporcional ao aumento da expectativa de vida.

Para Arnett e Taber (1993), se há algo de universal na transição para a vida adulta, é que se trata de um período de passagem da infância para o estado adulto. Mas a duração desse período – curto ou longo – o significado e os marcos transicionais podem ser variados. Nesta formulação, a transição para a vida adulta abrange toda a adolescência e mesmo a juventude, mas deixa em aberto o que de fato define o estado adulto, em relação ao qual os outros estágios são delimitados.

Como afirmam Modell, Furstenberg e Hershberg (1976), quando falamos da transição para a vida adulta, estamos lidando com um conceito, portanto, com algo construído artificialmente por especialistas. Não há como garantir que todos os membros de uma

sociedade compartilhem de uma noção comum sobre quando e como se alcança o status adulto. É plausível que as definições que os sujeitos dão ao que é um adulto estejam ainda sujeitas à influência de sua própria idade, de sua experiência de coorte e do período histórico em que vivem.

Parece haver consenso na literatura especializada de que os marcos transicionais e a percepção da duração ideal da fase juvenil variam de acordo com a cultura e o grau de afluência das sociedades. Isso porque a juventude tende a ser abreviada em populações onde os recursos são escassos e a necessidade de sobrevivência se impõe sobre a busca de satisfação individual, impossibilitando a formulação de projetos individuais de longo prazo. É preciso crescer depressa, contribuir com o grupo doméstico, ao invés de ser um peso a mais a ser suportado pelos demais. Há também de se levar em conta que o trabalho, o casamento e a maternidade (muitas vezes mais que a paternidade) são valores (ALMEIDA, M., 1987; ALMEIDA, P., 2002), e como tais podem ser estimulados ou coibidos sob determinadas condições, segundo a visão de mundo compartilhada pelos membros de uma coletividade.

Por mais que “ser jovem” assuma hoje diferentes significados e muitos se identifiquem como jovens não pela pouca idade, mas porque compartilham certo estilo de vida mais livre, despojado ou estão abertos a novas tendências e experimentações, é certo que “ser jovem” em idade não é uma questão opcional, mas uma condição biossocial.

O principal objetivo desta tese é, portanto, descrever e analisar o processo de transição para a vida adulta no Estado de São Paulo e seus diferenciais segundo sexo, situação de domicílio, cor/raça e camada de renda. A hipótese básica é que a duração da transição, se mais curta ou mais longa, varia de acordo com esses critérios. O recorte temporal adotado centra-se em dois momentos-chave, tanto do ponto de vista sócio-econômico quanto demográfico: 1970 e 2000. Os indivíduos que foram jovens nesses dois momentos têm em comum o fato de terem feito parte de *ondas jovens*. Ou seja, realizaram suas transições em momentos nos quais havia um volume particularmente grande de jovens.

Para retratar esses dois momentos, são utilizados dados dos censos demográficos de 1970 e 2000, aos quais são trabalhados a partir da aplicação da metodologia de análise de entropia de coortes sintéticas. Esta metodologia permite observar, ao longo das idades, a

evolução da mudança de status típicos da fase infanto-juvenil (ser estudante e membro dependente da família), para os status esperados na fase adulta (trabalhador e responsável por seu próprio domicílio e família).

Várias podem ser as razões que contribuem para que a transição para a vida adulta seja abreviada ou prolongada. Tão importante quanto a faixa etária da transição e os motivos que levam à transição são as condições em que elas se processam.

Tanto uma inserção precoce quanto uma inserção tardia no mundo adulto podem mascarar situações indesejáveis e desafios importantes na trajetória dos indivíduos. Necessidade de trabalhar desde a infância para assegurar a sobrevivência, uma gravidez não-planejada, um casamento antecipado, seja para facilitar a saída da casa dos pais ou para “remediar uma gravidez”, são situações corriqueiras em nosso cotidiano que precipitam uma inserção precoce no mundo adulto. Por outro lado, vivendo o reverso da moeda estão aqueles jovens que, mesmo se aproximando de uma vivência idealizada de juventude – formação escolar completa, curso universitário, viagens, experimentações diversas em busca da auto-realização – cedo ou tarde (normalmente mais tarde) chocam-se com a realidade de um mercado de trabalho em que o funil que dá acesso às posições médias e altas da hierarquia é cada vez mais estreito. Ao mesmo tempo, mudanças nas relações familiares, hoje mais flexíveis e igualitárias, tornaram viável o adiamento de parte das responsabilidades usualmente adultas como a constituição de domicílio independente e de um novo núcleo familiar. Em alguma medida, trata-se também de uma estratégia de manutenção do padrão de vida e de certas comodidades asseguradas pela convivência com a família de origem, quando viver sozinho ou em um novo núcleo representaria uma perda de um padrão e qualidade de vida almejados pelo indivíduo.

No primeiro capítulo encontram-se os marcos teóricos que inspiraram e balizaram este estudo. O principal objetivo deste capítulo é demonstrar como a transição para a vida adulta vem sendo posta como uma questão sócio-demográfica e, ao mesmo tempo, constitui temática relacionada com o debate sobre o curso da vida e a história das idades.

No segundo capítulo são explorados os determinantes macrossociais que incidem na transição para a vida adulta: a estrutura demográfica; as ações institucionais do Estado; a legislação na área de educação, trabalho e família, que invariavelmente estabelecem

critérios etários e, ao mesmo tempo, revelam concepções ideológicas sobre o ordenamento do curso da vida, bem como prescrevem momentos considerados propícios à investidura de papéis adultos, e rechaçam outros. Procuramos enfatizar a contextualização dos dois momentos históricos eleitos para este estudo, 1970 e 2000. A reconstrução recua no tempo para tratar da constituição da legislação educacional e trabalhista devotadas à questão juvenil. Trata-se de recuo necessário face à complexidade e ao efeito cumulativo da evolução legal nestas áreas, imprescindível para a compreensão de como chegamos ao estágio que nos encontramos hoje no Brasil e, especialmente, em São Paulo.

O terceiro capítulo é dedicado ao tratamento dispensado às fontes de dados, à explicação minuciosa sobre os procedimentos metodológicos e à descrição passo a passo da aplicação da análise de entropia de coortes sintéticas.

Os resultados obtidos com análise de entropia e medidas complementares são apresentados e discutidos no quarto capítulo. As principais evidências encontradas sustentam a tese do ritmo diferenciado da transição para a vida adulta segundo situação de domicílio, sexo, cor/raça e camada de renda.

No quinto e último capítulo nos apropriamos dos dados da Pesquisa de Condições de Vida-PCV de 2006, conduzida pela Fundação SEADE, com vistas a esclarecer as motivações dos jovens no momento de tomada de decisões significativas no processo de transição para a vida adulta. Embora, tal como o censo, a PCV não seja uma fonte de dados arquitetada para estudar a transição para a vida adulta, a partir dela podem ser explorados elementos importantes relacionados a esta temática. Em especial, a PCV permite conhecer as razões porque os jovens deixam os estudos, a relação que mantêm com o trabalho e a procedência dos recursos materiais das famílias.

A transição para a vida adulta é uma temática relativamente bem consolidada na literatura internacional. No Brasil, ainda são poucos os estudos dedicados ao tema, embora nos últimos anos certo número de pesquisadores tenha se debruçado sobre ele.

Contudo, é ainda um campo de estudo árido, uma vez que inexistem dados no país que permitam trabalhar temas que envolvam trajetórias de vida, contemplando as diferentes dimensões da experiência humana, dentro de uma abordagem quantitativa. Este é o caso da transição para a vida adulta, onde as análises de tipo “*event history*”, ou também chamadas

de *análises de história dos acontecimentos*, seriam as mais adequadas. Mas para tanto, o fator tempo, o calendário das transformações e das escolhas decisivas na vida dos sujeitos precisaria ser objeto de levantamentos empíricos. Fontes de dados que permitissem explorar a seqüência dos acontecimentos nas histórias de vida dos indivíduos elucidariam pontos ainda obscuros sobre o impacto que determinados eventos em certas idades provocam no desenvolvimento futuro da trajetória dos sujeitos.

O presente estudo é uma contribuição que busca contemplar diferentes aspectos que perpassam o tema da transição para a vida adulta e que explora uma nova metodologia capaz de oferecer uma visão geral de como a transição para a vida adulta muda no tempo e apresenta particularidades quando se contrastam diferentes grupos sociais.

Capítulo I

A transição para a vida adulta como questão sócio-demográfica

A transição para a vida adulta não é uma temática de domínio exclusivo da Demografia. É um campo de estudos que permite múltiplas formulações do fenômeno, que o tornam de interesse comum a antropólogos, sociólogos, psicólogos, juristas e pedagogos, entre outros. Tratá-la como uma questão sócio-demográfica implica reconhecê-la essencialmente como um fenômeno social com relevância e impacto sobre a demografia. Enquadra-se entre os estudos nos quais o social e o demográfico se relacionam de forma dialética, influenciando-se e reorientando-se mutuamente.

Sendo a Demografia uma área inter e multidisciplinar por excelência, está claro que não podemos fechar os olhos para as contribuições das diferentes disciplinas. Contudo, nosso objetivo fundamental é dar conta do significado e da influência que o processo de transição para a vida adulta possui frente a aspectos da dinâmica e da composição demográfica. Grosso modo, a dinâmica demográfica diz respeito a transformações observadas na população ao longo do tempo. Já a composição demográfica reflete características substantivas, que permitem traçar um perfil da população, ou de segmentos dela.

Os eventos demográficos tradicionalmente usados para captar a passagem da condição infanto-juvenil (de dependente) para a condição adulta, são: a saída da escola; a entrada no mercado de trabalho; a constituição de domicílio independente, separado da família de origem; a formação de um par conjugal; e o nascimento do primeiro filho. Embora a maior parte da informação demográfica disponível permita apenas captar eventos isolados e não trajetórias, eles funcionam como *proxy* de mudanças de status como a de estudante a trabalhador; de membro dependente de um domicílio a responsável por seu próprio domicílio; de solteiro a pessoa em união; e do desempenho do papel exclusivo de filho, ao exercício da paternidade ou maternidade. Mudanças de status deste tipo afetam três dimensões fundamentais da experiência humana caras à Demografia: a vida produtiva, o grupo doméstico e a família.

Este capítulo cumpre duas funções fundamentais: oferecer um esboço do estado da arte dos estudos sobre transição para a vida adulta, destacando os principais aspectos e conceitos tratados na bibliografia nacional e internacional; e contextualizar o debate em torno da transição para a vida adulta no âmbito da discussão mais ampla sobre as transformações no curso da vida. Este segundo ponto, talvez o mais importante dentro do escopo deste estudo, está em franco diálogo com o que chamamos de *história das idades*.

Dado o caráter de ciência aplicada que caracteriza a Demografia, nos familiarizamos de tal modo com o uso de critérios etários, que muitas vezes não questionamos o processo de construção destes mesmos critérios, tão úteis do ponto de vista prático, mas que por si mesmos podem constituir um objeto de estudo legítimo. Com isto, o que está em jogo quando se discute a transição para a vida adulta são elaborações sobre as formas de organização e uso do tempo de vida. A dimensão temporal é central.

As várias transições que compõem o processo de transição para a vida adulta são todas elas eminentemente sociais. O que a sociedade espera dos indivíduos em cada idade tem poder de orientar e prescrever comportamentos, caracterizando as etapas do curso da vida. Há em torno das idades uma série de construções idealizadas e normativas, como demonstraremos. Quando trabalhamos com critérios etários dentro da abordagem demográfica, adotamos necessariamente uma perspectiva do que é esperado ou prescrito para as pessoas a uma determinada idade. A evolução da forma de interpretar e classificar as idades, bem como a crescente complexidade da experiência humana, não só cria novas fases da vida ao longo da história, como impõem a revisão das faixas etárias nelas compreendidas. É da dinâmica deste processo que nos ocuparemos em boa medida neste capítulo.

1.1 Breve histórico da questão

A constituição de um campo de estudos sobre a transição para a vida adulta teve lugar primeiramente nos Estados Unidos ainda nos anos 1970 (COLEMAN, 1974; MODELL, FURSTENBERG E HERSHBERG, 1976). No entanto, esta é uma temática que só recentemente começou a ser abordada por pesquisadores brasileiros (CAMARANO et al.

2003; ARRUDA, 2004; MELLO, 2005; OLIVEIRA, 2005; CAMARANO, MELLO e KANSO, 2006; NASCIMENTO, 2008).

Sobretudo nos anos 1980 e 1990, tanto a Demografia da Família, ou dos Grupos Domésticos, quanto a Sociologia norte-americana, desenvolveram estudos empíricos e teóricos que consideram as características, os determinantes e os aspectos estruturais da transição para a vida adulta (GOLDSCHIEDER e DA VANZO, 1985, 1989; HOGAN, 1986; AVEREY, GOLDSCHIEDER e SPEARE Jr., 1992; HOGAN, EGGEBEEN e CLOGG, 1993; HARRIS, FURSTENBERG E MARMER, 1998; GOLDSCHIEDER e GOLDSCHIEDER, 1999).

Nos anos 1970, a produção europeia sobre juventude tratava mais especificamente da crise do mercado de trabalho. Pouco a pouco foram se delineando duas perspectivas de análise sobre essa transição: uma, mais restrita, ocupa-se exclusivamente do trânsito da escola para o trabalho; já a perspectiva ampla, considera todo o processo de emancipação do jovem. Para esta última, a transição para a vida adulta seria:

(...) um processo complexo que envolve a formação escolar, a inserção profissional e familiar, articulando um sistema de dispositivos institucionais e processos biográficos de socialização que interferem nas vidas das pessoas desde a puberdade e conduzem à aquisição de posições sociais (CASAL, 1996: 124).

Em síntese, os trabalhos sobre transição para a vida adulta que adotam essa abordagem processual contemplam: o universo escola/trabalho; a emergência de novos estilos de vida; as variadas formas de entrada na vida adulta; os arranjos e a composição das famílias e dos domicílios.

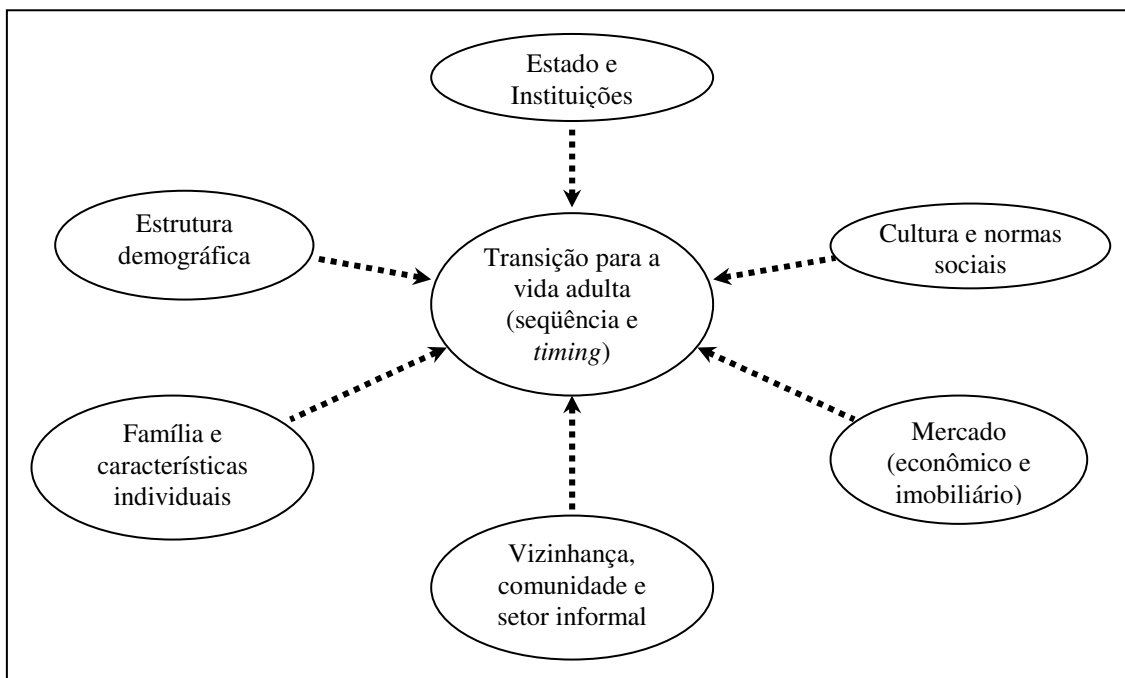
Embora seja uma temática nova dentro dos estudos de população realizados no Brasil, não se parte de um vazio teórico. Afinal, a inovação trazida pelos estudos de transição para a vida adulta é integrar e equacionar diferentes eventos demográficos que geralmente marcam e fazem parte da experiência de “ser jovem”. Contudo, não se deve negligenciar o fato de que a juventude tem sido um tema caro aos estudos de população no Brasil há pelo menos duas décadas. Houve interesse crescente pela escolarização dos jovens e o sistema educacional (MARTELETO, 2002; RIOS-NETO e RIANI, 2004); o nível da fecundidade da população jovem (LEVY, 1990; LEVY, 1994; BERQUÓ e CAVENAGHI, 2005), o comportamento sexual e o padrão de nupcialidade desse segmento da população (BERQUÓ, 1998; FERRAZ, SCHWENCK e FERREIRA, 2000; CABRAL e HEILBORN, 2005). Outros

temas também foram agregados à pauta: a instabilidade diferencial por idade no mercado de trabalho (POCHMANN, 1998; OLIVEIRA, 2000; FLORI, 2004); as doenças sexualmente transmissíveis (MOREIRA, 2002; SCOTT, QUADROS e LONGHI, 2002); a violência nas grandes cidades e a mortalidade juvenil (ARAÚJO, 1998).

Mas a reformulação das questões relativas à juventude colocadas em termos de transição para a vida adulta levou, nos últimos anos, à construção de uma estrutura conceitual específica que procura dar uma visão holística deste processo.

Pesquisadores associados a *International Union for the Scientific Study of Population* (IUSSP), interessados em descrever a transição para a vida adulta de uma perspectiva histórica – apreendendo os padrões de transição existentes e as conseqüências desses padrões para os indivíduos, as famílias e as sociedades – elaboraram uma estrutura conceitual que visa captar a influência de variáveis de nível macro (concernentes à esfera pública) sobre as experiências que se processam em nível micro (esfera privada). Esta estrutura conceitual encontra-se reproduzida na Figura 1:

Figura 1 – Estrutura conceitual para compreensão da transição para a vida adulta



Fonte: IUSSP Scientific Panel on the transition to adulthood in developed countries. (<http://www.iussp.org/Activities/scc-trans/trans-terms.pdf>).

Essa estrutura conceitual reconhece e correlaciona diversos campos que perpassam a questão: a estrutura demográfica, a estrutura familiar e institucional, a economia, a cultura e a política.

Mudanças de status como aquela de estudante a trabalhador, de membro dependente de um domicílio a chefe de domicílio, de solteiro à pessoa em união, de filho (a) a pai ou mãe, implicam assumir novos papéis e responsabilidades e, por isso, são tomadas como indicativo de entrada na vida adulta. Todavia, também são algumas das dimensões mais comumente retratadas em levantamentos demográficos, mesmo que não tenham sido realizados com a preocupação inicial de abordar a transição para a vida adulta. São ainda marcos praticamente universais, porque todas as sociedades contemporâneas constroem algum discurso normativo sobre esses temas, seja para reiterá-los como pré-requisito para a entrada na vida adulta plena, seja para refutar a obrigatoriedade de vivenciá-los.

1.2 A faixa etária da transição para a vida adulta

A Organização Mundial de Saúde fixa como adolescência a faixa etária compreendida entre 10 e 19 anos e como população jovem, o grupo de 10 a 24 anos. Contudo, os estudos acadêmicos convencionalmente nomeiam como adolescentes a população de 10 a 19 anos, e jovens, a população de 15 a 24 anos (CALAZANS, 1999; CAMARANO et al., 2003).

Em estudos internacionais sobre transição para a vida adulta tem-se feito a opção de coletar dados considerando faixas etárias bem mais amplas, como, por exemplo, em Portugal, de 15 a 29 anos (FIGUEIREDO et al., 1999), ou ainda no México, de 15 a 34 anos (MIER y TERÁN, 2004). Nesse último caso, a justificativa do limite de idade superior é a de melhor captar as dimensões relativas à formação da primeira parceria conjugal e o nascimento do primeiro filho envolvidas na transição. Essa falta de consenso sobre quando a juventude termina, é produto de uma mudança fundamental: o tempo que dura uma transição depende cada vez menos de (e encaixa-se cada vez menos em) normatizações fixadas simples e exclusivamente em critérios etários. A entrada na vida adulta pauta-se cada vez mais na aquisição de habilidades, domínio de códigos e inserção no mundo produtivo que exigem socialização e formação altamente complexas.

Os primeiros estudos brasileiros de transição para a vida adulta centraram-se na faixa etária de 15 a 24 anos (MADEIRA, 1999; CAMARANO et al., 2003; ARRUDA, 2004; MELLO, 2005). As autoras optaram pela definição de população jovem estabelecida pela Assembléia Geral das Nações Unidas de 1985. O limite inferior, 15 anos, estaria em sintonia com o desenvolvimento de funções sexuais e reprodutivas. Já o limite superior, 24 anos, refletiria a conclusão da educação formal, inserção no mercado de trabalho e constituição de família. No entanto, já há algum tempo existem mobilizações para que se amplie o limite etário superior daquilo que os organismos internacionais convencionam considerar como população jovem. No Fórum Mundial da Juventude do Sistema das Nações Unidas, realizado em Dacar (2001), solicitou-se que os organismos internacionais reconsiderem o limite superior, e o estendam para os 30 anos (ARRUDA, 2004).

No Brasil, em 2006, a Secretaria Nacional de Juventude (responsável pela articulação de programas e projetos do Governo Federal) decidiu redefinir a faixa etária de sua população-alvo, que até então era aquela compreendida entre 15 e 24 anos. Seguindo a tendência internacional, passou-se a considerar população jovem, os brasileiros com idades entre 15 e 29 anos³. A classificação da Secretaria Nacional de Juventude considera jovens os “adolescentes-jovens” (15 a 17 anos), os “jovens-jovens” (18 a 24 anos) e os “jovens adultos” (25 a 29 anos) (NOVAES et. al., 2006: 5). Essa nova definição estendida de juventude já foi incorporada nos estudos mais recentes sobre transição para a vida adulta (CAMARANO, MELLO e KANSO, 2006; MADEIRA, 2006; GUIMARÃES, 2006; FERREIRA e ARAÚJO, 2006). O presente estudo respeita este novo conceito de população jovem, embora na prática o brasileiro médio siga fazendo a transição para a vida adulta em idades mais jovens que seus pares dos países mais desenvolvidos. Isso nos faz crer que, na prática, a juventude não tenha ultrapassado ainda o antigo patamar máximo de 24 anos. Segundo Madeira (2006: 140), entre 1980 e 2000, as idades ao casamento e ao ter o primeiro filho permaneceram praticamente estáveis no Brasil se comparadas às mudanças encontradas em países desenvolvidos e mesmo entre alguns emergentes, caracterizando uma tendência que não se enquadra no debate teórico do prolongamento da juventude.

³ Ver Secretaria Geral da Presidência da República (2006) e Novaes et. al. (2006).

A vivência de uma juventude estendida é prerrogativa de uma pequena parcela da população brasileira que em geral prescinde dos benefícios oferecidos pelos programas e projetos da Secretaria Nacional de Juventude. Conseqüentemente, ao se trabalhar com a nova definição de população jovem, como sendo aquela de 15 a 29 anos, deve-se levar em conta que muitos desses indivíduos já realizaram as transições mais marcantes da passagem à vida adulta, ainda que em condições muito distantes das ideais.

1.3 Recuperando a história das idades

É praticamente impossível discutir a transição para a vida adulta sem esbarrar em algum momento com noções de periodização da vida, categorias de idade e preocupações com a estrutura do ciclo de vida, ou do curso da vida, como preferem muitos teóricos de abordagem qualitativa⁴. Embora a idade seja um dado objetivo, mensurável e que se presta ao ordenamento racional dos indivíduos, ser jovem ou velho depende do referencial adotado sendo, portanto, uma classificação relativa. As idades associadas às diferentes etapas da vida variam de acordo com o modo como a sociedade está estruturada e organizada.

Segundo Hareven (1999), as concepções sobre o que é ser criança ou adolescente estão relacionadas ao modo como o ser adulto é definido pela sociedade. Os papéis sociais e a posição que crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos ocupam no grupo social são sempre relacionais, e resultam no reconhecimento de responsabilidades e necessidades específicas para cada idade.

A idade cronológica, nem sempre foi um critério tão relevante e legítimo de organização social e fixação de direitos e deveres. Como nos esclarece Debert (1999: 73):

[A história das sociedades ocidentais contemporâneas] estaria marcada por três etapas sucessivas, em que a sensibilidade investida na idade cronológica é radicalmente distinta: a pré-modernidade em que a idade cronológica seria menos relevante do que o status da família na determinação do grau de maturidade e no controle de recursos de poder; a modernidade, que teria correspondido a uma cronologização da vida; e a pós-modernidade, que operaria uma desconstrução do curso da vida em nome de um estilo unietário.

⁴ Ver especialmente Debert (1998, 1999).

De acordo com Debert (1998), a ascensão da idade cronológica a critério de distribuição de direitos e deveres nas sociedades ocidentais, está associada a uma mudança social profunda na qual a cidadania deixa de ser atribuída segundo a posição social de nascimento, relações familiares e de parentesco para ser creditada segundo um quadro político-jurídico.

Em sociedades pré-modernas, a indistinção entre o mundo produtivo e o doméstico e a convivência lado a lado de pessoas de diferentes idades compartilhando as mesmas experiências e dividindo as mesmas tarefas, colaborava para sustentar a concepção de que as crianças eram adultos em miniatura (ARIÈS, 1978).

Mudanças sociais e econômicas, especialmente as motivadas pelos processos de industrialização e de urbanização, aliadas às mudanças demográficas e na vida familiar estão no cerne de várias explicações sobre como o ciclo de vida é segmentado, e de que maneira novos estágios da vida são criados.

Desde o final do século XVIII e início do século XIX, a valorização dos filhos e a importância central que eles passam a ter no interior das famílias na Europa Ocidental era em parte uma resposta a duas mudanças demográficas significativas: a queda da mortalidade infantil e a propagação da prática da limitação consciente do número de filhos (ARIÈS, 1978; HAREVEN, 1999). Essas mudanças contribuíram para a intensificação dos vínculos entre pais e filhos, havendo crescente interesse pela criação e formação das crianças e jovens. As condições históricas e sociais européias e a consolidação de ciências médicas e comportamentais, a exemplo da Psicologia e da Pedagogia, devotadas ao estudo do desenvolvimento humano propiciaram a descoberta e o reconhecimento da infância e da adolescência como detentoras de especificidades. E, conseqüentemente, auxiliaram na aceitação dessas fases como distintas do que se poderia chamar legitimamente idade adulta. À medida que se identificou o potencial descompasso entre o desenvolvimento social e físico, dado o crescente peso conferido ao papel da educação na aquisição de maturidade, as idades ganharam importância enquanto um parâmetro, ainda que arbitrário, para enquadrar os sujeitos dentro de escalas de desenvolvimento previsto. A partir de então se assume que os indivíduos são dotados de diferentes habilidades físicas e cognitivas, impondo necessidades específicas de atenção e estímulo marcadamente nas idades jovens.

É também na era industrial que o Estado assume de modo sistemático a tarefa de zelar pela proteção dos interesses dos indivíduos. Destaca-se desde então entre os deveres do Estado a defesa da escolarização universal e obrigatória (ARIÈS, 1978; PERALVA, 1997). A relação entre a universalização do ensino público e a consolidação da adolescência enquanto fase da vida socialmente reconhecida também é corroborada pelos dados norte-americanos. De acordo com Settersten Jr., Furstenberg e Rumbaut (2005), a visão da adolescência como um novo estágio da vida se consolidou nos Estados Unidos no início do século XX. Justamente no momento em que o ensino público havia se universalizado e a economia nacional, antes baseada no modo de produção agrícola, transitava para bases industriais.

Boa parte das relações intergeracionais passa a se basear na sensibilização para as necessidades de suporte e auxílio, que elegem as idades como marcos temporais para a regulamentação da alocação de recursos. Além disso, a sociedade se vê impelida a cumprir a tarefa de fixar critérios a partir dos quais se pode afiançar que um indivíduo está apto a responder solitária e integralmente por todas as conseqüências decorrentes de seus atos civis, políticos e criminais. Os critérios adotados quase sempre elegem a idade como medida pretensamente neutra e universal.

A difusão da escolarização teve o poder de separar, como nunca se vira antes, as crianças, definidas como indivíduos em formação, dos adultos. Enquanto o jovem aprendiz convivia com pessoas de diversas faixas etárias, o estudante tem em geral uma experiência completamente distinta. Refletindo sobre o que nos informa Peralva (1997), podemos observar que o ensino seriado transmite justamente a idéia de uma escala, na qual existe uma correspondência idade-série que segue uma direção linear. Não por acaso, o indivíduo que completa os estudos é considerado formado, em contraste direto com a imagem das crianças ou adolescentes, classificados como indivíduos em formação.

É interessante perceber que as mudanças na forma de conceber e organizar o curso da vida são praticamente paralelas a transformações profundas da apreensão do tempo. Thompson (1967) argumenta que o capitalismo industrial impôs uma nova disciplina de trabalho baseada no controle do tempo, na divisão do trabalho e na sincronia de atividades. Na Inglaterra, essa nova percepção do tempo como valor já havia sido absorvida pela

sociedade em finais do século XVII e meados do século XVIII. Enquanto nas sociedades agrárias ou coletoras o trabalho era orientado pelas características intrínsecas da atividade a ser desempenhada, sendo a noção de tempo associada ao próprio ritmo da natureza, a sociedade capitalista industrial inaugura a era do tempo mecânico, ditado pelo ritmo das máquinas. O tempo perdeu a vinculação com a natureza para ser associado a uma máquina – o relógio (THOMPSON, 1967; MELUCCI, 1997). O relógio converte o tempo em uma medida objetiva, universal e dotada de uma direção, uma orientação linear voltada para um fim específico. A lógica do lucro obriga à maximização do uso do tempo. Nesta nova visão, perder tempo é algo “intolerável”, justamente porque o tempo é “irrecuperável” (THOMPSON, 1967: 87). E mais importante, se tempo é dinheiro, tempo perdido é investimento sem retorno. A racionalidade no uso do tempo de trabalho pouco a pouco também estimula certa racionalização sobre o tempo de vida.

A consolidação da sociedade capitalista industrial também propiciou o movimento de universalização do ensino dirigido às camadas populares. Isto porque se constatou que a escola cumpria com perfeição o papel disciplinador das novas gerações, inculcando valores como obediência, pontualidade, repetição e regularidade que facilitam a adequação do indivíduo ao trabalho na indústria.

A modernização e a industrialização não ocorreram simultaneamente em todos os países. Mas dentro de uma esquematização do curso de vida típico da era industrial, ele acha-se segmentado idealmente em três compartimentos estanques. No primeiro período da vida, espera-se que haja a dedicação exclusiva à educação (associada à infância e à adolescência), no segundo período do curso da vida a centralidade da existência é o trabalho (associado à vida adulta) e por fim atinge-se a aposentadoria (vinculada à velhice). Tendo-se o curso de vida assim estruturado, pessoas de diferentes idades passam a vivenciar necessariamente diferentes experiências, enquanto provavelmente há maior homogeneidade intragrupo etário. A mesma linearidade, segmentação e sincronia observada no trabalho industrial encontram ecos na idealização do curso da vida assim estruturado. Esse esquema é, portanto, um desdobramento da forma como o tempo é percebido na era industrial. A classificação das pessoas segundo a idade, também segue analogamente o mesmo propósito, segmentar para melhor gerenciar e extrair os melhores resultados.

O tempo, medido em anos vividos, passa a servir de parâmetro para a normatização das condutas esperadas segundo a pertença aos diferentes grupos etários. Nas trajetórias biográficas, o tempo é também percebido como fronteira. Funciona como um critério tangível e aparentemente objetivo de regulação dos comportamentos, definindo o que é aceitável, recomendável e saudável para cada fase da vida.

Ao longo do século XX, muito do conhecimento teórico-científico sobre as fases da vida, seus dilemas, vantagens e desafios se popularizam graças aos meios de comunicação de massa e políticas públicas voltadas para determinados segmentos etários. A regularidade da ocorrência de eventos biográficos incidindo sempre nas mesmas idades torna-se um traço característico da fase áurea da modernidade, especialmente nos anos 1950 e 1960 do século XX nos países ocidentais.

No final do século XX e início do século XXI, o capitalismo, antes baseado na produção industrial, passa a se fundamentar no mercado financeiro globalizado. Fala-se na emergência de sociedades pós-modernas, que de certa forma subvertem a ordem intrínseca ao momento anterior. A própria percepção do tempo também se altera sob a lógica da simultaneidade, do instantâneo, do virtual e do real. Isso abala os velhos fundamentos de continuidade, linearidade e seqüência previsível dos eventos ao longo do curso da vida. A educação continuada passa a ser uma exigência do mercado, e a aposentadoria também deixou de ser sinônimo de inatividade, de tal modo que há sobreposição entre educação, trabalho e aposentadoria (CAMARANO, MELLO e KANSO, 2006).

Concomitantemente, observa-se que há na atualidade dois processos interferindo na transição para a vida adulta: a *descristalização* e a *latência* (CHAMBOREDON, 1985 apud SPOSITO, 1997). A descristalização é como se denomina a dissociação das diversas dimensões da vida adulta. Há a possibilidade de se exercer apenas algumas funções próprias da vida adulta sem assumir todas, por exemplo, o exercício da sexualidade, sem necessariamente formar um núcleo familiar. Já a latência é a desvinculação entre a habilitação para desempenhar uma função e o efetivo exercício dessa função, prolongando o estado de dependência. Como exemplo, podemos citar o jovem que está capacitado para o trabalho, mas não exerce atividade produtiva.

Pessoas de diferentes idades voltam a poderem estar expostas à mesma experiência, curiosamente como ocorria em linhas gerais nas sociedades pré-modernas. Por outro lado, cresce a possibilidade de experiências distintas entre pessoas de um mesmo grupo etário. Cogita-se que a era pós-moderna traz consigo a despadronização do curso de vida, que tem como uma de suas principais características a maior heterogeneidade intragrupo etário.

1.4 A transição para a vida adulta sob a perspectiva do curso da vida

Enquanto a idéia de ciclo de vida traz à mente noções de continuidade sócio-biológica, segundo a qual o indivíduo nasce, cresce, reproduz-se e morre, seguindo um *script* que se repete de geração em geração, a idéia de curso da vida se traduz na apreensão da vida como um fluxo, um movimento que se renova. Enquanto a melhor analogia do ciclo de vida talvez seja a de um círculo que se fecha, a melhor representação do curso da vida são rotas, ou “trajetórias”. Como afirma Motta (1998: 15), os ciclos de vida “alongam-se em trajetórias, como curso de vida, ou fracionam-se em novas fases, com correspondentes novos significados. Inventam-se etapas e novas idades”.

Na atualidade, a experiência humana ao longo do tempo de vida torna-se mais complexa e plural. Certamente hoje, muito mais do que no passado, percebemos a vida como um processo. Cada indivíduo é sua própria obra inacabada. É como se o *script* tivesse que ser reeditado, quando não totalmente reescrito. Cada qual constrói, desconstrói e reconstrói identidades e sentidos para a vida. Inventando-se e reinventando-se ao longo do tempo.

Como assinala Giddens (2002: 20-21):

A auto-identidade constitui para nós uma trajetória através das diferentes situações institucionais da modernidade por toda a duração do que se costumava chamar de “ciclo de vida”, um termo que se aplica com maior precisão a contextos não-modernos que aos modernos. Cada um de nós não apenas “tem”, mas vive uma biografia reflexivamente organizada em termos do fluxo de informações sociais e psicológicas sobre possíveis modos de vida. A modernidade é uma ordem pós-tradicional em que a pergunta “como devo viver?” tem tanto que ser respondida em decisões cotidianas sobre como comportar-se, como vestir e o que comer – e muitas outras coisas – quanto ser interpretada no desdobrar temporal da auto-identidade.

A necessidade de tornar a própria biografia coerente para si mesmo e de tomar decisões baseadas não na tradição, mas na própria consciência, faz com que os períodos correspondentes às principais transições da vida se convertam em fases de profunda crise de identidade, ainda que as naturezas dessas crises sejam de ordens diferentes. Por exemplo, a crise da adolescência está calcada na formação da identidade psicológica e é de caráter individual, enquanto a crise da juventude é principalmente de caráter coletivo. Ou seja, o conflito maior já não é quem eu sou, mas o que o mundo me reserva, trazendo à tona a problematização da ordem social, dada a dificuldade de inserção do jovem no mundo adulto, que exige o enquadramento às normas e o cumprimento de responsabilidades (LAPASSADE, 1968 apud ABRAMOS, 1994). Essas crises explicam-se em boa medida pela condição de transitoriedade inerente à adolescência e à juventude. A passagem do universo da infância – marcada pela dependência (e presume-se que também pela proteção) – para a vida adulta, caracterizada pela independência e por embates, é fortemente carregada de incertezas, ansiedades e potenciais ainda não realizados. Essa fase, por si mesma conturbada, assume contornos ainda mais intrincados quando o momento histórico em que se vive tem como elemento complicador a instabilidade generalizada. Já não é válida a concepção de que a estabilidade seria a característica que melhor definiria a vida adulta em oposição à instabilidade própria da juventude (MELLO et al., 2004).

Da mesma forma que outrora mudanças demográficas estiveram associadas a transformações nos padrões de relacionamento entre pais e filhos e propiciaram o reconhecimento da infância e da adolescência como fases bastante demarcadas do ciclo de vida, como vimos na seção anterior, hoje, questiona-se se mudanças demográficas atuais – como o aumento da expectativa de vida e “certa dissociação entre nupcialidade e fecundidade” (CAMARANO, MELLO e KANSO, 2006) – estariam tendo o poder de redefinir o ciclo de vida. Quer pelo prolongamento de etapas ou alteração da seqüência de eventos que as caracterizam, quer pelo surgimento de novas etapas antes inimagináveis que só se tornam tangíveis agora.

Assim como no século XX, a universalização da escolarização deu visibilidade à infância e à adolescência, no século XXI, o aumento do tempo de formação escolar e preparatória para o trabalho traz à luz a noção de prolongamento da juventude (ARRUDA,

2004; MELLO, 2005; MADEIRA, 2006). Etapas intermediárias entre a infância e a vida adulta se multiplicaram e começam a fazer parte das conversas cotidianas. Continuamos falando em crianças e adolescentes, mas também já não soa estranho encontrar discursos que ao lado deles também contemplem os pré-adolescentes, jovens e jovens adultos, conferindo legitimidade à diferenciação destes segmentos da população jovem.

Furstenberg et. al. (2004) observam que a idade adulta não começa necessariamente quando termina a adolescência, e isso pode estar acontecendo não porque haja uma generalizada relutância dos jovens em crescer. Aceitar o discurso da relutância em crescer e amadurecer como uma marca geracional, por um lado, implicaria culpabilizar os próprios jovens pela sua condição atual de autonomia limitada e, por outro, se estaria subestimando o impacto que os aspectos conjunturais e estruturais têm sobre a realidade social e a vida dos sujeitos. Boa parte dos defensores da tese de que estamos assistindo ao surgimento de novas etapas no ciclo de vida humano tem procurado explorar aspectos estruturais do mundo globalizado e como isso se reflete nas trajetórias e escolhas dos jovens. O aumento da expectativa de vida, aliado a novas necessidades e possibilidades atuais, abre precedentes para projetos e estilos de vida alternativos que escapam da seqüência tradicional de passagem para a vida adulta: saída da escola, entrada no mercado de trabalho, casamento e nascimento do primeiro filho. Em um passado não tão remoto, esses eventos se sucediam quase que imediatamente uns aos outros, o que tornava o processo de transição para a vida adulta “demograficamente denso” – como diria Billari (2001) – justamente pela concentração nas mesmas idades. Mas, uma vez que se tenha o espaçamento entre esses eventos no tempo – uma mudança no *timing* dos eventos – isso caracterizaria o prolongamento da transição para a vida adulta.

1.5 A teoria sobre o curso da vida sob revisão

Nas seções anteriores realizamos basicamente um recorrido histórico sobre as mudanças na percepção sobre o curso da vida. Nesta seção sistematizamos como essas mudanças têm se traduzido em novos conceitos.

The Structure of the Life Course: Standardized? Individualized? Differentiated? (2005)⁵, talvez seja a obra que melhor retrata o estado da arte no momento atual. Há consenso entre os autores desta obra de que importantes transformações no curso da vida se fizeram sentir de maneira especial no final do século XX e início do século XXI. Mas para além da apresentação de questões clássicas dos estudos do curso da vida, nos oferecem um panorama das controvérsias atuais: Afinal, o que mudou no curso da vida? O que há realmente de novo?

Boa parte da teoria sobre o curso da vida se fundamenta de uma forma ou outra nos conceitos-chave de trajetória e transições. O próprio estudo da transição para a vida adulta não desfrutaria da importância que tem, se não fosse pela centralidade que se credita a esta transição no encadeamento dos acontecimentos futuros e no papel que desempenha na definição de posições sociais galgadas pelos indivíduos. Isso, graças à percepção de que é principalmente na juventude que se adquire as credenciais que abrem ou fecham campos de possibilidades na progressão do curso da vida. Como afirmam Garrido e Requena (1996: 9), a juventude, que em si pode ser entendida como um processo de transição à vida adulta, é uma espécie de “segundo nascimento” onde cada qual precisa definir, adquirir, marcar e consolidar posições e papéis sociais por si mesmo.

Enquanto o conceito de trajetória dá conta da dinâmica de longa duração do curso da vida (é o próprio desenrolar da linha da vida dos indivíduos), o conceito de transição dá conta de períodos de guinadas ou ajustes nesta trajetória. Transições são períodos mais curtos e circunscritos no tempo, mas nem por isso menos importantes. Transições sinalizam o fim e o início de etapas de uma trajetória (MACMILLAN, 2005).

De acordo com Macmillan (2005: 4), o principal eixo do debate atual deriva de evidências de que o curso de vida estruturado, fundado em um conjunto normativo de etapas ordenadas em um contínuo, cede espaço a “conformações novas e potencialmente problemáticas”. Isto se verifica na descompressão dos marcos da vida adulta (por exemplo, maior espaçamento temporal entre a saída da casa dos pais e o casamento); aumento da sobreposição dos papéis sociais (estudar e trabalhar ou aposentar-se e não se retirar

⁵ MACMILLAN, R. (ed.). *The structure of life course: Standardized? Individualized? Differentiated?* Advances in life course research, vol. 9. Minneapolis: University of Minnesota, 2005.

completamente do mercado de trabalho); aumento da reversibilidade e instabilidade dos papéis sociais (o filho que retorna à casa paterna depois de ter tido a experiência de viver só ou em união conjugal) e desarticulação dos diferentes papéis que se tornam difíceis de conciliar ao longo das trajetórias individuais no decorrer da vida (sobretudo, as tensões entre vida familiar e profissional).

A tese da padronização e individualização – que a nosso ver se alinha completamente às colocações anteriormente feitas por Ariès (1978), Hareven (1999) e Debert (1999) – argumenta que, com o advento da industrialização e modernização, a organização da sociedade passa paulatinamente a se basear em indivíduos, e não em famílias e comunidades (BILLARI, 2001; FUSSELL, 2006). Na prática, isso significa que instituições como a escola, o mercado e o Estado agem diretamente sobre indivíduos classificados por idades. Contudo, essa tendência à padronização e à individualização seria constantemente complicada por flutuações econômicas, eventos históricos ou por desigualdades de gênero, raça e classe dentro de um mesmo grupo geracional (SHANAHAN, 2000).

Os trabalhos publicados em *The Structure of the Life Course: Standardized? Individualized? Differentiated?* (2005) dialogam diretamente com a tese da padronização e individualização, explorando os seus limites ou mesmo, em determinados casos, sua inadequação para o momento atual. O debate gravita em torno de conceitos dicotômicos sobre o que se passa com o curso da vida: padronização *versus* despadronização; institucionalização *versus* desinstitucionalização; homogeneização *versus* pluralização; e ainda diferenciação; e individualização.

Segundo Brückner e Mayer (2005: 32), “a padronização do curso da vida se refere a processos nos quais certos estados ou eventos específicos e a seqüência em que eles ocorrem se torna mais universal para uma dada população ou que seu *timing* torna-se mais uniforme”. Afirmar que o curso da vida é padronizado significa que na realidade há uma alta prevalência de determinados eventos que ocorrem em um mesmo *timing* e dentro de uma mesma seqüência para praticamente todos os indivíduos. A padronização está diretamente ligada à fixação de uma regularidade. Com a modernização (entendida como um conjunto de transformações que abarcam a urbanização, a transição demográfica, a universalização do sistema educacional, etc.) a regularidade se tornou tão difundida na

trajetória das pessoas que os limites formais de idade foram naturalizados (COUBÈS e ZENTENO, 2005). A *despadronização* dá conta justamente do fenômeno inverso, ou seja, da descompressão temporal dos eventos, quando se tornam mais desconectados, dispersos e se sucedem sem que se possa identificar uma ordem recorrente (BRÜCKNER e MAYER, 2005). A padronização descreve um cenário no qual a condição de estudante está relacionada à fase infanto-juvenil, quando os indivíduos são dependentes de seus pais e idealmente não trabalham; e a imagem do trabalhador é a do chefe de família com esposa e filhos e que encerrou sua carreira educacional. A *despadronização* dá conta do cenário no qual essas combinações de status escolar, ocupacional e conjugal que definem um e outro (e que guarda correspondência com idades fixas), se misturam, se confundem e levam a uma ampla gama de possibilidades alternativas.

Com a despadronização, uma trajetória de vida hegemônica como aquela em que os eventos se sucediam linearmente – saída da escola, entrada no mercado de trabalho, saída da casa dos pais, casamento e constituição de prole – perde o seu domínio antes quase absoluto. Surgem não só novas combinações destes eventos como se multiplicam estados intermediários em que o status do jovem muda, ele assume novas responsabilidades, mas ainda se diferencia do adulto. Por exemplo, entre a escola e o trabalho, há diversas modalidades de estágios; entre sair da casa dos pais e morar sozinho ou com cônjuge, há a experiência em repúblicas estudantis, dormitórios ou pensões. Entre estar solteiro ou casado, existe a prática intermediária de conservar um parceiro estável vivendo em casas separadas e do morar junto antes do casamento. Ocorre então aquilo que Brückner e Mayer (2005) nomeiam *diferenciação*, que é justamente o aumento do número de estados ou status ao longo do curso de vida.

A *institucionalização* do curso da vida (BRÜCKNER e MAYER, 2005) diz respeito às regras que orientam a estruturação do curso da vida. Trata-se, sobretudo, de marcos legais ou normativos. A legislação é sem dúvida o instrumento mais claro da institucionalização, quando estabelece uma faixa etária de escolaridade obrigatória, idades mínimas para o trabalho e a aposentadoria e também para o casamento. Dizer que o curso da vida está mais institucionalizado é reconhecer a influência ou mesmo a força de instituições (especialmente do Estado através da aplicação de legislações nacionais) nas trajetórias e

transições dos indivíduos daquela sociedade. A institucionalização sob certa ótica visa assegurar os direitos básicos dos cidadãos, mas o seu preço é a presença de um forte controle social sobre os indivíduos. A *desinstitucionalização* se aplica às realidades ou aspectos da vida nos quais os níveis de controle social tornam-se baixos. Os exemplos citados pelos autores vão desde a prática de alfabetização em casa, comum nos Estados Unidos, que retira o poder da instituição escolar sobre uma fase importante da formação infantil, até a prática de coabitação marital sem formalização da união, que representaria uma parcial desinstitucionalização do casamento ao prescindir da mediação de autoridades religiosas ou jurídicas.

A *pluralização* diz respeito ao aumento do número de estados observados ou possibilidades para uma população. O exemplo mais claro é o da pluralização das formas de família (BRÜCKNER e MAYER, 2005: 33). A pluralização de maneira ampla tem a ver com a maior heterogeneidade de trajetórias ou de estados possíveis, sendo o seu oposto, a *homogeneização* das experiências individuais.

A ampliação de possibilidades perfeitamente exequíveis gera maior heterogeneidade intragrupo etário. Quanto maior a heterogeneidade de combinações dos status escolar, laboral e familiar realizáveis, maior a complexidade do curso da vida e mais difícil se torna vislumbrar um padrão etário rígido para cada uma das transições. Isso sugere estar em curso um processo de crescente *individualização*. Brückner e Mayer (2005) se referem à individualização como conceito que designa a ocorrência de maior controle dos próprios indivíduos sobre os seus destinos.

À primeira vista pode-se imaginar que individualização, despadronização e desinstitucionalização formam um único pacote indissociável. No entanto há um paradoxo importante que vem sendo observado nos países industrializados: se por um lado a passagem para a vida adulta tem sido marcada pela individualização das trajetórias biográficas, por outro, têm proliferado também mecanismos de mediação institucional que procuram funcionar como facilitadores dessa transição. Podemos citar como exemplo, os programas estatais que buscam aproximar empresas e escolas. Ou seja, as instituições não desapareceram por completo, pelo contrário elas têm papel ativo e renovado na transição para a vida adulta.

Embora em um primeiro momento possa parecer claro que a individualização corresponde a uma forma de organização da vida mais livre e aberta a possibilidades que fogem a padrões normativos rígidos, ela também pode compactuar e mesmo reforçar desigualdades que colocam em xeque os limites dessa maior liberdade.

Mesmo no Brasil, onde essas discussões são postas mais tardiamente se comparado aos Estados Unidos e à Europa, está claro que atualmente vivemos um momento de maiores possibilidades de realização individual. Essas possibilidades representam para uma parcela da população oportunidades diferentes daquelas muito mais restritivas que caracterizaram o curso da vida de gerações anteriores. A universalização do sistema escolar, a participação feminina no mercado de trabalho e uma maior aceitação de uma pluralidade de formas de família são fatores que, conjugados, trabalham para flexibilizar o curso da vida, em especial o das novas gerações. Todavia, os constrangimentos não deixaram de existir. Talvez tenham se tornado menos claros, mas nem por isso, menos imperiosos. Uma coisa é supor que os indivíduos podem eleger livremente os caminhos de sua trajetória em um contexto de igualdade de oportunidades. A liberdade pode ceder lugar ao abandono à própria sorte em contextos onde a estrutura de oportunidades é restrita e desigual segundo as clivagens de gênero, cor e renda.

1.6 Mudanças na transição para a vida adulta e suas ambigüidades

Um dos autores mais proeminentes dos estudos sobre o desenvolvimento humano definiria o indivíduo adulto jovem como alguém que:

Está preparado para a intimidade, isto é, a capacidade de se confiar a filiações e associações concretas e de desenvolver a força ética necessária para ser fiel a essas ligações, mesmo que elas imponham sacrifícios e compromissos significativos (ERIKSON, 1976: 242).

Mas, para além de criar e manter vínculos de intimidade, o que para Erikson é próprio do adulto é a “generatividade”, entendida como:

(...) a preocupação relativa a firmar e guiar a nova geração, embora haja indivíduos que, por falta de sorte ou porque tenham aptidões especiais e genuínas em outras direções, não aplicam essa orientação a seus próprios filhos. E, na realidade, o conceito de generatividade abrange sinônimos mais populares como produtividade e criatividade, que, entretanto, não podem substituí-lo (...). Se este livro [Infância e Sociedade] fosse sobre a idade adulta, seria

indispensável e proveitoso comparar agora as teorias econômicas e psicológicas (começando com as estranhas convergências e divergências de Marx e Freud), e proceder a uma análise da relação do homem com sua produção assim como com a sua progênie (ERIKSON, 1976: 246-247).

Nesta visão, a generatividade é a essência da vida adulta. O indivíduo adulto é aquele que realiza, constrói, produz e reproduz. Quando se discute o alongamento da juventude, ou de modo mais amplo, o prolongamento de períodos transitórios – a ponto de alguns defenderem que já não se tratam de transições, mas de novas fases em si, ou “novas idades da vida” (RAMOS, 2006) – de uma perspectiva coletiva, o que está em xeque é quem produz e se reproduz. A resposta à questão de quem produz e se reproduz lentamente se modifica, seja pelo fato de os jovens se manterem por mais tempo dependentes de seus pais e sem prole, ou em razão de os mais velhos se manterem ativos e muitas vezes integrados ao mundo produtivo por mais tempo.

Em carta endereçada à Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Livi-Bacci (2006) chama a atenção para uma faceta ainda pouco explorada do adiamento da entrada dos jovens na idade adulta ou, como ele denomina: a “síndrome do adiamento”. Ele vê esse retardamento da entrada na vida adulta como um “gradual desempoderamento dos jovens”. Na prática, isso significa que, no contexto europeu, os jovens de hoje têm menor importância social, política e econômica do que já tiveram em décadas anteriores. Isto porque, atualmente:

Os jovens saem do sistema educacional mais tarde, entram no mercado de trabalho mais tarde, deixam a casa dos pais e constituem sua própria família também mais tarde. A transição deles tem sido mais lenta e sua completa autonomia – incluindo independência econômica – é alcançada em idade mais alta quando comparado à geração de seus pais. Isso tem importantes consequências sociais e econômicas: os jovens estão sendo “desempoderados” social, política e economicamente. Eles estão constrangidos a permanecerem nos níveis mais baixos da escala social por mais tempo, na política eles contam menos do que antes, e seus salários e rendimentos têm declinado proporcionalmente em relação à renda das pessoas com idade acima de 40 anos (LIVI-BACCI, 2006: s.n.) [tradução livre].

Ainda acompanhando este raciocínio, do ponto de vista demográfico, o “desempoderamento” dos jovens favorece o declínio da fecundidade por dois motivos: 1) Por razões biológicas. Pois com o adiamento em massa da constituição de prole para depois dos 35 anos – quando a capacidade de procriação começa a declinar – aumenta o risco real de que muitas pessoas tenham um número de filhos menor do que gostariam ou

simplesmente não consigam ter filhos por conta da baixa fertilidade ou infertilidade; 2) Por razões econômicas. As necessidades educacionais e de formação são numerosas e caras. Somado a isso, mantidas as condições atuais, pode-se prever que o sustento dos filhos onerará os pais por muito mais tempo, aproximadamente por três décadas. Conseqüentemente, à medida que os custos de ter e criar filhos crescem, a fecundidade tende a se manter em patamares bastante baixos, se de antemão os pais calculam que terão de se preocupar com o sustento de seus filhos por quase três décadas.

É certo que, como afirma Livi-Bacci, no caso brasileiro, a formação de uniões conjugais e a reprodução seguem sendo prerrogativas dos jovens⁶. Mas, se por um lado, as atuais mudanças no processo de transição para a vida adulta não chegam a ser uma ameaça direta à fecundidade nacional, como, ao que parece, pode estar ocorrendo na Europa, elas repercutem diretamente em outro debate bastante caro à demografia brasileira: a chamada “janela de oportunidades”.

Há no processo de transição demográfica um período mais ou menos longo no qual as populações concentram maiores proporções de indivíduos jovens e adultos e, portanto, em idade produtiva. É o que se convencionou chamar de “janela de oportunidades” (CARVALHO e WONG, 1998). A suposição básica postulada por essa noção é de que, havendo mais gente apta a produzir e menor número de crianças precisando de serviços básicos de saúde e educação (bem como uma proporção ainda reduzida de idosos), há a possibilidade de

⁶ De acordo com Mensh (1998: 64), a idade média ao formar a primeira união conjugal tem se mantido praticamente constante não só no Brasil como em boa parte da América Latina. Dados da DHS (*Demographic Health Survey*) datados da década de 1990 para países latino-americanos selecionados (Bolívia, Brasil, Colômbia, República Dominicana, Guatemala, Haiti, Paraguai e Peru) revelam que mulheres de diferentes coortes de nascimento (com idades entre 25 e 44 anos ao responder o questionário), tinham invariavelmente formado par conjugal em idades praticamente idênticas. No caso do Brasil, a idade média ao formar o primeiro par conjugal foi de 21 anos em todos os grupos etários considerados (25-29 anos; 30-34 anos; 35-39 anos e 40-44 anos). Porém, o tempo transcorrido entre o casamento e o nascimento do primeiro filho, aumentou. Enquanto entre as mais velhas o nascimento do primeiro filho ocorreu em média 17 meses após o estabelecimento da união, esse intervalo de tempo foi gradativamente aumentando, de forma que entre as mulheres do grupo etário mais jovem o primeiro filho nasceu em média 21 meses após a união. Nugent (2006), afirma que em todo o mundo tanto os homens quanto as mulheres têm se casado mais tarde à exceção da América do Sul. Vale sublinhar que esta visão que tende a ver a realidade latino-americana como praticamente estática ao longo do tempo é proveniente da literatura estrangeira. Filgueira e Peri (2004), entretanto, afirmam que nos países do Cone Sul (Argentina, Chile e Uruguai) – pioneiros no que se refere à primeira transição demográfica, no contexto latino-americano – já é possível identificar características que seguem a tendência de convergência com as linhas gerais da segunda transição demográfica, como por exemplo, o aumento da idade ao casar.

menores gastos sociais, aumento da renda *per capita* e maior poupança. No entanto, muito se tem salientado que a equação não pode ser tomada de forma tão direta, uma vez que a janela de oportunidades pode se “estretar”, ou ainda se “fechar” à medida que o processo de transição demográfica avança desvinculado de um crescimento econômico satisfatório. Trata-se de um daqueles casos já clássicos onde o comportamento demográfico pode facilitar, mas nunca determinar ganhos sociais. Para que a fase favorável ao desenvolvimento passe de uma possibilidade à realidade, tanto a economia quanto as políticas públicas precisam agir em sintonia com o momento demográfico. Em parte, os desafios e os limites da janela de oportunidades, se estamos aproveitando-a ou não, depende de como nossos adolescentes e jovens fazem a transição para a vida adulta hoje, e sob quais condições.

Nos anos 1970, muito se especulou sobre a relação entre crescimento demográfico e desenvolvimento econômico. Havia os pessimistas, que viam a eminência de uma explosão demográfica e com ela o aumento da pobreza. Havia os otimistas, para quem o crescimento demográfico deveria ser visto como um estímulo ao crescimento econômico; e havia ainda os neutralistas, defensores da tese de que o crescimento populacional não tem efeito significativo sobre o crescimento econômico. Hoje ainda permanece em alta o debate sobre a relação entre população e desenvolvimento econômico, mas houve uma importante mudança de foco. Como afirmam Bloom, Canning e Sevilla, (2003), há uma dimensão crítica da dinâmica populacional que hoje não pode mais ser ignorada. Trata-se da *evolução da estrutura etária da população*. O significado prático disso é que a questão não é mais apenas o ritmo do crescimento populacional, mas as mudanças operadas na distribuição etária da população enquanto ela cresce (BLOOM, CANNING e SEVILLA, 2003). A mudança na estrutura etária é um processo que necessariamente acompanha a transição demográfica (MALMBERG e LINDH, 2004).

Percebe-se empiricamente que o crescimento populacional durante a transição demográfica não é uniformemente distribuído ao longo dos diferentes grupos etários. Ao contrário, as taxas de crescimento de diferentes grupos etários seguem um padrão desigual. No início da transição demográfica, o crescimento populacional é concentrado na porção mais jovem da população. Em um segundo momento, cresce a participação dos jovens

adultos e, na seqüência, aquela da população de meia-idade e do segmento composto pelos idosos, em sintonia com o envelhecimento populacional. A partir desta constatação, multiplicam-se os estudos que buscam encontrar uma correlação entre estrutura etária e crescimento econômico, tendo como *proxy* o aumento da renda *per capita* (LINDH e MALMBERG, 1999; MACUNOVICH, 1998; BLOOM, CANNING e SEVILLA, 2003; LIDDLE, 2003; MALMBERG e LINDH, 2004).

Um dos argumentos mais utilizados na defesa de políticas de intervenção buscando baixar a fecundidade em países em desenvolvimento era de que os pobres eram pobres porque tinham muitos filhos. Assumia-se o pressuposto de que o aumento da fecundidade ou dos nascimentos tem um impacto imediato negativo sobre a economia, embora o eventual aumento da população economicamente ativa em longo prazo tenha impacto positivo. Alta fecundidade gera alta taxa de dependência infantil, é mais gente inativa (0-14 anos) dependendo de um número muito menor de pessoas em idade ativa (15 a 64 anos). Isso fez muitos especialistas suporem que o aumento percentual da população em idade ativa seria um fator que contribuiria para o aumento da renda *per capita*. Entretanto, estudos internacionais recentes mostram que um aumento da proporção de indivíduos jovens de 15 a 29 anos na população tem efeito ambíguo, ou mesmo negativo, sobre o aumento da renda *per capita* (LINDH e MALMBERG, 1999; LIDDLE, 2003; MALMBERG e LINDH, 2004).

Para Malmberg e Lindh (2004), o aumento da proporção de jovens de 15 a 29 anos é particularmente negativo para o crescimento da renda *per capita* em populações nas quais a esperança de vida é superior a 70 anos. Quando a esperança de vida é superior a 70 anos, os melhores prospectos de geração de renda parecem se concentrar entre as pessoas de 30 a 64 anos. Portanto, espera-se um aumento da renda *per capita* se a população alcança uma elevada proporção de pessoas nessas idades. Cogita-se que o aumento da proporção de jovens de 15 a 29 anos não tem produzido o aumento da renda *per capita* esperado, em virtude do aumento da duração da educação e até da provável reestruturação do curso da vida afetado pelo aumento da esperança de vida.

Pode-se dizer que se as expectativas referentes às diferentes fases da vida mudam, o balanço entre idades consideradas dependentes e idades produtivas também pode ser em parte alterado, o que tem um relativo impacto sobre a janela de oportunidades. Se estes

jovens estão de fato se qualificando, podem estar adiando sua contribuição social, mas futuramente ela será dada à altura do investimento feito. Por outro lado, se a dependência se prolonga por ausência de alternativa, como resultado de uma simples exclusão social, quer do sistema produtivo ou educacional, a idéia de um bônus demográfico cai por terra.

1.7 A transição para a vida adulta e a Segunda Transição Demográfica

Há na literatura especializada recente (ELZINGA e LIEFBROER, 2007; GAUTHIER, 2007) certa ênfase no potencial explicativo que o processo de transição para a vida adulta oferece para a compreensão da dinâmica demográfica. Esses autores classificam o aumento de complexidade do processo de transição para a vida adulta como traço constitutivo da Segunda Transição Demográfica.

Embora a discussão sobre a segunda transição demográfica seja polêmica e pouco conclusiva, a idéia central é de que a partir da segunda metade do século XX, mais precisamente dos anos 1960 em diante, os países industrializados entram em um “novo estágio de seu desenvolvimento demográfico” (LESTHAEGHE e VAN DE KAA, 1986; LESTHAEGHE, 1995; VAN DE KAA, 2002). O traço distintivo desta nova fase é que se atinge o mais completo controle sobre a fecundidade já alcançado nas sociedades ocidentais. O efeito disto não é apenas o declínio das taxas de fecundidade total, pois isto já ocorria nas etapas mais avançadas da primeira transição demográfica. A característica determinante é que a fecundidade não raro se mantém abaixo do nível de reposição populacional – 2,1 filhos por mulher – de forma consistente ao longo do tempo.

A Teoria da Segunda Transição Demográfica explica este fenômeno a partir de mudanças na família. Na verdade, a diminuição drástica da fecundidade é apenas uma das evidências empíricas deste novo regime (LESTHAEGHE, 1995), que é também marcado pela diminuição das taxas de nupcialidade e pelo aumento do divórcio, das uniões consensuais e dos nascimentos fora de uniões legais.

A novidade da segunda transição demográfica frente à primeira é que teria havido uma profunda mudança nas motivações que levam à redução da fecundidade. Enquanto na primeira transição demográfica a força motriz do controle da fecundidade fazia parte de

uma estratégia de mobilidade social, conquista de bem-estar e de um futuro melhor para os filhos, na segunda transição demográfica esse controle é exercido em nome de projetos individuais de auto-realização.

Van de Kaa (2002) qualifica as motivações que levaram ao declínio da fecundidade europeia, em finais do século XIX e começo do século XX, de “altruístas”, porque se fundamentavam em concepções próprias da família nuclear burguesa que adotam os filhos como um valor, o centro de investimentos tanto emocional como financeiro. No mundo desenvolvido pós-revolução cultural dos anos 1960, que colocou em andamento a crescente emancipação feminina e a separação entre sexo e reprodução, os indivíduos passam a esperar mais da vida e de seus relacionamentos (LESTHAEGHE, 1995). Pode-se dizer que o centro dos investimentos emocional e financeiro torna-se o “eu” – as necessidades, a expressão e os desejos individuais. Ou seja, a conduta e a avaliação sobre a margem de escolhas, passam a se pautar em valores individualistas.

O aumento do tempo de vida dedicado à escolarização é frequentemente relacionado à postergação da entrada na vida adulta. Por um lado, isso é reflexo da macro-estrutura sócio-econômica que exige maior qualificação profissional. Mas, de uma perspectiva micro, do ponto de vista individual, é um investimento em si próprio, visando potencializar sua inserção no mercado de trabalho. É tanto uma questão de sobrevivência no mercado, como de auto-realização profissional. Dois outros pontos-chave da transição para a vida adulta – a constituição do par conjugal e o nascimento do primeiro filho – são diretamente afetados pela segunda transição demográfica, dada a tendência de adiá-los para idades mais tardias.

Apesar de o discurso sobre a segunda transição demográfica ser problemático, porque é difícil generalizá-lo para além do contexto europeu, ou de outros países industrializados, sem incorrer em simplificações excessivas, não é por acaso que nos referimos a ele. Além das implicações óbvias que os valores individualistas vigentes na segunda transição demográfica trazem para a transição para a vida adulta, há um outro desafio a ser enfrentado. Isso porque, assim como se pode questionar se existe uma segunda transição demográfica na América Latina, ou matizar particularidades específicas do contexto latino-americano (CABELLA, 2006), analogamente, quando se discute mudanças no processo de transição para a vida adulta nesta região, também se deveria questionar até que ponto elas

seguem as mesmas tendências observadas nos países desenvolvidos. O aumento de complexidade e de heterogeneidade deste processo pode ocorrer por razões distintas nesta parte do mundo.

É certo que em muitos países desenvolvidos há altos índices de desemprego e a dificuldade de inserção estável no mercado de trabalho contribui para o adiamento da investidura de papéis adultos, prolongando o estado de dependência⁷. Contudo, Caldwell, Caldwell e McDonald (2002), chamam a atenção para o fato de que ao menos a postergação de dois marcos transicionais (casamento e constituição de prole) não ocorrem necessariamente por razões econômicas. Os autores observam que há forte mudança nas aspirações dos jovens. Eles desejam viajar, “encontrar a si mesmos como indivíduos”, acumular experiências diversas e significativas do ponto de vista existencial.

Ainda que essas aspirações juvenis encontrem ressonância em alguns segmentos de nossa sociedade, pode-se questionar o seu grau de difusão, seu poder de persuasão e de transformação dos comportamentos.

1.8 Autonomia e independência: as duas dimensões da individualização

Para Singly (2000), o processo de individualização pode ser entendido como um percurso que leva cada pessoa à afirmação de um eu individualizado. De certa maneira, é quando o indivíduo conquista espaço para ser o protagonista de sua própria história de vida e passa a buscar mais do que nunca a satisfação de si. A satisfação de si (um desejo que se converteu em direito com a hegemonia do individualismo), não se confunde com o egoísmo, que resultaria em um isolamento permanente e na negação da necessidade do outro. Por mais contraditório que possa parecer, o individualismo não nega a necessidade relacional do “eu”. O que se torna uma questão são as bases em que estarão fundamentadas as relações. Todas as relações humanas devem ser pautadas na igualdade, na negociação e não devem impor obstáculos a que os indivíduos se tornem e se conservem autônomos. A

⁷ Ver Furlong e Kelly (2005). Os autores defendem a tese de que a transição para a vida adulta na Austrália e no Reino Unido poderia estar sofrendo o impacto da “brasilianização”. Eles usam este termo para descrever a precarização do trabalho no primeiro mundo, que estaria assumindo características já conhecidas no terceiro mundo, ou seja, informalidade, instabilidade e altos índices de desemprego. Esse processo atingiria em cheio os jovens que teriam suas possibilidades de conquista de autonomia drasticamente afetadas.

espontaneidade e o desejo de estar junto são o que viabiliza a sobrevivência de relacionamentos na esfera privada. Assim, o individualismo enquanto valor não exclui a possibilidade de coabitação intergeracional, desde que a igualdade e a negociação estejam asseguradas no relacionamento entre pais e filhos de quaisquer idades. Em contrapartida, todas as relações – inclusive as familiares e conjugais – estão permanentemente sujeitas a rupturas. Não é à toa que o aumento do número de divórcios e de casos de rompimentos entre pais e filhos se faz tão freqüente, os quais servem de mote para debates alarmistas sobre a “instabilidade familiar” e “o fim da família”.

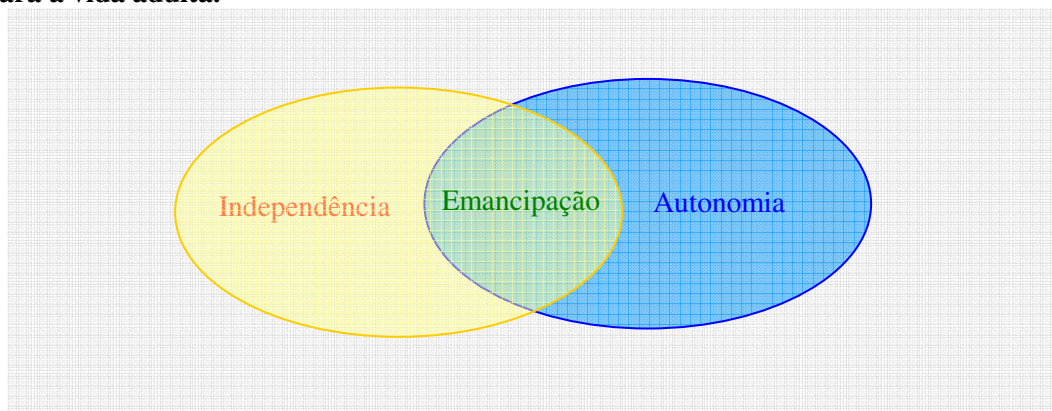
Como assinala Singly (2000), o processo de individualização é composto por duas dimensões: a autonomia e a independência. A independência está mais vinculada a aspectos econômicos. Seria a capacidade de gerar recursos com os quais prover o auto-sustento. Se observarmos os discursos que ouvimos cotidianamente, o sentimento de ser independente está altamente associado a ter o próprio dinheiro e responder pelo próprio consumo. Já a autonomia é a capacidade de agir por si, voluntária e espontaneamente, em concordância com as próprias convicções e em observância às leis em vigor na sociedade. Ela pressupõe certo desenvolvimento intelectual e emocional, pois exige que a capacidade de julgamento esteja desenvolvida. Nesse caso, julgar é mais do que saber o que é certo e o que é errado. Implica conhecer as regras, elaborar sobre elas e definir um plano de conduta a partir do qual o indivíduo estará apto a se auto-avaliar.

Obviamente, quando comparada à autonomia, a independência é muito mais fácil de ser captada e mensurada, pois a primeira está associada mais estreitamente à construção da subjetividade, enquanto a segunda parece passível de ser observada adotando-se critérios mais externos. Contudo, não é sempre que o processo de individualização se desenvolve sem obstáculos. Na prática, é possível alcançar autonomia sem independência e independência sem autonomia. Nas relações de gênero, a independência sem autonomia pode ser mais evidente, especialmente entre mulheres de mais idade e de setores populares (mas não só entre elas). Boa parte delas viveu um período histórico de intensa inserção feminina no mercado de trabalho, mas havia sido socializada segundo os padrões de domesticidade e de dedicação da mulher ao marido sem cobrança de contrapartida. Muitas

se converteram na principal provedora de suas famílias, mas não necessariamente alcançaram a autonomia, aceitando papéis que lhes exigiam abnegação e renúncia.

Por outro lado, a autonomia sem independência tem se tornado um dos maiores desafios a serem superados pelas novas gerações no processo de transição para a vida adulta. Entendemos que a plena emancipação do jovem ocorre quando ele consegue fazer convergir autonomia e independência. As transições tardias e com restrições são muitas vezes consequência exatamente da dificuldade de conjunção entre autonomia e independência de que trata Singly (2000).

Figura 2 – Caráter específico do processo de individualização no período de transição para a vida adulta.



Fonte: Elaboração própria a partir das formulações de Singly (2000).

A dificuldade de conjunção entre autonomia e independência que se observa na transição para vida adulta não afeta, ou diz respeito, apenas às histórias dos indivíduos. Hareven (1978) e Elder Jr. (1978) já salientaram que as análises do curso de vida sustentam-se em três princípios: 1) Sincronia entre as transições individuais e aquelas familiares; 2) Estreita relação entre transições do curso de vida e mudanças históricas; 3) Impacto cumulativo das primeiras transições sobre as subseqüentes. Portanto, o adiamento ou aceleração da passagem à vida adulta traz implicações importantes para a família e a sociedade.

Em observância ao primeiro princípio, podemos ver a transição para a vida adulta como um momento crítico, tanto na trajetória dos indivíduos quanto no ciclo de desenvolvimento das famílias e dos domicílios. Para considerarmos estritamente as

dimensões que dizem respeito diretamente à família nessa transição, quando um jovem se casa, ou simplesmente sai da casa dos pais, este é um marco tanto no curso de vida individual, quanto no ciclo de desenvolvimento familiar, bem como afeta o tamanho e a composição do domicílio. Se o jovem constitui novo domicílio, diminui o número de membros do domicílio de origem. Quando ocorre formação de par conjugal com co-residência junto à família de origem, o domicílio é estendido. Ainda no caso de haver casamento, aumenta-se a rede de parentesco e sociabilidade, ou, de todo modo, estarão em aberto algumas redefinições de posições no domicílio e, conseqüentemente, na família: a) potencial sucessão de chefia do domicílio com o passar do tempo, se houver co-residência geracional; b) havendo mudança para um novo domicílio (neolocalidade), passa-se da posição de filho/filha a de chefe/cônjuge; ou c) em caso de se assumir a posição de genro/nora do chefe do domicílio, se o domicílio antes era habitado por família nuclear, converte-se automaticamente em domicílio de famílias conviventes.

Quanto ao segundo princípio, acerca das conseqüências de processos históricos sobre o *timing* das transições, constrangimentos econômicos e demográficos, assim como a legislação e a cultura, ajustam o ritmo de quaisquer transições. Logo, a transição para a vida adulta não seria exceção. A expansão do sistema educacional e a evolução das leis que desestimulam o trabalho infantil, ou a imposição de uma idade mínima para o casamento, são exemplos de como processos históricos podem atuar para postergar o exercício de responsabilidades adultas frente à família e ao mundo produtivo, autorizando este ou aquele indivíduo a assumir com propriedade e legitimidade o status adulto.

Sobre o terceiro princípio – de que as primeiras transições produzem efeitos sobre as demais transições que se seguem – parece perfeitamente plausível supor que escolhas tomadas no presente restrinjam ou ampliem leques de escolhas futuras, assim como as alternativas abertas ao indivíduo jovem no presente são determinadas por condições delineadas por seu *background* familiar, rede de relacionamentos e experiências anteriores.

Sobre os efeitos que as primeiras transições produzem sobre as subseqüentes, é obviamente presumível que a baixa escolaridade e capacitação profissional incipiente funcionam como fator restritivo à inserção na esfera produtiva.

Já no que diz respeito ao papel desempenhado pelas famílias, a relação não é tão direta e unívoca. Porque elas podem tanto facilitar, quanto impor obstáculos significativos à entrada dos jovens na vida adulta.

A família é sem dúvida um valor no Brasil (SARTI, 1996; ALMEIDA, 2007). Da perspectiva dos estudos de transição para a vida adulta, ela deve estar entre os principais fatores condicionantes desse processo. Segundo Da Matta (1987: 125), na sociedade brasileira: “Quem não tem família já desperta pena antes de começar o entrecho dramático; e quem renega sua família tem, de saída, a nossa mais franca antipatia”. Para ele, isso ocorre porque ela funciona no Brasil como a principal prestadora de serviços, é ao mesmo tempo o banco quando se precisa de empréstimos, o hotel quando não se tem para onde ir, a agência de emprego, etc. Não ter família é não ter a quem recorrer e, renegá-la, é se negar a prestar auxílio. Em ambos os casos, por força das circunstâncias, ou por vontade, são as relações de reciprocidade, lealdade e solidariedade que estão comprometidas.

Para Da Matta (1987: 135): “quanto mais aristocratismo e rede de pessoas me apóiam mais individualista posso ser”. O próprio processo de emancipação dos jovens também está atrelado a esta máxima. A família, principalmente para os jovens de classe média, pode ser definida como “porto seguro”. Eles podem dar vazão ao individualismo enquanto valor. Eles podem se abrir a experimentações e mesmo recuar diante de uma das travessias mais difíceis do curso da vida, que é entrar de modo permanente e duradouro na vida adulta. Enquanto em camadas populares a metáfora mais apropriada para a família talvez seja a de uma espécie de “tábua de salvação”. Diferentemente da situação anterior, onde a família como “porto-seguro” confere apoio, suporte e estabilidade ao jovem; a família como “tábua de salvação” oferece apoio e suporte, mas está tão *à deriva*, em condição tão instável e vulnerável quanto o próprio jovem. Logo, não há espaço para experimentações. Quando existe, essa margem de experimentação é bem pequena. A definição da nova condição de adulto toma certa urgência. As desigualdades quanto aos recursos familiares e ao poder e alcance da rede social a qual se pertence, bem como as negociações estabelecidas no interior da família, têm influência direta sobre o potencial de realização emancipatória individual. No plano coletivo, conduzem a transições para a vida adulta diferenciadas de acordo com a posição social de origem.

Capítulo II
Mudanças demográficas e institucionais:
o cenário da transição para a vida adulta em São Paulo

O objetivo deste capítulo é apresentar as principais mudanças demográficas ocorridas em São Paulo e no Brasil na segunda metade do século XX e princípios do século XXI. Tais mudanças afetam o processo de transição para a vida adulta na medida em que foram fundamentais na determinação do tamanho das coortes mais jovens do país e do Estado paulista. Como veremos a seguir, essas mudanças produziram o fenômeno da “onda jovem” cuja mera existência é capaz de impor desafios importantes para os gestores de políticas educacionais e de geração de emprego e renda. Recuperar essas mudanças lança luz sobre os caminhos que nos levaram a dois momentos nos quais houve uma grande proporção de jovens na população: nos anos 1970 e na virada do século, finais dos anos 1990 e princípios da década de 2000.

Outro aspecto chave desenvolvido aqui, diz respeito às mudanças institucionais operadas no Brasil e em São Paulo que incidem diretamente na transição para a vida adulta. Transformações em instituições tais como a escola, o mercado de trabalho e a família influenciam no ritmo das transições, sejam através da fixação de marcos etários legais, da persistência ou renovação de valores, ou dos constrangimentos inerentes à conjuntura do momento histórico em que uma coorte precisa realizar sua transição.

2.1 As mudanças demográficas no Brasil e em São Paulo na segunda metade do século XX

Os primeiros indícios da transição demográfica no Brasil costumam ser situados no período pós-Primeira Guerra Mundial, quando as taxas de mortalidade começam a declinar substancialmente (PATARRA e OLIVEIRA, 1988; MEDICI e BELTRÃO, 1995; BRITO et al., 2008c).

A transição demográfica é comumente descrita como sendo composta por quatro fases. Na primeira fase, caracterizada por altas taxas de fecundidade e de mortalidade, a população apresenta baixo crescimento vegetativo. Na segunda fase, marcada pelo declínio

das taxas de mortalidade e conservação das taxas de fecundidade em patamares elevados, o crescimento vegetativo aumenta consideravelmente. Na terceira fase, as taxas de mortalidade se conservam baixas e as taxas de fecundidade já apresentam um substancial declínio, é o momento em que a estrutura etária da população se transforma. A base da pirâmide etária se estreita, e progressivamente perde o formato piramidal, assumindo lentamente um aspecto retangular. Nesta fase, o crescimento vegetativo vai se desacelerando gradativamente. Contudo, isso não impede que haja ainda um incremento populacional significativo em termos absolutos, dada a inércia populacional. Ou seja, analogamente, é como um carro que está sendo freado, mas logicamente não interrompe seu movimento abruptamente. Na quarta fase, as taxas de fecundidade e mortalidade se estabilizariam em níveis muito baixos, a população encontra-se bastante envelhecida e o crescimento populacional é nulo ou negativo (ALVES e BRUNO, 2006; BRITO et al., 2008c). Dentro deste esquema bastante geral da transição demográfica, o Brasil estaria na terceira fase deste processo (BRITO et al., 2008b e 2008c).

Tabela 1
Indicadores sócio-demográficos selecionados, Brasil (1940-2000)

<i>Ano</i>	<i>Taxa de fecundidade total</i>	<i>Taxa de analfabetismo (15 anos e mais)</i>	<i>Esperança de vida (em anos)</i>
1940	6,16	54,50	42,74
1950	6,21	50,30	45,90
1960	6,28	39,50	52,37
1970	5,76	32,94	52,49
1980	4,35	25,41	61,74
1991	2,85	20,07	66,03
2000	2,38	13,63	68,55

Fonte: IBGE, *Séries Estatísticas & Séries Históricas*. Diversas tabelas.
http://www.ibge.gov.br/series_estatisticas/

Na segunda metade do século XX, ocorre um notável crescimento da população brasileira. Em 1940, a população do país não atingia sequer a marca de 50 milhões de habitantes. A maior taxa de crescimento populacional se registrou entre os anos 1950 e 1970, quando esteve por volta de 2,5 a 3% ao ano. O resultado disso é que houve um acréscimo de 35 milhões de pessoas em apenas vinte anos. Ou seja, entre 1950 e 1970, a população total do país passa de aproximadamente 60 milhões para 95 milhões de

habitantes. Entretanto, a partir dos anos 1970, observa-se uma tendência consistente de declínio da fecundidade, desencadeando a desaceleração do crescimento populacional. Em 2000, a população recenseada foi de aproximadamente 170 milhões de habitantes. Mesmo tendo uma taxa de fecundidade próxima do nível da reposição populacional (2,1 filhos por mulher) em 2000, estimativas apontam que a população continuará a crescer até a década de 2030. As últimas projeções divulgadas pelo IBGE (2008) indicam que, baseado no declínio da taxa de crescimento da população brasileira observado desde os anos 1970, atingiremos a taxa de crescimento zero por volta de 2039. A partir de então, se confirmadas as projeções de que a taxa de crescimento populacional manterá seu ritmo de declínio, tornando-se negativa, a população brasileira começará a diminuir em números absolutos.

A melhora de alguns indicadores sócio-demográficos, como a diminuição da mortalidade infantil e o aumento da esperança de vida, ganha paulatinamente maior importância para explicar o crescimento populacional que o próprio nível da fecundidade. Em 1940, a mortalidade infantil no Brasil era de 140 óbitos por mil nascidos vivos. Em 2000, esse índice cai para 30 por mil (BRITO et al., 2008a). Simultaneamente, entre 1940 e 2000, houve um acréscimo de expressivos vinte e seis anos na esperança de vida do brasileiro (Tabela 1). Dados mais atuais indicam que em 2008 a mortalidade infantil declinou ao patamar de 23,3 óbitos por mil nascidos vivos e a esperança de vida do brasileiro de ambos os sexos atinge sua melhor marca já registrada, 72,78 anos (IBGE, 2008).

Um dos maiores efeitos da dinâmica demográfica dessas últimas décadas – sob impacto da diminuição da mortalidade (especialmente infantil), declínio da fecundidade e aumento da esperança de vida – tem sido a transformação da estrutura etária da população. Duas características básicas desse processo são: o crescimento da população em idade ativa e o paulatino envelhecimento populacional.

Embora muito se discuta sobre as conseqüências do envelhecimento populacional em longo prazo, a população brasileira é ainda fundamentalmente jovem. Mais da metade da população tinha menos de 30 anos em 2000, enquanto em países que já sofrem os efeitos do envelhecimento populacional (Japão, Itália ou mesmo França), a idade mediana da população rondava os 40 anos (BRITO et al., 2008a).

Carvalho (1993) ressalta que a estrutura etária de uma população é produto da fecundidade e da mortalidade do passado, de sete ou oito décadas anteriores. Os altos níveis de fecundidade registrados em décadas anteriores à propagação dos métodos anticoncepcionais, que só se difundiram a partir dos anos 1960, associados à queda da mortalidade observada no país desde os anos 1950, explicam a elevada proporção de mulheres em idade fértil no Brasil de finais dos anos 1970 e início dos anos 1980 (BERCOVICH e VELLÔZO, 1985). Assim, mesmo com o declínio rápido e generalizado da fecundidade, o volume de crianças nascidas nos anos 1980 foi muito grande, por conta do número de mulheres tendo filhos naquele período.

Cunhou-se em Demografia o conceito de *descontinuidade etária* para dar conta dessas situações nas quais:

(...) por alterações dos fatores que intervêm na dinâmica demográfica – fecundidade, mortalidade e migrações – a pirâmide etária pode sofrer alargamentos ou estreitamentos na sua base, ou seja, aumento ou diminuição do número de nascimentos. (...) Chamamos de onda o momento de alargamento de uma determinada faixa etária (SEADE, 1998: 3).

As ondas jovens⁸ ocorrem no Brasil nos períodos 1965-1980 e 1990-2000. A década de 1980 foi, por conseguinte, o momento da retração das coortes jovens (BERCOVICH e MADEIRA, 1990).

Tabela 2
Evolução das taxas de fecundidade total, no Brasil e no Estado de São Paulo (1950-2000)

<i>Ano</i>	<i>Brasil</i>	<i>São Paulo</i>
1950	6,21	4,56
1960	6,28	4,48
1970	5,76	4,10
1980	4,35	3,20
1991	2,85	2,28
2000	2,38	2,05

Fonte: Para Brasil, IBGE, *Séries Estatísticas & Séries Históricas* (disponível *on line* no site do IBGE). Para São Paulo, de 1950 a 1980, Berquó (1986). Para São Paulo 1991 e 2000, IBGE/Resultados definitivos do Censo 2000, disponível *on line*.

⁸ Termo usado para se referir ao fenômeno em que uma coorte larga, comparada às coortes adjacentes, ascende ao grupo etário 15-24 anos, conforme a definição de juventude empregada por Bercovich e Madeira (1990).

Pode-se afirmar que as mudanças demográficas descritas acima foram vivenciadas ora mais cedo, ora mais intensamente, no Estado de São Paulo. É notório que o declínio da fecundidade em São Paulo precede o declínio observado para o país (Tabela 2). Da mesma maneira, Bercovich e Madeira (1993: 6) qualificam a onda jovem como mais “sinuosa” e “com maior vigor” neste Estado se comparado ao quadro nacional. Isto é devido à combinação de uma variação mais abrupta na fecundidade e na mortalidade, e também à migração, que tradicionalmente atrai jovens para o Estado.

O Brasil e o Estado de São Paulo possuíam nesse início de século a maior população jovem de sua história demográfica. Segundo publicação da Fundação SEADE (1998) – Sistema Estadual de Análise de Dados de São Paulo – já se previa que, em 2000, haveria no Brasil 15,7 milhões de jovens entre 20 e 24 anos, representando 10,5% da população total. Já se previa também que, em 2005, eles ultrapassassem a marca dos 17 milhões. Especialistas em descontinuidades demográficas alertavam que na virada do milênio teríamos uma *onda jovem* (BERCOVICH e MADEIRA, 1992) de proporções notáveis, com demandas crescentes por educação e trabalho, que travaria competição acirrada em um contexto social onde as oportunidades seriam restritas.

Como veremos a seguir, o contexto sócio-econômico em que boa parte da primeira onda jovem atinge a idade adulta é significativamente diferente daquele que marcaria a transição da segunda onda, sendo esta última justamente a de maior volume.

2.2 Industrialização e urbanização

Entre 1930 e 1980, o Brasil passou por um processo de industrialização que modificou totalmente o perfil do país. A rápida industrialização, que se tornou mais intensa após os anos 1950, propiciou um elevado crescimento econômico, criou novos postos de trabalho urbano, diminuiu a demanda por trabalhadores nas áreas rurais – devido à inserção de máquinas e implementos agrícolas – e gerou novas aspirações e padrões de consumo na sociedade. Esses fatores em conjunto favoreceram o avanço da urbanização brasileira (FARIA, 1991; POCHMANN, 1998; MELLO e NOVAIS, 2000).

De acordo com Faria (1991), até a década de 1960, o crescimento vegetativo era a principal causa do crescimento urbano brasileiro. No entanto, a partir de finais da década de 1960 e, sobretudo na década de 1970, as migrações do campo para a cidade foram a principal força que levou à redefinição da população como majoritariamente urbana. Em 1950, a população urbana contabilizava 36% da população total do país, percentual que supera o patamar de 67% em 1980. Em termos absolutos, o número de brasileiros residentes em áreas urbanas mais que se quadruplica: passa de 18 milhões em 1950, para 80 milhões em 1980.

Urbanização e industrialização compõem juntas o carro-chefe do que se convencionou denominar de modernização do Brasil (MELLO e NOVAIS, 2000). A modernização brasileira foi paradoxal, não ocorreu de maneira uniforme em todo o território e muito menos beneficiou por igual todos os segmentos sociais. Durante o período do “milagre econômico”, produto da política desenvolvimentista pós-golpe militar de 1964, o Brasil gera um volume de riquezas nunca antes visto em sua história republicana. Entre 1967 e 1975, no auge do milagre econômico, a taxa média de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) foi de 10% ao ano. A taxa média de crescimento desde 1950 permanecia em torno de 7% ao ano (BRUNO, 2007). Mas o milagre, no entanto, veio acompanhado de penitências, pois é justamente o momento que mais se reforça a concentração da renda nas mãos de uma pequena fração da população, e a centralização do capital no setor industrial voltado à produção de bens de consumo duráveis. Carros e eletrodomésticos eram o símbolo da modernidade, o sonho de consumo que garantia o passaporte para um estilo de vida moderno acessível apenas a um seleto grupo (ROMANELLI, 1986).

Na década de 1980, o otimismo dos anos de expansão econômica dá lugar à desilusão. O milagre econômico, ainda que constantemente exaltado pela propaganda nacionalista de Estado, era extremamente vulnerável. Obras de infra-estrutura eram realizadas a custo do endividamento externo. Muitas das indústrias instaladas no país dependiam da transferência de tecnologia estrangeira. O baixo poder de compra real dos salários restringia o consumo, ou seja, o mercado consumidor real era menor que o mercado consumidor potencial. Nos anos 1980, o volume de entrada de capital estrangeiro diminuiu radicalmente, a dívida externa atinge patamares insustentáveis e deflagra-se a crise. A

chamada “década perdida” é lembrada como sinônimo de superinflação, estagnação econômica e desemprego. O eixo de acumulação do capital migra do setor industrial para o setor bancário-financeiro (BRUNO, 2007), que tem muito menor poder de geração de empregos e renda para os segmentos populares da sociedade. A crise dos anos 1980 abriu um ciclo de desestruturação do mercado de trabalho, que se aprofundaria nos anos 1990 (POCHMANN, 1998).

Entre os mesmos anos 1930 e 1980, o Estado de São Paulo e especialmente sua capital, se firma como principal parque industrial do país (PATARRA e BAENINGER, 1988). Sua força econômica impulsionando a geração de riquezas colocava-o na liderança do progresso material nacional. Consolidava-se na época não só como o Estado mais rico do Brasil, mas também como pioneiro em novas tendências do comportamento demográfico e social. Em 1970, só a região metropolitana de São Paulo era responsável por 48,5% de toda a produção industrial brasileira (FARIA, 1980).

Tabela 3
Evolução do grau de urbanização entre 1940 e 2000 (em %)

<i>Área Geográfica</i>	<i>1940</i>	<i>1950</i>	<i>1960</i>	<i>1970</i>	<i>1980</i>	<i>1991</i>	<i>2000</i>
Brasil *	31,2	36,2	44,6	55,9	67,6	75,6	81,2
Estado de São Paulo**	44,1	52,6	62,6	80,3	88,6	92,8	93,4
Região Metropolitana de São Paulo**	88,1	87,8	84,4	96,6	96,8	97,8	95,8

Fonte: * IBGE. *Séries Estatísticas & Séries Históricas* (disponível *on line*). ** Indicadores Metropolitanos EMPLASA (Empresa Paulista de Planejamento Urbano S.A.) / Secretaria de Estado de Economia e Planejamento – Portal do Governo do Estado de São Paulo. Tabulações da autora.

Segundo dados censitários, em 1970, em tempos de pleno milagre econômico, enquanto a grau de urbanização do Brasil situava-se em torno de 55%, São Paulo já era reconhecido no cenário nacional como um Estado altamente urbanizado, sua população urbana já ultrapassava a marca de 80%. Já em 2000, a diferença entre o grau de urbanização do Brasil e do Estado de São Paulo se reduz. Verifica-se que a população urbana corresponde a 93,4% da população total de São Paulo e é superior a 81% para a totalidade do Brasil.

Ao longo dessas décadas, aconteceram mudanças importantes no acesso à educação formal, na estruturação do mercado de trabalho e também na família, com impactos significativos sobre a transição para a vida adulta. A visão do Estado e da sociedade sobre a juventude, e de como lidar com ela, também se transformou. É sobre essas mudanças que nos deteremos nos tópicos subseqüentes.

2.3.1 Educação: os primórdios do problema

A educação foi, e continua sendo, o verdadeiro calcanhar de Aquiles na história do desenvolvimento brasileiro. Entretanto, apesar de todas as críticas e da necessidade de melhora da educação formal na etapa contemporânea, é inegável que no século XX se operou uma revolução na forma de encarar a educação no Brasil. Neste sentido, as maiores conquistas deste século na área educacional é que ela finalmente passa a constar dentre os direitos inalienáveis de todo indivíduo assegurados na legislação nacional. Ocorreram progressos na cobertura do sistema de ensino público de nível básico, que praticamente se universalizou. Foi uma revolução lenta e gradual com avanços e retrocessos, na qual muitas vezes se careceu de uma orientação clara, ou se pecou pelo excesso de múltiplas orientações com pouco fôlego de se sustentarem ao longo do tempo. Quando se assume uma perspectiva histórica mais ampla, fica evidente que a descontinuidade das políticas educacionais e a demora em reconhecer a educação como direito inerente à cidadania estão na raiz do problema.

Durante boa parte do período colonial (1500-1822), o ensino das primeiras letras esteve a cargo dos jesuítas, isto é, a direção do sistema escolar estava sob o poder de uma congregação religiosa, não só no Brasil como na própria metrópole, Portugal. Os jesuítas fundaram diversos colégios no litoral latifundiário e também no interior brasileiro junto aos índios que pretendiam converter ao cristianismo (MACIEL e SHIGUNOV NETO, 2006). Vale lembrar que foram os jesuítas os fundadores do Colégio de São Paulo em torno do qual se formou a vila que deu origem à atual capital paulista. Isso ajuda a explicar porque, desde os primórdios da formação brasileira, São Paulo, como poucos outros pontos do país, apresentou condições para que uma parcela da população fosse letrada.

Já no século XVIII, tomam lugar as reformas pombalinas que objetivavam adequar o império português aos princípios iluministas que regiam os Estados modernos, através da concentração do poder real e da transformação cultural. No plano educacional isso significava tornar o ensino laico e público. Como resultado dessas transformações, os jesuítas são expulsos do Brasil em 1759, sem que houvesse número suficiente de professores aptos a substituí-los. Conseqüentemente, se assiste o dismantelamento de uma primeira estrutura de ensino na colônia. Abre-se então um longo hiato na história da educação pública escolar brasileira que dura aproximadamente até a vinda da família real portuguesa para o Brasil em 1808.

A instalação da corte portuguesa no Brasil fez aumentar a demanda por escolarização. A estrutura social se torna um pouco mais complexa e as elites locais mostram maior interesse em que seus filhos se tornem bacharéis, almejando a conquista de cargos públicos e de representações políticas.

No século XIX, a alfabetização ocorria mais no ambiente familiar do que no escolar (CURY, 2006). Este fator acabou por ser determinante para que a leitura e escrita se tornasse prerrogativa dos filhos das elites locais, que no caso podiam dispor de preceptores (RITZKAT, 2007) ou, eram enviados a internatos e semi-internatos. Mas, mesmo para as oligarquias regionais, completar os estudos não era uma regra, pois a concentração das escolas superiores na Corte em um país de dimensões continentais como o Brasil, fazia com que as largas distâncias e a precariedade dos meios de transporte fossem impeditivos importantes da continuidade dos estudos. Ao longo da segunda metade do século XIX, com a construção das primeiras malhas de linhas férreas é que as carreiras de direito, medicina e outros cursos de formação profissional se tornam de fato mais acessíveis aos filhos das famílias proprietárias rurais (CURY, 2006). Mesmo com a independência em 1822, o cenário educacional brasileiro não havia mudado muito.

Segundo Hilsdorf (2003: 44):

A Primeira Constituição Brasileira de 1824 tinha orientação liberal, mas não democrática, assegurava direitos civis (de cidadania) aos brasileiros brancos, mas não aos índios e escravos, e direitos políticos (de voto) de acordo com a renda dos homens brancos.

Nela, já se contemplava a educação em um de seus artigos, afirmando-se que a instrução primária seria gratuita e estendida a todos os cidadãos (WEREBE, 1970). Segundo Hilsdorf (2003), esta legislação se aplicava igualmente a meninos e meninas. Já os negros e os indígenas estavam excluídos do direito ao acesso às primeiras letras porque os primeiros eram considerados “propriedade” de seus senhores, e os segundos, “bárbaros” (CURY, 2006). Em 1827, foi determinada por lei a criação de escolas em todas as cidades e vilas mais populosas do país. Apesar disso, a educação primária não se popularizou, até porque a população no período era predominantemente rural. Seja por condições econômicas, técnicas ou políticas continuou existindo insuficiência de estabelecimentos de ensino público gratuito. A indefinição das responsabilidades orçamentárias foi possivelmente neste momento o primeiro grande obstáculo. Não havia uma divisão clara de tarefas entre o poder central e as províncias no que tange à educação, sendo mais um caso evidente no qual “cão que tem dois donos morre de fome”. Em 1834, um Ato Adicional transfere para as províncias as atribuições educacionais (BEISIEGEL, 1974). Isso contribuiu para aumentar desigualdades regionais. Especialmente as províncias menos prósperas tiveram a implantação do seu sistema educacional elementar seriamente comprometida.

Nossa primeira constituição como país independente foi em muitos pontos um amalgama de diferentes constituições liberais européias. A maioria dos constituintes havia se formado dentro da tradição cultural francesa e absorvido a doutrina liberal. Principalmente, porque o liberalismo foi uma fonte de sustentação ideológica para o anti-colonialismo (BEISIEGEL, 1974). Não é exagero mencionar que, em parte por isso, a legislação muitas vezes se antecipou à realidade social, ou criou mecanismos *sui generis* na tentativa de adaptar a sociedade às normas, ao invés de proceder de maneira exatamente inversa, ou seja, que a legislação de fato se baseasse na realidade social. Assumia-se que a legislação em lugar de refletir os valores correntes da sociedade, cumpria uma função civilizadora. Para Beisiegel (1974), a principal razão de muitas dos ideais liberais não produzirem resultados práticos, foi conseqüência de a sociedade brasileira da época ser essencialmente agrária, escravocrata e oligárquica. Algo muito diferente da Europa liberal, onde havia uma população urbana na qual os valores burgueses já atingiam considerável projeção. Vale destacar que a sociedade brasileira ainda se conservaria por muito tempo

como uma sociedade bastante hierárquica, onde se fazia distinção entre “cidadania”, estendida a toda população branca, que dispunha de direitos civis e “cidadania ativa”, prerrogativa apenas dos proprietários, um seletivo grupo dotado de direitos políticos (dentre eles, a exclusividade do direito ao voto)⁹. Sob esta conjuntura social, havia pouca ou nenhuma margem reivindicatória. A defesa da educação popular era muitas vezes apenas um argumento filosófico ou retórico.

A Constituição de 1891, a primeira da era republicana, se omite quanto a legislar sobre a educação primária gratuita, deixando o assunto a cargo dos Estados, sob a justificativa de respeitar a autonomia dos mesmos sobre a questão. Mas muitos deles, por sua vez, repassaram a atribuição aos municípios, sujeitos a desigualdades orçamentárias ainda maiores.

A Constituição de 1934 foi a primeira a ter um capítulo inteiro dedicado à educação (HILSDORF, 2003). Trouxe importantes avanços, pois foi a primeira a declarar a obrigatoriedade e gratuidade da educação primária como um direito do cidadão e um dever do Estado. Cabendo à União fixar as diretrizes da educação nacional (CURY, 2006). Entretanto, a formulação destas diretrizes tardou muitos anos para ser delineada. Foi apenas em 1961 que tivemos nossa primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (HILSDORF, 2003). As constituições seguintes de 1937 e 1946 mantiveram o caráter obrigatório e gratuito da educação primária, mas, tal como a de 1934, não delimitavam a faixa etária em que essa determinação deveria ser cumprida. As especificidades dessas constituições ficaram por conta da ênfase na educação profissional da classe trabalhadora (HILSDORF, 2003), no caso da Constituição de 1937, e da estruturação do ensino primário seriado de quatro anos, na Constituição de 1946 (SILVA, 1983).

Um fato muitas vezes pouco mencionado nas reconstruções da história da educação no Brasil é o papel exercido por conferências internacionais que, aliadas às mudanças internas da sociedade brasileira, culminaram em determinado delineamento do aparato legal acima descrito. Neste sentido, as conferências realizadas pela UNESCO foram também importantes. A elaboração da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB de

⁹ O sufrágio se torna universal entre os homens apenas com a primeira Constituição Republicana de 1891. Já o voto feminino só seria permitido a partir da Constituição de 1934.

1961) e do primeiro Plano Nacional de Educação (1962) surgem motivados por essas conferências.

As conferências da UNESCO faziam uma série de recomendações, dentre as quais estava a organização do ensino fundamental composto de 8 ou 9 anos de estudos e fixação de metas internacionais de alfabetização com prazos para execução. A principal crítica é de que essas metas tardaram a serem atingidas, ou simplesmente não foram cumpridas no caso brasileiro, justamente porque se transpôs metodologias e técnicas pedagógicas de ensino e administração escolar de outros países, sem que houvesse a devida compreensão da especificidade dos jovens e dos problemas brasileiros (SILVA, 1983).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1961, estabelecia que a partir do quinto ano de estudos os estudantes iniciassem também o aprendizado de um ofício. A tônica dominante, nos anos 1960-70, era um ideal de educação pública orientada para a profissionalização adequada à economia urbano-industrial em expansão (SILVA, 1983).

Por fim, com a urbanização e industrialização do país, começava-se a vislumbrar na educação uma componente importante da estratégia de ascensão social das famílias e indivíduos. À medida que se criou uma estrutura social mais sofisticada e com maior diversidade de ocupações técnicas, profissionais e também liberais, a educação passou a ser mais valorizada de maneira muito semelhante ao que vimos ter ocorrido em outros países no capítulo anterior.

A Constituição de 1967 amplia a escolaridade obrigatória e gratuita de quatro para oito anos e finalmente estabelece a faixa etária em que ela deve ocorrer como sendo aquela dos 7 aos 14 anos. Essa determinação constitucional foi o primeiro passo para a substituição da LDB de 1961 pela LDB de 1971. O ensino médio, segundo a LDB de 1961, estava dividido em clássico, normal, comercial, industrial, agrícola, etc. que permitia a qualificação profissional e resultava em uma maior articulação entre formação escolar e inserção no mercado de trabalho (RIGOTTI, 2004).

No entanto, deve-se destacar que havia um grande diferencial entre o modelo de educação destinado a camadas populares e o modelo de educação das camadas médias. Primeiro, porque a obrigatoriedade e gratuidade asseguradas pela lei tardariam quase três décadas para serem cumpridas. Para se ter uma idéia, somente 34,4% do total de crianças de

7 anos de idade freqüentavam a escola em 1970 (SILVA, 1983). Ou seja, três anos depois da entrada em vigor da obrigatoriedade dos estudos a partir dos 7 anos, ser estudante nesta idade era um privilégio de poucos. É somente na década de 1990 que o ensino fundamental (então composto de 8 anos), se universaliza. E em segundo lugar, porque a educação pública orientada para a profissionalização técnica era dirigida, sobretudo, para as camadas populares. Enquanto isso, os filhos das camadas médias eram preparados para as profissões liberais que exigiam estudos universitários.

Em 1971 entra em vigor uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, elaborada, portanto, em plena ditadura militar. A principal mudança foi acabar com a antiga divisão entre ensino médio profissionalizante e propedêutico. Surge então o “segundo grau”, onde idealmente todos receberiam uma habilitação profissional compulsória independente de sua origem social. Isso porque no antigo modelo educacional, os filhos das elites cursavam o clássico, preparatório para as profissões liberais que exigiam na seqüência estudos universitários para a profissionalização. Enquanto os filhos das camadas populares optavam pela formação técnica (SANTOS, 2007).

A principal crítica à LDB de 1971 é que o segundo grau acabou por não cumprir as exigências mínimas nem de uma formação propedêutica e nem de uma formação profissional. Ficou no meio do caminho entre uma e outra. Se antes o sistema escolar tratava de maneiras diferentes ricos e pobres, porque os primeiros recebiam educação propedêutica e os segundos, uma educação profissional desde o quinto ano de estudos, a dualidade não é superada com a fusão dos dois modelos efetuada pela LDB de 1971. A segregação é apenas reeditada, pois o segundo grau – composto de 3 anos de estudos após a conclusão do primeiro grau (organizado em 8 séries) – não absorvia indistintamente a todos. Os jovens de baixa renda abandonavam a escola antes de atingirem as credenciais de ascensão ao segundo grau e sem adquirir habilidades técnicas atrativas para o mercado (SANTOS, 2007).

Certamente a Constituição de 1988 é a mais democrática e completa no que tange ao direito à educação dentre todas as constituições que o Brasil já teve. Nela, a educação é elevada à categoria de “direito público subjetivo”. O cidadão pode então acionar mecanismos legais toda vez que esse direito não for atendido. Outra inovação sem paralelos

na história até então, é que a educação de jovens e adultos deixa de figurar entre os serviços de assistência social para integrar o sistema público de educação básica. Qualquer indivíduo com idade superior àquela de escolaridade obrigatória (7 a 14 anos), pode reclamar judicialmente seu direito de acesso à escolarização formal. Contudo, se a educação de jovens e adultos deve ser oferecida gratuitamente pelo poder público, ela não é obrigatória. Isso, porque se supõe que jovens e adultos saibam reconhecer por si mesmos o valor da escolarização (CURY, 2007). A atual constituição estabelece a gratuidade do sistema de ensino público em todos os seus níveis e em todo o território nacional. Porém, a obrigatoriedade total segue sendo restrita à educação fundamental composta pelas oito primeiras séries da educação escolar.

Quadro 1
A organização do ensino nas disposições normativas das diversas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 1961, 1971 e 1996

Lei 4.024/61	Duração	Lei 5.692/71	Duração	Lei 9.394/96	Duração
▪ Ensino Primário	4 anos	▪ Ensino de Primeiro Grau	8 anos	▪ Educação Básica:	
▪ Ciclo Ginásial do Ensino Médio	4 anos	▪ Ensino de Segundo Grau	3 a 4 anos	- Educação Infantil	Variável
▪ Ciclo Colegial do Ensino Médio	3 anos	▪ Ensino Superior	variável	- Educação Fundamental	8 anos
▪ Ensino Superior	variável			- Ensino Médio	3 anos
				▪ Educação Superior	variável
OBS.:		OBS.:		OBS.:	
a) A passagem do Primário para o Ginásial era feita através de uma prova de acesso: o Exame de Admissão.		a) Com a junção dos antigos Primário e Ginásial, desapareceu o Exame de Admissão.		a) Os níveis da Educação Escolar passam a ser dois: Educação Básica e Educação Superior.	
b) Os ciclos Ginásial e Colegial eram divididos em ramos de ensino, a saber: secundário, comercial, industrial, agrícola, normal e outros.		b) A duração normal do 2º Grau era de 3 anos. Ultrapassava, no entanto, este limite quando se tratava de Curso Profissionalizante.		b) A Educação de Jovens e Adultos, a Educação Profissional e a Educação Especial são modalidades de educação.	

Fonte: Rigotti (2004: 132).

A LDB de 1996, atualmente em vigor, redefine os níveis do ensino. Passa a existir apenas educação básica e superior. A educação básica é segmentada em infantil, fundamental e ensino médio, sendo obrigatório apenas o ensino fundamental. O texto da lei afirma que o ensino médio passará a ser obrigatório *progressivamente*. O ensino médio é a nova definição atribuída ao segundo grau. Mas é interessante notar que se o segundo grau, de acordo com a LDB de 1971 tinha caráter preparatório para o trabalho ou para o ensino superior, o ensino médio, tal como definido pela LDB de 1996, terá caráter formativo. Isso significa que seu conteúdo se tornou mais geral e perdeu de vez a função de capacitação para a inserção profissional. A educação técnica torna-se passível de ser articulada ao ensino médio. Mas não está “integrada”, e muito menos substitui o ensino médio. Ou seja, pode ser cursada simultaneamente ou depois da conclusão do ensino médio. Um fato importante é que, de toda maneira, a idade em que um estudante conclui sua preparação profissional neste modelo educacional, será necessariamente maior do que a de um jovem em situação análoga nos anos 1960-70.

Um jovem de 20 anos com 8 anos de escolaridade em 1970, era bastante atrativo ao mercado, não só porque menos gente possuía escolaridade formal, mas pelo próprio desenho do modelo educacional, que o habilitava para o desempenho de alguma função de interesse do mercado. Outro ponto que merece ser problematizado na LDB de 1996 é que a educação infantil e a educação de jovens e adultos “ficaram de fora do Fundo de Manutenção do Ensino Fundamental (Fundef), o que as torna relativamente órfãs de uma fonte clara de financiamento” (CURY, 2007: 576). Embora se reconheça a importância dessas modalidades da educação, elas estão em segundo plano quando contrabalanceadas com o ensino fundamental.

2.3.2 Educação: o caso de São Paulo

Como vimos no tópico anterior, após a independência, o Ato Adicional de 1834 transferiu para as províncias as responsabilidades sobre a educação. O debate em torno de uma educação primária obrigatória e gratuita aparece em São Paulo ainda no século XIX. Em 1864, um projeto, vetado pela presidência da província, visava tornar obrigatória a

instrução de indivíduos de 7 a 15 anos. O projeto foi vetado principalmente porque a província reconhecia que não tinha condições de ofertar ensino público a todos, e que seria uma violência exigir que crianças frequentassem escolas, e mesmo multar os pais em caso de descumprimento da lei, quando na verdade não existiam escolas públicas acessíveis à comunidade. Em 1874, o ensino passa a ser obrigatório apenas nas cidades e vilas, onde se dispunha da chamada escola normal. Em São Paulo a obrigatoriedade foi desde cedo atrelada à disponibilidade de meios de promoção da educação, e assim permaneceria sendo até aproximadamente os anos 1930 (BEISIEGEL, 1974).

Deve-se mencionar ainda que a entrada de uma onda de imigração européia no Estado de São Paulo em finais do século XIX e primeiras décadas do século XX, também imprimiu marcas no processo de constituição do sistema escolar paulista. Entre os imigrantes europeus em geral, o índice de analfabetismo era muito mais baixo do que aquele encontrado no Brasil¹⁰. O *background* familiar nestes casos contou muito. No caso da imigração européia que se destinou para os Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Paraná, onde se formaram colônias etnicamente mais homogêneas, foi comum a fundação de escolas comunitárias¹¹. No caso de São Paulo, o processo migratório teve características um pouco distintas. Primeiro porque foi menos comum a formação de colônias isoladas, tais como aquelas dos Estados do sul. Existiram escolas comunitárias de origem étnica, mas estas tiveram mais espaço no interior do Estado e no meio rural. No meio urbano, mais heterogêneo do ponto de vista étnico, o imigrante europeu foi também um agente social importante, à medida que exerceu pressão sobre o Estado reivindicando escolas públicas para seus filhos.

¹⁰ Segundo Kreutz (2007), o grau de alfabetização dos imigrantes que chegaram ao porto de Santos (São Paulo) entre 1908 e 1932 era de: 91,1% entre os imigrantes alemães; 89,9% entre os japoneses; 71,3% entre os italianos; 51,7% entre os portugueses; 46,3% entre os espanhóis. Neste mesmo período, apenas 20% dos brasileiros eram alfabetizados. Portanto, é razoável considerar que o *background* familiar dos filhos destes imigrantes era significativamente distinto daquele do brasileiro médio.

¹¹ As escolas comunitárias de base étnica, com um corpo de alunos e professores etnicamente homogêneo, foram fechadas ou incorporadas à rede pública de ensino ao longo dos anos 1940. Sobretudo no período pós-Segunda Guerra, houve grande preocupação com a questão da integração nacional e construção da identidade brasileira. Havia também o medo em relação à formação de quistos raciais e suspeita quanto a simpatia destas comunidades com o fascismo e o nazismo. Uma obra importante que retrata o embate do Estado brasileiro com a comunidade teuto-brasileira é o livro *Nacionalismo e identidade étnica* (1982) de Giralda Seyferth.

Desde princípios do século XX, com o aumento da população urbana em São Paulo e diante da obrigatoriedade e gratuidade da escolarização neste meio, inicia-se uma flexibilização radical com vistas a absorver a população dependente da escola primária pública. As medidas adotadas em caráter de emergência foram desde aumentar o número de alunos por classe até diminuir a carga horária escolar de 5 para 3 horas, criando assim novos turnos; improvisar salas de aula em galpões ou qualquer outro espaço disponível; e o que mais a criatividade permitisse em resposta a necessidades não satisfeitas de maior número de professores e de estabelecimentos de ensino. O argumento dos governos da época era de que se fazia necessário atender a todos e, para isso, era preciso aprender a fazer o máximo com o mínimo. O problema é que muitas dessas soluções de emergência se tornaram permanentes.

Após a revolução de 1932, que restabeleceu a centralização político-administrativa do país e culminou na constituição de 1934 (aquela que definia a gratuidade e obrigatoriedade da educação primária em todo o território nacional), o debate recobrou vigor e desta vez em um cenário social em franca mudança articulada com a rápida urbanização. À medida que a população rural se dirigia às cidades, aumentou a clientela escolar, enquanto o analfabetismo se convertia paulatinamente em característico dos rincões rurais isolados do Estado.

A antiga Consolidação das Leis do Ensino de São Paulo, de 1947, entretanto, previa situações em que a obrigatoriedade do ensino primário prescrita pela Constituição Nacional seria deliberadamente suprimida:

São obrigadas à frequência escolar todas as crianças de 8 a 14 anos.

Parágrafo único: Ficam as crianças em idade escolar isentas da obrigatoriedade:

- a) quando residem a mais de dois quilômetros da escola pública ou quando na escola não houver vaga;
- b) quando sofrerem de incapacidade física ou mental, ou moléstia contagiosa ou repugnante;
- c) quando forem indigentes, e não se lhes possa oferecer assistência escolar. (WEREBE, 1970: 36).

A democratização efetiva da educação em São Paulo pode ser dividida em duas fases. A primeira abrange dos anos 1930 até meados dos anos 1960 (BEISIEGEL, 1974), quando a ação pública na área educacional esteve centrada, sobretudo, na construção de prédios

destinados a abrigar instituições escolares. Inicialmente, a prioridade eram as unidades de ensino de nível primário e depois as de níveis mais elevados. Isso foi ocorrendo conforme a própria nova população urbana assimilou a educação formal como uma estratégia de conquista de melhores postos de trabalho técnico-industrial ou nas carreiras liberais e públicas, aumentando a pressão política exercida através do voto em favor dos políticos com algum comprometimento com a área educacional. Vale lembrar que este foi o momento de nascimento e ascensão do populismo, quando as necessidades e aspirações populares se revestiram de maior importância política. A expansão da rede escolar nessa fase se reverteu em importante moeda de barganha eleitoral.

A segunda fase – que se estende a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961 e formação do Conselho Estadual de Educação (1963) – é marcada pela democratização do ensino médio, que na época estava composto de dois ciclos: ginásial (quinta a oitava série) e colegial (os últimos 3 anos do ensino médio de acordo com a LDB de 1961). A expansão dos ginásios foi a maior conquista do período, que posteriormente, em 1971, passaram a compor juntamente com o ensino primário, o chamado primeiro grau. Nesta segunda fase, a educação se reestruturaria propriamente como um sistema que aspira ser igualitário e virtualmente acessível a todos.

Em 1967, no Estado de São Paulo, as crianças em idade escolar nas áreas urbanas já estavam praticamente todas matriculadas nas escolas primárias (WEREBE, 1970). Em situações ideais de correspondência idade-série, o indivíduo que iniciasse os estudos na idade recomendada, 7 ou 8 anos, tinha condições de completar a escolaridade primária por volta dos 11-12 anos. É certo que muitos não cumpriam esta expectativa, mas ainda assim, mesmo nas circunstâncias ideais da época, saía-se da escola e estava-se apto para a inserção no mundo adulto em idades muito aquém dos 20 anos. No período anterior a 1971, ainda que os críticos vissem o ensino médio propedêutico separado do ensino médio profissionalizante como um traço contrário à democracia – pois uns eram preparados para desempenhar funções próprias da elite e outros, para ocupar o chão de fábrica – é fato que para as novas classes populares urbanas, quando os próprios pais vinham do campo, cursar o ginásio, sob uma ou outra condição, representava avançar um degrau a mais na escala social.

Deve-se destacar que a democratização do ciclo ginasial foi tão criticada quanto é hoje a democratização do ensino médio, tal como definido na LDB de 1996. Como hoje, a expansão em massa do ginásio fez com que colar grau deixasse de ser um diferencial, bem como se argumentou que a qualidade da escola pública declinou. Ao receber uma clientela maior e com características sócio-culturais que desafiavam os projetos pedagógicos de professores e gestores, certamente o ginásio já não era mais o mesmo.

Sposito (1984), em seu livro “O povo vai à escola: a luta popular pela expansão do ensino público em São Paulo” retrata detidamente o período compreendido entre os anos 1940 e a LDB de 1971, justamente o período em que se deu a expansão dos ginásios em São Paulo, sobretudo na capital. Para se ter uma dimensão da mudança, em 1940 havia apenas três ginásios em toda capital paulista. Em 1970, contava-se com mais de quatrocentos. A autora descreve o papel ativo dos movimentos sociais organizados em torno das associações de bairro (as Sociedades Amigos de Bairros) na reivindicação de escolas de ensino médio ginasial. Destaca, portanto, a expansão do ensino para oito anos em São Paulo como resultado não apenas do marketing político eleitoral do populismo, mas sim como uma conquista das camadas populares capazes de exercer pressão sobre os demais agentes políticos.

Segundo Sposito (1984), com a expansão dos ginásios em meados dos anos 1950 e 1960, São Paulo antecipou o oferecimento de ensino público gratuito de oito anos (os 4 anos do primário mais outros 4 de ginásio). A LDB de 1971, no caso de São Paulo, teria apenas:

[*Instituído*] no plano jurídico-formal orientações que já estavam sendo empreendidas aqui no Estado há alguns anos, transformando a educação secundária ginasial em escola de 1º Grau tendencialmente aberta à maioria da população, sob a forma de escola única, obrigatória e com oito anos de duração (SPOSITO, 1984: 78).

Portanto, em síntese, a expansão da educação no Estado de São Paulo e a progressiva extensão dos níveis educacionais para além da educação primária, acompanharam: 1) a demanda por mão-de-obra qualificada em um momento de diferenciação das atividades econômicas; 2) o crescimento da urbanização do Estado e a difusão da escola como um valor, especialmente para as camadas populares, pois os pais sem escolaridade e migrantes

das áreas rurais baseando-se na própria experiência vivida, sabiam das dificuldades de inserção de analfabetos e semi-analfabetos na estrutura social urbana.

2.3.3 Os desafios atuais

Além da melhoria da qualidade do ensino – tantas vezes mencionada na mídia e em campanhas políticas – os maiores desafios atuais da educação no Brasil são universalizar o ensino médio e ampliar o acesso à educação superior.

Para Madeira (2006), o ensino médio – que em circunstâncias normais deveria ser cursado por adolescentes entre 15 e 17 anos – é o que permitiria criar de fato uma moratória juvenil para os jovens brasileiros. É este momento da formação escolar que garante a viabilidade de um “tempo de juventude”. Podemos sumarizar em duas metáforas o significado do ensino médio: trata-se de um “gargalo” sob a perspectiva da experiência de coorte e de um “divisor de águas” na trajetória individual. Ou seja, o ensino médio ainda não é para todos, mas para os que o vivenciam, os projetos, as expectativas e os valores não serão mais os mesmos. Segundo a autora, o fato de as idades médias ao primeiro casamento e ao ter o primeiro filho se manterem praticamente estáveis no Brasil entre 1980 e 2000 se deve à trajetória escolar de grande parte dos brasileiros não avançar para além do ensino fundamental. Madeira afirma que entre 1993 e 2005 houve importante avanço no acesso ao ensino médio em São Paulo e qualifica este aumento como determinante para impulsionar a redução nos níveis de fecundidade adolescente observados no Estado neste período. Aqueles que têm oportunidade de seguir os estudos e optam por não abandonar os bancos escolares são os que tendem a adiar a formação de família seja via casamento ou concepção de um filho.

A expansão do ensino médio em São Paulo a partir de meados dos anos 1990 deve-se em grande parte à progressão continuada. Buscou-se com esta medida poupar os alunos do fantasma da repetência, uma experiência traumática para muitos, bem como facilitar o fluxo de alunos no ensino fundamental e aumentar a correspondência idade-série. Vale lembrar que sempre houve uma seletividade mais ou menos clara nas repetências, pois geralmente são os alunos de *background* social mais desfavorável os mais atingidos. Sob a perspectiva quantitativa, a progressão continuada foi bem sucedida. Afinal, reteve mais alunos nas

escolas. Porém, o desempenho acadêmico desses alunos têm sido baixo, o que leva muitos críticos a rechaçá-la.

A progressão continuada fez parte de algumas experiências-piloto desde princípios dos anos 1990. Foi adotada pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo em 1998, obedecendo a uma lógica de ciclos que é uma “forma de resistência à lógica da seriação” (FREITAS, 2002: 80). Essa proposta pedagógica parte do pressuposto de que os indivíduos têm ritmos diferenciados no processo de aprendizagem. Ao invés de reprovar o aluno, se permite que ele dê prosseguimento aos estudos com seus pares de mesma idade. Assume-se que as deficiências que anteriormente levariam à reprovação poderão ser suprimidas dentro do ciclo de formação. O ensino fundamental está organizado em dois ciclos de 4 séries cada. A principal forma de avaliação aplicada passa a ser as provas do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo. O objetivo não é medir se o aluno está preparado para avançar em seus estudos, mas avaliar a eficácia do processo de ensino-aprendizagem. A partir dessa informação as escolas são classificadas de acordo com o rendimento alcançado por seus alunos.

Na verdade, a ênfase que as políticas educacionais brasileiras têm concedido à quantidade, muitas vezes relegando a qualidade a um segundo plano – crítica que se estende também ao sistema de progressão continuada paulista – suscita polêmicas e debates apaixonados. Em 2001, ao comentar os resultados do Exame Nacional do Ensino Médio, o então Ministro da Educação, Paulo Renato Souza, sintetiza a essência deste debate já no sugestivo título de seu artigo publicado no jornal Folha de São Paulo “Copo meio cheio ou copo meio vazio”. Os que vêem o copo meio cheio louvam a democratização do ensino, enquanto os que o vêem meio vazio lastimam que a democratização se deu a preço da perda de qualidade. Ainda que exista o risco de nos tornarmos reféns de certo determinismo social, o argumento do ministro resume em boa medida o desafio atual da educação:

O sistema educacional brasileiro não opera no vácuo, ele é reflexo direto da situação social brasileira. Quando se leva em conta o desempenho segundo fatores como idade, faixa de renda e escolaridade dos pais, a variável que causa a maior diferença de média é a faixa de renda do participante. A questão da faixa de renda deve ser compreendida dentro de um contexto mais amplo, já que vários fatores são relacionados. Estudantes de famílias com maior renda normalmente têm pais com mais escolaridade e, além disso, possuem acesso facilitado a bens culturais como livros, computadores, cinema e viagens. (...) Quanto menor a escolarização dos pais pior o desempenho do aluno. Não adianta pegar um aluno da escola pública do Jardim Ângela, em São Paulo, que nunca teve um único livro dentro de casa, e

querer que ele tenha o mesmo desempenho dos filhos das famílias de leitores deste jornal, que possivelmente já estão na segunda ou terceira geração de ensino superior. (SOUZA, 2001 apud FREITAS, 2002: 82).

No caso dos países onde se tem observado o adiamento do processo de transição para a vida adulta e, por conseguinte, o prolongamento da juventude, nota-se clara correlação deste fenômeno não apenas com o maior número de anos de estudos, mas sim com níveis de escolaridade mais altos alcançados pela média da população. É, sobretudo, quando o ensino superior se torna aberto à grande parte da população que o adiamento da transição se torna real (GUERREIRO e ABRANTES, 2004). Isto é importante destacar, pois embora muitos jovens brasileiros freqüentem escola, os sucessivos abandonos e retomadas dos estudos faz com que levem muito mais tempo para completar o nível fundamental. Embora valorizada, a escolaridade não está em nosso país necessariamente atrelada a um projeto de entrada na vida adulta. Desenvolve-se em paralelo à transição, que entre as camadas populares está condicionada muito mais à atividade produtiva e à constituição de família.

Se o ensino médio ainda é para nós um desafio, que dizer do ensino superior? As instituições universitárias brasileiras foram criadas apenas no começo do século XX. São, portanto, muito jovens mesmo quando comparadas às suas congêneres latino-americanas. As primeiras universidades da América Hispânica datam ainda do século XVI. Em 1551, o Peru, com a Universidade de São Marcos, instalada na capital, Lima, e o México, com a fundação da Universidade da Cidade do México, naquele mesmo ano, foram os primeiros países da região a contarem com instituições deste porte.

De acordo com Cunha (2007), há duas hipóteses explicativas para a ausência de investimentos na educação universitária no Brasil colonial. A primeira é de que a própria metrópole, no caso Portugal, possuía apenas duas universidades, Coimbra e Évora, não tendo condições de transferir docentes para a colônia sem comprometer a manutenção do sistema universitário metropolitano. No mesmo período, a Espanha já contava com oito universidades reconhecidas no continente europeu, formando uma massa crítica de profissionais liberais, o que lhe possibilitava redistribuí-los nas colônias. Mas o dado mais relevante é que Portugal não só não investiu no ensino universitário, como proibiu a formação de escolas deste nível na colônia. Apenas um reduzido número de jovens da elite eram enviados a Coimbra. Mesmo com a vinda da família real portuguesa para o Brasil em

1808, quando muitas das instituições metropolitanas foram reproduzidas no Brasil, não houve preocupação de fundar uma única universidade. O que se assistiu foi o surgimento de cátedras isoladas de ensino superior, com poucas opções de cursos (Medicina, Direito ou Engenharia) e muito concentradas em termos geográficos, se consideradas as dimensões continentais do território brasileiro. Até o final do período imperial, apenas Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais, São Paulo e Pernambuco dispunham de cátedras de nível superior (CUNHA, 2007).

A segunda hipótese considera características intrínsecas do contato entre colonizadores e colonizados. Os espanhóis teriam se deparado na América com povos dotados de sistemas técnico-científicos mais refinados do que aqueles com os quais se depararam os portugueses. Isso teria contribuído para que os portugueses utilizassem basicamente a religião como estratégia de dominação em um mundo onde o poder do mito e dos rituais era forte. Já os espanhóis teriam sido obrigados a empregar formas mais elaboradas de dominação dentre as quais a educação escolar. Coincidentemente ou não, os dois primeiros países latino-americanos a terem universidades são justamente os que foram anteriormente o berço das culturas inca e asteca, o que corrobora em alguma medida esta hipótese explicativa.

No Brasil, as primeiras instituições universitárias foram: a Universidade de Manaus (1909), extinta em 1926; a Universidade do Paraná (1912), dissolvida em diversas pequenas faculdades nos anos 1920; e a Universidade do Rio de Janeiro (1920), mais tarde chamada Universidade do Brasil, a primeira a conservar o status universitário de modo duradouro (CUNHA, 2007). O momento de criação dessas instituições no Brasil quase sempre coincide com um período de especial prosperidade econômica da região onde estão sediadas, ou resultam de iniciativa do governo estadual ou federal.

Em 1930, apenas os estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais contavam com instituições de nível superior com status universitário. Em São Paulo, a primeira instituição deste porte seria a Universidade de São Paulo, fundada em 1934 (CUNHA, 2007). Desde sua origem estas instituições estiveram comprometidas com a formação de lideranças nacionais, característica que sempre imprimiu ao diploma universitário no Brasil ares elitistas, seja sob

o prisma sócio-econômico ou político-intelectual. Vale frisar que estas classes de elite (sócio-econômica e político-intelectual) por muito tempo se sobrepuseram uma à outra.

Todavia, entre as décadas de 1970 e 2000, houve inegável expansão do ensino universitário no Brasil com aumento expressivo do número de faculdades e universidades e oferta de novos cursos. Houve de fato uma explosão de instituições particulares, muitas delas de qualidade duvidosa, classificadas como verdadeiras “fábricas de diplomas” (WANDERLEY, 1998). Apesar disto, não se pode dizer que a educação superior tenha se tornado exatamente popular. Em 1970, apenas 1,7% da população de 25 a 29 anos possuíam um diploma de nível superior. Em 2000, a despeito dos esforços dos indivíduos e das famílias e da expansão do número de instituições de nível superior, concluir um curso universitário continuava sendo um privilégio de poucos. Apenas 5,4% dos jovens de 25 a 29 anos possuíam diplomas universitários. São Paulo, em 2000, encontrava-se em uma situação melhor que o conjunto da população brasileira, já que 10,48% dos jovens dessa faixa etária haviam concluído um curso universitário. Contudo, é um percentual ainda baixo se tomarmos em consideração as competências e qualificações exigidas no contexto da sociedade atual caracterizada pela economia global e altamente competitiva.

2.4.1 Regulamentação da inserção no mundo produtivo: quando e como se inserir?¹²

As primeiras intervenções do poder público sobre o trabalho da criança e do adolescente surgem no Brasil praticamente junto com a República. Nesta fase inicial, o poder público regulamentava a relação trabalhista infantil, mas não a coibia. A visão hegemônica da época via o trabalho como uma redenção para crianças e jovens. Era o melhor antídoto contra a marginalização e a delinquência, ou para se usar um termo em voga até meados do século XX, combater a “vadiagem” (BELLUZZO e VICTORINO, 2004). As intervenções do Estado em matéria de infância e juventude no Brasil foram

¹² Este tópico baseia-se no estudo de fontes primárias reunidas na base LEGIS do Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância. Trata-se de uma base legislativa sobre infância e juventude (0-18 anos). Reúne documentos legais que cobrem toda a história do Brasil independente, da primeira Constituição de 1924 até os dias atuais: www.ciespi.org.br

historicamente pensadas para primar pelo controle dos filhos das camadas subalternas, o que não significa que na prática tenham logrado êxito.

Vale deixar claro que o Estado manteve quase sempre uma posição dual em relação às crianças e aos jovens conforme a origem social dos mesmos. Isso não foi e não é uma particularidade brasileira. Àqueles de origem social privilegiada, o Estado e a sociedade brindam com uma *liberação protegida*, orientada por tudo o que há de mais moderno na psicopedagogia. Já os oriundos dos setores populares, vivem um regime de *liberdade vigiada*, onde o que se constituiu como questão não foi o direito à realização individual, e sim o risco de degradação e esgarçamento social¹³.

Até o século XIX, era considerada legítima a exploração do trabalho de crianças sem família sob proteção de Irmandades e Câmaras Municipais a partir dos 7 anos de idade. Essas crianças trabalhavam para as próprias irmandades, para as forças armadas ou para pessoas que arcavam com sua subsistência durante a primeira infância (VENÂNCIO, 1999).

A primeira regulamentação do trabalho de crianças e adolescentes ateu-se apenas aos menores empregados nas fábricas da capital federal – na época, o Rio de Janeiro (Decreto nº 1.313 de 1891), tal como no caso da legislação referente à obrigatoriedade da educação primária, a legislação costumava aplicar-se primeiramente às áreas urbanas. Basicamente, ela condicionava o tempo diário da jornada de trabalho à idade da criança ou do adolescente¹⁴. As fábricas podiam admitir aprendizes com idades entre 8 e 12 anos. A partir dos 12 anos, o indivíduo podia ser contratado como um trabalhador menor. Aprendizes de 8 a 10 anos não poderiam trabalhar mais que 3 horas por dia; para os de 10-12 anos de idade, a jornada era de 4 horas; para as meninas de 12-15 anos e meninos de 12-14 anos, 7 horas; e meninos de 14-15 anos, 9 horas. O trabalho noturno (das 18h às 6h) estava proibido para os menores de 15 anos de ambos os sexos, bem como estava vedado o desempenho de atividades que colocassem a vida em risco.

Pareceres, projetos de lei e decretos se multiplicaram entre os anos de 1891 e 1917. Em geral, mantinham a tônica daquele primeiro decreto. Apenas se fazia a adaptação para outros ramos de atividade, como o comércio e os serviços. O foco principal era a defesa de

¹³ As expressões *liberação protegida* e *liberdade vigiada* são emprestadas de Donzelot (1986).

¹⁴ Até a década de 1980, crianças e adolescentes até 18 anos são aglutinados na categoria “menor” nos textos e documentos oficiais.

uma jornada de trabalho que não sacrificasse o desenvolvimento do indivíduo. Em geral, o tempo diário de trabalho permitido por lei girava ao redor de 6 ou 7 horas, em ambiente que não comprometesse a integridade física e moral dos menores. A idade mínima para o trabalho também oscilava de acordo com o ramo de atividade. No comércio, por exemplo, era possível ser contratado como empregado a partir dos 10 anos de idade.

O Código de Menores de 1927, a primeira legislação do gênero em toda América Latina (GONÇALVES, 1997), fixou os 12 anos como idade mínima para o trabalho em todo o território nacional, independente do ramo de atividade. A única exceção admitida eram os pequenos trabalhadores envolvidos em empreendimentos familiares, onde a criança trabalhasse diretamente sob a autoridade do pai, da mãe ou tutor. Tentando fomentar a educação primária, estabelecia que os menores com idade entre 12-14 anos só poderiam ser contratados se houvessem completado a educação primária. Mas esta restrição poderia ser ignorada caso uma autoridade do Estado reconhecesse que o trabalho do menor era indispensável à sobrevivência dele próprio ou de sua família (pais e irmãos).

Nos anos 1940, é criado por sucessivos decretos o “sistema S” – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Serviço Social da Indústria (Sesi) e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac). Elaborados para suprir a carência de formação e qualificação da mão-de-obra, esta foi a primeira iniciativa que não se dirigiu unicamente aos menores. Os jovens seriam beneficiados por cursos de formação e práticos, mesmo que fossem considerados como adultos, portanto, indivíduos concebidos como “não sujeitos à aprendizagem” (Decreto Lei nº 8621/1946).

Em 1943, é promulgada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A idade mínima exigida para a inserção no mundo produtivo passa a ser 14 anos. As unidades de produção familiares e, sobretudo, a agricultura familiar constituem exceção a esta norma. Menores de 14 anos que se encontrassem em instituições disciplinares, ou beneficentes, e aqueles matriculados no ensino profissional constituíam um segundo grupo de exceção, sendo aceitável o trabalho a partir de 12 anos. O trabalho noturno seguia sendo proibido para menores de 18 anos – mas com uma faixa de horário redefinida (das 22h às 5h) – bem como os trabalhos perigosos, insalubres ou que atentassem à moralidade. Enquadravam-se nesta última categoria atividades relacionadas aos teatros de revista, cassinos, cinemas, cabarés,

cafés-concerto, “*dancing*” e determinadas especialidades circenses (tais como acrobata, saltimbanco e ginasta). A necessidade de sobrevivência própria ou da família permanecia como questão sensível, situações nas quais certas exigências eram suspensas segundo o julgamento das autoridades. A CLT nos apresenta ainda duas curiosidades: era facultado aos pais, ou responsáveis, intervirem nos contratos de trabalho dos menores de 21 anos, sempre que houvesse prejuízo físico ou moral do jovem; e os estabelecimentos industriais estavam obrigados a manter em seus quadros uma proporção de aprendizes de 5% e de trabalhadores menores de até 3%. Havia, entretanto, um silêncio sobre a faixa etária dos aprendizes.

O empregado-aprendiz seria definido pelo Decreto nº 31.546, em 1952, como o menor entre 14 e 18 anos que estivesse “sujeito a formação profissional metódica do ofício em que exerça o seu trabalho”.

A instituição do salário-família em 1936, benefício só posteriormente estendido indistintamente a todos os trabalhadores brasileiros em 1963, teve o propósito de retirar do mercado de trabalho as crianças em idade escolar. Este direito concedia ao trabalhador chefe de família um acréscimo em seu salário proporcional ao número de filhos menores de 14 anos sob sua responsabilidade. Portanto, o salário-família tinha o propósito de substituir a renda adicional necessária ao domicílio habitualmente produzida pelos menores, liberando-os, assim, para a dedicação exclusiva à escola. Todavia, deve-se lembrar que o trabalho informal sempre abarcou uma parte significativa da mão-de-obra brasileira, ainda que este contingente sofra oscilações de acordo com o momento econômico do país. Logo, é preciso ver com certa ressalva o alcance de medidas que têm o seu poder de ação circunscrito ao mercado formal de trabalho, como é o caso do salário-família.

Por certo, o trabalho de menores oferecia certas vantagens ao empregador especialmente em atividades que requeriam rapidez, versatilidade e o manuseio de objetos pequenos. Características comportamentais associadas aos mais novos como maior subordinação e docilidade quando comparados aos adultos, bem como menor propensão a fazer reivindicações de melhores salários ou condições de trabalho e maior adaptabilidade a novas tarefas, os tornavam atraentes ao mercado (SPINDEL, 1985; MUNIZ e SOBEL, 2008). Os menores constituíam uma mão-de-obra mais barata, situação esta corroborada pela lei nº

5.274 de 1967, na qual se regulamenta o salário-mínimo de menores com as seguintes distinções:

Art 1º Para menores não portadores de curso completo de formação profissional, o salário-mínimo de que trata o Capítulo III do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, respeitada a proporcionalidade com que vigorar para os trabalhadores adultos da região, será escalonado na base de 50% (cinquenta por cento) para os menores entre 14 (quatorze) e 16 (dezesseis) anos de idade e em 75% (setenta e cinco) por cento para os menores entre 16 (dezesseis) e 18 (dezoito) anos de idade.

§ 1º Para os menores aprendizes assim considerados os menores de 18 (dezoito) anos e maiores de 14 (quatorze) anos de idade sujeitos à formação profissional metódica do ofício em que exerçam seu trabalho, o salário-mínimo poderá ser fixado em até metade do estatuído para os trabalhadores adultos da região.

§ 2º A execução deste artigo não importará em diminuição de salários para os que estejam trabalhando sob condições pecuniárias mais vantajosas.

Art 2º Ficam os empregadores obrigados a ter em seu serviço um número de trabalhadores menores de 18 (dezoito) anos não inferior a 5% (cinco por cento) nem superior a 10% (dez por cento) do seu quadro de pessoal, percentuais estes calculados sobre o número de empregados que trabalhem em funções compatíveis com o trabalho do menor.

Art 3º Ficam revogados o art. 80 e seu parágrafo único da Consolidação das Leis do Trabalho, referido no art. 1º desta Lei.

Art 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Há coincidência entre o período áureo do milagre econômico (1967-1975) e as políticas de incorporação de menores no mercado de trabalho muitas vezes recebendo salários menores do que aqueles dos adultos com o aval legal.

Entre 1975 e 1982, justamente o período inicial da desaceleração econômica, os decretos que dispõem sobre menores trabalhadores estipulam a cobrança de contribuições patronais adicionais, que seriam destinadas ao financiamento do ensino de primeiro grau dos empregados e de seus filhos de 7 a 14 anos. Chamado de “salário-educação”, essa taxa também foi em parte dirigida ao custeio do sistema S e da previdência social. No entanto, a sonegação parece ter sido freqüente, a ponto de em 1998 uma nova lei (nº 9766) instituir que as empresas que não contribuíssem com o salário-educação estariam sujeitas às mesmas sanções administrativas e penais das contribuições devidas à Seguridade Social.

Nas décadas de 1980 e 1990, houve um processo de ruptura na forma de se conceber a infância e a adolescência no Brasil. Em particular, no que tange à legislação trabalhista o que se defende é a erradicação do trabalho infantil e a proteção do trabalho adolescente

(CRUZ NETO e MOREIRA, 1998). A Constituição Federal de 1988 foi um importante divisor de águas na forma de encarar a infância e a juventude no Brasil. Nela, a proteção da infância e da adolescência se torna prioridade absoluta do Estado. Mas foi sem dúvidas o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990, que realmente ditou a tônica do novo tratamento dado à questão. O Estatuto proíbe o exercício de qualquer trabalho a menores de 14 anos de idade, à exceção do trabalho na condição de aprendiz a partir dos 12 anos.

O ECA foi inspirado em grande medida nas principais convenções, recomendações e declarações do Sistema de Direitos Humanos das Nações Unidas. Dentre elas se destacam a Convenção 138¹⁵ e a Recomendação 146 da Organização Internacional do Trabalho (1973) referente à idade mínima para o trabalho e a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989) (AZEVEDO, MENEZES e FERNANDES, 2000). Para a OIT, a idade mínima para o trabalho deveria ser 16 anos, pois na maioria dos países do mundo a educação obrigatória termina por volta de 15-16 anos. No Brasil, entretanto, a educação obrigatória se finda idealmente aos 14 anos. Por isso, houve a princípio uma defasagem etária entre as determinações internacionais e o ECA.

A lei n° 10.097, de 2000, veio enquadrar a legislação brasileira aos padrões estabelecidos pela OIT. A idade mínima para o trabalho é elevada para 16 anos. O adolescente pode ser incorporado ao mundo do trabalho na condição de aprendiz apenas a partir dos 14 anos. O trabalho de crianças e adolescentes abaixo de 16 anos em regime familiar, associativo ou em escolas profissionais, onde não há o vínculo empregatício constituído, segue sendo permitido. Aliás, as recomendações internacionais não censuram este tipo de trabalho. Em várias partes do mundo, inclusive em alguns países desenvolvidos, a exemplo dos Estados Unidos e Reino Unido, é elevada a proporção de adolescentes que desempenham alguma atividade produtiva, sem que isso seja considerado nocivo ao seu desenvolvimento (AZEVEDO, MENEZES e FERNANDES, 2000). Hoje a

¹⁵ A Convenção 138 unificou a idade mínima permitida para a inserção em qualquer tipo de trabalho. Não é só a legislação brasileira que tardou a estabelecer um critério único para todos os ramos de atividade. Diversas convenções internacionais adotavam idades mínimas diferentes conforme o setor produtivo de inserção do jovem. Não bastasse isto, houve defasagem temporal na legislação de cada tipo de atividade: como por exemplo, a convenção sobre idade mínima para a indústria data de 1919, sendo modificada em 1937; o trabalho marítimo exercido por menores é regulamentado em 1920, sofrendo alterações em 1936; a agricultura data de 1921; para os empregos não-industriais a primeira recomendação é feita em 1932, sendo modificada em 1937; para a pesca, o critério é fixado em 1950 e para o trabalho subterrâneo, apenas em 1965.

principal crítica feita à idade mínima para o trabalho fixada aos 16 anos no país, é que a educação obrigatória também deveria estar mais próxima do limite estabelecido para o trabalho. Do contrário, estaríamos empurrando aqueles que completaram o ensino fundamental na idade correta (14 anos) e deixaram a escola, a permanecer pelo menos dois anos na informalidade. A experiência de aprendiz está circunscrita a trabalhos que requerem aprendizado técnico, marcadamente no ramo industrial. Porém, em outras atividades ou empresas onde o período de treinamento é bastante curto, dificilmente um jovem de 14-15 anos é absorvido como aprendiz.

Desde os anos 1980, houve uma importante retirada de crianças e adolescentes do mercado de trabalho, tendência que foi ainda mais intensa nos anos 1990. Isto resultou da combinação de diferentes fatores: mudanças na legislação que se tornou mais proibitiva; a própria desaceleração econômica em um primeiro momento, que fez aumentar o desemprego entre adolescentes; e mesmo a mudança da estrutura dos domicílios gerada pela queda da fecundidade (SPINDEL, 1985; AZEVÊDO, MENEZES e FERNANDES, 2000; NOGUEIRA, 2003). Pois, havendo menos crianças e adolescentes nos domicílios, altera-se a relação de dependência dentro dessas unidades, tornando mais viável que um ou dois provedores adultos possam mantê-las sem necessitar recorrer ao trabalho adicional dos menores.

O grande desafio na atualidade é o combate ao desemprego juvenil, assegurar que a transição escola-trabalho se dê em melhores condições, garantindo trabalho decente para os que estão buscando uma primeira inserção, ou consolidar uma permanência duradoura no mercado de trabalho.

Observa-se que toda a intervenção governamental, a partir da segunda metade dos anos 1990 e primeiros anos do século XXI, tem procurado criar mecanismos que estimulem a qualificação dos jovens por um tempo mais longo que o de praxe, e uma passagem menos traumática da escola para o trabalho. Mas todos os programas criados ao longo deste período são focalizados nos jovens mais necessitados dentre os necessitados. Não há no Brasil e mesmo no Estado de São Paulo, políticas de juventude de fato universalistas. Os principais programas governamentais dirigidos a jovens no país, atestam o caráter

focalizado das propostas lançadas nos últimos anos¹⁶. Segundo Tartuce (2007), a orientação geral das propostas atuais vai no sentido de adiar o ingresso dos jovens no mercado de trabalho e enfatizar a formação escolar e profissional. Os programas têm de fato se apoiado fortemente em sistemas de concessão de diversas bolsas de formação.

Uma decisão derivada do reconhecimento público da dificuldade de inserção dos jovens no mercado de trabalho foi adotar a expansão da faixa etária em que se pode firmar o contrato de aprendizagem como uma alternativa. Desde a promulgação da Lei nº 11.180 de 2005, a idade do jovem aprendiz varia de 14 a 24 anos. O salário por hora de um aprendiz é o mesmo do piso da categoria, porém a jornada de trabalho diário em geral tende a ser mais curta, por isso o rendimento monetário obtido costuma ser mais baixo do que aquele de um empregado-padrão.

2.4.2 O trabalho durante a juventude em São Paulo

A literatura normalmente associa a inserção precoce no mercado de trabalho à pobreza (SPINDEL, 1985; MUNIZ e SOBEL, 2008). Quanto mais pobre se é, mais cedo se dá a entrada no mundo produtivo.

Pochmann (2000: 81), afirma que durante o período áureo da industrialização brasileira (1930-1970), entre o grupo jovem (15-24 anos):

(...) observa-se que a taxa de desemprego aberto era relativamente baixa, ainda que superior a do adulto, assim como os padrões de inserção ocupacional eram estáveis e menos desfavoráveis às faixas etárias inferiores da população. Se o jovem de origem familiar pobre ingressava antes dos 16 anos no mercado de trabalho – o jovem de classe média tinha contato com o mundo do trabalho antes dos 20 anos de idade, tradicionalmente nos postos

¹⁶ Pode-se citar como exemplos: 1) Programa Agente Jovem, voltado para jovens de 15 a 17 anos de famílias de renda familiar per capita de até meio salário mínimo. A preferência é dada aos jovens que já estiveram em conflito com a lei e vivam em áreas pobres com alto índice de violência. O jovem trabalha como agente comunitário por 12 meses e recebe R\$ 65,00 por mês; 2) Programa Nossa Primeira Terra, dirigido a jovens de 18-28 anos filhos de agricultores familiares ou sem-terra, ou que sejam estudantes de escolas técnicas. O jovem recebe uma linha de crédito para projetos comunitários e de infra-estrutura; 3) Programa Escola-Fábrica, que atende jovens de 16 a 24 anos que cursam educação básica sem qualificação profissional. O beneficiário do programa recebe treinamento profissional nas empresas parceiras e auxílio de R\$ 150,00 enquanto durar o treinamento; 4) Pró-Jovem, dirigido a pessoas de 18 a 24 anos sem carteira profissional assinada que concluíram a 4ª série, mas não a 8ª série do fundamental. O jovem recebe um auxílio de R\$ 100,00 ao mês para concluir o supletivo equivalente ao ensino fundamental em 12 meses. 5) Programa Primeiro Emprego, destinado a jovens de 16 a 24 anos desempregados e membros de famílias com renda per capita de até meio salário mínimo. O jovem recebe R\$ 150,00 ao mês para frequentar um curso de capacitação profissional por 4 meses (SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2006).

intermediários da grande indústria e dos serviços, bem como no setor público, enquanto o jovem de família rica só tornava-se ativo depois dos 20 anos, na maioria das vezes nos postos hierárquicos principais.

Na opinião do autor a situação socioeconômica característica do final do século XX, dominada por um cenário mundial mais competitivo, somado ao baixo poder de geração de emprego e renda no plano interno, levaria a “conformação de padrões heterogêneos de integração da juventude ao mundo do trabalho” (POCHMANN, 2002: 82).

Spindel (1985) pondera que segundo o padrão de inserção laboral dos jovens brasileiros muitos começam a trabalhar ainda na adolescência não apenas por razões econômicas, mas também por razões de ordem pessoal. A decisão de trabalhar pode ser uma resposta à pobreza, mas também pode derivar de uma adaptação a um rearranjo da composição do domicílio após a perda de um dos provedores por doença, morte ou divórcio dos pais. Porém, não se pode negligenciar as motivações de ordem pessoal que muito tem a ver com a construção da própria identidade e da autonomia dos sujeitos. O trabalho pode ser uma resposta a outras motivações relacionadas a um projeto de vida como “para poder estudar”, “para ser mais livre”, “para declarar independência em relação aos pais”; e “para poder consumir o que quer” (SPINDEL, 1985; MADEIRA, 1986; MADEIRA, 1999; TOKMAN, CORROCHANO e GOUVÊA, 2003).

Os jovens brasileiros em geral conservam uma visão tradicional na qual:

(...) o trabalho é ao mesmo tempo uma necessidade vital, uma obrigação social e um dever moral, cuja contrapartida é o status social que ele confere e a satisfação pessoal que proporciona. O trabalho tem uma dimensão instrumental (ganhar a vida) mas, apesar de seu caráter penoso, ele comporta também uma forte dimensão expressiva (realizar-se social e pessoalmente) (BAJOIT e FRASSEN, 1997: 79).

Por visão tradicional sobre o trabalho (MARTINS, 2001), entende-se aquela que subordina a realização pessoal ao trabalho. Uma nova tendência atual, mas que ainda é minoritária entre nós, consiste em inverter esta ordem, e subordinar o trabalho à realização pessoal. A mudança parece sutil, mas não é. Pois, quando o trabalho é subordinado à realização pessoal, ele se torna incompatível com o caráter penoso próprio da visão tradicional de trabalho. Passa-se a exigir dele que seja prazeroso, dotado de sentido e que permita ao indivíduo ter tempo livre para se dedicar a outras atividades desvinculadas de sua vida produtiva.

Madeira (1986) relaciona o crescimento da participação dos jovens no mercado de trabalho durante os anos do milagre econômico ao surgimento, no país, de uma identidade jovem. Isso seria ainda mais patente em São Paulo. O trabalho funcionou para muitos como a única maneira de se enquadrar a um estilo de vida mais moderno, pois lhes permitia consumir determinados símbolos de juventude como o jeans, o tênis e os programas com a turma. O novo estilo de vida mais moderno e característico de uma sociedade de consumo passava a marcar o meio urbano. Os novos postos de trabalho, quase todos derivados direta ou indiretamente da industrialização, também eram ofertados na área urbana. Por isso, neste período, São Paulo apresentava níveis mais altos de trabalhadores adolescentes e jovens do que Estados que conservavam um modo de vida mais característico do meio rural. Na sociedade paulista de finais dos anos 1960 e princípios dos anos 1970, os jovens já se seduziam pelos novos padrões de consumo e estilos de vida. Além, é claro, de encontrarem vagas de trabalho disponíveis que lhes convertia em trabalhadores-consumidores.

O cenário sócio-econômico do Estado no final do século XX era bastante diferente. São Paulo continua sendo o principal pólo industrial do país, mas foi palco de forte reestruturação produtiva¹⁷ e teve sua realidade também transformada pelo processo de descentralização produtiva (SABÓIA, 2001), que ao longo da década de 1990 alterou a geografia econômica e o equilíbrio de poder capital-interior paulista, bem como entre os Estados da Federação. Esses processos macroeconômicos tiveram impacto sobre a trajetória individual, quer aumentando o desemprego Pochmann (2000), ou contribuindo para aumentar o tempo de inatividade. Neste segundo caso, a decisão de se manter fora da população economicamente ativa (PEA), pode vir acompanhada da estratégia de dar continuidade aos estudos, no caso de jovens que podem ser mantidos pela família, ou simplesmente é um artifício para evitar o rótulo de desempregado.

Em uma pesquisa comparativa sobre o desemprego entre jovens na Região Metropolitana de São Paulo, Paris e Tóquio (LEITE, 2002) foram entrevistados indivíduos de ambos os sexos de 16 a 21 anos com ensino fundamental completo ou ensino médio

¹⁷ A reestruturação produtiva costuma ser descrita como um processo caracterizado pela flexibilização das relações trabalhistas, crescente instabilidade no emprego, aumento dos contratos temporários, desvalorização dos salários, necessidade de maior nível de escolaridade e qualificação para competir pelo emprego (MARTINS, 2001; PIMENTA, 2007).

completo em situação de desemprego aberto ou oculto por trabalho precário. A decisão dos pesquisadores foi de excluir da investigação os extremos da pirâmide social e focalizar pessoas provenientes dos estratos médios, porque foram considerados mais representativos para comparações internacionais de cunho qualitativo. Entre os principais achados deste estudo estão:

- Há forte relação entre encontrar trabalho e dar continuidade aos estudos. São justamente os que não têm nenhum trabalho que não conseguem fazer um curso técnico ou faculdade;
- Todos os que desempenham ou desempenharam algum trabalho, isto se deu no contexto familiar, negócios de família ou, ainda, em pequenas empresas cujo contato foi mediado por familiares, amigos, conhecidos (parentes e o círculo da igreja se destacam);
- As trajetórias femininas são mais precárias (fazem mais “bicos”);
- Planos de formar a própria família e casar são expressos espontaneamente apenas por mulheres. Embora este aspecto não tenha sido muito explorado, poderíamos cogitar que possivelmente as mulheres valorizam mais as transições familiares porque não estão vislumbrando nesta inserção precária no mundo produtivo uma forma de conquistar e afirmar seu status adulto;
- Os principais obstáculos à inserção no mercado de trabalho mencionados pelos jovens são: a falta de experiência registrada em carteira; a menoridade e, no caso dos meninos, não ter cumprido o serviço militar. São também identificadas práticas discriminatórias por parte dos empregadores que fundamentariam a decisão pela contratação em critérios subjetivos ou claramente preconceituosos. Certos empregadores baseariam suas escolhas na boa aparência – muitas vezes um eufemismo para rejeitar candidatos não-brancos, obesos ou que se afastam do padrão de beleza hegemônico na sociedade – e no local de residência do jovem. Considerando a geografia urbana, ao enquadrar o candidato como morador da periferia da cidade, optariam por rechaçá-lo;

- Creditam a dificuldade em arranjar trabalho à “crise geral” e à insensibilidade de empresários e do governo (falta de uma chance);
- A restrição de recursos econômicos causada pelo desemprego atinge em cheio o consumo chamado supérfluo, o lazer e os estudos em níveis mais avançados. Há também perdas sociais e afetivas (fim de namoro por não poder bancar os passeios; convívio restrito com os amigos por não participar de atividades que envolvem gastos);
- Os jovens começam a procurar trabalho logo que atingem a idade mínima permitida. Considerando a idade de 16 anos como marco e o tempo transcorrido entre os 16 anos e a idade atual, identificou-se que o tempo efetivamente trabalhado não ultrapassa 40% do que seria esperado se a inserção no trabalho fosse imediata e as trajetórias contínuas. A única exceção a esta regra fica por conta dos homens brancos, que costumam se ocupar por 50% do tempo que poderiam ter trabalhado.

Tomás, Oliveira e Rios-Neto (2008) calculam a idade média de entrada no mercado de trabalho dos jovens residentes nas áreas metropolitanas brasileiras (São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Recife e Salvador) utilizando os dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) para os anos de 1983 e 2001. Entretanto, os autores não desagregam os dados segundo a área metropolitana, optando por considerá-los conjuntamente. Eles descobriram que houve um adiamento da entrada dos jovens no mercado de trabalho. Em 2001, havia menos jovens começando a trabalhar com idades inferiores a 17 anos, se comparado a 1983. Em 1983, a idade média de entrada no mercado de trabalho era de 16,67 anos para os homens e 18,11 anos para as mulheres. Em 2003, passa a se registrar respectivamente, 18,76 e 19,63 anos. Todavia os autores alertam que este aumento da idade média de inserção no mercado de trabalho pode ser em parte resultante de uma subdeclaração do desemprego juvenil. Isto porque, jovens que nunca trabalharam e que estão buscando o seu primeiro emprego podem tender a se declarar como inativos, principalmente quando estudam, já que podem considerar os estudos como sua principal ocupação.

Contudo, a estratégia de permanecer na inatividade e seguir investindo nos estudos não é uma opção factível para todos. Martins (2001) realizou pesquisa sobre jovens de 18 a 25 anos da classe trabalhadora do município de Osasco, na Grande São Paulo, e percebeu que ao menos no que se refere ao trabalho, união conjugal e maternidade/paternidade, a tendência desses jovens é a de realização e não de adiamento da transição para a vida adulta.

O desemprego ou a baixa renda obtida através do trabalho pode fazer com que os jovens optem por formar família ainda residindo com os pais ou outros familiares. A prática de viver cada qual com seus pais, ainda que tenham filhos pequenos e uma união estável – visitando-se mutuamente aos finais de semana – está longe de ser uma regra, mas tampouco é um arranjo descartado. Começamos então a nos confrontar com o tema central do nosso próximo tópico: os aspectos da transição para a vida adulta ligados à família.

2.5.1 Aspectos legais da formação de união

As normas legais que regularam o casamento no Brasil variaram ao longo da história (CAMARGO e OLIVEIRA, 1977). Durante todo o período colonial e imperial, a regulação da família e do matrimônio seguiu as determinações do Direito Canônico (LORDELLO, 2002; CAMPOS, 2003). Embora o Direito Canônico contivesse uma normativa muito complexa, pode-se afirmar que a idade mínima permitida para o matrimônio no caso dos homens era 14 anos e, no caso das mulheres, 12 anos. Entretanto, o casamento de meninas ainda mais jovens era aceito “quando, antes da dita idade, constar que tem discricção e disposição bastante que supra a falta daquela [idade]” (CAMPOS, 2003: 71). Neste período, o que mais contava era: 1) o consentimento dos pais; 2) a observância à regra de formação de uniões estritamente entre iguais. Ou seja, entre pessoas que professassem a mesma crença católica e pertencessem à mesma origem social e, não raro, também compartilhassem a mesma origem étnica.

Com a República, veio por fim a total separação entre Igreja e Estado e, por conseguinte, a secularização do casamento (LORDELLO, 2002). A primeira Constituição republicana (1891) estabelece que o casamento legalmente reconhecido é unicamente o

casamento civil, o que é o mesmo que afirmar a supremacia deste sobre o casamento religioso, o qual perde, portanto, validade legal¹⁸. O decreto nº 181 de 1890, ainda durante o Governo Provisório logo após a proclamação da República, considerava como população apta a casar aquela com idade igual ou superior a 16 anos no caso dos homens e a partir de 14 anos no caso das mulheres, sendo necessário o consentimento dos pais para o casamento de menor de 21 anos de ambos os sexos. Na prática, apenas as mulheres costumavam se casar antes desta idade (MOMSMA, TRUZZI e BÔAS, 2004). Apesar disso, uma legislação mais completa sobre o funcionamento, impedimentos, direitos e deveres das partes envolvidas no enlace, só seria fixada com a promulgação do Código Civil de 1916. A partir de então, a idade mínima para o matrimônio passa a ser 16 anos para as mulheres e 18 anos para os homens, conservando-se a necessidade de consentimento dos pais quando o matrimônio envolvesse menor de 21 anos (BERQUÓ, 1998).

Uma nova alteração, quanto ao critério etário para o matrimônio, entra em vigor com o Novo Código Civil de 2002, que em seu capítulo II, declara:

Art. 1.517. O homem e a mulher com dezesseis anos podem casar, exigindo-se autorização de ambos os pais, ou de seus representantes legais, enquanto não atingida a maioridade civil.

Se antes a maioridade plena era alcançada aos 21 anos, com o Novo Código Civil, ela foi antecipada para os 18 anos. Ou seja, aos 18 anos, o jovem é considerado apto para casar ou abrir seu próprio negócio sem precisar do consentimento de seus pais.

Tanto no Código Civil de 1916 quanto no Novo Código Civil, o casamento de menores de 16 anos é aceito “para evitar imposição ou cumprimento de pena criminal ou em caso de gravidez” (Art. 1.520 do Novo Código Civil). O cumprimento de pena criminal, a qual se refere o texto da lei, diz respeito ao fato de toda relação sexual de menor de idade com maior de idade ser interpretada como violação presumida. Em caso de denúncia formal, o maior pode responder processo criminal. O casamento é uma forma de reparação legalmente aceita, se convier a ambas as partes. Já nos casos de gravidez, o direito

¹⁸ A lei 1.110 promulgada em 1950 criou a possibilidade do casamento religioso com efeitos civis, desde que se efetue o registro em cartório. Para tanto, é necessário que se cumpra todos os requisitos do casamento civil, observando-se os prazos, proclames, apresentação de documentos individuais, etc. (CAMARGO e OLIVEIRA, 1977). Essa lei continua em vigor ainda hoje.

brasileiro tende a conceder ao feto status de ser social, portanto, o bem-estar da criança por nascer impõe-se sobre os impedimentos relacionados à pouca idade dos pais. Outra interpretação possível é que a gravidez evidencia a consumação da união de fato, cabendo, por conseguinte, apenas o seu reconhecimento legal.

Como vimos acima, nas duas legislações (1916 e 2002) os pais têm papel ativo no matrimônio dos filhos, enquanto estes não atingem a maioridade civil. Contudo, uma mudança importante introduzida pelo Novo Código é que, quando os pais negam consentimento para o casamento de menores, o juiz tem poderes de suprimi-lo se julgar que as razões apontadas pelos pais são injustas. Houve, portanto, significativa redução do poder parental neste campo.

Certamente, os impedimentos relativos à idade nunca foram a razão principal da elevada prevalência de uniões consensuais entre os brasileiros. As uniões consensuais têm entre nós raízes históricas. Brügger (1996) apresenta duas linhas explicativas para a elevada prevalência dessas uniões no país. A primeira linha argumentativa justifica essa realidade baseada nos entraves burocráticos e econômicos. As dificuldades em pagar as despesas de formalização da união e a dificuldade crônica em lidar com o aparato legal teriam levado a uma não valorização social do casamento. A segunda linha defende que o fato de uma parcela da população não ser casada oficialmente não significa que o matrimônio seja desvalorizado socialmente. Pelo contrário, defende que o status de casado historicamente foi valorizado e almejado. Justamente por não ser algo acessível a todos o faz ser ainda mais desejado. O motivo principal da opção pela união consensual estaria na forma como a vida das pessoas está estruturada. Adota-se a dicotomia estabilidade *versus* instabilidade como aspecto chave da questão. “O que justifica o alto índice de ilegitimidade, constatado por certos estudos é a contradição entre a estabilidade, representada pelo casamento, e a instabilidade da vida cotidiana de grande número de pessoas” (BRÜGGER, 1996: 1764). A decisão de formar uma união consensual pode ser tomada considerando a instabilidade em diversas áreas da vida. Populações pobres, que migram muito ou casais que têm um projeto de ascensão social que em sua concepção deveria anteceder ao matrimônio, são mais propensos a formar uniões consensuais.

Berquó e Loyola (1984), – utilizando dados da Pesquisa Nacional de Reprodução Humana (PNRH), realizada entre 1975 e 1977, dados censitários de 1960 e 1970 e também Pesquisas Nacionais por Amostragem de Domicílio (PNADs) de 1976 e 1978 – afirmavam já naquela época que embora as uniões civis fossem maioria (cerca de 70% do total de uniões em finais dos anos 1970), as uniões consensuais estavam crescendo em importância. Este estudo revela que já nos anos 1970, as uniões consensuais se caracterizam por envolver em geral pessoas mais jovens, moradoras de áreas mais pobres e também pessoas em suas segundas núpcias. Essa última característica se justificava pelo fato de que até 1978, embora a separação conjugal pudesse ser reconhecida legalmente mediante desquite, não era permitido aos envolvidos em hipótese alguma formar nova união civil. O impedimento jurídico a uma segunda união civil transformava a união consensual em única alternativa viável para os separados e desquitados. Percebeu-se que quanto mais recentes eram as uniões, maior era o peso das uniões consensuais no conjunto das uniões. Isto porque especialmente nas áreas mais urbanizadas e entre os mais jovens, a união consensual era uma opção para casais que estavam em vias de assumir um casamento formal. Ou seja, a união consensual era um arranjo temporário até o casal reunir condições financeiras e ter confiança de que o relacionamento iria durar para, só então, legalizar a união.

A PNRH contemplava uma série de questões nas quais os entrevistados eram estimulados a expressarem suas opiniões e valores sobre o casamento. A maioria dos entrevistados, independente do sexo, opinou que a união civil era mais vantajosa para as mulheres, enquanto a união consensual era mais vantajosa para os homens. Embora pairasse sobre as uniões consensuais a áurea de que nelas havia maior liberdade individual, os entrevistados assinalavam que o lado negativo disso era que havia menor confiabilidade na estabilidade matrimonial, porque qualquer das partes – mas principalmente o homem – poderia a qualquer momento trocar de parceira. A união civil era constantemente reafirmada como vantajosa para as mulheres por assegurar-lhe o compromisso financeiro do marido em relação a elas e aos filhos. Contudo, em áreas pobres nas quais as mulheres já eram as principais provedoras de seus domicílios e onde não havia bem algum a ser compartilhado, as uniões consensuais aparentavam ser um arranjo satisfatório também para as mulheres. Afinal, para elas também poderia resultar vantajoso se desvencilharem de

companheiros de maneira rápida, quando elas próprias já detinham autonomia econômica ainda que fossem muito pobres. Observava-se que quando as mulheres detinham maior autonomia financeira e quando não havia muita confiança na estabilidade da união – ou seja, as partes não estavam seguras de que “viveriam juntos para sempre até que a morte as separasse” – eram maiores as chances de se estabelecer uma união de tipo consensual.

Apesar disso, identificou-se que o casamento civil era muito valorizado. Mesmo pessoas que viviam uniões consensuais ou religiosas, reconheciam que a união civil é aquela que mais “oferece segurança econômica e psicológica à família, ao cônjuge e aos filhos, legitimação social e proteção legal” (BERQUÓ e LOYOLA, 1984: 45). Este estudo também sinalizava que dificuldades econômicas e de acesso a cartórios transformavam a união consensual em saída provisória ou mesmo definitiva.

Houve períodos de nossa história nos quais tanto a celebração quanto o registro de casamento eram gratuitos. Mas desde a Constituição de 1969, e incluindo a atual Constituição de 1988, apenas a celebração é gratuita.

Camargo e Oliveira (1977) já chamavam a atenção para o preço proibitivo do casamento na cidade de São Paulo com base nos gastos previstos considerando como referência o ano de 1971. Um especial sobre finanças pessoais publicado pela revista *Época* em 2007¹⁹, com base em levantamento feito nas cidades de São Paulo, Santos, Curitiba, Rio de Janeiro e Belo Horizonte revelou que o gasto apenas com a parte burocrática do casamento civil pode variar de R\$ 245,00 a R\$ 730,00. Mas o custo total da cerimônia e da festa que em geral a sucede eleva em muito esta estimativa. Segundo a mesma reportagem, um casamento “simples” custaria em torno de R\$ 16.000,00; enquanto um mais sofisticado poderia sair por mais de R\$ 60.000,00. Vale lembrar que o salário mínimo, em 2007, era de R\$ 380,00.

Segundo Azevedo (1986: 93):

No Brasil, as próprias classes modestas imitam, na medida do possível e até com sacrifícios, a solenidade e o brilho dos casamentos da burguesia, tanto no vestuário da noiva e das damas, madrinhas e padrinhos, quanto na ornamentação das igrejas com flores, laços de fita, vela, música. E na elaborada etiqueta da entrada no templo, dos desfiles dos nubentes de braços dados aos futuros sogros, das crianças que portam as alianças, os ramalhetes de flores, seguidos dos padrinhos, parentes e amigos, ao som de música especial ou “marcha

¹⁹ NEVES, M.L. “Como cuidar bem do seu dinheiro: Respostas às principais dúvidas sobre finanças pessoais e familiares para você aumentar seu saldo e conquistar seus sonhos”. *Revista Época*, Edição nº 454. 29 de janeiro de 2007.

nupcial” executada por coro e orquestra. E dos retratos após a cerimônia, os cumprimentos na sacristia ou salão, a saída do templo, os gestos votivos de lançamento de pétalas e de punhados de arroz, nas igrejas católicas e nos templos protestantes e de outros cultos com ritos parecidos.

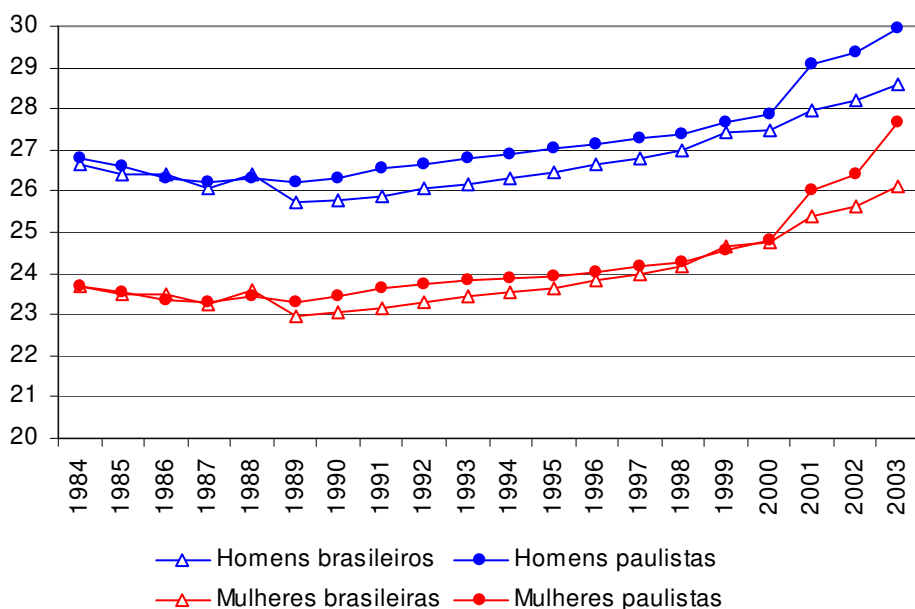
Acreditamos que a observação deste autor é em grande medida ainda válida hoje. Entretanto, o que mais nos interessa para os propósitos deste estudo é que a despeito de as uniões consensuais serem mais ou menos estáveis do que as uniões formais, o fato é que se trata de uma instituição que tem se mostrado durável e constante no contexto dos arranjos familiares encontrados no Brasil. E que tem, por sinal, aumentado sua participação nos arranjos familiares de segmentos sociais que no passado optavam pelo casamento formal (OLIVEIRA, 1996). O grau de legitimidade conferido às uniões consensuais na realidade brasileira pode ser atestado pela aprovação da Lei 9.278 de 1996, que regulamenta a união estável. O Novo Código Civil também aborda a questão praticamente igualando os direitos e deveres da união estável ao de uma união formal, assegurando os “deveres de lealdade, respeito, assistência, e de guarda, sustento e educação dos filhos” (Art. 1.724). À união estável também se aplica compulsoriamente o regime de comunhão parcial de bens, a menos que o casal se manifeste solicitando outro regime de bens. Isso significa que a regra geral fixa que todo o patrimônio adquirido durante a vigência da união pertence igualmente a ambos.

2.5.2 A idade ao constituir família em São Paulo

No que diz respeito especificamente à transição para a vida adulta, deve-se ressaltar que há fortes indicativos de que os jovens que optam por uniões consensuais, em sua primeira experiência conjugal, têm uma média de idade mais baixa do que os jovens cuja primeira experiência conjugal foi o casamento formal. Os resultados de pesquisa de Camargo e Oliveira (1977), considerando os padrões de casamento de mulheres de 15-49 anos residentes na capital paulista em 1965, evidenciaram que as formalmente casadas constituíam união em média aos 21 anos, enquanto aquelas que se encontravam em uniões consensuais tinham iniciado suas vidas conjugais um pouco mais jovens, aos 20 anos. Entre as mulheres naturais de São Paulo, a união legalmente formalizada era mais

predominante do que entre mulheres oriundas de outras regiões do país, à exceção das nascidas dos três Estados do extremo Sul brasileiro. Analisando os dados censitários de 1960 e 1970, este mesmo estudo sustenta que as uniões consensuais estão presentes em todo o território nacional, mas notam-se variações importantes. Quando se observam os eixos Sul-Norte e Litoral-Interior, percebe-se a tendência de maior institucionalização nas regiões Sul e no Litoral. As hipóteses explicativas para isto seriam: o maior poder econômico destas populações, o melhor acesso ao sistema jurídico e a tradição religiosa.

Gráfico 1
Idade média ao primeiro matrimônio, Brasil e São Paulo (1984-2003)



Fonte: IBGE - Registro Civil. Tabulações da autora.

Nota: Os dados do Registro Civil (IBGE) não permitem recuar a anos anteriores a 1984. Para o cálculo da idade média da mulher ao primeiro matrimônio, consideramos as mulheres cujo estado civil anterior à união era o de solteira, independente do estado civil do homem com o qual tenham se casado (solteiro, divorciado ou viúvo). O mesmo é válido para os homens. Considerou-se a idade dos homens cujo estado civil anterior ao casamento era de solteiro, independente do estado civil da noiva (solteira, divorciada ou viúva). Em ambos os casos foram considerados pessoas de 15 a 64 anos.

O Gráfico 1 permite a comparação entre a idade ao primeiro matrimônio de homens e mulheres do Brasil como um todo com aqueles residentes no Estado de São Paulo. A primeira evidência é de que houve uma tendência de gradativo aumento da idade ao primeiro matrimônio no Brasil e no Estado de São Paulo a partir do início dos anos 1990.

Comparando os anos de 1984 e 2003 temos uma boa medida das mudanças em curso: a idade ao primeiro matrimônio das brasileiras passa de 23,69 anos para 26,10 anos; entre as paulistas passa de 23,7 para 27,67 anos. Um adiamento, portanto, de 2,41 anos no caso das brasileiras; e expressivos 3,97 anos no caso das mulheres paulistas. No mesmo período, a idade ao primeiro matrimônio dos homens brasileiros aumentou de 26,64 anos para 28,57 anos. Já para os homens paulistas passa de 26,78 para 29,95 anos. Entre os homens houve também um adiamento da idade ao primeiro matrimônio, mas de magnitude inferior àquela verificada entre as mulheres: entre os brasileiros ficou em torno de 1,93 anos e entre os paulistas, 3,17 anos.

Entre os homens, no período 1984-1988, a idade ao oficializar uma primeira união era praticamente a mesma para paulistas e brasileiros em geral. Mas a partir de 1989, a idade ao primeiro matrimônio dos homens paulistas se conserva mais elevada e, inclusive se amplia a diferença de idade destes em relação aos demais brasileiros a partir de 2001.

Entre as mulheres se observa uma evolução semelhante, embora a diferença entre a idade ao primeiro matrimônio entre paulistas e brasileiras em geral seja menor do que aquela observada entre os homens ao longo da década de 1990. No final daquela década, as idades à primeira união formal de brasileiras e paulistas chegaram a ser as mesmas. Mas nos primeiros anos do novo século se intensifica a diferença, com as paulistas voltando a se casarem um pouco mais velhas que a média da população feminina brasileira.

A diferença entre a idade média ao primeiro matrimônio de homens e mulheres brasileiros, e também quando contrastamos homens e mulheres paulistas, tem se mantido ao redor de três anos. Somente a partir de 2001 que há uma aproximação mais visível da idade ao primeiro matrimônio de homens e mulheres paulistas.

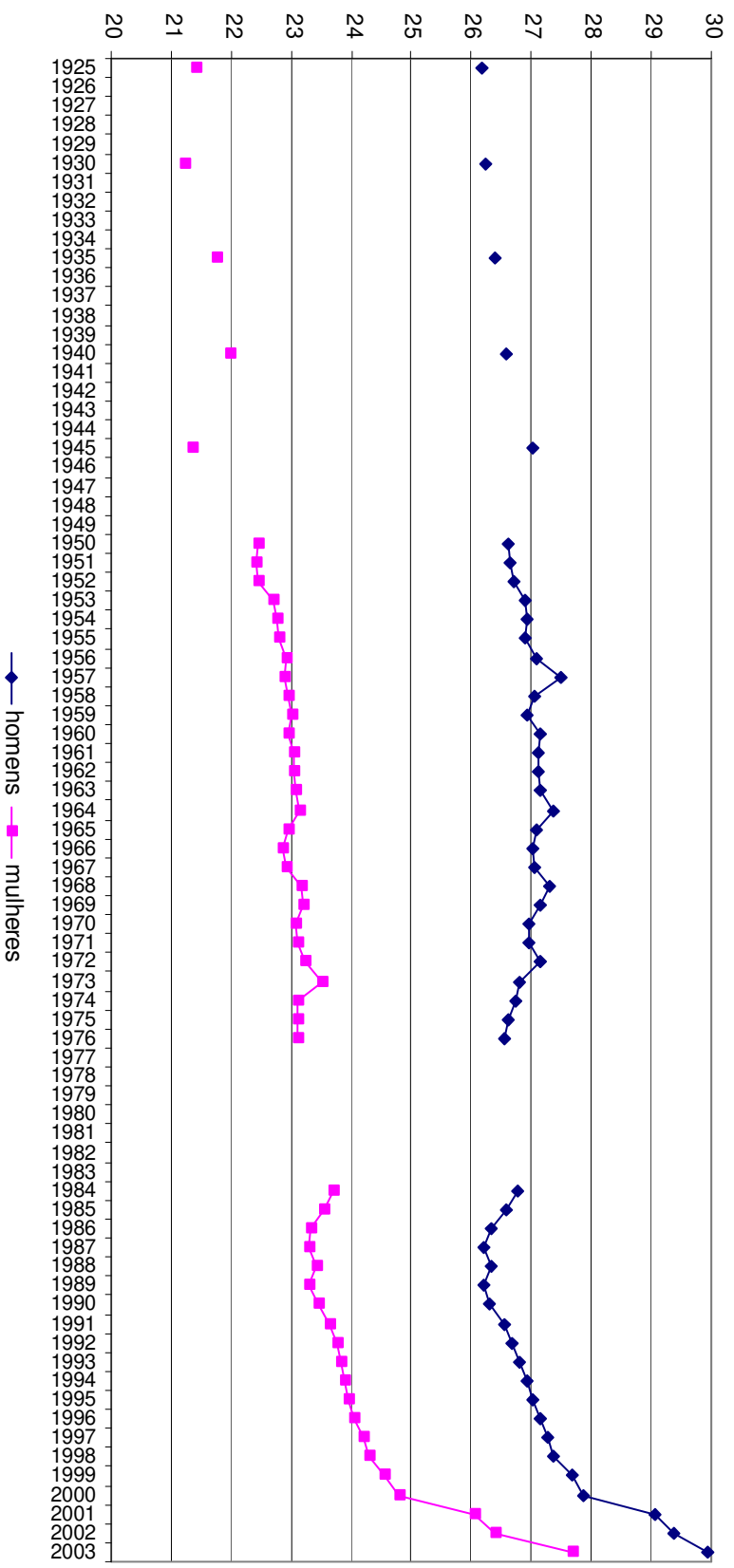
Madeira (1978: 448) realizou um levantamento da idade média ao casar entre 1925 e 1976 restrito ao Estado de São Paulo utilizando como fonte de dados arquivos oficiais, mais precisamente, “pastas da Seção de Demografia Dinâmica do Departamento de Estatística” do Estado. Fundamentado neste estudo, no Gráfico 2, apresenta-se a evolução da idade média ao casar no Estado de São Paulo desde a segunda metade dos anos 1920 até o início do século XXI, o que permite ampliar a visão do processo de mudança de uma perspectiva histórica. Nele, pode-se observar a tendência de crescimento da idade média ao

casar para ambos os sexos ao longo do século XX, a qual se torna mais intensa no final dos anos 1990 e primeiros anos do novo século.

Comparado aos anos 1925-1940 – quando as mulheres paulistas se casavam ao redor dos 21-22 anos – este início de século XXI evidencia um adiamento de cinco anos na idade de início de um primeiro matrimônio. Entre os homens, o adiamento considerando essa faixa de tempo mais larga é de aproximadamente quatro anos.

Entre os anos 1970 e 2000 – marcos temporais fundamentais neste estudo – o adiamento na entrada na primeira união formal foi de 0,9 anos no caso dos homens paulistas e 1,73 ano em se tratando das mulheres paulistas.

Gráfico 2
Idade média ao primeiro matrimônio, São Paulo (1925-2003)



Fonte: Madeira (1978: 448), para o período 1925-1976. Dados do Registro Civil/IBGE, para o período 1984-2003.

Entre os homens há relativa estabilidade da idade ao casar entre os 26 e os 28 anos ao longo de todo o século XX. Contudo, em um espaço de apenas três anos, entre 2000 e 2003, a idade média masculina ao casar sofre um acréscimo de mais de dois anos, destacável no conjunto das tendências, passando de 27,87 para 29,95 anos. Entre as mulheres, neste mesmo período 2000-2003, houve um aumento de 2,87 anos da idade ao primeiro matrimônio – a idade média feminina passou de 24,8 para 27,67anos. O ano de 2003 se destaca ainda por ser aquele no qual a diferença etária entre homens e mulheres no primeiro matrimônio foi a menor já registrada: 2,28 anos. Este dado é importante, sobretudo, porque ao longo do século XX a diferença de idade ao casar de homens e de mulheres esteve por volta de 3 ou 4 anos.

Pode-se assumir como hipótese plausível que o aumento da idade média ao primeiro matrimônio nesse princípio de século seja efeito dos casamentos coletivos realizados em todo o Estado de São Paulo, que de fato contribuíram para a legalização de uniões consensuais pré-existentes envolvendo pessoas de faixas etárias mais elevadas.

Entretanto, a conjunção de duas evidências tomadas em conjunto: a diminuição da diferença de idade entre homens e mulheres no primeiro matrimônio, que como vimos é mais saliente em São Paulo do que no Brasil, e a elevação da idade ao casar, permite também a interpretação de que a população paulista pode estar incorporando cada vez mais “comportamentos modernos”. Os primeiros anos da década de 2000 foram marcados pela expansão do ensino médio e superior, fato que, a julgar pela experiência internacional, também faria esperar um aumento da idade ao primeiro matrimônio.

O declínio do número de casamentos envolvendo adolescentes pode ser um forte indicativo desta mudança de comportamento. Ainda que se saiba que as uniões consensuais são mais comuns entre os mais jovens, isso não minimiza a relevância da mudança frente ao casamento formal durante a adolescência.

Dentro da lógica modernizadora, a adolescência seria um período de expectativas voltadas à educação, formação profissional e mesmo experimentação afetiva que não combinaria com o casamento formal.

Na Tabela 4, pode-se acompanhar o ritmo declínio do número de matrimônios envolvendo adolescentes entre 1984 e 2003. Neste período de duas décadas, o número de

casamentos envolvendo adolescentes no Brasil sofreu um declínio de 58,3% entre as garotas e 61,4% entre os garotos. Em São Paulo esta redução foi muito mais drástica, detectando-se um declínio de 95,9% do número de casamentos envolvendo adolescentes do sexo masculino e uma redução de 81,9% do número de ocorrências de casamentos envolvendo adolescentes do sexo feminino. Entretanto, observa-se que, se considerarmos unicamente as meninas, no Brasil houve momentos de oscilação e mesmo aumento do número de casamentos envolvendo adolescentes entre os anos de 1993 e 1999. Em São Paulo, ao longo desta mesma década, houve um momento de leve inversão da tendência de queda do número de matrimônios envolvendo garotas apenas em 1999.

Tabela 4
Número de matrimônios envolvendo adolescentes (15-19 anos)

Ano	<i>Brasil</i>		<i>São Paulo</i>	
	Garotos	Garotas	Garotos	Garotas
1984	69.220	304.934	14.030	62.640
1985	71.724	314.431	14.281	62.862
1986	79.556	334.297	15.648	64.871
1987	75.552	311.751	16.264	64.953
1988	72.781	304.473	16.195	64.017
1989	65.866	280.992	15.029	60.863
1990	60.519	257.707	14.077	55.201
1991	57.062	243.042	13.409	51.909
1992	55.773	237.313	12.391	49.160
1993	52.131	230.454	12.229	49.475
1994	53.106	234.127	12.059	49.394
1995	50.521	223.029	11.415	47.376
1996	48.496	217.484	10.950	45.951
1997	45.069	206.927	10.812	45.450
1998	40.802	193.320	9.859	42.910
1999	42.697	203.286	9.765	43.288
2000	38.452	180.872	9.009	38.943
2001	29.465	149.260	3.052	23.571
2002	27.009	138.506	2.728	20.777
2003	26.701	127.219	582	11.330

Fonte: IBGE - Registro Civil.

Sabe-se que nos anos 1990, a fecundidade adolescente esteve particularmente elevada em São Paulo e no Brasil (BERQUÓ e CAVENAGHI, 2004; YAZAKI, 2008). É possível que isto tenha relação com estas oscilações, ainda mais porque o ano de 1998 foi aquele no qual a fecundidade adolescente paulista atingiu o seu pico, e depois descendeu novamente. A tabela 4 nos indica que justamente o ano seguinte – 1999 – apresentou um aumento do

número de casamentos formais de adolescentes do sexo feminino, contrariando a tendência consiste de declínio de casamentos nesta fase da vida, que retoma sua trajetória de queda nos anos seguintes. Pode-se então especular que o casamento formal envolvendo adolescentes na atualidade estaria em parte associado à concepção de um filho.

Por último cabe mencionar que, embora não contemos com séries históricas que colem a informação sobre a idade da mulher ao ter o primeiro filho, Camarano (1996) estimou a idade média das mulheres paulistas ao ter o primeiro filho para o período 1940 a 1993 utilizando dados censitários de 1940 a 1980 e a Pesquisa Nacional de Amostragem de Domicílios (PNAD) de 1993. Aplicando metodologia proposta por Hajnal (1953), a autora mostra que a idade média da mulher ao ter o primeiro filho no Estado de São Paulo tem variado ao longo destas décadas entre 22,5 e 23,8 anos. Ou seja, as paulistas em média seguiam tendo filhos em idades jovens, antes dos 24 anos.

2.6 O individualismo em um contexto de modernidade inacabada

Certamente as idades médias ao primeiro matrimônio e ao ter o primeiro filhos às quais nos referimos em tópico anterior – particularmente em uma sociedade tão desigual quanto a nossa – escondem uma grade diversidade de padrões segundo o segmento social de pertencimento.

As mudanças demográficas e institucionais tratadas neste capítulo retro-alimentam o processo de modernização brasileiro e ainda mais marcadamente o paulista. Em síntese, a teoria da modernização que está no cerne das discussões da segunda transição demográfica é também a força propulsora das principais mudanças na transição para a vida adulta.

Além das mudanças sociais e econômicas que formam, por assim dizer, o núcleo rígido da modernização, as mudanças na esfera dos valores são constantemente ressaltadas. Como vimos no capítulo anterior, sob a perspectiva dos valores, o individualismo é o consorte da modernidade. A difusão de valores individualistas funciona como elemento facilitador da modernização, ao mesmo tempo em que tais valores são reforçados por ela.

Contudo, assim como se costuma fazer distinções importantes entre a modernização da maneira como foi vivida pelos países centrais e a “modernização tardia ou inacabada” experimentada pelos países periféricos e semi-periféricos (GUERREIRO e ABRANTES,

2005), é útil indagar se há variações na expressão dos valores individualistas. Embora o desejo de auto-realização, de busca da felicidade individual e autonomia sejam compartilhados, a estrutura social, as possibilidades abertas à satisfação desses ideais e os mecanismos passíveis de serem acionados dentro desta realidade não são os mesmos. Haveria no contexto de modernização tardia formas *sui generis* de expressão dos valores individualistas? Acreditamos que esta pergunta é importante. Se o desejo de experimentação, de auto-conhecimento e a sensação de que ainda há algo mais por ser vivido, antes de dar o passo decisivo de entrada na vida adulta, é uma das facetas do adiamento da transição para a vida adulta nos países desenvolvidos (ao lado das dificuldades óbvias de inserção no mundo produtivo), como a lógica individualista operaria em contextos em que o arcaico e o moderno formam um estranho *continuum*, mais que uma rígida dicotomia?

Uma característica comum do processo de modernização nos países em que ele ocorre tardiamente é o fato de não atingir toda a sociedade de maneira uniforme (PIMENTA, 2005). Como a modernização nestes lugares se dá em grande medida em resposta a forças exógenas à sociedade – ou seja, em reação direta ou indireta ao capitalismo global, em uma espécie de rearranjo adaptativo, mais do que devido ao surgimento de uma nova racionalidade autóctone – o imperativo de modernizar-se se pauta na importação de uma racionalidade ocidental, sem que esta suprima de um só golpe o *modus operandi* da sociedade local.

O acesso à educação foi democratizado, mas a maioria das pessoas não conclui a educação básica. A reestruturação produtiva, com suas altas exigências de qualificação, gerou precarização e instabilidade no trabalho em todo o mundo. Mas, enquanto em outras partes a solução real para o problema tem sido o aumento do nível de qualificação da população, nossa modernidade tardia nos brinda com altos níveis de informalidade e mesmo a total exclusão do mercado de trabalho como arranjos permanentes na trajetória dos indivíduos. Por fim, também o tema das uniões consensuais é controverso, porque não podemos afirmar com segurança o quanto elas se devem a incorporação de valores individualistas ou se decorrem de tendências históricas, tendo havido apenas o acirramento de velhas condições sociais que sempre resultaram nesta forma de união. Por tudo isto, a

sensação é de que vivemos uma “modernidade inacabada” (GUERREIRO e ABRANTES, 2005).

No entanto, todas essas ponderações não são feitas com o intuito de negar a existência de comportamentos modernos entre nós. Como já dizia Madeira (1978: 453): “(...) os chamados ‘comportamentos modernos’ e sua ‘disseminação’ devem resultar muito pouco do papel dinâmico da modernidade em si, mas são alcançados nos processos desencadeados para generalização da ‘modernidade’”. De forma que a modernidade inacabada não exclui por definição todo e qualquer comportamento moderno. Pelo contrário, assumir dito comportamento é uma forma de aproximação do ideal de modernidade.

Para Machado (2001), o que vigora em nossa sociedade é a co-existência de dois códigos – o relacional hierárquico (fundado no princípio da reciprocidade e das obrigações) e o individualista (fundado na liberdade, igualdade de gênero e cidadania) – que permeia todos os segmentos sociais. No entanto, há diferentes formas de articulá-los ou mesmo de estabelecer certa proeminência de um sobre o outro, dependendo da posição e da situação social em que o indivíduo se encontre.

A visão de Machado (2001), ao perceber que os dois códigos sobrevivem em todos os segmentos sociais, inova em relação à bibliografia clássica sobre o tema (VELHO, 1981; DUARTE, 1986), que atribui os valores individualistas exclusivamente às camadas médias urbanas, enquanto as camadas trabalhadoras seguiriam o código relacional hierárquico. Segundo Salem (2006), alguns pesquisadores têm adotado uma “hipótese de contaminação” para explicar comportamentos aparentemente modernos em camadas populares. Em síntese, o que esses autores propõem é que os valores individualistas estariam atravessando as fronteiras de classe, ou seja, as camadas populares seriam “contagiadas” pelos valores individualistas das classes médias, seja por meio da mídia ou dos contatos estabelecidos na vida cotidiana, sobretudo nas relações de trabalho, onde os dois universos se encontram. Poderíamos supor que mesmo a escola poderia ter papel importante dentro desta hipótese de contaminação, pois nelas também há a possibilidade de encontro de indivíduos de origens distintas.

Contudo, por mais que esses valores se difundam e sejam cada vez mais compartilhados, as chances de vivenciá-los em sua plenitude são diversas. No momento da

transição para a vida adulta, isso pode produzir forte impacto sobre a forma e o ritmo das várias transições: saída da escola, entrada no mercado de trabalho, saída da casa dos pais, formação do par conjugal e nascimento do primeiro filho. A família certamente joga por vezes um papel ambíguo na transição para a vida adulta de seus jovens, ora exerce função de apoio, ora de obstáculo a sua autonomia, quando ela própria não pode prescindir da contribuição econômica do jovem ainda que de maneira complementar a do responsável pelo domicílio:

(...) no contexto brasileiro, as relações de dependência/independência familiares se dão em duas vias, isto é, na ausência de políticas públicas orientadas para o suporte da emancipação juvenil (excetuando-se talvez, e mesmo assim, com muitas restrições, a política de bolsas de estudos e pesquisa), os jovens brasileiros dependem basicamente do apoio familiar para poderem manter-se na escola, conseguir trabalho ou mesmo habitação (sendo muito comum que jovens recém casados de famílias pobres passem a coabitar sob o mesmo teto da família de origem); por outro lado, para as famílias de baixa renda, o trabalho do jovem é fundamental para a subsistência do agregado familiar (PIMENTA: 2007: 25-26).

Diante do cenário acima exposto, a transição para a vida adulta dos jovens em nossa sociedade tem se tornado progressivamente mais complexa. Na busca pessoal de conciliar o desejo de autonomia dentro de arranjos familiares que sabemos terem conformações múltiplas, e tendo de cumprir exigências do mercado de trabalho quase inalcançáveis, considerando o baixo nível da formação educacional média, a transição para a vida adulta só poderia se tornar cada vez mais heterogênea. Cada qual procura à sua maneira responder a estas diferentes demandas. Com isto, tem se multiplicado as trajetórias de transição possíveis, algumas delas expostas a grandes fragilidades. Realidades sociais distintas marcadas por estruturas de oportunidades distintas só podem gerar como produto padrões de transição para a vida adulta desiguais. Os próximos capítulos são dedicados a descrever tais padrões e o ritmo de passagem para a vida adulta que lhes são característicos, bem como mensurar as desigualdades entre os diferentes segmentos sociais da população jovem paulista.

Capítulo III

Fontes de dados e medidas empregadas no estudo da transição para a vida adulta

3.1 Eleição das fontes de dados e da metodologia

Um traço essencial dos estudos recentes sobre transição para a vida adulta é a tentativa de construção de uma visão holística que contemple e integre os diferentes eventos – saída da escola, entrada no mercado de trabalho, constituição de domicílio independente da família de origem, formação do par conjugal e nascimento do primeiro filho – tal como já afirmamos no início desta tese. A finalidade principal do presente capítulo é apresentar brevemente as ferramentas metodológicas que têm sido utilizadas para tornar factível esta proposta holística, e atermo-nos mais detidamente à exposição dos procedimentos adotados especificamente neste trabalho.

Os estudos sobre a transição para a vida adulta foram beneficiados pelo desenvolvimento de inovações metodológicas que permitem um novo olhar sobre o curso da vida como um todo. Segundo Gauthier (2007), as duas principais estratégias metodológicas empregadas em estudos mais recentes apóiam-se em novas aplicações da técnica de *event history analysis* e análise de entropia. O primeiro procedimento, comumente utilizado na área de Sociologia do Trabalho, em estudos sobre a trajetória dos indivíduos no mercado de trabalho, foi adaptado de forma que se ampliou o seu escopo de aplicabilidade às trajetórias de vida. Utilizam-se técnicas de análise de seqüência de eventos (AASSVE, BILLARI e PICCARRETA, 2007) que fundem as trajetórias educacional, produtiva, reprodutiva e familiar dos indivíduos em um *continuum*, reconstruindo as trajetórias de vida dos sujeitos e tipificando-as. A opção por esta abordagem está condicionada à disponibilidade de dados longitudinais, ou *surveys* específicos que recuperem informação retrospectiva e capturem as idades em que ocorreram os principais eventos envolvidos na transição para a vida adulta.

A Pesquisa sobre Padrões de Vida (PPV de 1996-97) é a única base de dados que poderia permitir uma visão integrada das transições escola-trabalho e nascimento do primeiro filho, seguindo esta perspectiva de análise de seqüência de eventos e tipologias de trajetórias

individuais. Isto, porque ela coleta informação retrospectiva sobre a idade de ocorrência de eventos pertinentes à educação e à atividade econômica de homens e mulheres; e a idade das mulheres ao ter o primeiro filho (OLIVEIRA, 2005). Mas esta base possui alguns inconvenientes. Nascimento (2008) assinala os principais limites desta base para o estudo da transição para a vida adulta: 1) ainda que muitas vezes a PPV seja utilizada em estudos que focalizam a realidade nacional, seus dados se limitam às regiões Sudeste e Nordeste com muitas restrições referentes ao nível de desagregação permitida, pois a amostra é muito pequena; 2) foi coletada a informação sobre idade ao constituir união apenas para as mulheres de 12 a 49 anos que estavam unidas, ou seja, não há como assegurar que se trata da primeira união. Também foram excluídos deste quesito todos os homens, as mulheres que não se encontravam unidas e as mulheres acima de 49 anos; 3) a idade ao nascimento do primeiro filho também foi indagada exclusivamente às mulheres de 12 a 49 anos. O recorte etário privilegiando as mulheres em idade reprodutiva denota que o histórico da fecundidade feminina, e mais especificamente a fecundidade marital, foi uma das preocupações centrais que guiou o delineamento do universo da pesquisa.

A limitada representatividade geográfica da PPV também é mencionada por Oliveira (2005), pois mesmo para as regiões Nordeste e Sudeste não é possível a desagregação dos dados por Estado da federação. A desagregação viável considera cada área metropolitana (Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo), e quatro outros blocos formados pelas áreas rurais e urbanas das duas grandes regiões Nordeste e Sudeste.

No presente trabalho não utilizamos a PPV justamente por não permitir o tratamento em separado do Estado de São Paulo. Mas o estudo de Oliveira (2005) traz conclusões importantes sobre o calendário da transição para a vida adulta no Brasil, considerando a entrada no mercado de trabalho, a saída da escola e o nascimento do primeiro filho. Em linhas gerais, quanto maior a escolaridade da jovem, mais ela adia a maternidade. No caso das mulheres, a entrada no mercado de trabalho ocorre quase simultaneamente à saída da escola. A decisão de ter um filho tende a ocorrer depois da inserção no mundo produtivo, embora a entrada na maternidade siga concentrada no grupo etário 20-24 anos. No caso dos homens jovens, costuma vigorar a simultaneidade entre escola e trabalho.

De fato, para o caso brasileiro e paulista não há fontes específicas que permitam a apreensão adequada de todos os eventos sócio-demográficos tradicionalmente presentes nos estudos internacionais da transição para a vida adulta contemporâneos. O que não nos impede de explorar ao máximo os recursos existentes.

A abordagem metodológica seguida no capítulo IV vale-se do segundo instrumental técnico mencionado por Gauthier (2007) e citado acima: a análise de entropia. Uma grande vantagem desta técnica é a possibilidade de produzir uma visão geral da transição para a vida adulta tão somente a partir de dados censitários. Trata-se de uma metodologia proposta por Fussell (2005) e posteriormente explorada em outros trabalhos (FUSSELL, 2006; FUSSELL, GAUTHIER e EVANS, 2007; GRANT e FURSTENBERG Jr., 2007; VIEIRA, 2008) que permite descrever as mudanças na transição para a vida adulta ao longo do tempo. A partir dela, pode-se identificar se o processo de transição tem se dado mais precoce ou tardiamente em distintos momentos históricos. Contudo, a técnica de análise de entropia mostra-se mais robusta na discussão da despadronização do curso de vida e, por conseguinte, da transição para a vida adulta. Isto porque é uma medida sintética do grau de heterogeneidade das combinações de status (escolar, produtivo, residencial, marital e parental) nas diferentes idades ao longo do curso de vida.

Elegemos como fontes de dados para este estudo os censos demográficos de 1970 e 2000 retratando o caso específico do Estado de São Paulo. Como exposto no capítulo II, tratam-se de dois momentos bastante distintos da história sócio-econômica e demográfica brasileira e paulista. Uma particularidade do censo de 1970 em relação aos demais censos realizados no Brasil é o fato de ter sido levado a cabo em plena ditadura militar, em meio ao “milagre econômico” e à intensificação das migrações internas, sendo por isso mesmo uma poderosa radiografia de uma sociedade sob o impacto do êxodo rural, da concentração populacional nos grandes centros urbanos acompanhada pelo fenômeno da favelização. Um país que se maravilhava com as possibilidades abertas pela modernização, mas que também já evidenciava marcas de tensões sociais produzidas pelo acirramento das desigualdades e

da pobreza que estavam longe de serem aplacadas pelo crescimento econômico e desenvolvimento que se colocavam em marcha²⁰.

O censo de 2000 retrata um país que ainda padece de graves problemas sociais. Porém o cenário é outro, marcado pela consolidação do regime democrático e pela maior abertura e dependência da economia nacional aos reveses da globalização. Essas linhas contextuais gerais distintas em 1970 e 2000 podem coincidir com formas de organizar e vivenciar o curso de vida diferentes, mais ou menos padronizadas, segundo as alternativas e constrangimentos de cada período.

Como veremos ao longo do capítulo IV, os resultados mais interessantes encontrados com a aplicação da análise de entropia são os que consideram o sexo e a renda domiciliar per capita dos indivíduos. Ou seja, há indícios de que as diferenças de gênero e sócio-econômicas são as que mais produzem impacto sobre o processo de transição.

Na seqüência, explicitamos passo a passo a aplicação da análise de entropia utilizando dados censitários, a forma de interpretação e análise do índice de entropia e medidas complementares.

3.2 A análise de entropia de combinações de status de coortes sintéticas

A entropia é um conceito originário da termodinâmica que posteriormente migrou para a Economia e para as Ciências da Informação. Theil (1972) expande ainda mais o campo de aplicação dessa técnica para diferentes áreas das Ciências Sociais, ao demonstrar que os resultados gerados a partir dela poderiam subsidiar a explicação de processos sociais, que de outra forma são difíceis de serem descritos e mensurados.

²⁰ Oliveira (2003) analisou quais eram as preocupações e o cenário histórico-político-econômico que balizaram a realização dos onze censos levados a termo no Brasil entre 1872 e 2000. Atendo-se não apenas ao o quê é perguntado, mas também ao como e o porquê é perguntado. Assim, destaca a preocupação com questões relacionadas às migrações internas e ao êxodo rural no censo de 1970 e demandas da sociedade civil e a dinâmica do mercado de trabalho nos censos do período 1980-2000, particularmente a precarização da inserção no mercado de trabalho, informalidade, desemprego e renda.

Por vezes, a entropia é considerada uma medida de *desordem* de um sistema. Mas inicialmente, quando o conceito foi cunhado na Física surge essencialmente como uma medida de *transformação*. Aliás, esse significado original torna-se ainda mais evidente quando se recorre à etimologia da palavra: “O nome entropia vem do grego *em* (em) e *trope* (transformação) com o objetivo de indicar *algo em transformação*” (COVOLAN, 2004: 14). Vale destacar que a análise de entropia é uma técnica de decomposição (THEIL, 1972). Dada uma totalidade, procura-se desvendar as componentes do todo, sendo a entropia uma medida do quão segmentado é esse todo, ou seja, do quanto esse todo se encontra dividido internamente. Nesse sentido, é também uma medida de heterogeneidade. Para uns, maior heterogeneidade representa intensa transformação, para outros, o caos, portanto, desordem. Mas um ponto que cremos ser consensual é que quanto maior a entropia, maior a complexidade de um fenómeno.

A técnica proposta consiste em calcular medidas de entropia a partir de combinações de status (se estudante, trabalhador, chefe de domicílio, cônjuge) por idade específica assumindo os dados do censo como compondo uma coorte sintética (FUSSELL, 2006).

Do ponto de vista de seu potencial explicativo, a técnica serve para medir diferenças no *timing* da transição para a vida adulta ao longo do tempo, pela comparação de duas ou mais coortes sintéticas tomadas de uma seqüência de levantamentos censitários ou de apenas dois censos que retratam momentos históricos distintos. Além disso, viabiliza a comparação do processo de transição para a vida adulta entre subgrupos de uma mesma coorte sintética mediante a exploração de clivagens fundadas no sexo, na situação de domicílio (rural ou urbano), na renda, na cor/raça entre outras segmentações que as informações dos censos envolvidos na análise permitirem.

Todo o raciocínio baseia-se na utilização do índice de entropia geral de Theil (1972):

$$E_x = \sum_s p_{s,x} * \ln (1/p_{s,x})$$

Onde, S indica uma determinada combinação de status a uma idade x e p_s é a proporção da população desta idade na combinação de status S . O cálculo da entropia é obtido pelo produto da proporção da população da idade x na combinação de status

considerada pelo log natural da probabilidade inversa dessa mesma proporção. A somatória de todas as medidas assim construídas considerando cada combinação de status possível para a população de uma dada idade específica resulta em um número, o índice de entropia geral, que indica o grau de heterogeneidade das combinações de status àquela determinada idade (FUSSELL, 2006: 9).

A amplitude do índice de entropia geral varia de 0, quando há perfeita homogeneidade (ou seja, todos os indivíduos estariam concentrados em uma única combinação de status) até a entropia máxima (máxima heterogeneidade, situação na qual haveria exatamente o mesmo número de indivíduos em cada uma das combinações de status possíveis). O valor numérico da entropia máxima depende de quantos status estão sendo combinados, já que no cálculo da entropia máxima é preciso conhecer o número total de combinações de status possíveis:

$$E_{\max} = \sum (1/C_s) * \ln [1/(1/ C_s)]$$

Sendo, E_{\max} a entropia máxima e C_s o número total de combinações de status possíveis.

Para que o índice de entropia se torne uma grandeza de mais fácil compreensão, Fussell (2006) sugere que ele seja transformado em uma porcentagem da entropia máxima.

Quanto mais próximo de 100% (entropia máxima), maior é a dispersão dos indivíduos em diferentes combinações de status. Inversamente, quanto mais próximo de zero, mais os indivíduos estão concentrados em algumas poucas combinações de status, havendo, por conseguinte, uma estrutura mais rígida de papéis assumidos por grande parte das pessoas àquela idade.

Calculando-se os índices de entropia por idade específica conforme foi descrito acima e, a partir desses resultados, construindo um gráfico simples de linhas, é possível identificar as idades em que o processo de transição para a vida adulta se intensifica bem como quando atinge o seu ápice.

O recurso gráfico permite visualizar que, partindo de idades mais próximas à infância (quando a maioria das pessoas está concentrada em uma combinação de status bem

característica: a de estudante, que não trabalha, é na maioria das vezes dependente de um dos pais ou de ambos, nunca teve uma experiência conjugal e não tem filho), os índices de entropia são sempre mais baixos. À medida que a idade avança e as pessoas mudam de status assumindo novos papéis sociais, os índices de entropia começam a aumentar até alcançar um clímax, que caracteriza as idades nas quais há maior heterogeneidade de combinações de status, o que evidencia uma maior efervescência de transformações que fazem parte da própria condição juvenil. Ou seja, a passagem de uma coorte à vida adulta se expressa quando boa parcela das pessoas escapa da combinação típica da figura do estudante-filho-dependente, exercendo funções inerentes ao universo adulto.

Analogamente, idades nas quais o índice de entropia cai ou relativamente estabiliza-se, podem ser consideradas como o fim do período de transição, pois se subentende que a tendência é de nova concentração em uma combinação de status dominante, a de trabalhador, com domicílio independente da família de origem e que já constituiu sua própria família.

Uma segunda etapa da análise (FUSSELL, 2005) consiste em avaliar a contribuição de cada status na produção de heterogeneidade por idade. Isso pode nos dar uma indicação de quais mudanças de status são importantes em cada idade e quais status mudam primeiro. Para isso, calcula-se novamente o índice eliminando um status de cada vez.

Com a eliminação de um dos status, o número de combinações de status possíveis é menor, portanto, ocorre a diminuição da entropia máxima. Então, calcula-se a diferença entre o índice de entropia à idade x , E_x (aquele que considera todos os status), e o índice de entropia obtido quando um dos status não é incluído no cálculo, que chamaremos de índice de entropia reduzido à idade x (E_r).

Conhecendo o índice de entropia e o índice de entropia reduzido para cada status eliminado, podemos encontrar a heterogeneidade observada (O) e a heterogeneidade predita (P):

$$O = ((E_x - E_r)/E) * 100$$

Onde, O é a heterogeneidade observada; E_x é o índice de entropia considerando todos os status e E_r , o índice de entropia reduzido, obtido excluindo um dos status.

$$P = ((\text{Max } E_x - \text{Max } E_r) / \text{Max } E) * 100$$

Onde P é a heterogeneidade predita; Max Ex, a entropia máxima quando se considera todos os status e Max Er, a entropia máxima excluindo um status.

Com os dados do censo, no caso dos homens é possível obter informações sobre quatro status (escolar, produtivo, residencial e marital), logo, a entropia máxima será:

$$\text{Max } E_x = \Sigma (1/16) * \ln [1/(1/16)] = 2,773$$

E a entropia máxima quando um dos status é excluído é dado por:

$$\text{Max } E_r = \Sigma (1/8) * \ln [1/(1/8)] = 2,079$$

Conseqüentemente, a heterogeneidade predita (P) é:

$$P = ((2,773 - 2,079) / 2,773) * 100 = 25\%$$

Já para as mulheres, além dos quatro status referidos, há a informação sobre o status parental (se têm filhos). Por isso, os valores de referência para as mulheres são distintos:

$$\text{Max } E_x = \Sigma (1/32) * \ln [1/(1/32)] = 3,466$$

A entropia máxima quando um status é excluindo, fica sendo:

$$\text{Max } E_r = \Sigma (1/16) * \ln [1/(1/16)] = 2,773$$

E a heterogeneidade predita (P) é:

$$P = ((3,466 - 2,773) / 3,466) * 100 = 20\%$$

A heterogeneidade predita nos oferece um parâmetro de avaliação da heterogeneidade observada. Sempre que a heterogeneidade observada for maior que a heterogeneidade predita, isto é, ocorre uma diminuição de mais de 25% (para os homens) ou mais de 20% (para as mulheres) quando se elimina um dos status, é indicativo de que o status eliminado contribui significativamente para elevar a entropia. Dito de forma mais explícita, este status é uma fonte importante de segmentação e heterogeneidade entre as pessoas àquela idade, comparado aos outros status.

3.3 Medidas complementares

Para melhor explicar as transformações ocorridas na transição para a vida adulta entre 1970 e 2000, incorporaram-se à análise duas medidas utilizadas por Modell, Furstenberg e

Hershberg (1976). Uma primeira medida diz respeito à idade em que a taxa de incidência por idade simples de cada status esperado como típico de adulto (não frequentar escola, participar do mercado de trabalho, constituir domicílio próprio, constituir o par conjugal e ter filhos) é de 0,5. Isto é, quando 50% da população em uma determinada idade simples enquadram-se em cada uma das condições acima, tem-se um indicativo, ainda que rústico, do *timing* dessas transições. Optou-se por este indicativo e não pelo cálculo convencional da idade mediana, porque o cálculo da idade mediana nos obrigaria a considerar unicamente aqueles que realizaram a transição dentro de uma faixa etária que seríamos obrigados a determinar de antemão. Trabalhar com a taxa nos permite reconhecer que nem todos realizam essas transições: Como afirmam Modell, Furstenberg e Hershberg (1976: 25): *“The notion of half a population leaving a status which not all of them have ever occupied is self-contradictory”*.

A segunda medida complementar empregada é o *índice de congruência etária (age-congruity)*. Para calculá-lo é necessário predeterminar a faixa etária que será considerada jovem. Neste caso, adotamos como limite inferior 15 anos e como limite superior os 30 anos. Este índice nos informa o quanto a duração de duas transições se sobrepõem no tempo. Se duas transições ocorrem em um mesmo espaço de tempo, ou seja, estão concentradas no intervalo etário, o índice de congruência etária será próximo a 1. Por outro lado, se as transições em questão são incongruentes, ocorrem em idades nitidamente diferentes, o valor do índice será baixo, tendendo a zero. Portanto, este índice pode variar de zero, completa incongruência etária, até 1 – a total superposição das idades de ocorrência das transições consideradas.

O cálculo do índice de congruência etária (ICE) é dado por:

$$\text{ICE} = \frac{2 * (\text{n}^\circ \text{ de anos sobrepostos entre duas transições})}{\text{Duração da transição A} + \text{duração da transição B}}$$

A duração é o período de tempo necessário para que uma proporção pré-fixada da população realize a transição. Na prática, calcula-se a diferença entre o nono e o primeiro decil, considerando unicamente os indivíduos de uma faixa etária preestabelecida que de fato

já vivenciaram um evento²¹. Não se consideram nem os que experimentaram o evento em idades inferiores ao primeiro decil e nem os que o experimentam em idades superiores ao nono decil, que podem ser considerados como *outliers*.

Para ilustrar o que foi acima foi dito, suponhamos que o primeiro decil de uma transição A se localize aos 15 anos e o nono decil, aos 25 anos. Em uma transição B o primeiro e o nono decis sejam, respectivamente, 20 e 25 anos. A duração da transição A é, portanto, 10 anos e a duração da transição B, 5 anos. O número de anos sobrepostos entre as duas transições é facilmente identificado: dos 20 aos 25 anos, logo, é igual a 5 anos.

Assim, neste exemplo, o índice de congruência etária seria:

$$[2*(25-20)] / [(25-15) + (25-20)] = 0,67$$

3.4 Tratamento dos dados censitários de 1970 e 2000 para o Estado de São Paulo

Para explorar eventuais mudanças no início do curso de vida adulto em 1970 e 2000, experimentamos comparar a transição para a vida adulta distinguindo as pessoas não só pelo sexo, mas também pela situação de domicílio (se urbano ou rural), uma vez que partimos do pressuposto que o processo de modernização pode ter tido impactos diferentes nesses dois ambientes, bem como queríamos testar a hipótese de que no meio urbano, onde provavelmente a variabilidade de estilos de vida é maior e é mais fácil o acesso ao sistema educacional, a duração do período de transição poderia ser mais dilatada.

Atentou-se também para as clivagens baseadas no rendimento domiciliar per capita. Tomaram-se em conta dois subgrupos populacionais: os 20% mais pobres, que foram considerados como pertencentes à camada de baixa renda, e os 20% mais ricos, que compuseram a camada de alta renda.

²¹ A duração, o primeiro e o nono decis, necessários para os cálculos dos índices de congruência etária analisados no capítulo IV, são apresentados em anexo.

Considerando a relevância e visibilidade social e midiática que o tema cor/raça vem obtendo na atualidade, aplicamos a mesma metodologia de estudo segundo a clivagem de cor/raça, ainda que o censo de 1970 não traga esta informação. Por isso, os resultados considerando cor/raça se restringem aqui ao censo de 2000. Neste particular, comparam-se as populações branca e negra. Foram consideradas negras, as pessoas que se autodeclararam pretas ou pardas. Indivíduos que se autodeclararam indígenas ou de cor amarela – embora tenham sido computados quando o objeto de análise eram as diferenças segundo situação de domicílio e renda domiciliar per capita – foram eliminados na etapa de análise segundo a cor. Isto porque se considerou que embora sejam grupos numericamente muito menores em comparação às populações branca e negra, possuem características muito peculiares que impedem que sejam aglutinados a quaisquer dos outros dois grupos.

A comparação entre os censos de 1970 e 2000 exige certo cuidado, pois os quesitos censitários sofreram mudanças importantes, especialmente nas variáveis sobre trabalho. Os quesitos selecionados para a definição da situação dos indivíduos frente aos status relevantes na transição para a vida adulta são apresentados no Quadro 2.

Algumas decisões tomadas merecem comentários:

1) No censo de 1970, a população foi classificada quanto à situação de domicílio em três categorias: áreas urbanas, áreas suburbanas e áreas rurais, estabelecidas por leis municipais. No censo de 2000, há apenas duas categorias referentes à situação de domicílio (rural e urbano). Para tornar os dados comparáveis, agregamos as categorias urbana e suburbana de 1970 em um único grupo, baseando-nos na definição de população urbana adotada pelo IBGE no referido censo:

Considerou-se **População urbana** a recenseada nas Cidades e Vilas (Quadros urbano e suburbano); a População rural constituiu-se da recenseada fora dos limites das Cidades e Vilas” (IBGE, 1970a: XXIII).

2) Na classificação do status ocupacional ou produtivo, foi considerado trabalhador o indivíduo que integra a população economicamente ativa (PEA) entendida como conjunto das “pessoas ocupadas (PO) e de pessoas em situação de desemprego (PD)” (DEDECCA, 1998: 97). O pressuposto é de que a pertença à PEA é uma *proxy* de independência econômica, ainda que parcial ou, ao menos, desejada. Entretanto, a PEA foi captada de

formas diferentes nos dois censos. O censo de 1970 adotou uma perspectiva mais restrita da PEA ao excluir o trabalho doméstico e para próprio consumo do rol das atividades produtivas, visão que foi duramente criticada nas décadas seguintes (DEDECCA, 1998). Os quesitos selecionados para a definição do status de trabalhador (ver Quadro 2) correspondem às variáveis que segundo Paiva (1984) captam a PEA no censo de 1970. Já o censo de 2000 traz uma concepção alargada do que vem a ser a PEA, incorporando como atividade econômica tanto o exercício de trabalho remunerado quanto de trabalho sem remuneração e na produção para o próprio consumo (IBGE, 2002).

3) Deparamo-nos com mais dois desafios quanto ao uso do Censo de 1970: a existência de *missing* e o fato de não haver informação sobre a relação do indivíduo com o chefe do domicílio, há unicamente a informação referente à relação com o chefe da família. Para contornar o segundo problema, a alternativa que seguimos foi levar em conta a classificação da família:

Única – Se refere à família única;

Principal – família convivente principal, ou seja, a do chefe do domicílio;

Secundária – demais famílias conviventes (IBGE, 1970b: 18).

No caso de se tratar de família única ou principal, obviamente a relação do indivíduo com o chefe da família é idêntica à relação com o chefe do domicílio. Mas para os indivíduos pertencentes a famílias secundárias não foi possível reconstruir a relação com o chefe do domicílio. Por isso, os membros de famílias secundárias foram eliminados.

Por desprezarmos todos os *missing*, casos nos quais não havia informação sobre alguma das variáveis pertinentes (como renda e idade), e em especial nas situações nas quais não recuperamos de modo claro e direto a relação com o chefe do domicílio, por se tratar de família secundária, houve uma perda irreversível de certos indivíduos. Por isso, todos os cálculos em que se baseiam as afirmações desse estudo dizem respeito a 92,86% da população paulista recenseada em 1970.

4) O cálculo do índice de entropia por idade simples restringiu-se à população de 13 a 44 anos. O limite inferior justifica-se por 13-14 anos ainda serem idades em que a frequência à escola é obrigatória e que ainda não se pode ingressar formalmente no mercado de trabalho, segundo a legislação vigente no ano de 2000, sendo esse mesmo ponto etário

inicial mantido para 1970 por razões óbvias de comparabilidade. Logo, o esperado, ao menos para 2000, é que encontremos maior concentração de indivíduos em algumas poucas combinações de status, a maioria sendo estudante, dependente e vivendo com os pais. A fixação do limite superior levou em conta que a seqüência de idades consideradas deveria ser ampla o suficiente para assegurar que fosse captado o momento do curso da vida em que os índices de entropia começam a cair mais lentamente ou se estabilizam em algum patamar, indício de que a transição finda para aquela coorte sintética determinada.

Quadro 2
Apropriação de quesitos censitários para fins de análise combinatória

<i>Status na transição para a vida adulta</i>	<i>Quesitos do Censo 1970</i>	<i>Quesitos do Censo 2000</i>
Status educacional Estudante <i>versus</i> não-estudante (indicativo de término, interrupção ou abandono da formação escolar)	16 – Freqüenta escola? () Sim () Não	4.29 – Freqüenta escola ou creche? () 1 - sim, rede particular () 2 - sim, rede pública () 3 - não, já freqüentou () 4 - nunca freqüentou
Status ocupacional Trabalhador (membro da PEA) <i>versus</i> não-trabalhador (indicativo de dependência econômica)	22 – Se não trabalha, nem procura trabalho, qual a ocupação ou situação que tem e considera principal? () afazeres domésticos () estudante () aposentado () vive de renda () doente ou inválido () detento () sem ocupação () trabalha ou procura trabalho.	4.39 – Na semana..., trabalhou em alguma atividade remunerada? 4.40 – Na semana..., tinha algum trabalho remunerado do qual estava temporariamente afastado? 4.41 – Na semana..., ajudou, sem remuneração, no trabalho exercido por pessoa conta-própria ou empregadora, moradora do domicílio, ou como aprendiz ou estagiário? 4.42 – Na semana..., ajudou, sem remuneração, no trabalho exercido por pessoa moradora do domicílio empregada em atividade de cultivo, extração vegetal, criação de animais, caça, pesca ou garimpo? 4.43 – Na semana..., trabalhou em atividade de cultivo, extração vegetal, criação de animais, caça ou pesca, destinados à alimentação de pessoas moradoras no domicílio? 4.55 – No período de 30 de junho a 29 de julho, tomou alguma providência para conseguir trabalho?

<p>Status residencial Dependência <i>versus</i> autonomia residencial (se o jovem ocupa a posição de responsável pelo domicílio ou de cônjuge do responsável)</p>	<p>4 – Parentesco ou relação com o chefe. () 1. chefe () 2. cônjuge () 3. filho () 4. pais ou sogros () 5. genro ou nora () 6. neto () 7. outro parente () 8. empregado () 9. individual (em domicílio coletivo)</p>	<p>4.02 – Qual é a relação com a pessoa responsável pelo domicílio? () 01. pessoa responsável () 02. cônjuge, Companheiro(a) () 03. filho(a), enteado(a) () 04. pai, mãe, sogro(a) () 05. neto(a), bisneto(a) () 06. irmão, irmã () 07. outro parente () 08. agregado () 09. pensionista () 10. empregado(a) doméstico(a) () 11. parente do(a) empregado(a) doméstico(a) () 12. individual em domicílio coletivo</p>
<p>Status conjugal Esteve/está em união <i>versus</i> nunca esteve unido(a)</p>	<p>19 – Se vive em companhia de cônjuge – esposa(o), companheira(o), etc. – indicar a natureza da união. () 1. casamento civil e religioso () 2. só casamento civil () 3. só casamento religioso () 4. Outra Se não vive em companhia de cônjuge – esposa(o), companheira(o), etc. – indicar se é: () 5. solteiro () 6. separado () 7. Desquitado () 8. Divorciado () 9. Viúvo</p>	<p>4.37 – Qual é (era) a natureza da última união? () 1. casamento civil e religioso () 2. só casamento civil () 3. só casamento religioso () 4. união consensual () Nunca viveu</p>
<p>Status parental Iniciou a constituição de prole <i>versus</i> nunca teve filhos</p>	<p>29 – Quantos filhos nascidos vivos teve, até a data do censo?</p>	<p>4.62 – Quantos(as) filhos(as) nascidos(as) vivos(as) teve até 31 de julho de 2000?</p>

Fonte: IBGE - Questionários dos Censos demográficos de 1970 e 2000. Elaboração própria.

3.5 A Pesquisa de Condições de Vida

No capítulo V, utilizamos a quarta edição da Pesquisa de Condições de Vida (PCV/Fundação SEADE), um levantamento por amostragem de domicílio realizado de junho a novembro de 2006.

O uso da PCV neste estudo se justifica por ser uma fonte de dados atualizada que nos oferece importantes indicativos sobre as condições em que se dá a transição para a vida adulta dos jovens paulistas. Com a análise de entropia obtemos importantes evidências sobre os ritmos diferenciados de passagem para a vida adulta. Baseando-nos nela podemos refletir sobre os padrões distintos de transição segundo situação de domicílio, cor, sexo e camada de renda. Temos, portanto, uma visão de como a transição se estrutura em linhas gerais, um “esqueleto” da transição. A PCV vem somar alguma substância a esta estrutura, ainda que existam limitações impostas, sobretudo, pelo recorte temporal, já que não temos como resgatar as mesmas informações para aqueles que foram jovens em 1970 ou em 2000.

A Pesquisa de Condições de Vida teve no ano de 1990 sua primeira edição, tendo sua cobertura restrita à Zona Metropolitana de São Paulo. A cobertura da pesquisa foi ampliada progressivamente nas edições seguintes (1994, 1998 e 2006) incorporando municípios do interior do Estado de São Paulo.

A PCV fornece informações sobre características das famílias, condições habitacionais, situação educacional, inserção dos indivíduos no mercado de trabalho, renda e patrimônio familiar. Ela coleta informações detalhadas sobre a procedência de rendimentos individuais e familiares e realiza o inquérito sobre a declaração de rendimentos para toda a população em idade ativa, levantando dados inclusive sobre as famílias com rendimentos nulos. Investiga se as famílias recebem ajuda de parentes, amigos, igreja/entidades religiosas, associações comunitárias/organizações não-governamentais ou de órgão públicos. O objetivo de usarmos os dados da PCV é, portanto, ter condições de melhor retratar o fluxo de renda e recursos em domicílios que tenham jovens ou sejam chefiados por jovens.

A amostra da PCV de 2006 compreende 20.000 domicílios, todos localizados em áreas urbanas do Estado de São Paulo. Cabe ressaltar que em 2006, a população urbana do Estado correspondia a aproximadamente 40,5 milhões de pessoas, ou seja, 93,7% da população total (SEADE, 2007), o que torna a pesquisa um retrato importante da realidade social vivida pela maioria da população.

Uma característica particular desta edição da PCV é contar com um questionário pensado para coletar informações sobre formas de acesso e perfil da população atendida por

programas sociais focalizados, e o seu público potencial ainda não atendido. Trata-se de um questionário bastante vasto e rico que capta a cobertura e a demanda dos programas sociais das várias esferas do governo. Estão aí incluídos, desde programas federais como o Bolsa Família, até o Renda Mínima, da Prefeitura Municipal de São Paulo. É, portanto, uma fonte de dados privilegiada para o estudo e avaliação de programas sociais.

Além do foco principal em produzir um material de apoio capaz de gerar informações pertinentes para a avaliação e monitoramento de programas sociais, a PCV tem também o papel de captar informações que possibilitem uma visão panorâmica da situação sócio-econômica paulista. Deve-se deixar claro, portanto, que dentro dos propósitos deste trabalho não pretendemos discutir os programas sociais em si mesmos.

Os dados da PCV de 2006 podem ser trabalhados para o total do Estado ou desagregados segundo oito áreas geográficas definidas na documentação da pesquisa como “domínios”. Ao todo, o Estado está dividido em oito domínios que foram traçados geograficamente identificando áreas que compartilham características sócio-demográficas semelhantes, levando-se em conta o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS).

Cabe aqui um breve esclarecimento sobre o IPVS, pois, como se vê, ele é uma peça chave no delineamento da PCV de 2006. A Fundação Seade emprega em suas análises o conceito de vulnerabilidade na acepção estabelecida por Katzman (1999). Ferreira, Dini e Ferreira (2006: 7), resumem o sentido em que o termo vulnerabilidade tem sido usado nos trabalhos da Fundação:

(...) a vulnerabilidade de um indivíduo, família ou grupos sociais refere-se a sua maior ou menor capacidade de controlar as forças que afetam seu bem-estar, isto é, a posse ou o controle dos recursos requeridos (ativos) para o aproveitamento das oportunidades propiciadas pelo Estado, mercado ou sociedade. Assim, a vulnerabilidade à pobreza não se limita em considerar a privação de renda, central nas medições baseadas em linhas de pobreza, mas também a composição familiar, as condições de saúde e o acesso a serviços médicos, o acesso e a qualidade do sistema educacional, a possibilidade de obter trabalho com qualidade e remuneração adequadas, a existência de garantias legais e políticas etc.

O IPVS é construído considerando a escolaridade e renda do responsável pela família, bem como o poder de geração de renda dos membros da família e o ciclo de vida familiar²².

²² O índice é obtido com a aplicação de um modelo de análise fatorial. Uma descrição detalhada dos procedimentos técnicos pode ser obtida em: Fundação SEADE. Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS – metodologia. São Paulo: Fundação Seade, 2004. Disponível em: <www.seade.gov.br>

Os oito domínios em que foi dividido o Estado de São Paulo são: Região Metropolitana de São Paulo; Região Metropolitana da Baixada Santista; Região Administrativa de Campinas, Região Administrativa de Registro; Região Administrativa de Sorocaba; Região Administrativa de São José dos Campos; Aglomerado Central Norte (região central do Estado, Bauru, Ribeirão Preto e Franca); e Aglomerado Noroeste (regiões de Barretos, São José do Rio Preto, Araçatuba, Marília e Presidente Prudente).

Para cada domínio, adotou-se a amostragem por conglomerados em dois estágios (o primeiro estágio considerou o setor censitário e o segundo, o domicílio particular permanente).

Dado o objetivo central da PCV de firmar-se como uma fonte de informação que permita a avaliação de programas sociais focalizados, que fundamentalmente visam remediar efeitos perversos causados pela pobreza, o desenho da amostra buscou assegurar que um número razoável de domicílios de baixa renda fosse incluído no levantamento. Por isso, empregou-se já no desenho amostral o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) como critério de estratificação da amostra. Os setores censitários foram classificados segundo o IPVS em dois estratos, um de áreas não-vulneráveis e outro de áreas vulneráveis à pobreza.

Para facilitar o manuseio dos dados da PCV pelos usuários, a Fundação Seade disponibilizou na documentação dos dados da pesquisa um instrumento rápido que permite avaliar aproximadamente qual o erro amostral de cada indicador. Tal instrumento consiste em explicitar “qual o tamanho mínimo de estimativa necessário para se obter um coeficiente de variação de no máximo 20%” (SEADE, 2007: 7). Este tamanho de estimativa varia segundo a unidade geográfica considerada (se o Estado inteiro ou cada um dos domínios em particular). Aqui apresentamos apenas os dados relativos a todo o Estado. Nesta situação, para que o coeficiente de variação se mantenha inferior a 20%, o tamanho mínimo das estimativas deve ser de 26.200 casos, quando estivermos nos referindo a informações domiciliares ou familiares, e de no mínimo 47.000 casos, quando se tratar de informações individuais. Se a frequência de observações encontradas for inferior a estes valores, a confiabilidade das conclusões passa a estar comprometida.

Nos capítulos que se seguem, apresentamos e discutimos os resultados dos procedimentos metodológicos aqui explicitados e definidos.

Capítulo IV

A heterogeneidade da transição para a vida adulta no Estado de São Paulo: Diversidade ou desigualdade?

Como afirmamos no capítulo anterior, a análise de entropia serve principalmente para medir a despadronização do curso da vida, o quão fragmentado se encontra um grupo em termos das experiências a que estão expostos, considerando os status escolar, laboral, residencial, marital e parental, selecionados para este estudo. Além de tornar possível a mensuração do quanto a diversidade de experiências tem se tornado relevante, os resultados obtidos permitem observar se a transição para a vida adulta tem de fato se realizado mais tardiamente.

Segundo Fussell (2006), durante a infância é quando se verificam os mais baixos índices de entropia, ou seja, é quando a heterogeneidade é praticamente nula, posto que as crianças, sobretudo em países desenvolvidos, estão inseridas no sistema educacional, vivem baixo a proteção de suas famílias, não se ocupam de atividade produtiva e ainda não estão aptas a estabelecer laços conjugais. É durante a adolescência, entre 13-19 anos, que se nota um rápido aumento da heterogeneidade de combinações de status.

As mudanças de status ganham importância com o avanço da adolescência e assumem sua máxima expressão nas idades adultas jovens. Assim, quando a heterogeneidade atinge o seu auge, pode-se facilmente identificar a faixa etária composta pelos adultos jovens, fase em que mais se intensificam as transições de status. Isto porque ainda que nem todos os indivíduos realizem as transições necessariamente a um só tempo, mesmo nas sociedades em que o curso de vida é mais padronizado, nos anos de adolescência e juventude a heterogeneidade mostra ser sempre maior, porque surgirá e, gradativamente, aumentará o grupo de jovens que assumem alguma função típica de adulto, seja da perspectiva da esfera produtiva ou familiar. Isto naturalmente produz clivagens entre os jovens: os que vivenciaram determinado evento transicional *versus* os que não o vivenciaram, o que faz com que o índice de entropia seja em toda parte maior nos anos de juventude.

Passada a fase de mais elevada heterogeneidade, os valores do índice diminuem, posto que, hipoteticamente, todos tenderiam a convergir em direção ao perfil do adulto típico.

Poderíamos imaginar que em uma sociedade onde o curso de vida fosse altamente padronizado, todos os homens convergissem para a posição de trabalhador-pai de família e todas as mulheres para a figura da mãe-esposa-dona-de-casa. Nessa situação, os índices de entropia nas idades adultas seriam acentuadamente baixos, tal como ocorria na infância quando idealmente todos os indivíduos se encontram na mesma condição de estudante-dependente dos pais.

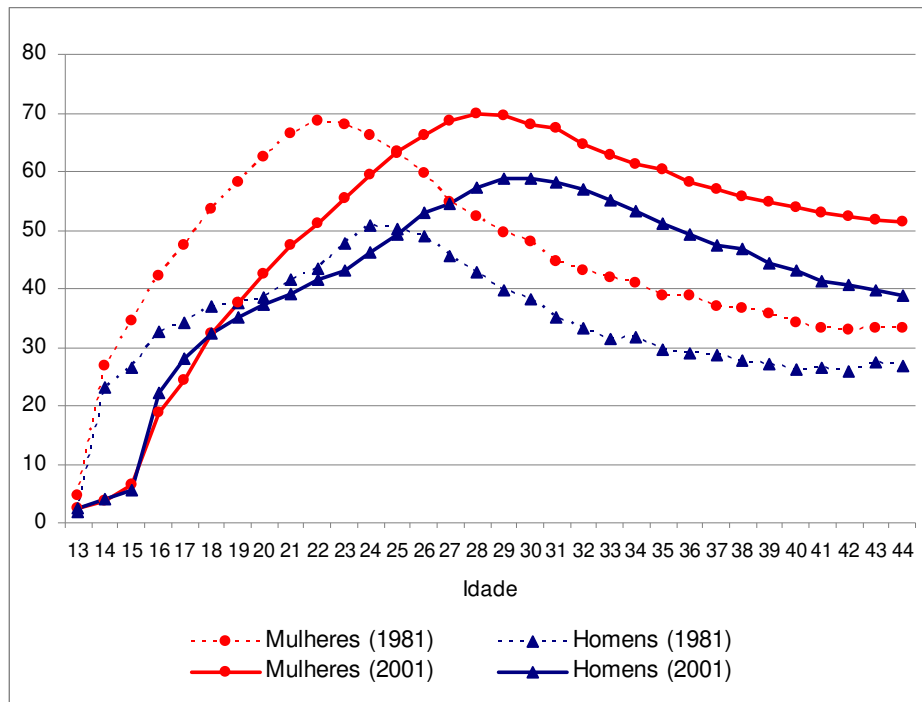
4.1 Situando o caso de São Paulo

Embora nosso recorte geográfico nesta tese se limite ao Estado de São Paulo, cabe mencionar sucintamente os principais resultados que obtivemos em trabalho anterior (VIEIRA, 2008), onde comparamos a transição para a vida adulta no Brasil e na Espanha, pois eles ilustram de maneira simples o potencial desta técnica e, ao mesmo tempo, estas distintas realidades nos servem de parâmetro para compreender o caso paulista. Os países mediterrâneos, dentre os quais a Espanha, são um caso de grande interesse nos estudos de transição para a vida adulta por ser onde a passagem para a vida adulta ocorre mais tardiamente dentro do contexto europeu. A passagem para a vida adulta nos países mediterrâneos se dá de maneira relativamente rígida, pois os jovens solteiros se conservam na casa dos pais por muito mais tempo, abandonando o núcleo de origem apenas por volta dos 30 anos, sendo a formação de domicílio independente da família de origem normalmente motivada pelo casamento. Esta situação se distingue do restante da Europa Ocidental, especialmente do norte do continente, onde o esperado é que o jovem deixe a casa paterna ainda durante o período de formação universitária ou profissional, sendo até mesmo socialmente desejável a experiência de viver em domicílio independente antes de assumir um compromisso marital (GILLIS, 1981; HOLDSWORTH, 2000; AASSVE et. al., 2007).

O Gráfico 3 apresenta os índices de entropia para Espanha em 1981 e 2001 e o Gráfico 4, esses mesmos resultado para o Brasil em 1980 e 2000²³.

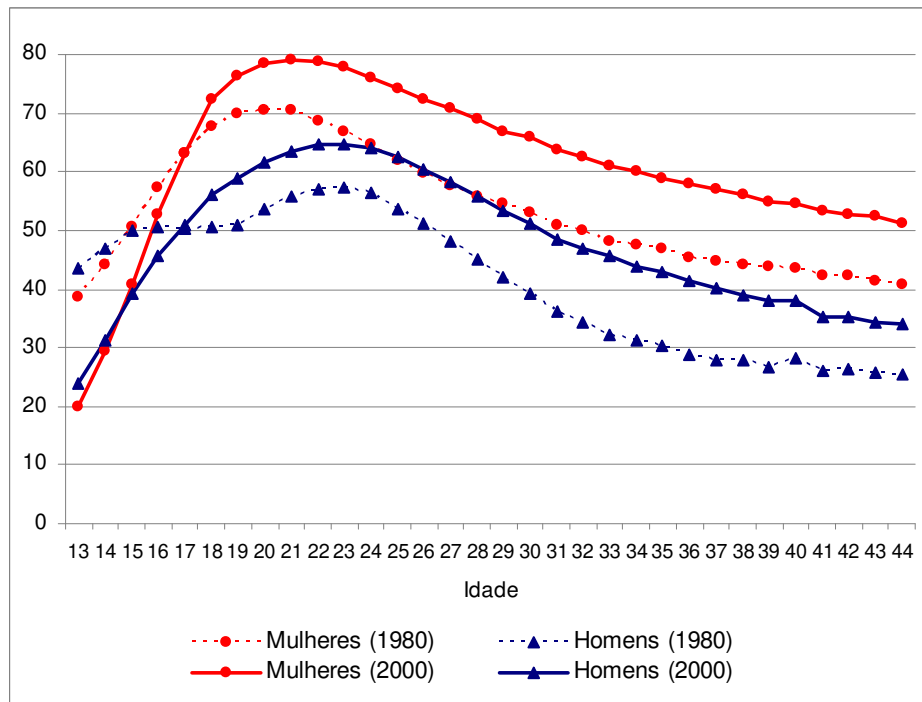
²³ Para o estudo comparativo adotou-se o recorte temporal 1980 e 2000 porque não tivemos acesso ao censo espanhol dos anos 1970.

Gráfico 3 – Índice de entropia por sexo, Espanha 1981 e 2001



Fonte: INE/IPUMS, Censos Demográficos, 1981 e 2001.

Gráfico 4 – Índice de entropia por sexo, Brasil, 1980 e 2000



Fonte: IBGE/IPUMS, Censos Demográficos, 1980 e 2000.

Em linhas gerais, o padrão das curvas referentes ao índice de entropia evolui de acordo com o esquema acima descrito, ou seja, valores mais baixos para as primeiras idades da adolescência – quando ainda se conserva muito dos atributos infantis – um aumento da heterogeneidade motivada pela assunção a papéis adultos – até alcançar um ponto máximo ao redor dos 20 ou 30 anos, conforme o caso. Superada esta fase, o índice decresce apontando o enquadramento a posições mais ou menos fixas, ou ao menos muito menos variáveis, em contraste com os anos de juventude.

Para o Brasil (Gráfico 4), quando se contrasta as coorte hipotéticas de 1980 e 2000, uma primeira mudança a ser sublinhada é a notável diminuição do índice de entropia nas primeiras idades (abaixo dos 16 anos), reflexo da maior concentração dos indivíduos em um número menor de possibilidades de combinações de status. Mudanças legais e sociais visando coibir o trabalho infanto-juvenil e ampliar o acesso à educação escolar explicam a tendência em 2000 à maior concentração de indivíduos no perfil de estudante, que não trabalha, é solteiro e ocupa a posição de filho no domicílio de residência.

Para a Espanha (Gráfico 3), os índices de entropia já eram bastante baixos para a coorte de 1981 e decrescem ainda mais para a coorte hipotética de 2001. É visível que a combinação de status de estudante, que não trabalha e ocupa a posição de dependente no domicílio de residência é mais comum na Espanha que no Brasil nos dois períodos considerados. Uma primeira evidência diz respeito à retenção massiva de adolescentes no sistema escolar até os 14 anos, especialmente em 2001. De fato, na Espanha, a universalização da educação básica ocorreu mais cedo do que no Brasil. Lá, desde 1970 é aplicada a Lei Geral de Educação que obriga a permanência dos indivíduos na escola no mínimo até os 14 anos de idade, com resultados bastante positivos. Mesmo para a Espanha se observa mudanças profundas neste espaço de vinte anos, dado que o perfil de estudante, que não trabalha e é dependente se torna praticamente universal a essa idade. Aliado a isto, o Estatuto dos Trabalhadores de 1981 impede que os adolescentes comecem a trabalhar antes de cumprir 16 anos (MIRET, 2002). Em 1981, a heterogeneidade de combinações de status sobe substancialmente já ao redor dos 14 anos, enquanto em 2001, um aumento semelhante só ocorrerá por volta dos 16 anos, indicando um retardamento já no ponto de partida do início da intensificação dos câmbios de status, explicado pela aplicação efetiva das leis anteriormente mencionadas.

Chama a atenção que entre os jovens brasileiros não só o índice de entropia parte de patamares mais altos nas idades iniciais, como atinge seu ápice em idades mais jovens. Isso sinaliza que o câmbio de status ocorre mais precocemente no Brasil que na Espanha. De fato, a universalização do acesso à educação básica e os programas de erradicação do trabalho infantil são recentes no Brasil, sendo as iniciativas mais consistentes, com resultados mais importantes, postas em marcha por volta dos anos 1990.

Em idades abaixo de 18 anos, há parcelas muito mais significativas de jovens brasileiros que já assumiram algum papel social típico de adulto, seja na esfera produtiva ou familiar, que jovens espanhóis. Para 1980-1, tanto no Brasil como na Espanha o auge da transição para a vida adulta se dava entre 21-24 anos. Entre 1980 e 2000, há pouca mudança no que se refere à idade ápice da transição entre os e os jovens do Brasil. Em 2000, a idade em que se encontra maior heterogeneidade de combinações de status ocorre aos 21 anos entre as jovens brasileiras, aos 22 anos entre os brasileiros; aos 28 anos entre as espanholas e aos 30 anos entre os espanhóis. Ou seja, o ápice do câmbio de status ocorre 7 anos mais cedo entre as brasileiras quando comparadas às espanholas e 8 anos antes entre os rapazes brasileiros em relação aos espanhóis. Depois dessas idades, o índice de entropia tende a cair, porque algumas combinações de status se tornam muito menos freqüentes, ou mesmo praticamente desaparecem. Interpretamos esse dado como um indicativo de que uma vez que os jovens brasileiros assumem esses papéis mais cedo que os espanhóis, eles têm conseqüentemente um tempo de juventude mais curto, ou ao menos mais comprometido.

De acordo com os Gráficos 3 e 4, o curso de vida brasileiro e espanhol eram mais similares entre si em 1980-1981. Em comparação aos dados de 2000-2001, enquanto na Espanha a mudança que mais se destaca é o adiamento da entrada na vida adulta, no caso brasileiro, principal mudança observada entre 1980 e 2000 é que aumentou a heterogeneidade na fase de transição (desde o final da adolescência), e nas idades subseqüentes, indicando um aumento da complexidade não só da transição, mas da vida adulta em si, dado que se multiplicaram os perfis que descrevem os indivíduos nas idades posteriores ao ápice da curva. No entanto, não se produziu um adiamento na passagem à vida adulta no Brasil, tal como se nota para a Espanha. As cúspides das curvas referentes a 1980 e 2000 continuam se localizando em torno de 20-25 anos no caso brasileiro. Isso não significa que segmentos

específicos como os pertencentes às camadas mais favorecidas, não tenham experimentado algum adiamento.

Por conseguinte, o Brasil segue tendo um modelo de transição mais curta se comparado ao observado na Espanha. Pode-se até dizer que, no que se referem às cúspides, que sinalizam o trânsito da juventude para a fase adulta, os dois países eram relativamente mais semelhantes em 1980 do que em 2000.

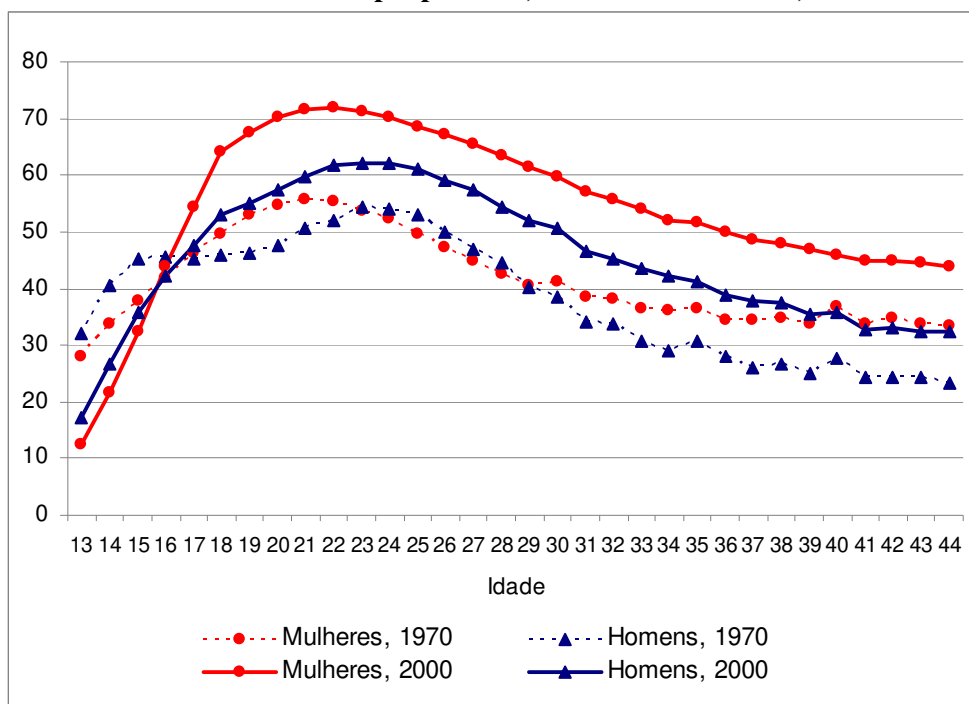
Se compreendermos a padronização como conceito que dá conta da situação em que experiências se tornam universais e uniformes para uma população, o curso de vida nas primeiras idades (abaixo dos 17 anos, no caso do Brasil e dos 25 anos, no caso da Espanha) está mais padronizado em 2000 do que em 1980. Posto que os índices de entropia para essas idades se reduziram substancialmente, evidenciando que havia menos combinações de status alternativas àquela de filho-solteiro-estudante-dependente. Esta maior padronização está associada à institucionalização do ensino obrigatório e às legislações nacionais que coíbem o trabalho infanto-juvenil.

No entanto, para todas as idades caracterizadas como o ápice da mudança de status, identificadas pela cúspide, e idades subseqüentes, ocorre aumento do índice de entropia em 2000-2001, conservando-se em patamares mais altos que em 1980-1981. Isto sinaliza a existência e convivência de muitas combinações de status alternativas para essas idades mais elevadas. Pode-se dizer que, a partir dos 17 anos no Brasil (2000) e dos 25 anos na Espanha (2001), o curso de vida encontra-se mais despadronizado. Isto é, o curso de vida tem de fato se tornado mais complexo, independente de ter havido um adiamento significativo da transição para a vida adulta, como de fato ocorreu no caso espanhol, ou de continuarem tendo uma juventude relativamente curta, como ocorre no Brasil.

Cabe também salientar que em ambos os países o índice de entropia encontrado para as mulheres supera aquele encontrado para os homens ainda durante a adolescência (entre 15 e 19 anos). A população feminina nos dois países dá mostras de ser mais heterogênea que a masculina no que se refere à dispersão por diferentes combinações de status. Dito de outra forma, os homens tendem a se enquadrar mais a determinados perfis de acordo com a idade.

Após havermos nos permitido esta digressão nos debruçamos sobre o caso específico do Estado de São Paulo.

Gráfico 5 – Índice de entropia por sexo, Estado de São Paulo, 1970 e 2000



Fonte: IBGE, microdados dos Censos Demográficos, 1970 e 2000.

Embora seja verdade que o fato de adotarmos como ponto de partida para a análise da transição para a vida adulta em São Paulo o censo de 1970 e para Brasil e Espanha os respectivos censos dos anos 1980 compromete a comparação, é certo que o padrão encontrado para São Paulo é nitidamente similar ao padrão brasileiro. Marcadamente os resultados obtidos para o ano 2000 demonstram que em São Paulo, assim como no Brasil, a fase de mais intenso trânsito de status está concentrada no final da adolescência e princípio dos vinte anos de idade. Diferentemente da realidade espanhola, onde a cúspide que denota a intensificação dos trânsitos de status se deslocou em 2000 para o final dos vinte anos e princípio dos trinta anos. Considerando a população em geral, há forte indicativo de que, tomados em conjunto os status que nos são de interesse, a efervescência da assunção a novos papéis sociais não foi adiada.

A fase de mais intensa mudança ocorre em São Paulo em 2000 mais ou menos nas mesmas idades que em 1970. Entretanto, o nível da curva mais elevado em 2000 do que em 1970 a partir dos 17 anos para os homens e as mulheres, denota que o curso de vida a partir desta idade na atualidade apresenta maior variabilidade. Ou seja, há possibilidades de combinações de status que antes não eram socialmente possíveis. Para citarmos um exemplo

simples, mas esclarecedor. Nos anos 1960-70, quando os valores familiares eram muito mais rígidos, a aceitação social e dentro das próprias famílias de uma jovem na condição de mãe solteira era muito menor que hoje. Conseqüentemente, era baixa a proporção de moças na combinação de status de solteira, mãe, que estuda, não trabalha e vive com os pais aos 18 anos. Em 1970, encontramos apenas 28 casos de moças nesta condição, o que em termos percentuais tem peso nulo. Já em 2000, encontramos 1858 garotas que se enquadravam nesta descrição, representando 0,5% das garotas de 18 anos. Se considerarmos as jovens mães solteiras que estudam e trabalham ou só trabalham, perceberemos que muitas mais estão sendo aceitas nos domicílios de suas famílias de origem. São transformações sociais como esta que fazem com que a heterogeneidade das possibilidades ao longo do curso de vida jovem e adulto em 2000 seja maior do que em 1970. Ainda que não contemos com dados longitudinais, é possível inferir que se as possibilidades de combinações de status se multiplicaram, por analogia, as trajetórias individuais devem necessariamente seguir a mesma tendência.

Por sinal, os 16-17 anos são idades críticas por dois motivos: 1) é quando pela primeira vez os índices de entropia referentes ao ano de 2000 alcançam e ultrapassam os patamares encontrados em 1970; 2) o índice de entropia feminino alcança e ultrapassa o masculino nos dois anos em estudo, mantendo-se superior ao longo de todo o curso de vida posterior.

Para as idades inferiores aos 17 anos, conforme se pode observar no Gráfico 5, os índices de entropia são mais baixos em 2000 do que em 1970. Portanto, o curso de vida é mais padronizado nesta fase da vida hoje do que no passado. A universalização do acesso à educação fundamental e o esforço em favor da erradicação do trabalho infantil que sustenta a proibição do exercício de atividade produtiva em idades inferiores aos 16 anos, salvo na condição de aprendiz, são os principais fatores que explicam a diminuição de heterogeneidade nesta fase da adolescência também no caso paulista. Cabe destacar que a estas idades abaixo dos 17 anos, o curso de vida feminino é mais homogêneo do que o masculino nos dois períodos estudados. Seja para a geração de jovens de 1970 ou para a geração de jovens de 2000, era mais comum uma parcela dos garotos combinarem escola e trabalho, abandonarem a escola e só trabalhar ou não trabalhar e nem estudar, enquanto as

garotas, uma vez absorvidas pelo sistema educacional, era mais freqüente se dedicarem com exclusividade aos estudos.

Tabela 5 – Porcentagem de mudança no índice de entropia devido à exclusão de cada um dos status por grupo de idade quinquenal, São Paulo (1970 e 2000).

			15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44
1970	Homens	escolar	43,53	31,43	21,54	18,95	16,07	11,73
		laboral	39,64	19,17	10,59	12,52	17,87	27,61
		residencia	3,6	13,56	16,98	18,09	19,13	19,21
		marital	1,55	10,21	18,27	21,43	23,28	22,81
	Mulheres	escolar	36,58	18,63	11,43	8,95	7,19	5,28
		laboral	36,77	25,43	27,38	34,68	39,26	39,37
		residencia	1,47	5,04	7,75	9,28	10,52	13,41
		marital	1,53	3,53	4,67	5,38	5,52	6,25
parental		4,62	14,14	16,9	16,25	16,1	17,53	
2000	Homens	escolar	39,27	30,35	21,26	19,76	18,97	15,77
		laboral	46,92	16,8	11,92	13,41	17,47	25,42
		residencia	3,84	17,86	25,27	27,74	27,99	27,38
		marital	5,84	20,2	23,86	23,48	21,79	19,78
	Mulheres	escolar	25,3	18,77	13,9	13,7	13,26	11,57
		laboral	36,82	22,62	25,35	31,52	36,9	41,82
		residencia	5,81	13,2	15,54	15,31	14,64	13,59
		marital	6,98	9,43	9,47	8,6	8,15	8,02
		parental	10,61	16,78	18,91	17,45	15,19	14,32

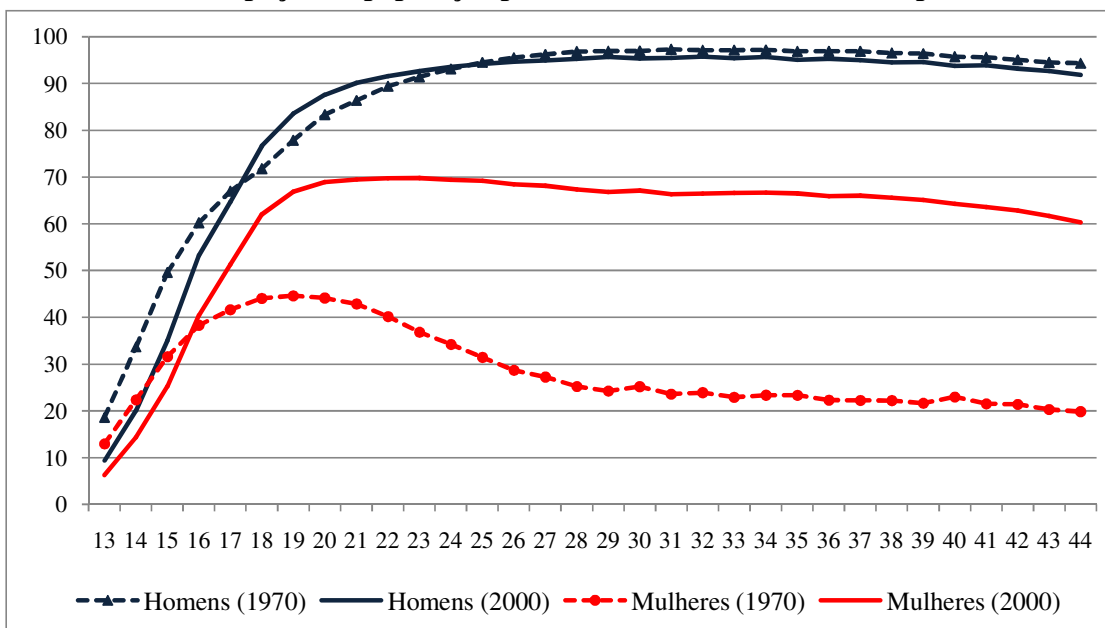
Fonte: IBGE, microdados dos Censos Demográficos, 1970 e 2000. Elaboração da autora. Para os homens, como é possível considerar a combinação de quatro status, o peso de um status na produção de heterogeneidade é acentuadamente significativo quando sua exclusão produz uma mudança na entropia superior a 25%. No caso das mulheres, para as quais são considerados cinco status, essa mudança deve ser superior a 20%, para um status específico ser considerado isoladamente importante.

Os 16 anos é a idade em que o trabalho passa a ser permitido, por conseguinte é quando ocorre uma importante clivagem no grupo jovem, dado que uma parte deles imediatamente passa a integrar a PEA enquanto outra, não. Vale lembrar que os 16 anos é a idade a partir da qual o casamento passava a ser permitido apenas para as mulheres, enquanto os homens deveriam esperar os 18 anos segundo o Código Civil de 1916, em vigor até o ano de 2001. Apenas em 2002 é que se estabelece a igualdade total entre homens e mulheres nesta matéria, sendo aberta a ambos a possibilidade de se casarem a partir dos 16 anos. Ainda que muitas

mulheres que formam par conjugal durante os anos de adolescência não oficializem a união, a existência de uma lei que reconhece a precocidade das garotas, em comparação aos garotos na entrada em um matrimônio, provavelmente favorece que sejam socialmente aceitáveis uniões consensuais para as mulheres a esta idade.

Quando se atenta para o peso isolado de cada um dos status na produção de heterogeneidade por grupo quinquenal de idade e sexo (Tabela 5), observa-se que tanto em 1970 quanto em 2000 é o status laboral a principal fonte de diferenciação interna da população feminina em todas as idades. No caso dos homens, o status laboral só produz heterogeneidade antes dos 20 anos e depois dos 40 anos. Isso porque para eles, entre 20 e 40 anos participar da PEA é uma experiência praticamente universal. Já entre as mulheres, a despeito do notável crescimento da participação feminina no mercado de trabalho em apenas três décadas, pode-se dizer que a experiência de ingresso no mercado de trabalho é majoritária entre as mulheres, mas ainda está distante de se tornar uma tendência universal (Gráfico 6).

Gráfico 6 – Participação da população paulista no mercado de trabalho por sexo e idade



Fonte: IBGE, microdados dos Censos Demográficos, 1970 e 2000.

Chama a atenção o fato de o status residencial haver se convertido em uma fonte importante de fragmentação interna e, portanto, de heterogeneidade, entre os homens com

idades entre 25 e 39 anos em 2000, algo que não se observava em 1970 (Tabela 5). Isto ocorre porque a maioria absoluta dos homens havia conquistado autonomia residencial nesta etapa da vida em 1970, mas em 2000, cresce a importância do grupo que não tem autonomia residencial frente aos que têm autonomia residencial.

Levando-se em conta a definição de população jovem da Secretaria Nacional de Juventude, aquela composta pelos indivíduos de 15 a 29 anos, nos centraremos por um momento na situação dos indivíduos que se encontram na etapa final da juventude, aqueles com idades entre 25-29 anos. Enquanto em 1970, entre os homens 63,41% eram chefes ou cônjuges em um domicílio independente, em 2000, este percentual diminuiu para 56,84%. Em 1970, entre as mulheres do mesmo grupo etário 74,63% eram chefes de domicílio ou cônjuges. Apesar de este percentual decrescer para 67,7% em 2000, entre as mulheres a tendência de concentração no status de independente segundo este critério é maior do que entre os homens. Em outras palavras, por haver concentração em uma categoria de status residencial, por conseguinte maior homogeneidade entre as mulheres, este status não é tão significativo entre elas como é entre os homens na produção de heterogeneidade.

Deve-se, contudo, ponderar que um status isoladamente pode se revelar significativo na geração de heterogeneidade por haver maior equilíbrio numérico entre categorias dicotômicas em jogo, como no caso acima. Por outro lado, o status em questão pode mostrar-se significativo não por sua força intrínseca, mas por conta do baixo poder dos demais status em produzir heterogeneidade. Trata-se, portanto, de uma significância relativa na produção de heterogeneidade. Porque outros status não produzem quase nenhuma segmentação interna em um grupo, determinado status assume maior importância. Um terceiro aspecto também merece ser mencionado: se dois status são altamente correlacionados, torna-se difícil isolar o poder de apenas um deles na segmentação do grupo em estudo. Isso se passa com frequência em realidades sociais nas quais a saída da casa paterna está fortemente associada ao estabelecimento de uma primeira união conjugal. Se os eventos se sobrepõem, acontecendo ao mesmo tempo, isolar um deles não afeta o índice de entropia geral, passando a sensação de que não tem importância na geração de heterogeneidade.

Apesar de não dispormos das idades exatas de saída da casa paterna e de formação da primeira união conjugal, o índice de congruência etária definido no capítulo III, ainda que

seja um indicativo bastante rústico, nos oferece pistas de que de fato determinados pares de transições se conservam muito correlacionados.

Recuperando a lógica do índice de congruência etária, quanto mais próximo de 1, mais as idades em que os indivíduos realizam as mudanças de status em questão se sobrepõem no tempo, ocorrendo em idades muito próximas.

Tabela 6 – Índice de congruência etária, São Paulo, 1970 e 2000

Todos		1970		2000	
		homens	mulheres	homens	mulheres
<i>Transição não-familiar:</i>	Saída da escola/trabalho	0,99	0,93	0,93	0,93
<i>Transições familiares:</i>	União/autonomia residencial	0,97	1,00	0,98	0,97
	Filho/união	-	0,96	-	0,99
	Filho/autonomia residencial	-	0,97	-	0,98
<i>Transições mistas:</i>	Saída da escola/união	0,66	0,81	0,83	0,94
	Saída da escola/autonomia residencial	0,69	0,81	0,81	0,91
	Saída da escola/filho	-	0,78	-	0,93
	Trabalho/união	0,65	0,72	0,76	0,87
	Trabalho/autonomia residencial	0,68	0,72	0,73	0,84
	Trabalho/filho	-	0,68	-	0,86

Fonte: IBGE, microdados dos Censos Demográficos, 1970 e 2000. Elaboração da autora.

De acordo com a Tabela 6, percebe-se que há acentuada sobreposição entre as idades de saída da escola e entrada no mercado de trabalho nos anos de juventude considerados (15 a 30 anos completos). Em 1970, as idades em que os rapazes já não estudavam coincidiam com a idade em que se encontravam trabalhando. Comparado a 1970, a população jovem masculina em 2000 sofreu um leve descompasso entre a entrada no mercado de trabalho e a saída da escola, igualando-se à condição de sobreposição etária da população jovem feminina. Isso aconteceu principalmente porque os jovens estão deixando a escola um pouco mais tarde, conjugando por um tempo trabalho e escola. Por isso, as idades de saída da escola e entrada no mercado de trabalho já não coincidem tão perfeitamente. Para as mulheres a situação tem se mantido estável entre 1970 e 2000.

A congruência etária das transições relacionadas à família não sofreram grandes alterações. O índice de congruência etária indica que conquistar autonomia residencial e unir-se são eventos que continuam ocorrendo muito próximos um ao outro. Embora não se possa recuperar a ordem e o tempo exato em que ocorreram na trajetória de vida dos indivíduos, as

idades em que a coorte jovem de 1970 encontrava-se unida coincidem com as idades em que os jovens se encontravam na posição de responsável por um domicílio ou cônjuge do responsável. Para a coorte jovem de 2000, aparentemente, a constituição de domicílio independente e a formação do par conjugal continuam fortemente relacionadas acontecendo em ritmos muito similares, incidindo nas mesmas idades.

Como se pode ver na Tabela 6, em 2000 se comparado a 1970, aumentou a congruência etária das transições mistas, aquelas que envolvem alguma dimensão familiar e trabalho ou saída da escola. Isso indica que esses eventos transicionais quando se considera a população jovem como um todo, sem levar em conta diferenças socioeconômicas, se tornaram mais concentrados nas mesmas idades. Os jovens saem da escola em 2000 mais velhos do que em 1970. Contudo, não houve um deslocamento proporcional de mesma magnitude nas idades referentes à formação de união (seja ela consensual ou formal) e ter filhos, principalmente.

Deve-se salientar também que o índice de congruência etária, de modo geral, é maior entre as mulheres do que entre os homens. Sinal de que as mudanças de status são mais concentradas em um mesmo período da vida entre elas do que entre eles.

Embora os dados apresentados até o momento nos ofereçam um retrato de como era a transição para a vida adulta em São Paulo em 1970 e 2000, as informações presentes na Tabela 7 nos dão uma idéia de que o *timing* das diversas mudanças de status que caracterizam a transição para a vida adulta varia bastante, segundo certas características sócio-demográficas. Para a construção desta tabela, não houve a preocupação em definir de antemão uma faixa etária jovem. Tão somente dividimos o número total de indivíduos de uma idade x que se enquadravam na definição de adulto (não estudar, trabalhar, ter constituído domicílio independente, estar unido, ser mãe) pelo número total de pessoas da idade x . Todas essas taxas referentes aos eventos transicionais tendem a crescer com o aumento da idade.

A idade em que 50% das pessoas se encontram em uma condição que se encaixa no perfil de adulto tem variado não apenas no tempo, mas também de acordo com o sexo, a camada de renda, a cor e a situação de domicílio que caracteriza os indivíduos.

Os dados referentes à maternidade são, a princípio, os que mais nos chamaram a atenção. A desigualdade de renda parece estar diretamente relacionada à maior diversidade de

experiências neste campo. As diferenças entre as mais ricas e as mais pobres só se acentuaram com o decorrer dessas três décadas que separam os dois censos selecionados para este estudo. Em 1970, as idades em que as taxas de incidência referentes à maternidade atingiam 50% eram 21,21 anos para as mais pobres e 27,65 anos para as mais ricas. Em 2000, nota-se um rejuvenescimento da maternidade para as mais pobres e um adiamento para as mais ricas: 50% das jovens pobres aos 19,52 anos são mães, enquanto tal proporção só é verificada entre as mais ricas aos 30,52 anos. Em menor grau, nota-se esta mesma tendência de rejuvenescimento para as mais pobres e de adiamento para as mais ricas em relação ao *timing* de constituição do par conjugal, embora a magnitude da mudança seja menor. Considerando a situação de domicílio, tanto mulheres de áreas rurais quanto urbanas experimentaram um pequeno rejuvenescimento na idade em que 50% das mulheres são mães.

Outras tendências gerais também merecem ser destacadas com base na Tabela 7. Em 2000, no contexto urbano e na camada de alta renda, é menor a desigualdade sexual no *timing* das transições saída da escola e participação na PEA. Já em 1970, as mulheres da camada de alta renda eram as únicas que atingiam a taxa de 50% de participação no mercado de trabalho em alguma idade, alcançando exatamente este patamar aos 18,26 anos. Para o *timing* da conquista de autonomia residencial, observa-se uma tendência de postergação deste marco transicional para ambos os sexos e em praticamente todos os grupos sociais considerados, à exceção dos homens e mulheres de baixa renda.

Um argumento constantemente reafirmado nos estudos sobre a transição para a vida adulta e já mencionado exaustivamente aqui é que o prolongamento da juventude está fortemente relacionado à ampliação do tempo de vida dedicado à escolarização e à formação profissional. Apesar de ter havido uma melhora do nível educacional médio dos jovens em 2000 se comparado aos jovens de 1970, no Estado de São Paulo em 2000, ainda era minoritário o grupo de jovens em condições de dar continuidade aos estudos no final da adolescência ou acima dos 20 anos. Apenas os homens e mulheres de alta renda registraram taxa de 50% de participação no sistema escolar em idade superior a 20 anos. Tal como se apreende a partir da Tabela 7, entre as mulheres de alta renda de 21,78 anos e entre os homens do mesmo grupo de renda de 21,61 anos, 50% continuavam estudando.

Tabela 7 – Idades em que a taxa de incidência dos distintos eventos transicionais atinge 50%, São Paulo (1970 e 2000)

			<i>Saída da escola</i>	<i>Trabalho</i>	<i>Autonomia residencial</i>	<i>União</i>	<i>Maternidade</i>	
1970	Situação de domicílio	urbano	homens	17,38	15,54	25,17	25,65	-
			mulheres	16,03	19,00*	22,87	22,78	24,00
		rural	homens	13,25	13,67	24,23	24,75	-
			mulheres	13,00	16,00*	20,66	20,55	21,61
	Camada de renda	alta renda	homens	20,97	18,03	26,24	27,35	-
			mulheres	18,35	18,26	25,08	24,89	27,65
		baixa renda	homens	14,04	14,63	23,57	23,73	-
			mulheres	13,02	16,00*	21,05	21,01	21,21
	Todos	homens	16,06	15,04	25,02	25,5	-	
		mulheres	15,84	19,00*	22,53	22,44	23,62	
2000	Situação de domicílio	urbano	homens	18,42	15,84	25,72	24,88	-
			mulheres	18,05	16,83	23,58	22,24	23,67
		rural	homens	17,62	15,63	24,29	23,64	-
			mulheres	17,46	18,17	21,33	20,11	20,92
	Camada de renda	alta renda	homens	21,61	17,33	27,53	27,78	-
			mulheres	21,78	17,94	25,53	25,42	30,52
		baixa renda	homens	17,82	15,78	23,11	22,16	-
			mulheres	17,54	17,17	20,95	19,71	19,52
	Cor	brancos	homens	18,49	15,92	26,00	25,23	-
			mulheres	18,10	17,00	23,62	22,41	24,03
		negros	homens	18,11	15,57	24,65	23,79	-
			mulheres	17,86	16,50	22,65	21,23	21,85
	Todos	homens	18,37	15,82	25,64	24,80	-	
		mulheres	17,99	16,10	23,42	22,07	23,02	

Fonte: IBGE, microdados dos Censos Demográficos, 1970 e 2000. Tabulações da autora.

*Em nenhuma idade a taxa de participação feminina na PEA atingiu 50%. No entanto, a participação mais elevada se dava para o total da população feminina jovem aos 19 anos (44,63%). Entre as mulheres urbanas, a maior participação ocorria também aos 19 anos (49,51%). Já entre as mulheres de baixa renda (32,84%) e as mulheres de áreas rurais (27,57%), era aos 16 anos.

Em 1970, 12,07% dos homens e 10,6% das mulheres paulistas na fase final do que hoje entendemos como juventude (os indivíduos de 25-29 anos) possuíam escolaridade equivalente ao ensino médio ou superior. Já em 2000, essa proporção aumentou para 33,17%

entre os homens e 39,03% entre as mulheres. Um ganho relativamente expressivo. Dentre a população de 25-29 anos de 1970 que havia concluído o ensino médio ou superior, 79,23% dos homens e 77,70% das mulheres pertenciam à camada de alta renda. Já em 2000, para este mesmo grupo dos mais escolarizados, 44,19% dos homens e 42,06% das mulheres que possuíam escolaridade equivalente ou superior ao ensino médio, pertenciam à camada de alta renda. Lembrando que aqui os indivíduos definidos como de alta renda são os que pertencem ao segmento composto pelos 20% mais ricos da pirâmide social. Apesar dos esforços de democratização do sistema de ensino que se observa neste período de três décadas, os mais ricos continuam sobre-representados no grupo dos indivíduos com a escolaridade desejada em tempos de globalização. Ainda que não seja possível afirmar de modo categórico que estes jovens atingiram os níveis mais altos de escolaridade porque pertenciam à camada alta de renda, ou se adentraram a camada de alta renda justamente porque a escolaridade lhes proporcionou mobilidade social, é muito plausível que a maioria deles se enquadre na primeira hipótese.

Obviamente o acesso desigual aos níveis mais altos de educação produz duas categorias de jovens: uma primeira categoria mais reduzida, instruída, minimamente apta a competir no mercado de trabalho e que tarda um pouco mais a realizar as transições familiares (especialmente a constituição do par conjugal e a constituição de prole). E uma segunda categoria que realiza as principais transições que marcam a passagem para a vida adulta em idades mais jovens. A partir da Tabela 7, percebe-se que o *timing* dos diferentes eventos que compõem a transição para a vida adulta incide mais precocemente entre os jovens rurais, de baixa renda e negros.

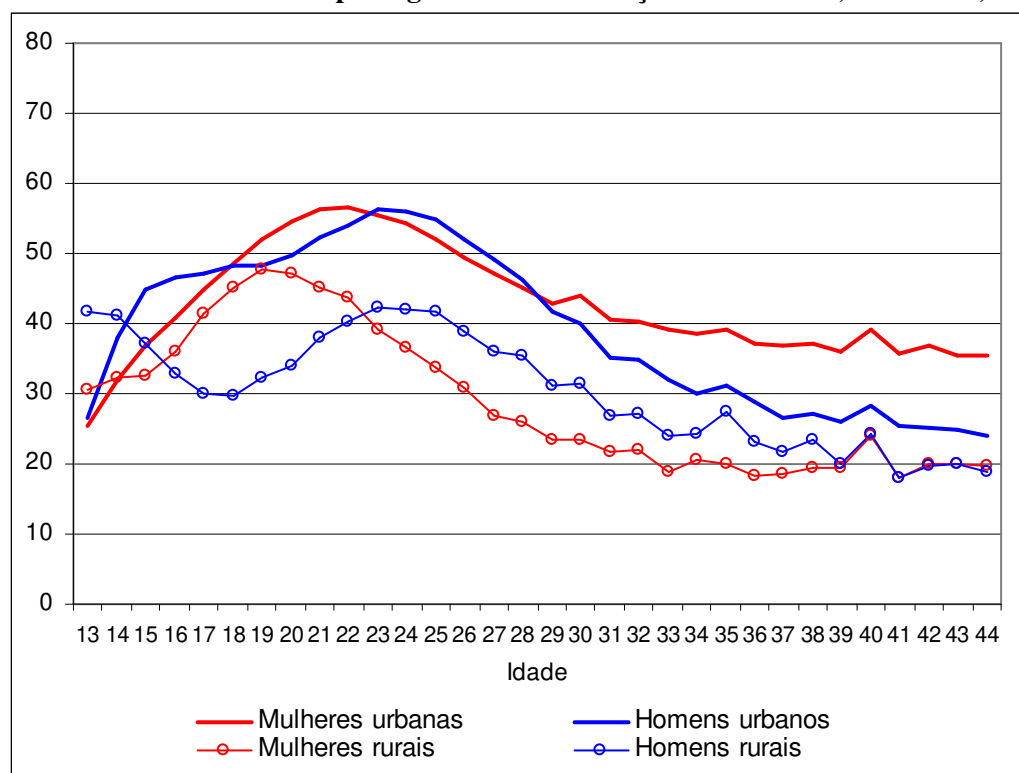
A seguir, apresentamos os resultados obtidos com a análise de entropia considerando as clivagens baseadas no sexo, situação de domicílio, camada de renda e cor/raça.

4.2 Transições para a vida adulta segundo a situação de domicílio e a coorte

A princípio, vamos considerar isoladamente os anos de 1970 e 2000. Vamos comparar primeiramente diferenças no *timing* da transição para a vida adulta entre subgrupos segmentados pelo sexo e pela situação de domicílio, mas pertencentes a uma mesma coorte. Na seqüência, atentaremos para as mudanças no *timing* da transição ao longo do tempo,

comparando jovens que têm as mesmas características demográficas (sexo e situação de domicílio), mas que integram coortes distintas. Ou seja, contrastaremos os que vivenciaram a juventude nos anos 1970 com aqueles que a vivenciaram em 2000.

Gráfico 7 – Índice de entropia segundo sexo e situação de domicílio, São Paulo, 1970



Fonte: IBGE, microdados do Censo Demográfico de 1970.

Os resultados referentes ao censo de 1970 (Gráfico 7) apontam que o índice geral de entropia por idade simples varia de 17,98 a 56,45% da entropia máxima, isto representa a flutuação na heterogeneidade de combinações de status ao longo do curso da vida. Mas atentemos para o significado substantivo disso. O subgrupo que apresenta o menor índice de entropia por idade simples é o de mulheres rurais à idade de 41 anos. Isso porque a grande maioria delas está concentrada em uma mesma combinação de status que corresponde à de mãe e dona-de-casa. Já o subgrupo onde se registra o maior índice de entropia (56,45%) é o de mulheres urbanas à idade de 22 anos, o que reflete a dispersão das mulheres jovens do meio urbano em diferentes combinações de status. Isso ocorre em parte porque as possibilidades abertas às mulheres no meio urbano são mais vastas, havendo maior equilíbrio

entre as que trabalham e as que não trabalham, bem como sendo mais freqüentes os casos de mulheres que simplesmente não contraem união ou assumem a condição de mãe solteira. A diversidade de perfis que descrevem as mulheres urbanas, se comparado às mulheres rurais, é maior desde meados da adolescência – por volta dos 16 anos.

Às idades de 13-14 anos são a única fase em 1970 em que os índices de entropia são mais altos para os jovens de ambos os sexos do meio rural do que entre aqueles do meio urbano. Isto porque, nestas idades, era mais comum os indivíduos residentes nas áreas urbanas se concentrarem na posição de estudantes-dependentes de seus pais, enquanto muitos jovens de áreas rurais já haviam deixado a escola, se é que algum dia a freqüentaram, e já estavam inseridos na PEA.

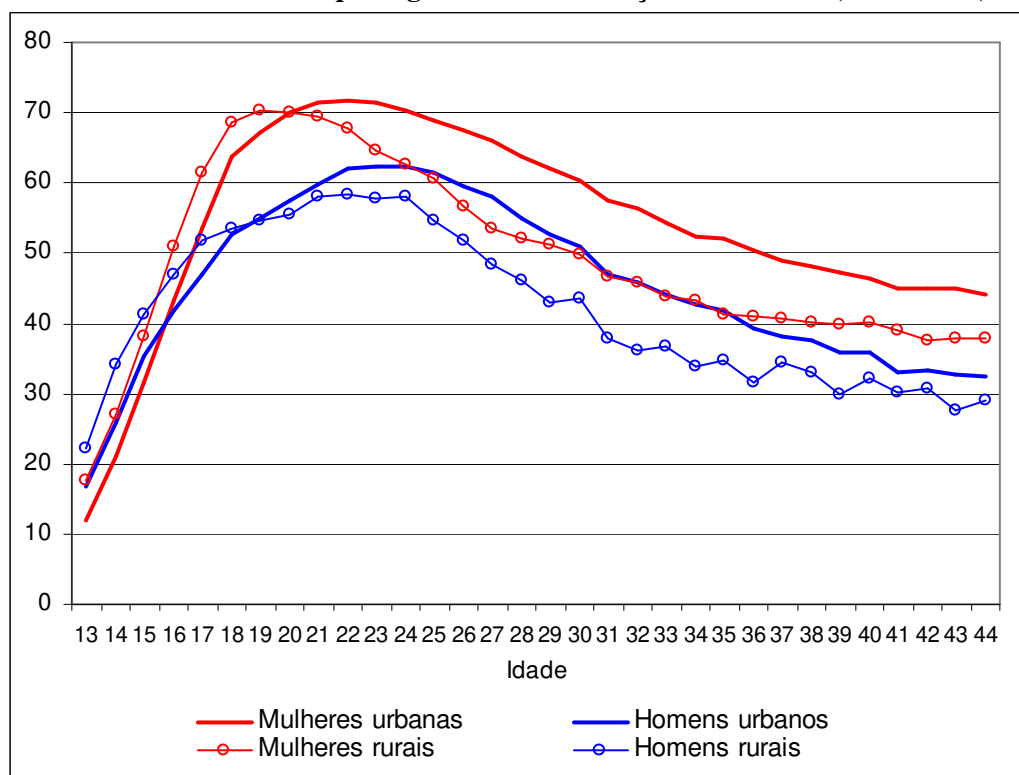
É digno de atenção o declínio do índice de entropia masculino nas idades próximas aos 18 anos, enquanto para a população feminina observa-se continuação da tendência de crescimento do índice com o avançar da adolescência e princípio dos 20 anos. Interpretamos este comportamento peculiar como um reflexo da vigência do serviço militar obrigatório para os jovens de 18 anos do sexo masculino. A necessidade de cumprir este dever certamente devia fazer com que os garotos adiassem alguns eventos da passagem para a vida adulta. Percebe-se para a curva referente aos rapazes das áreas rurais, que depois de cumprida a idade do serviço militar obrigatório aos 18 anos, o índice de entropia retoma sua trajetória de ascensão característica das idades jovens, nas quais tem espaço a efervescência das transições de status. Para os rapazes das áreas urbanas o índice se mantém razoavelmente estável nas idades pré-serviço militar e durante a idade do seu cumprimento. Também entre eles o serviço militar parece frear o ritmo das mudanças de status.

Um fato interessante é que nas idades indiscutivelmente adultas (aquelas próximas ou iguais a trinta anos e mais), no meio rural, ao menos em 1970, há maior heterogeneidade entre os homens em boa parte do curso de vida adulto se comparado às mulheres. Pode-se inferir baseado nisto que, no meio rural, o curso de vida é mais rígido entre as mulheres do que entre os homens. Para elas, há poucas possibilidades de combinações de status encontradas empiricamente. No meio urbano a situação se inverte. O curso de vida adulto se torna mais heterogêneo entre as mulheres do que entre os homens.

Ainda sobre o Gráfico 7, nota-se que entre as mulheres rurais, a heterogeneidade de combinações de status aumenta significativamente a partir dos 15 anos, atinge o seu ápice aos 19 anos, quando começa a cair de forma acentuada até os 27 anos, idade na qual a velocidade da queda diminui. O comportamento da curva do índice de entropia das mulheres urbanas apresenta cúspide em idades um pouco mais avançadas, atingindo o seu ápice aos 22 anos, indicando que a intensificação das mudanças de status ocorre mais tarde.

Entre os homens, a intensificação do trânsito de status alcança seu ápice aos 23 anos tanto no meio urbano quanto no rural. Independente da situação de domicílio, considerando o conjunto de marcos da passagem para a vida adulta, provavelmente a entrada na vida adulta ocorre mais cedo entre as mulheres do que entre os homens.

Gráfico 8 – Índice de entropia segundo sexo e situação de domicílio, São Paulo, 2000



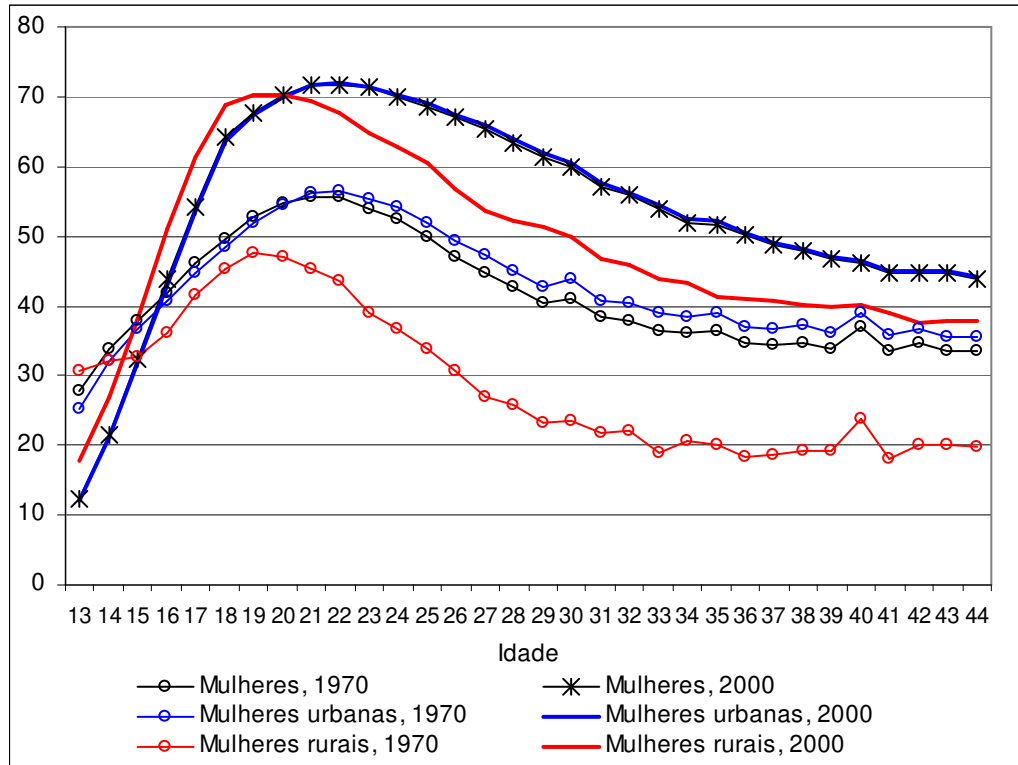
Fonte: IBGE, microdados do Censo Demográfico de 2000.

Os resultados obtidos para o ano 2000 (Gráfico 8), revelam que as curvas geradas a partir dos índices de entropia por idade simples apresentam um comportamento mais regular e uniforme do que aquele encontrado para 1970. Por certo, ainda permanecem existindo diferenças importantes segundo as clivagens por sexo e situação de domicílio. Em 2000, o ritmo da transição segue se acelerando mais rapidamente entre os indivíduos do meio rural como já se registrava em 1970, pois nas idades adolescentes (13-19 anos) o índice de entropia revela-se maior para homens e mulheres das áreas rurais quando contrastados com seus congêneres das áreas urbanas. Mas a partir dos 19-20 anos o curso de vida torna-se muito mais complexo nas áreas urbanas, como nos revela o patamar mais elevado das curvas referentes às áreas urbanas. Esses dados evidenciam que os perfis dos jovens e dos adultos das áreas urbanas, sobretudo das jovens e mulheres das áreas urbanas, são mais heterogêneos do que entre seus pares de mesmo sexo das áreas rurais.

Com exceção dos homens rurais, aos 13-14 anos é quando se registra a maior homogeneidade intragrupo etário. Os meninos das áreas rurais são os que apresentam maior participação em combinações de status alternativas, pois entre eles é mais baixa a proporção dos que conservam a posição de estudante-filho dependente da família de origem em comparação com os outros subgrupos.

O ápice do processo de transição ocorre para as mulheres rurais aos 19 anos (70,19% da entropia máxima); para as mulheres urbanas, aos 22 anos (71,90% da entropia máxima); para os homens rurais, aos 22 anos (58,39% da entropia máxima) e para os homens urbanos, aos 23 anos (62,30%). Portanto, ainda que os homens rurais partam de patamares mais elevados de heterogeneidade aos 13-14 anos, é entre as mulheres rurais que a intensificação das mudanças de status tomadas em conjunto ocorre mais cedo. A transição feminina é mais precoce que a masculina independente da situação de domicílio, assim como a transição é mais precoce no meio rural independente do sexo.

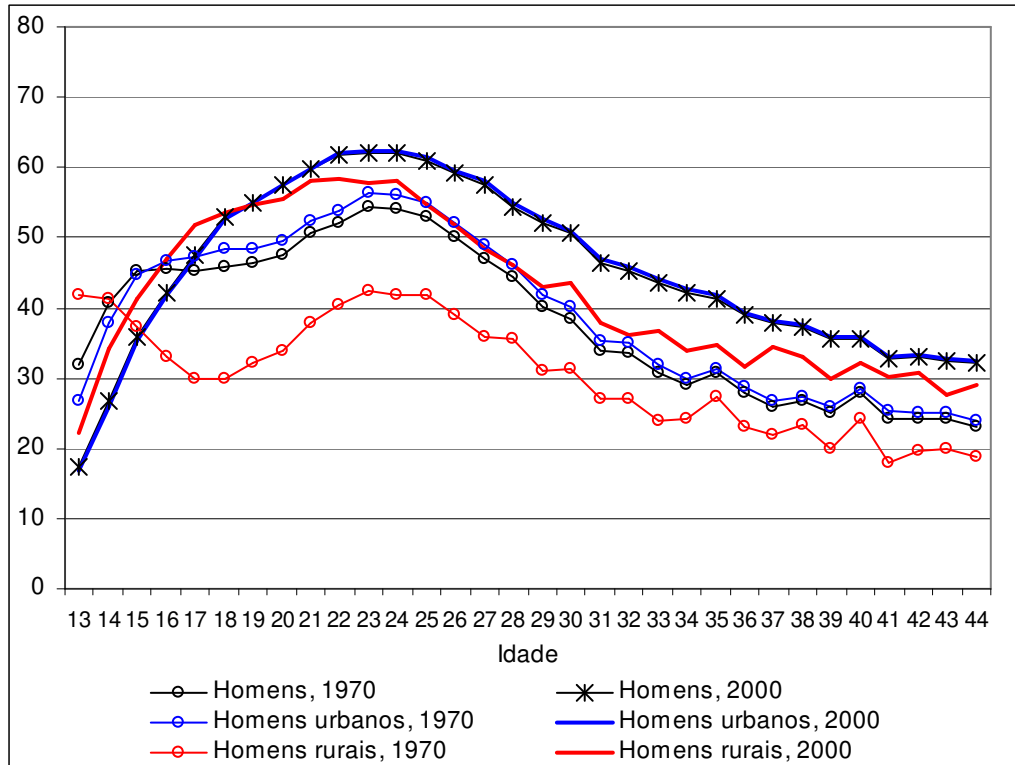
**Gráfico 9 – Índice de entropia
segundo a situação de domicílio para mulheres paulistas, 1970 e 2000**



Fonte: IBGE, microdados dos Censos Demográficos, 1970 e 2000.

Apresentamos separadamente gráficos para cada sexo, com a finalidade de permitir melhor visualização das mudanças apontadas anteriormente, de 1970 para 2000. Em todos os subgrupos (Gráficos 9 e 10) as curvas do curso de vida nas idades iniciais, mais próximas da infância (13-14 anos), apresentam valores para o índice de entropia bem mais baixos em 2000 se comparado a 1970. Este é um reflexo direto do êxito da ampliação do sistema escolar e do impacto da legislação coercitiva sobre o exercício de qualquer tipo de trabalho nestas idades, com exceção da contribuição em empreendimentos familiares.

**Gráfico 10 – Índice de entropia
segundo a situação de domicílio para homens paulistas, 1970 e 2000**



Fonte: IBGE, microdados dos Censos Demográficos, 1970 e 2000.

Em 2000, obviamente em virtude do alto grau de urbanização, as curvas que descrevem o curso de vida de homens e mulheres urbanas coincidem com aquelas referentes à população como um todo (Gráficos 9 e 10).

As maiores mudanças ocorreram no curso de vida feminino, mais do que no masculino; no meio rural, mais do que no urbano e, por fim, nas idades mais jovens, provavelmente em resposta à crescente estruturação desse momento da vida em torno de instituições educacionais.

O padrão das curvas parece indicar uma tendência de convergência dos patamares de heterogeneidade ao longo do curso de vida no meio rural e urbano em 2000, se comparado a 1970. Muito embora o curso de vida siga sendo mais complexo no meio urbano e entre as mulheres por continuar existindo maior número de possibilidades de combinações de status que se realizam empiricamente.

Tabela 8 – Porcentagem de mudança no índice de entropia devido à exclusão de cada um dos status por grupo de idade quinquenal considerando sexo e situação de domicílio, São Paulo (1970 e 2000)

				15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	
1970	Rural	Homens	escolar	35,01	17,49	9,96	7,65	6,68	5,10	
			laboral	36,13	14,35	8,47	9,3	12,04	15,65	
			residencial	6,25	15,75	18,43	20,9	21,56	23,10	
			marital	2,57	13,10	20,68	25,52	29,36	31,59	
		Mulheres	escolar	25,64	9,31	5,34	4,38	3,22	2,34	
			laboral	37,91	22,81	24,91	33,2	37,08	35,99	
			residencial	1,54	4,52	6,73	7,98	9,43	15,47	
			marital	1,54	2,86	3,40	3,51	3,19	3,78	
	parental	7,65	18,61	21,01	22,52	23,44	24,88			
		Urbano	Homens	escolar	44,02	33,18	23,04	20,52	17,55	12,75
				laboral	41,97	20,39	10,97	13,03	18,82	29,36
				residencial	3,26	13,40	16,84	17,70	18,77	18,66
marital	1,43			9,83	17,98	20,85	22,23	21,40		
Mulheres	escolar		36,69	19,82	12,13	9,45	7,62	5,58		
	laboral		36,57	25,2	27,12	34,41	39,02	39,35		
	residencial		1,51	5,21	7,97	9,53	10,76	13,36		
	marital		1,58	3,69	4,87	5,64	5,81	6,53		
parental	4,17	13,72	16,68	15,86	15,62	17,00				
	2000	Rural	Homens	escolar	42,03	24,42	17,15	15,28	14,42	11,45
				laboral	41,63	16,51	13,72	16,64	20,65	28,83
				residencial	4,37	19,45	24,48	26,34	26,17	24,28
marital				6,63	21,15	21,82	22,12	21,66	21,40	
Mulheres			escolar	26,08	14,14	11,34	10,81	10,81	8,69	
			laboral	31,56	27,2	34,51	42,62	48,43	51,02	
			residencial	6,19	12,83	13,98	12,73	11,69	10,91	
			marital	6,79	7,78	6,26	6,03	4,98	6,34	
parental		11,53	17,45	17,3	14,78	13,00	12,96			
		Urbano	Homens	escolar	38,89	30,69	21,49	19,98	19,20	16,01
				laboral	47,48	16,84	11,82	13,23	17,27	25,21
				residencial	3,80	17,76	25,32	27,82	28,08	27,56
marital	5,78			20,16	23,99	23,56	21,80	19,67		
Mulheres	escolar		25,11	19,05	14,07	13,86	13,39	11,70		
	laboral		37,33	22,31	24,81	30,88	36,25	41,32		
	residencial		5,78	13,24	15,65	15,47	14,80	13,73		
	marital		7,00	9,54	9,66	8,74	8,31	8,10		
parental	10,56	16,78	19,02	17,6	15,32	14,38				

Fonte: IBGE, microdados dos Censos Demográficos, 1970 e 2000. Elaboração da autora. Para os homens, como é possível considerar a combinação de quatro status, o peso de um status na produção de heterogeneidade é acentuadamente significativo quando sua exclusão produz uma mudança na entropia superior a 25%. No caso das mulheres, para as quais são considerados cinco status, essa mudança deve ser superior a 20%, para um status específico ser considerado isoladamente importante. Status considerados: escolar (não estudar); laboral (trabalhar); residencial (viver em domicílio independente); marital (estar unido); parental (ser mãe).

Vale a pena explorar os elementos responsáveis pelas mudanças assinaladas. O cômputo do peso creditado a cada status tomado isoladamente (Tabela 8), sinaliza que o status laboral é o que mais produz heterogeneidade entre as mulheres ao longo de todo o curso de vida tanto em 1970 quanto em 2000. Há indícios de que o status marital não tem poder de gerar segmentação importante nos subgrupos considerados, com exceção dos homens rurais em 1970, onde havia maior risco de continuar solteiro após os trinta anos. Considerando que em 1970 o êxodo rural ganhava força e que as cidades acenavam novas possibilidades especialmente para as mulheres, é razoável supor que realmente era maior o risco dos homens não encontrarem uma parceira disponível no mercado matrimonial rural. Aproximadamente 18% dos homens do campo atingiam a faixa etária de 30-34 anos solteiros, enquanto apenas 6,3% das mulheres nesta situação de domicílio achavam-se solteiras nestas idades. Em 2000, esta proporção se mantém estável para os homens e aumenta para 11,8% entre as mulheres desta faixa etária. Contudo, o status marital perde importância para os homens rurais na produção de heterogeneidade em 2000, justamente pelo aumento do peso do status residencial na produção de segmentação interna do grupo masculino. O status residencial passa a ser significativo também entre os homens em 2000 a partir dos 25 anos. De fato, em 1970, na faixa etária de 25-29 anos 37,4% dos homens urbanos e 32,9% dos homens rurais se conservavam na posição de dependentes no domicílio de residência, enquanto em 2000 estes percentuais aumentam respectivamente para 43,8% e 34,5%, revelando particularmente entre os homens a dificuldade em conquistar autonomia residencial.

Baseado na Tabela 9, as transições que têm lugar na esfera familiar são as que apresentam maior sobreposição etária (valores mais próximos de 1), dando sinais de que ocorrem a um só tempo, tanto no campo como nas cidades, quer em 1970 ou 2000. Entretanto, uma mudança interessante observada para as mulheres entre 1970 e 2000 é que, se antes o status marital de unida se sobrepunha perfeitamente à condição de autonomia residencial, as idades em que se alcança a autonomia residencial passam a se sobrepor mais perfeitamente às idades em que se assume a condição de mãe. Pode-se inferir que, em 2000, há mais jovens unidos sem haver estabelecido um domicílio independente, sendo que as

idades em que as mulheres se tornam mães estão mais próximas das idades em que elas conquistam autonomia residencial do que em 1970.

Tabela 9 – Índice de congruência etária, segundo sexo e situação de domicílio, São Paulo (1970 e 2000)

Situação de domicílio		1970				2000			
		Rural		Urbano		Rural		Urbano	
		homem	mulher	homem	mulher	homem	mulher	homem	mulher
<i>Transição não-familiar:</i>	E-T	1,00	0,86	0,98	0,92	0,95	0,95	0,92	0,92
<i>Transições familiares:</i>	U-R	0,98	1,00	0,97	1,00	0,98	0,97	0,98	0,97
	F-U	-	0,96	-	0,96	-	0,98	-	0,99
	F-R	-	0,96	-	0,97	-	1,00	-	0,98
<i>Transições mistas:</i>	E-U	0,65	0,82	0,67	0,81	0,81	0,94	0,83	0,94
	E-R	0,67	0,82	0,70	0,50	0,79	0,92	0,81	0,91
	E-F	-	0,77	-	0,77	-	0,92	-	0,94
	T-U	0,65	0,64	0,65	0,71	0,76	0,89	0,75	0,87
	T-R	0,67	0,64	0,68	0,71	0,74	0,87	0,73	0,83
	R-F	-	0,59	-	0,68	-	0,87	-	0,86

Fonte: IBGE, microdados dos Censos Demográficos, 1970 e 2000. Elaboração da autora. E – status escolar (não estudar); T – status laboral (trabalhar); R – status residencial (viver em domicílio independente); U – status marital (estar unido); F – status parental (ser mãe).

Dado o aumento generalizado do índice de congruência etária relacionado às transições mistas, deduz-se que as transições não-familiares (referentes à saída da escola e entrada no mercado de trabalho) estão ocorrendo em idades mais próximas às transições familiares, ou seja, vários eventos sócio-demográficos estão mais concentrados nas mesmas idades em 2000.

Em síntese, devemos nos ater ao fato de que a transição para a vida adulta tende a ocorrer mais precocemente no meio rural do que no meio urbano e também mais cedo entre as mulheres do que entre os homens. O curso de vida no meio rural dá mostrar de haver sido mais padronizado do que no meio urbano marcadamente em 1970, havendo um menor número de possibilidades de combinações de status passíveis de serem encontradas empiricamente naquele momento. Já em 2000, as características do curso de vida rural parecem estar se aproximando das características do curso de vida urbano. Ou seja, os perfis dos jovens no final da adolescência e início dos vinte anos tornam-se mais heterogêneos e

esta heterogeneidade se conserva elevada nas idades subseqüentes. Em 2000, há também uma tendência de convergência, tanto no meio urbano quanto rural, no sentido de haver maior padronização nas primeiras idades 13-15 anos, que se traduz na maior concentração de jovens na condição de estudante-filho dependente. Grosso modo, o status laboral é o principal fator gerador de segmentação e, conseqüentemente, de diversificação de perfis femininos. Enquanto entre os homens este papel parece ser desempenhado pelo status residencial, sobretudo em 2000.

4.3 Transições para a vida adulta segundo a camada de renda e a coorte

As diferenças encontradas no curso de vida jovem de pessoas pertencentes a diferentes camadas de renda são maiores que aquelas encontradas entre pessoas em diferentes situações de domicílio tanto em 1970 quanto em 2000. Em 1970, o nível de heterogeneidade experimentado pelos garotos de baixa renda aos 13 anos só será alcançado pelos de alta renda aos 17 anos (Gráfico 11).

Os rapazes de alta renda em 1970 possuem certas peculiaridades em relação a outros subgrupos. Para eles, as idades ao redor do cumprimento do serviço militar aos 18 anos não sofrem declínio do índice de entropia, como era característico da experiência dos garotos de outros grupos sociais em 1970. Pode-se especular que provavelmente era mais comum garotos desta camada de renda serem dispensados do serviço militar, como atesta o relato a seguir, extraído por Kuhlmann (2001) de um livro já antigo – “A História Militar do Brasil” (1965) – de autoria do historiador e militar Nelson Werneck Sodré:

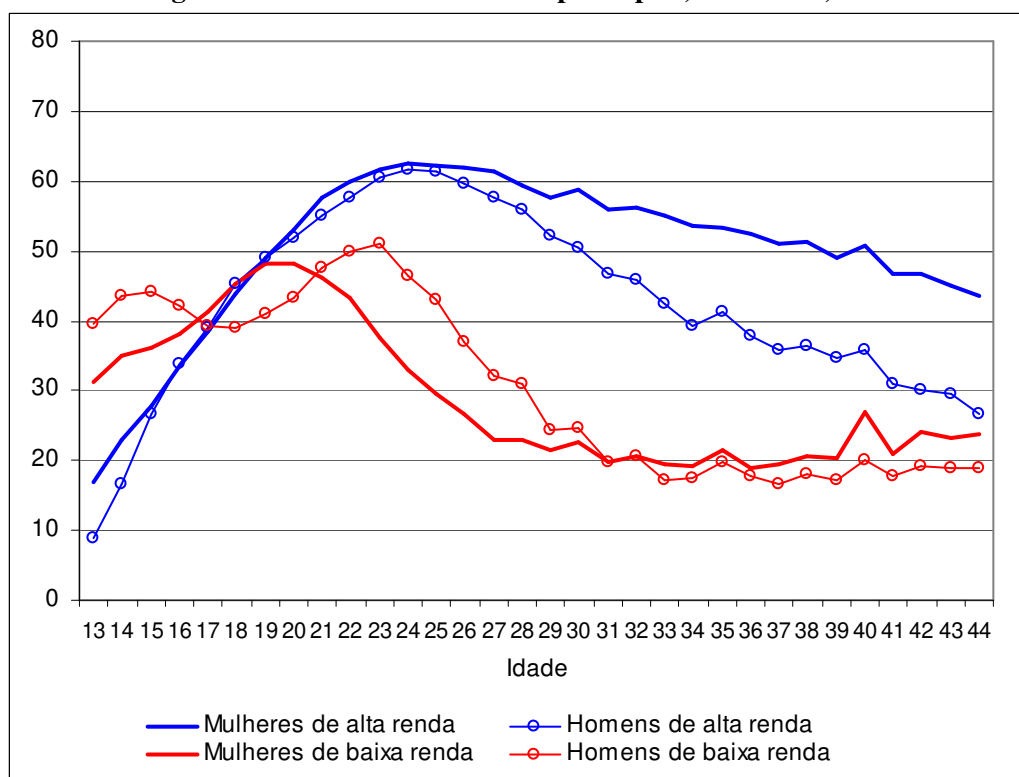
O recrutamento é o mais devastador que é possível. Quantas vezes eu mesmo tenho observado soltar-se o atrevido capadócio por exemplo da potente senhoria? Quantas vezes, debaixo do santo manto do poder, tem-se visto prender o intrigado jovem, o único da família desgraçada? Quantas vezes, sob a pobre, mesquinha capa, hei observado chegar-se o ricoço camponês e, pelo escondido mental que consigo traz, livrar o filho, o parente, o amigo, talvez todos, no caso de sofrer recrutamento? (SODRÉ [1965] apud KUHLMANN, 2001: 71)

Outra peculiaridade dos garotos de alta renda (Gráfico 11) é serem os únicos para os quais se observa mais baixo nível de heterogeneidade nas idades de 13-14 anos do que entre seus pares do sexo feminino de mesmo segmento social. Quando se considerou a clivagem baseada na situação de domicílio ou mesmo quando se considera agora os jovens de baixa

renda em 1970, as mulheres costumam ter um perfil mais homogêneo do que os homens de seu grupo social aos 13-14 anos. Portanto, os rapazes de alta renda em 1970 são uma exceção entre os homens, pois são os únicos para os quais se observa que o início do curso de vida era mais homogêneo do que entre as mulheres de seu grupo social. Eles partem de índices de entropia mais baixos nas primeiras idades, dado que detinham uma posição privilegiada de conservar por mais tempo a condição de estudante-filho dependente, se comparado aos garotos de baixa renda de sua coorte, dos 13 aos 16 anos.

Homens e mulheres de alta renda eram os que mais tardavam a atingir um ponto máximo de heterogeneidade, que era alcançado aos 24 anos, sinalizando que dentre os jovens de 1970, eles eram os que detinham o processo de transição para a vida adulta mais longo.

Gráfico 11 – Índice de entropia segundo sexo e renda domiciliar per capita, São Paulo, 1970



Fonte: IBGE, microdados do Censo Demográfico de 1970.

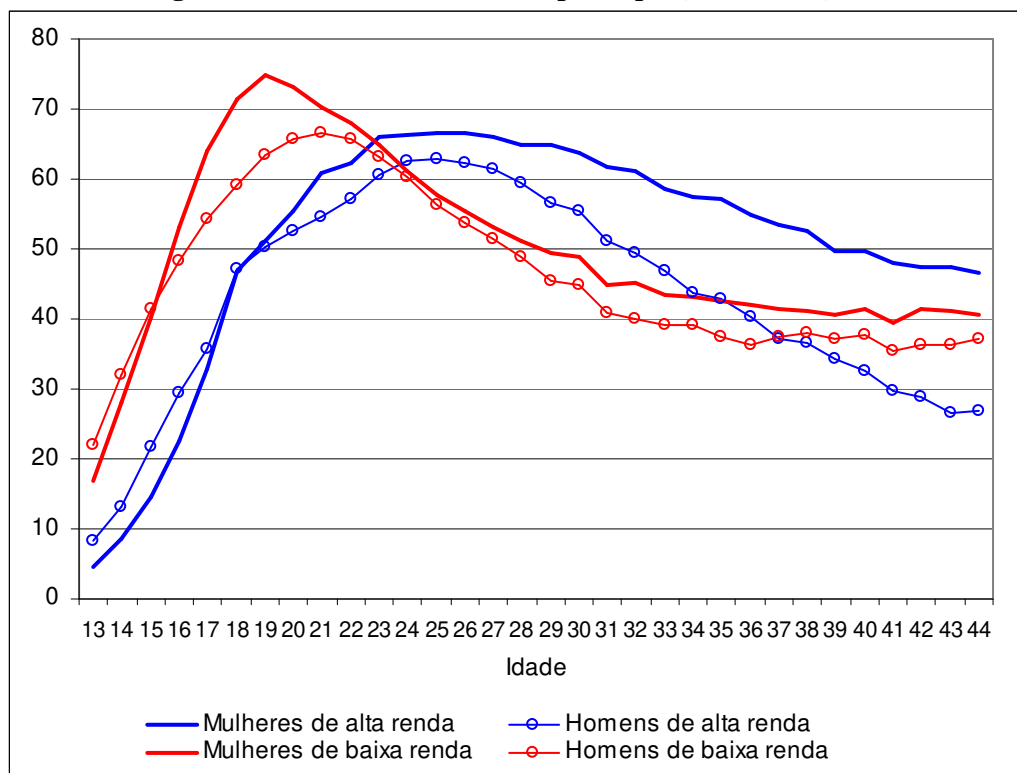
Se o ápice da curva de entropia para os membros da camada de alta renda ocorria aos 24 anos, as mulheres de baixa renda estavam no outro extremo. Elas tendiam a intensificar a assunção a papéis adultos ainda no final da adolescência, atingindo o auge da

heterogeneidade de combinações de status aos 19 anos. Para os homens de baixa renda, o mesmo ocorria aos 23 anos.

Em 2000 (Gráfico 12), as jovens de alta renda de 13-14 anos, diferentemente de 1970, aderem mais à condição de filhas dependentes que somente estudam do que os garotos de sua camada social, enquadrando-se à regra geral do perfil dos jovens nas primeiras idades ser mais homogêneo entre as mulheres do que entre os homens.

Embora partam de níveis mais baixos de heterogeneidade intragrupo, as moças de baixa renda de 16 anos e mais, e as de alta renda de 19 anos e mais superam os níveis de heterogeneidade encontrados entre seus pares masculinos de mesma idade. Passada essas idades de 16 anos no primeiro caso e 19 anos no segundo, o curso de vida das mulheres se revela muito mais complexo do que o masculino, sendo possível um número proporcionalmente maior de possibilidades de combinações de status realizadas empiricamente entre as mulheres do que entre os homens. O que deve produzir também trajetórias de vida mais diversificadas entre as mulheres. Superado os 25 anos, a diferença de heterogeneidade entre as mulheres e os homens de alta renda é crescente e muito maior do que a diferença entre a heterogeneidade das mulheres e dos homens de baixa renda. Ou seja, as mulheres de alta renda são as que conservam ao longo da vida adulta perfis mais diversificados segundo os status considerados nesta análise. Elas também são as que apresentam maior adiamento da transição para a vida adulta, as mudanças de status ocorrem mais devagar – como evidencia o ápice de heterogeneidade mais tardio, aos 26 anos –, e a cúspide mais dilatada, com o índice de entropia declinando mais lentamente nas idades posteriores ao ápice. Já as mulheres de baixa renda são as que vivenciam a transição para a vida adulta mais breve, com ápice de heterogeneidade de combinações de status aos 19 anos, mesma idade encontrada em 1970. Entre os homens os picos de heterogeneidade ocorrem para aqueles de baixa e alta renda, respectivamente, aos 21 e 25 anos.

**Gráfico 12 – Índice de entropia
segundo sexo e renda domiciliar per capita, São Paulo, 2000**

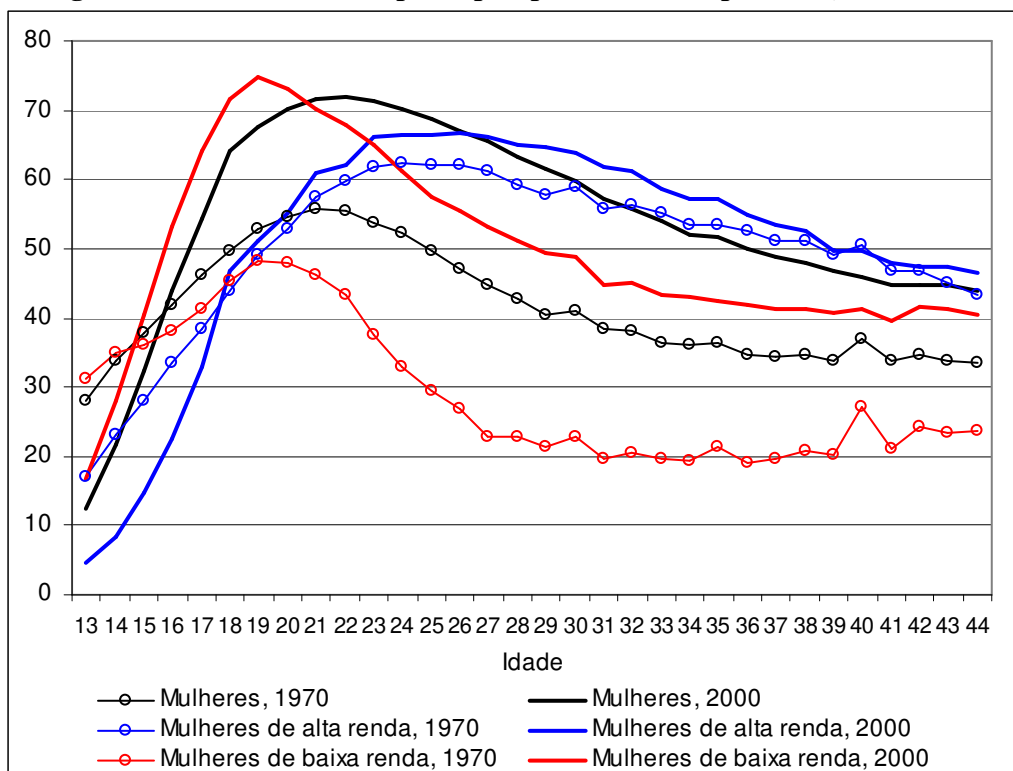


Fonte: IBGE, microdados do Censo Demográfico de 2000.

Como se pode melhor visualizar nos Gráficos 13 e 14 – ainda que os diferenciais de renda continuem produzindo grande impacto na transição para a vida adulta e ao longo de todo o curso de vida aqui considerado em 2000 – deve-se salientar que em ambos os sexos no início da adolescência houve uma expressiva diminuição da heterogeneidade intragrupo. A universalização do acesso ao sistema educacional e o combate ao trabalho em idades inferiores aos 16 anos, provocou uma tendência de convergência das possibilidades de combinações de status também entre jovens de diferentes camadas de renda em 2000, como já salientado.

Vale ainda destacar que, sobretudo na adolescência (13-19 anos), tanto em 1970 quanto em 2000, o curso de vida da população paulista considerada em sua totalidade, seja a feminina ou a masculina, aproxima-se mais do curso de vida adolescente dos mais pobres do que daquele encontrado para os mais ricos (Gráficos 13 e 14).

**Gráfico 13 – Índice de entropia
segundo a renda domiciliar per capita para mulheres paulistas, 1970 e 2000**



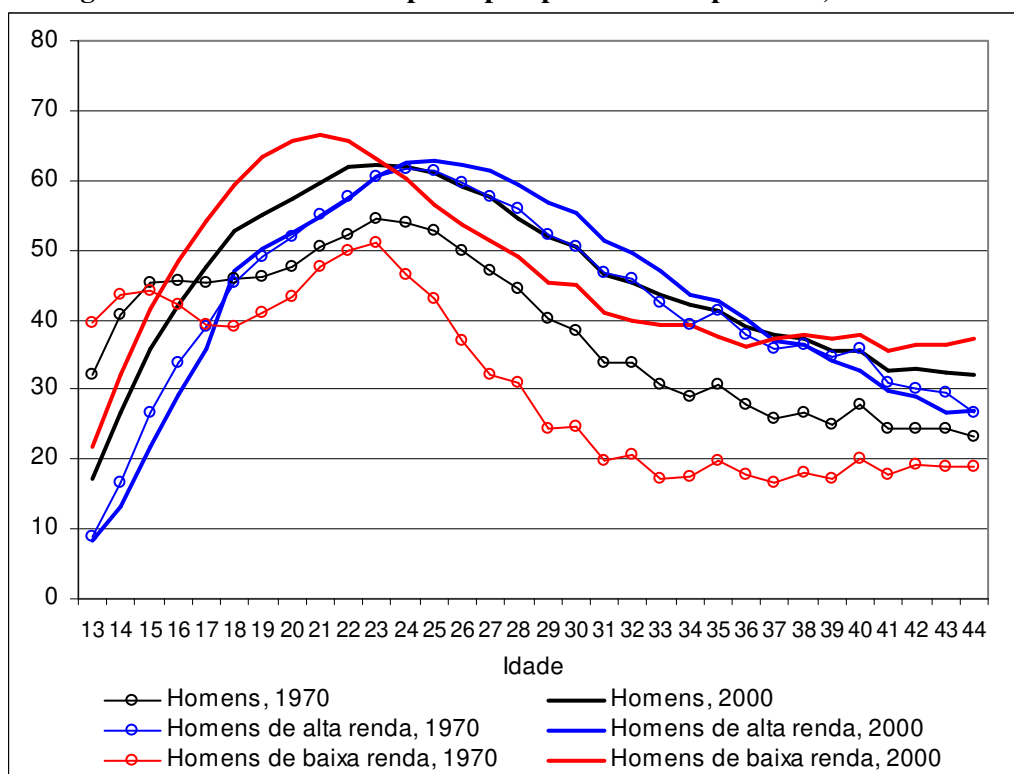
Fonte: IBGE, microdados dos Censos Demográficos, 1970 e 2000.

O declínio de heterogeneidade de combinações de status encontrado para os rapazes de baixa renda em 1970 nas idades próximas ao cumprimento do serviço militar desaparece em 2000. Essa transformação patente no Gráfico 14, somada ao relato transcrito abaixo, corrobora a afirmação de que o serviço militar realmente era uma experiência mais freqüente entre os rapazes de 1970. A obrigatoriedade de dedicar um ano de sua juventude às Forças Armadas impactava o ritmo de transição para a vida adulta dos garotos, especialmente dos mais pobres, e devia frear alguns câmbios de status, adiados para depois do cumprimento do serviço militar:

Já vão longe os tempos em que milhares de pais de jovens às vésperas de completar 18 anos recorriam a amigos e conhecidos, na esperança de que algum deles tivesse as ligações necessárias para livrar o filho do serviço militar. O menino estava completando o científico, preparando-se para o vestibular, ou havia acabado de arrumar colocação de futuro – e que pai não engoliria o orgulho, mascaria suas convicções republicanas, passaria pelo constrangimento de pedir privilégios para evitar que o início da vida adulta de seu filho fosse truncado por um ano no quartel? E, se havia constrangimento da parte de quem pedia, também o havia da parte

de quem recebia o apelo. Por mais que fossem compreensíveis as razões alegadas pelo pai, nenhum oficial das Forças Armadas gostava de ser instrumento da evasão de um jovem sadio e instruído do serviço militar e, quando acediam, faziam-no muito a contragosto. Muitos oficiais eram intransigentes. [...] E o fato é que, hoje, o serviço militar universal e obrigatório não tem mais a função original de nivelador social de todos os jovens que nasceram em um determinado ano, pois, se ainda é obrigatório, não é universal (PEREIRA [2000] citado por KUHLMANN, 2001: 71).

**Gráfico 14 – Índice de entropia
segundo a renda domiciliar per capita para homens paulistas, 1970 e 2000**



Fonte: IBGE, microdados dos Censos Demográficos, 1970 e 2000.

Em 2000, e mesmo nos dias atuais, muitos rapazes são dispensados do serviço militar. Vários motivos são apontados para o fim do serviço militar universal: contenção de gastos das Forças Armadas (KUHLMANN, 2001); o fato de que, com o fim da ditadura, desapareceu a necessidade de aproximar a juventude dos ideais compartilhados pelos militares; ou ainda, porque as forças armadas se tornaram mais seletivas na composição de seus quadros, por conta da maior profissionalização do exército e, residualmente, pelo surgimento de denúncias de que jovens treinados pelas próprias forças armadas eram mais tarde assediados

por facções criminosas interessadas em seus conhecimentos no trato com armamento pesado (ZALUAR, 2006).

Sobre a importância que cada status isoladamente aporta à heterogeneidade de perfis intragrupo, os resultados sintetizados na Tabela 10 evidenciam que o status laboral é o que mais produz heterogeneidade entre as mulheres não só durante a juventude, mas durante todo o segmento do curso de vida aqui considerado. Isso praticamente independe da camada de renda a que se pertença, muito embora tenha uma significância menor entre as mulheres de alta renda se comparado às mulheres de baixa renda a partir dos 20 anos em 2000.

Entre os homens de baixa renda também surpreende o poder que o status laboral tem em provocar heterogeneidade. É o único subgrupo masculino em que o status laboral aparece como significativo na produção de heterogeneidade em idades posteriores à adolescência. Embora seja um grupo de inserção precoce no mercado de trabalho, nas idades superiores aos 30 anos, o status laboral volta a ser fonte de diversidade de combinações de status entre eles. Somente no auge da juventude 20-29 anos que o status laboral não produz heterogeneidade significativa tanto em 1970 quanto em 2000.

O status parental é significativo na produção de heterogeneidade apenas entre as mulheres de alta renda a partir de 25 anos em 2000. Este resultado é interessante, porque é justamente o grupo onde mais se encontram mulheres que adiam a maternidade e que registram mais baixa fecundidade por privilegiar a própria formação educacional e a carreira. São elas as que mais estão divididas entre as opções ter ou não ter filhos, enquanto para este mesmo grupo em 1970 e no grupo de baixa renda em 1970 e 2000 a maioria já se caracteriza por ter assumido a condição de mãe.

Nos grupos sociais desprivilegiados, o status escolar não costuma gerar heterogeneidade em idades posteriores ao final da adolescência (19 anos), pois a tendência é que a grande maioria das pessoas já tenha abandonado a escola. Mas na camada de alta renda, como ainda há uma parcela considerável que segue os estudos, este status permanece sendo significativo em idades superiores aos 20 anos.

Tabela 10 – Porcentagem de mudança no índice de entropia devido à exclusão de cada um dos status por grupo de idade quinquenal considerando sexo e camada de renda, São Paulo (1970 e 2000)

				15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44
1970	Baixa renda	Homens	escolar	38,09	18,51	11,18	11,66	10,70	7,63
			laboral	42,53	23,95	19,59	29,10	37,75	47,31
			residencial	4,20	11,89	13,37	12,62	12,28	11,77
			marital	1,66	8,98	14,59	14,84	14,44	14,20
		Mulheres	escolar	34,49	12,30	7,20	6,69	5,45	3,53
			laboral	40,63	23,04	28,03	39,42	41,96	37,33
	residencial		2,20	6,86	9,16	9,98	11,47	16,12	
	marital		2,28	5,53	6,52	6,92	6,98	7,97	
	Alta renda	Homens	escolar	33,83	35,15	28,09	25,62	22,79	17,89
			laboral	51,46	21,65	7,35	5,50	7,35	13,46
			residencial	3,64	16,02	20,62	21,57	23,24	24,12
			marital	1,22	9,66	20,90	25,94	28,83	29,54
Mulheres		escolar	32,90	23,85	15,60	11,97	9,61	6,97	
		laboral	33,85	25,12	23,94	27,89	31,48	34,68	
	residencial	1,17	5,58	9,03	11,45	12,38	13,39		
	marital	1,42	4,05	5,70	6,58	6,41	6,71		
2000	Baixa renda	Homens	escolar	39,75	21,87	16,72	16,66	15,41	10,85
			laboral	42,90	22,11	23,14	28,10	32,90	40,36
			residencial	4,74	19,03	23,36	23,77	22,67	21,96
			marital	7,19	19,67	18,36	16,34	15,74	15,64
		Mulheres	escolar	25,15	14,07	12,29	13,56	12,46	10,51
			laboral	32,08	27,73	36,21	43,84	47,52	48,46
	residencial		7,42	16,37	17,58	15,60	14,31	13,32	
	marital		8,21	10,40	9,06	7,86	7,75	8,36	
	Alta renda	Homens	escolar	30,35	39,11	27,27	23,41	23,25	21,93
			laboral	62,12	22,07	7,85	4,89	6,54	11,28
			residencial	2,42	14,78	24,58	28,29	29,68	29,38
			marital	2,23	13,68	24,31	29,05	28,63	27,04
Mulheres		escolar	24,00	26,72	18,44	15,45	13,86	12,18	
		laboral	54,05	23,00	16,64	20,18	26,49	34,05	
	residencial	3,00	10,65	14,66	14,50	14,22	12,26		
	marital	3,90	8,65	11,41	10,64	9,78	9,05		
		parental	5,38	12,00	20,16	23,99	21,57	19,17	

Fonte: IBGE, microdados dos Censos Demográficos, 1970 e 2000. Elaboração da autora. Para os homens, como é possível considerar a combinação de quatro status, o peso de um status na produção de heterogeneidade é acentuadamente significativo quando sua exclusão produz uma mudança na entropia superior a 25%. No caso das mulheres, para as quais são considerados cinco status, essa mudança deve ser superior a 20%, para um status específico ser considerado isoladamente importante.

Contrastando os resultados obtidos em 1970 e 2000, chama a atenção que em 1970 o status marital produzia heterogeneidade apenas entre os homens de alta renda a partir dos 30 anos. Esta situação se mantém em 2000, com o adendo de o status residencial também ter passado a ser um importante fator de segmentação interna deste subgrupo a partir desta mesma idade. Esta informação é interessante, pois estudos anteriores realizados para São Paulo já demonstravam que a probabilidade de um rapaz solteiro morar separado dos pais era menor do que a probabilidade de uma moça solteira (SAAD, 1998). Pode-se especular que esta característica deve estar relacionada à socialização diferenciada de acordo com o sexo dos filhos. As garotas, justamente por serem muitas vezes educadas por suas mães de maneira a aprender a organizar e administrar uma casa podem estar mais aptas a viver em domicílio independente quando dispõem de condições financeiras, mesmo que não estejam unidas.

Tabela 11 – Índice de congruência etária, segundo sexo e camada de renda, São Paulo (1970 e 2000)

Situação de domicílio		1970				2000			
		<i>Baixa renda</i>		<i>Alta renda</i>		<i>Baixa renda</i>		<i>Alta renda</i>	
		homem	mulher	homem	mulher	homem	mulher	homem	mulher
<i>Transição não-familiar:</i>	E-T	1,00	0,88	0,94	0,95	0,94	0,93	0,92	0,92
<i>Transições familiares:</i>	U-R	0,98	1,00	0,95	1,00	0,97	0,97	1,00	0,98
	F-U	-	0,99	-	0,92	-	1,00	-	0,99
	F-R	-	0,99	-	0,93	-	0,97	-	0,98
<i>Transições mistas:</i>	E-U	0,62	0,77	0,76	0,83	0,83	0,94	0,78	0,90
	E-R	0,64	0,76	0,81	0,83	0,80	0,90	0,78	0,88
	E-F	-	0,75	-	0,76	-	0,94	-	0,89
	T-U	0,62	0,59	0,70	0,77	0,77	0,87	0,70	0,82
	T-R	0,64	0,59	0,75	0,77	0,75	0,83	0,70	0,80
	R-F	-	0,57	-	0,70	-	0,87	-	0,81

Fonte: IBGE, microdados dos Censos Demográficos, 1970 e 2000. Elaboração própria. E – status escolar (não estudar); T – status laboral (trabalhar); R – status residencial (viver em domicílio independente); U – status marital (estar unido); F – status parental (ser mãe).

Não é por acaso que o índice de congruência etária considerando o status residencial (R) e marital (U) – Tabela 11 – aponta que as idades de constituição do par conjugal e de conquista de autonomia residencial se sobrepõem perfeitamente em 2000 entre os homens de alta renda. A situação era outra em 1970, quando essas idades se sobrepunham perfeitamente

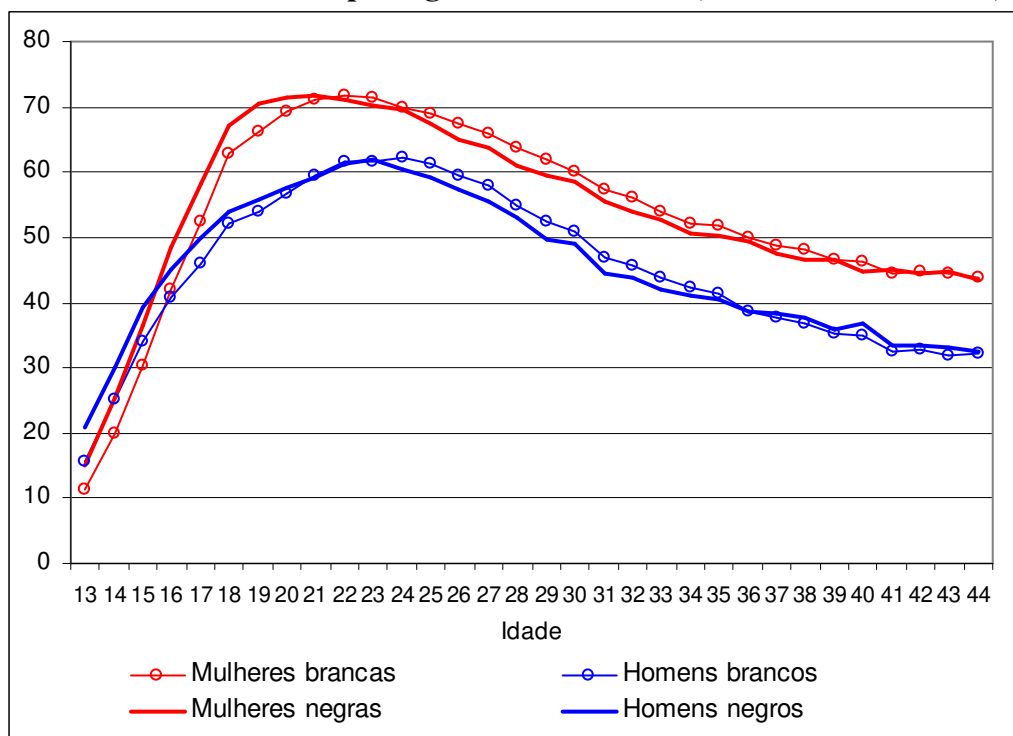
entre as mulheres, independente da camada de renda de pertencimento. Isso está diretamente relacionado à maior probabilidade dos rapazes permanecerem na casa dos pais até formarem uma primeira união. O aumento do índice de congruência etária referente às transições mistas sinaliza que indiferentemente do fato de os jovens realizarem as transições mais cedo, como ocorre entre os mais pobres, ou mais tarde, como entre os mais ricos, em 2000 os eventos transicionais estão em geral mais concentrados nas mesmas idades do que em 1970.

Em resumo, as diferenças no tempo de juventude segundo a camada de renda de pertencimento são as que revelam os diferenciais mais gritantes. A assunção a papéis adultos ocorre muito mais rápido, e atinge o seu clímax muito mais cedo entre os jovens de baixa renda do que entre os jovens de alta renda. Existe uma tendência de convergência quanto à padronização do curso da vida durante os anos de escolaridade obrigatória. Mas, nas idades posteriores ao ápice de heterogeneidade que associado aos câmbios de status, o curso da vida se mostra mais heterogêneo, portanto, mais despadronizado em 2000 do que em 1970. Quanto à participação isolada de cada status na produção de heterogeneidade intragrupo etário, um dado surpreendente é o fato de o status laboral produzir heterogeneidade significativa entre os homens de baixa renda em idades inesperadas, já a partir dos 30 anos, tanto em 1970 quanto em 2000. No caso das mulheres, o dado que consideramos mais instigante é a maternidade ser uma fonte de heterogeneidade entre as mulheres de alta renda, uma conseqüência direta do adiamento da maternidade por uma parcela importante deste grupo social.

4.4 Transição para a vida adulta segundo a cor/raça

Infelizmente a variável cor da pele não foi contemplada no censo de 1970. Na população paulista de 13 a 44 anos em 2000, abordada neste estudo, as pessoas brancas são maioria, compondo 70,4% da população total. As pessoas negras representam 29,6% da população em análise.

Gráfico 15 – Índice de entropia segundo o sexo e a cor, Estado de São Paulo, 2000



Fonte: IBGE, microdados do Censo Demográfico de 2000.

Considerando a coorte jovem de 2000 (Gráfico 15), a raça, reconstituída a partir da variável cor, produz menos impacto no nível de heterogeneidade de combinações de status ao longo do processo de transição para a vida adulta e mesmo nas idades adultas (aquelas superiores a 30 anos), do que a situação de domicílio e a camada de renda domiciliar per capita de pertencimento.

No entanto, algumas considerações merecem ser salientadas. Homens e mulheres de cor branca aderem mais à condição de estudante, que ocupa a posição de dependente no domicílio de residência e que não trabalha do que seus pares negros. O que faz com que seus índices de entropia sejam mais baixos até por volta dos 20 anos.

O ápice de heterogeneidade é atingido mais precocemente entre as mulheres negras, aos 21 anos; seguidas pelas mulheres brancas, aos 22 anos; homens negros, 23 anos e homens brancos, 24 anos, lembrando que quanto mais cedo se atinge o auge de heterogeneidade, mais rápida tende a ser a entrada na vida adulta.

Tabela 12 – Porcentagem de mudança no índice de entropia devido à exclusão de cada um dos status por grupo de idade quinqüenal considerando sexo e raça, São Paulo, 2000

			15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44
Branca	Homens	escolar	38,56	31,67	22,14	20,08	19,08	15,98
		laboral	48,79	17,32	11,49	12,68	16,43	24,38
		residencial	3,37	16,90	24,50	27,47	28,19	27,57
		marital	5,15	19,19	23,40	23,45	22,01	19,95
	Mulheres	escolar	24,99	19,58	14,24	13,83	13,13	11,34
		laboral	37,94	22,58	24,92	31,36	37,06	42,21
		residencial	5,58	12,79	15,26	15,07	14,62	13,50
		marital	6,65	9,05	9,23	8,27	7,77	7,58
		parental	10,14	16,25	19,07	17,76	15,33	14,33
Negra	Homens	escolar	40,66	27,09	19,31	19,32	18,90	15,50
		laboral	43,04	15,18	12,61	14,87	19,65	27,95
		residencial	4,77	20,38	27,29	28,48	27,56	26,90
		marital	7,30	22,84	24,94	23,33	21,09	18,94
	Mulheres	escolar	25,69	16,27	13,00	13,54	13,86	12,45
		laboral	34,34	22,82	26,88	32,46	37,09	41,49
		residencial	6,37	14,42	16,27	15,83	14,56	13,64
		marital	7,73	10,46	9,98	9,26	9,00	9,02
		parental	11,70	18,22	18,13	15,99	14,30	13,80

Fonte: IBGE, microdados do Censo Demográfico de 2000. Elaboração da autora. Para os homens, como é possível considerar a combinação de quatro status, o peso de um status na produção de heterogeneidade é acentadamente significativo quando sua exclusão produz uma mudança na entropia superior a 25%. No caso das mulheres, para as quais são considerados cinco status, essa mudança deve ser superior a 20%, para um status específico ser considerado isoladamente importante.

Tabela 13 – Índice de congruência etária, segundo sexo e raça, São Paulo, 2000

Cor		Branca		Negra	
		homens	mulheres	homens	mulheres
<i>Transição não-familiar:</i>	Saída da escola/trabalho	0,92	0,92	0,93	0,93
<i>Transições familiares:</i>	União/autonomia residencial	0,98	0,97	0,97	0,97
	Filho/união	-	0,99	-	0,99
	Filho/autonomia residencial	-	0,98	-	0,97
<i>Transições mistas:</i>	Saída da escola/união	0,82	0,94	0,83	0,94
	Saída da escola/autonomia residencial	0,80	0,91	0,81	0,91
	Saída da escola/filho	-	0,93	-	0,93
	Trabalho/união	0,75	0,87	0,76	0,87
	Trabalho/autonomia residencial	0,73	0,84	0,74	0,84
	Trabalho/filho	-	0,86	-	0,86

Fonte: IBGE, microdados do Censo Demográfico de 2000. Elaboração da autora.

Tanto a informação sobre o peso particular de cada status na produção de heterogeneidade (Tabela 12), quanto o índice de congruência etária (Tabela 13) apontam que os diferenciais fundados no sexo tem maior impacto sobre a transição para a vida adulta e o curso de vida do que a raça.

4.5 Principais contribuições da análise de entropia aplicada ao estudo da transição para a vida adulta em São Paulo (1970 e 2000)

Não apenas a transição para a vida adulta, como o curso de vida em geral, dá mostrar de haver se tornado mais complexo em 2000 se comparado a 1970. Isso decorre do fato de inúmeras possibilidades e experiências de vida existentes em 2000 não serem viáveis em 1970.

Contudo, a transição para a vida adulta em São Paulo não dá sinais de haver sido adiada na mesma magnitude do que ocorreu em países do sul da Europa, a exemplo da Espanha, mencionada no início deste capítulo. A fase de mais intenso cambio de status continua ocorrendo em São Paulo no final da adolescência e princípios dos 20 anos. Como regra geral, fixaríamos a faixa etária de 18 a 24 anos como aquela mais densa em transições de status seja em 1970 ou em 2000. Depois dos 24 anos, a tendência geral é de que os índices de entropia diminuam, demonstrando que os indivíduos tendem a se concentrar em um número menor de combinações de status. A exceção são as moças e rapazes de alta renda em 2000. Trata-se do único grupo em que o ápice de heterogeneidade se dá em idades superiores a 24 anos mas, mesmo assim, estão longe do padrão espanhol de transição que se caracteriza pelo adensamento das transições em idades próximas aos 30 anos. Não por acaso, os jovens de alta renda em São Paulo em 2000 são os que mais comumente estendem a escolarização para idades superiores aos 20 anos.

Considerando os avanços representados pela universalização do ensino fundamental, expansão do ensino médio e políticas de redução e combate ao trabalho infantil, que assumiram como ideal que não se exerça trabalho produtivo antes dos 16 anos, é plausível o argumento de que o processo de transição para a vida adulta no que tange à escola e ao trabalho, ao menos nas primeiras idades, tem se tornado mais institucionalizado. No entanto, mudanças, sobretudo na família, que hoje aceita e absorve uma diversidade de situações –

como jovens mães que não se casam e continuam na casa dos pais ou se tornam chefes de domicílio; filhos de ambos os sexos que formam par conjugal e permanecem como dependentes na casa paterna; jovens que optam por não formar família, mas têm total independência financeira –, produzem uma pluralidade de trajetórias possíveis e perfeitamente realizáveis que subvertem as expectativas de transições que obedeçam a um padrão rígido e que sejam marcadas por experiências que possam ser tomadas como universais. Com isso, a transição para a vida adulta pode ser institucionalizada segundo alguns critérios, e mais flexível sob outros.

Os resultados aqui apresentados demonstram que apesar de todas as transformações institucionais apontadas no capítulo II, as experiências dos jovens seguem sendo diversas, segundo as clivagens baseadas no sexo, na renda familiar per capita, na situação de domicílio e, em menor grau, também na raça. Um curso de vida menos rígido e porque não dizer, uma transição para a vida adulta menos rígida, pode significar maior liberdade para os indivíduos. Mas um grande descompasso temporal no ritmo de transição para a vida adulta – como ocorre entre as mulheres mais pobres, que atingem a fase de mais intenso cambio de status aos 19 anos, e as mulheres mais ricas, que a atingem aos 26 anos – reforça a idéia de que essa diversidade parece reproduzir desigualdades. Afinal, representa uma diferença de nada menos do que 7 anos no tempo de juventude.

Capítulo V

Uma aproximação do contexto da transição para a vida adulta na atualidade a partir da Pesquisa de Condições de Vida de 2006

O tratamento dos dados da PCV vem somar a esta análise informações que ofereçam subsídios para a discussão das condições em que se processam algumas das mudanças de status de que tratamos utilizando apenas a análise de entropia. Ou seja, as condições sob as quais as decisões caras à transição para a vida adulta são tomadas ou se sustentam. Como exemplo, pode-se citar: as motivações dos jovens ao abandonarem os estudos; a situação de moradia dos que constituíram família; o nível de dependência dos jovens face aos programas sociais; a dependência/independência ou interdependência dos jovens em relação a suas famílias.

Certamente não é por acaso que pesquisas qualitativas conduzidas entre jovens de culturas tão distintas quanto a norueguesa e a portuguesa apontam para uma mesma constatação. Os próprios jovens reconhecem que ao fazerem a maioria das escolhas cruciais durante a fase de transição para a vida adulta, precisam necessariamente considerar que elas envolvem dinheiro (NILSEN, GUERREIRO e BRANNEN, 2002).

5.1 A transição para a vida adulta segundo o estrato de vulnerabilidade

Segundo a PCV de 2006, a população jovem paulista (15-29 anos) era de 10.145.240 indivíduos, representando um pouco mais de um quarto da população urbana total. É digno de nota o impacto que a expansão da faixa etária considerada jovem, segundo os critérios da Secretaria Nacional de Juventude, provocou na proporção de jovens em relação à população total. Na antiga definição (15-24 anos), a proporção seria de apenas 17,73%. Cabe lembrar também que uma parcela dos indivíduos que compunham a onda jovem paulista na passagem do século XX para o XXI, encontrava-se no grupo etário 25-29 anos em 2006.

A seguir, apresenta-se a distribuição dos jovens segundo os diferentes status pertinentes ao processo de transição para a vida adulta:

Tabela 14 – Distribuição percentual da população jovem paulista segundo diferentes status selecionados e estrato de vulnerabilidade, 2006

		Idade	Estuda	PEA*	Constituiu domicílio	Vive/viveu em união	Maternidade
Áreas vulneráveis	mulheres	15-19	61,03	52,50	9,91	13,13	13,30
		20-24	12,56	72,16	42,59	45,85	48,09
		25-29	8,35	70,96	70,00	69,95	72,81
	homens	15-19	63,30	60,45	2,35	3,18	-
		20-24	12,50	90,15	25,63	28,13	-
		25-29	8,14	93,49	59,34	59,81	-
Áreas não-vulneráveis	mulheres	15-19	71,69	52,21	4,93	6,80	4,26
		20-24	27,31	76,30	27,78	29,47	29,15
		25-29	11,29	80,80	52,28	52,51	53,07
	homens	15-19	67,18	50,44	1,52	2,14	-
		20-24	28,20	88,91	13,24	17,70	-
		25-29	13,25	94,01	52,71	49,54	-

Fonte: SEADE, microdados da Pesquisa de Condições de Vida de 2006. Tabulação própria.

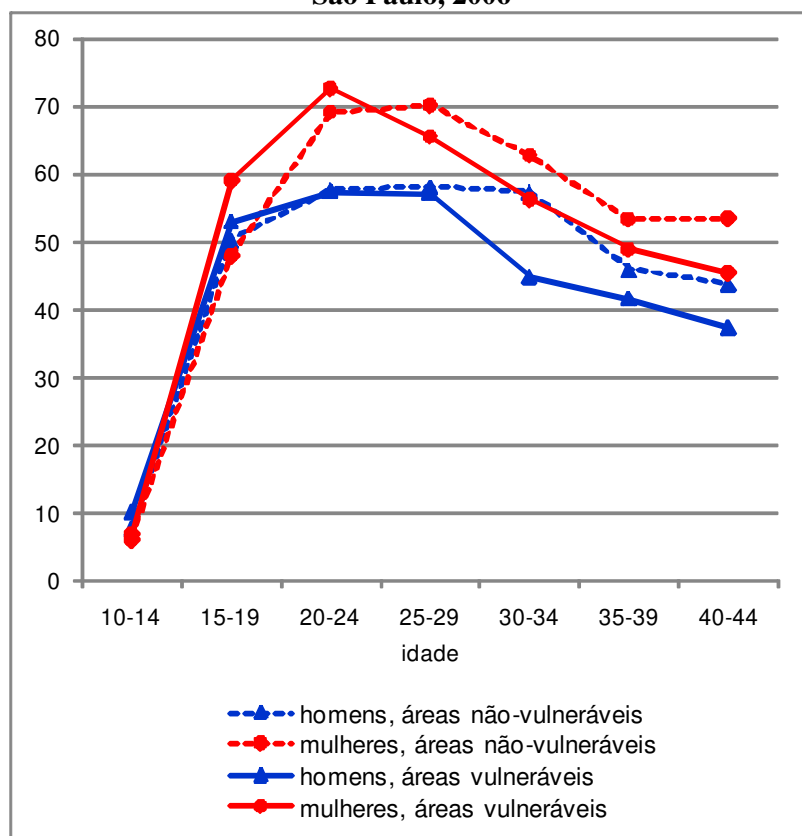
* PEA: População Economicamente Ativa

A construção de índices de entropia segundo estrato de vulnerabilidade da PCV de 2006 (Gráfico 16) revela que a transição para a vida adulta ocorre mais cedo entre os jovens de áreas vulneráveis do que entre os de áreas não-vulneráveis²⁴. Esta afirmação se sustenta pela evidência de que o ponto máximo de heterogeneidade é atingido em idades mais jovens na população de áreas vulneráveis, sendo este fato mais evidente entre as mulheres.

Uma vez que não foi unicamente o domicílio do entrevistado em particular que foi classificado como em situação de vulnerabilidade social, e sim o setor censitário inteiro onde se situa o domicílio selecionado para compor a amostra da PCV, pode-se dizer que aos jovens que vivem em comunidades de baixa renda e em ambiente de mais baixa escolaridade, está associado um tempo de juventude mais curto, se comparado àqueles de áreas não-vulneráveis.

²⁴ Para a construção do índice de entropia a partir dos dados da PCV de 2006 houve a necessidade de trabalhar com grupos quinquenais. A decisão de agregar as idades em grupos quinquenais decorre do fato de que, considerando o tamanho da amostra da PCV, para muitas combinações de status, o número de observações encontrado por idade simples era muito baixo. Isso tornou desaconselhável o seu manuseio por idade simples, em virtude do erro amostral a que se estaria sujeito.

Gráfico 16 – Índice de entropia segundo sexo e estrato de vulnerabilidade, São Paulo, 2006



Fonte: SEADE, microdados da Pesquisa de Condições de Vida de 2006.

Vimos no capítulo anterior que características individuais como sexo, e em menor grau a cor, possuem impacto sobre a transição para a vida adulta. Vimos também que há forte indicativo de que uma característica domiciliar, a renda per capita, tem um efeito ainda maior sobre o ritmo de passagem para a vida adulta. Contudo, a consideração do entorno, a classificação da área de residência segundo a exposição à vulnerabilidade social, é um importante indicativo da influência ambiental no processo de transição. Apesar de a situação de domicílio (rural ou urbano) ser também uma variável ambiental que nos permite ter um referencial do tipo de comunidade em que o indivíduo vive, ainda é demasiadamente genérica. Embora prevaleça no imaginário coletivo a idéia de que o meio urbano oferece facilidades e mesmo vantagens pouco acessíveis ao meio rural, é certo que avanços na infra-estrutura e nos transportes bem como as novas tecnologias diminuem barreiras entre uma e outra situação. Fronteiras um tanto diluídas entre rural e urbano de certa forma ajudam a explicar a aproximação do padrão de transição para a vida adulta nos meios rural

e urbano em 2000, quando comparado às discrepâncias verificadas em 1970. Por sua vez, a classificação segundo a vulnerabilidade é presumidamente uma variável sócio-ambiental de fronteiras mais claras.

Nas idades 10-14 anos, os índices de entropia são bastante baixos em todos os grupos. Isto era esperado, afinal, estas idades são de escolarização obrigatória e não é permitido trabalhar ou casar. No entanto, entre os garotos de áreas vulneráveis o índice de entropia já se distancia levemente dos outros grupos, resultado da maior participação destes meninos no mercado de trabalho, apesar da proibição legal.

Já na faixa etária 15-19 anos, são as garotas de áreas vulneráveis que se destacam diante dos demais grupos. Entre elas há mais heterogeneidade de combinações de status do que em qualquer dos outros grupos de mesma idade. Entre elas, as mudanças de status são mais intensas, há mais garotas que são mães adolescentes e que se encontram em união. Enquanto isso, é mais comum que garotas de áreas não-vulneráveis conservem a posição tradicional de jovem dependente (estudante, que não trabalha, não constituiu família própria e vive com os pais) por mais tempo. Apenas 4,3% das adolescentes (15-19 anos) de áreas não-vulneráveis são mães, enquanto nas áreas vulneráveis esta proporção sobe para 13,3%. Da mesma forma, enquanto nas áreas não-vulneráveis 6,8% das garotas dessa faixa etária vivem ou viveram em união, 13,1% das garotas de áreas vulneráveis estão ou estiveram em união. As mudanças de status relacionadas às transições familiares assumem maior importância mais cedo neste subgrupo. Essa dimensão da vida contribui, portanto, para acelerar o ritmo da transição para a vida adulta das garotas de áreas vulneráveis.

Sabemos que quando o índice de entropia atinge o seu máximo, as transições de status são mais intensas, em geral sinalizando a passagem de posições típicas de dependente (estudante, que vive com a família de origem, sem cônjuge ou filhos) para aquelas que denotam maior grau de independência (trabalhador, em união, com filhos, responsável por seu domicílio). Depois de atingir o seu ápice, o índice de entropia inicia uma trajetória de consistente declínio, dado que as pessoas tendem a se concentrar naquelas combinações de status que caracterizam a vida adulta (trabalhador, que constituiu seu próprio domicílio e família). Pois bem, as garotas de áreas vulneráveis não apenas são as que mais cedo atingem o auge do trânsito de status, como são as que mais abruptamente registram o

declínio de heterogeneidade intragrupo. Enquanto as mulheres de áreas não-vulneráveis apresentam índices de entropia bastante próximos nas faixas etárias 20-24 anos e 25-29 anos, o que indica uma juventude mais dilatada, as de áreas vulneráveis atingem um auge de heterogeneidade de combinações de status aos 20-24 anos e depois se inicia a trajetória de declínio abrupto deste índice, indicando o enquadramento a uma gama de combinações de status mais restrita.

Os homens de áreas não-vulneráveis são os que desfrutam de maior tempo de juventude segundo o critério de mensuração aqui empregado. Percebe-se no Gráfico 16 que o índice de entropia se mantém praticamente constante entre eles dos 20 aos 34 anos. Para os homens de áreas vulneráveis, o ápice de heterogeneidade de combinações de status ocorre aos 20-24 anos, como ocorre entre seus pares do sexo feminino. Contudo, entre eles o índice de entropia se mantém em níveis muito próximos aos registrados aos 20-24 anos também nas idades 25-29 anos. Eles teriam, portanto, uma juventude um pouco mais extensa do que as mulheres de áreas vulneráveis, porém, mais curta que os homens de áreas não vulneráveis.

Quando se considera a contribuição isolada de cada status para o índice de entropia (Tabela 15), há ao menos cinco observações que merecem ser sublinhadas:

1) em áreas vulneráveis, o status escolar produz heterogeneidade apenas nas idades adolescentes, quando há contingentes significativos dentro e fora da escola. Entre a população jovem de áreas não-vulneráveis, este status segue sendo importante na produção de heterogeneidade até as idades 20-24 anos, quando há uma parcela razoável de jovens ainda por sair do sistema escolar;

2) a partir de 20-24 anos o status laboral já não produz heterogeneidade entre os homens, porque a regra é que estejam inseridos no mercado de trabalho. Depois dos 40 anos, o status laboral volta a produzir heterogeneidade entre os homens de áreas vulneráveis, mas não entre os de áreas não-vulneráveis, os quais aparentemente tendem a conseguir inserção mais sólida e duradoura no mercado de trabalho;

Tabela 15 – Porcentagem de mudança no índice de entropia devido à exclusão de cada um dos status por grupo de idade quinquenal, considerando sexo e área de vulnerabilidade, São Paulo, 2006

			10-14	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44
Áreas vulneráveis	Homens	escolar	27,06	43,17	22,92	17,49	18,88	16,27	13,72
		laboral	72,89	42,56	20,69	16,30	19,47	24,60	32,75
		residencial	0,00	3,92	18,65	23,58	21,72	20,20	18,05
		marital	0,00	5,73	20,02	23,34	21,87	22,88	22,25
	Mulheres	escolar	30,18	26,57	14,38	11,99	14,50	13,16	10,83
		laboral	58,29	32,24	22,69	25,60	31,20	35,95	40,92
		residencial	0,00	5,82	13,52	14,49	11,82	12,76	11,54
		marital	1,10	7,47	12,77	13,87	14,74	16,84	16,60
		parental	3,66	12,96	20,85	19,48	15,89	12,83	13,08
Áreas não-vulneráveis	Homens	escolar	52,32	41,20	33,59	23,17	19,47	15,02	13,93
		laboral	47,68	45,41	23,48	13,69	15,20	16,60	22,37
		residencial	0,00	1,62	12,11	19,13	23,94	24,52	25,23
		marital	0,00	3,15	15,79	18,53	22,97	28,29	26,06
	Mulheres	escolar	17,99	29,63	21,21	13,97	13,78	12,53	11,27
		laboral	61,54	38,01	21,60	19,40	24,61	31,40	30,11
		residencial	0,00	3,22	10,50	14,60	14,80	9,94	14,49
		marital	0,00	6,09	9,30	13,33	11,29	18,93	15,19
		parental	0,00	8,28	18,06	21,57	20,21	14,85	16,19

Fonte: SEADE, microdados da Pesquisa de Condições de Vida de 2006. Tabulação própria. Para os homens, como é possível considerar a combinação de quatro status, o peso de um status na produção de heterogeneidade é acentuadamente significativo quando sua exclusão produz uma mudança na entropia superior a 25%. No caso das mulheres, para as quais são considerados cinco status, essa mudança deve ser superior a 20%, para um status específico ser considerado isoladamente importante.

3) Entre as mulheres, como ocorria em situações analisadas anteriormente, o status laboral tende a produzir heterogeneidade ao longo de todo o ciclo de vida. Ou seja, o trabalho segue sendo um fator de segmentação interna do grupo feminino. O perfil de trabalhadora inserida no mercado não se universalizou. A exceção são as mulheres de 25-29 anos de áreas não-vulneráveis. Vale lembrar que a análise de entropia toma os dados censitários como se constituíssem uma coorte hipotética. Ou seja, um pressuposto básico é que os mais jovens assumirão no futuro o comportamento hoje observado para os mais velhos, o que é obviamente uma hipótese, não sendo necessária e invariavelmente verdade. O fato de as mulheres de 25-29 anos de áreas não-vulneráveis serem as únicas para as quais o status laboral não se mostrou uma importante fonte de heterogeneidade intragrupo (pois elas são as que registram maior inserção no mercado de trabalho), pode ser relacionada com o aumento de heterogeneidade produzida pelo status parental. Justamente quando o status laboral se mostrou menos significativo, o inverso ocorreu ao status parental (ver Tabela 15),

o que imediatamente traz à mente certa dificuldade inicial de conciliação entre trabalho e filhos;

4) Os status relacionados às transições familiares (residencial, marital e parental), quando tomados isoladamente não produzem heterogeneidade significativa nas áreas vulneráveis. Uma hipótese pertinente para que isto aconteça é que os eventos familiares estão muito interconectados, não sendo possível isolar por completo a influência de apenas um deles. Isso ocorre, por exemplo, quando, ser responsável por um domicílio é em grande medida prerrogativa daqueles que estão unidos. Se sair da casa dos pais e casar é na realidade um único movimento, isolar apenas um deles não produz impacto no índice de entropia;

5) No caso da população de áreas não-vulneráveis, rompidos os 34 anos, os status marital e residencial são fonte significativa de heterogeneidade entre os homens, enquanto entre as mulheres depois do status laboral é o status parental que merece destaque, por ser fonte importante de heterogeneidade entre os 25 e 34 anos. Isso decorre do fato de uma parcela importante dessas mulheres ainda não serem mães. Ser mãe nessas idades é uma experiência menos universal entre as mulheres de áreas não-vulneráveis se comparado às mulheres de áreas vulneráveis. Aos 25-29 anos, as mulheres de áreas não-vulneráveis estão bastante divididas no que se refere à maternidade, ou seja, o perfil dessas mulheres em relação à maternidade é heterogêneo e aproximadamente 53% delas são mães. Enquanto nas áreas vulneráveis a maternidade é uma experiência predominante, com 72,8% das mulheres de 25-29 anos enquadradas na condição de mães.

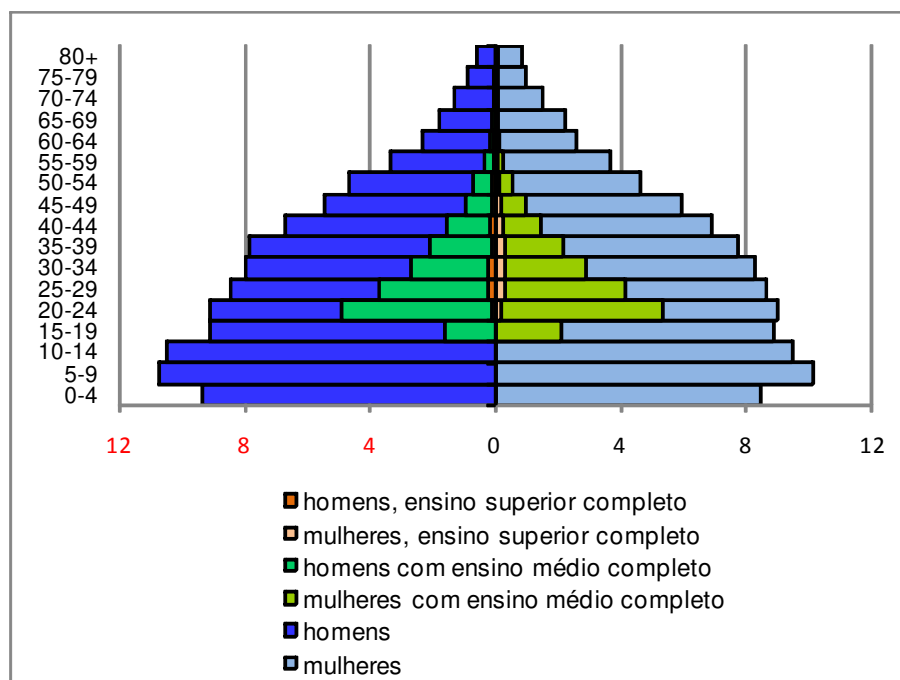
Por tudo que foi dito acima, a aplicação da análise de entropia para o estudo da transição para a vida adulta em São Paulo segundo a área de residência do jovem, registra diferenças importantes de acordo com a exposição à vulnerabilidade social.

5.2 O que determina a decisão de abandonar os estudos?

O contraste entre as pirâmides etárias de áreas vulneráveis e de áreas não-vulneráveis (Gráficos 17 e 18) revela um perfil mais rejuvenescido no primeiro caso. Deve-se sublinhar que o próprio Índice de Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS), que serviu de critério

para a classificação das áreas segundo a vulnerabilidade, considera o ciclo de vida familiar, enquadrando as famílias mais jovens como mais propensas a estar em situação de vulnerabilidade. Portanto, por este prisma, não surpreende que a pirâmide etária de áreas vulneráveis seja mais rejuvenescida. Todavia, o ciclo de vida familiar não é a única variável relevante na construção do IPVS, que leva em conta a combinação de outros fatores como a escolaridade do chefe e a capacidade de geração de renda dos moradores do domicílio. Esses outros fatores considerados poderiam ter atenuado a importância do ciclo familiar mais jovem como determinante da condição de vulnerabilidade, o que não ocorreu. A população mais vulnerável é fundamentalmente mais jovem, a despeito da maior escolaridade da população jovem.

Gráfico 17 – Pirâmide etária de áreas vulneráveis, com destaque para o nível de escolaridade alcançado, São Paulo, 2006

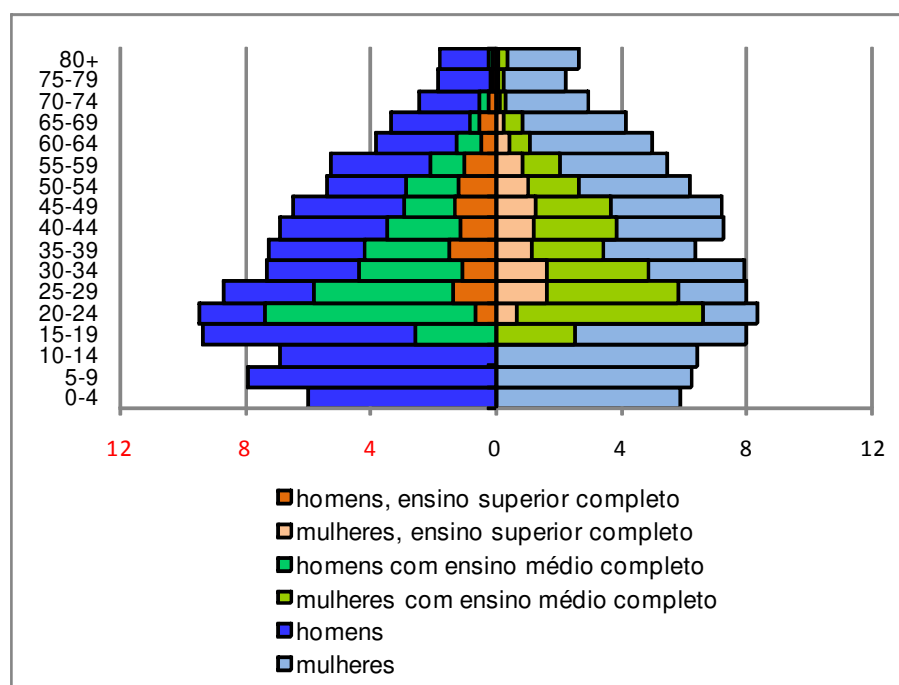


O número médio de anos de estudo da população 15-29 anos é de 9,54 anos, enquanto, quando se considera a população de 15 anos e mais, esta média é de apenas 7,87 anos. Mas há grande heterogeneidade no interior do grupo jovem. Enquanto aqueles que

residem em áreas não-vulneráveis têm em média 10,25 anos de estudo, os residentes em áreas vulneráveis alcançam em média 8,79 anos de estudo.

Baseado nos Gráficos 17 e 18, pelo contraste da proporção de pessoas que completaram o ensino médio em áreas vulneráveis e não-vulneráveis, observa-se que para os grupos etários mais jovens (15-19 e 20-24 anos) o desequilíbrio proporcional entre os que completam o ensino médio, em uma e outra área, é menor do que entre os indivíduos pertencentes a grupos etários maiores. Entretanto, a conquista de um título do ensino superior segue sendo um diferencial importante. Raramente se encontra pessoas com nível superior completo residindo em áreas de maior vulnerabilidade.

Gráfico 18 – Pirâmide etária de áreas não-vulneráveis, com destaque para o nível de escolaridade alcançado, São Paulo, 2006



Fonte: SEADE, microdados da Pesquisa de Condições de Vida de 2006.

Considerando a população jovem em geral (15-29 anos), sem distinção segundo a exposição à vulnerabilidade, 59,3% deles ocupam a posição de filhos no domicílio e 29,5% conquistaram autonomia residencial, são chefes ou cônjuges do chefe.

Aproximadamente 845 mil jovens frequentavam um curso superior na época da pesquisa. A maior parte deles (81,3%) ocupa a posição de filho no domicílio de residência.

Apenas 11,4% estão na condição de chefe ou cônjuge em domicílio independente. Pode-se dizer que há uma forte relação entre a permanência na casa dos pais e a continuidade dos estudos, especialmente de nível superior.

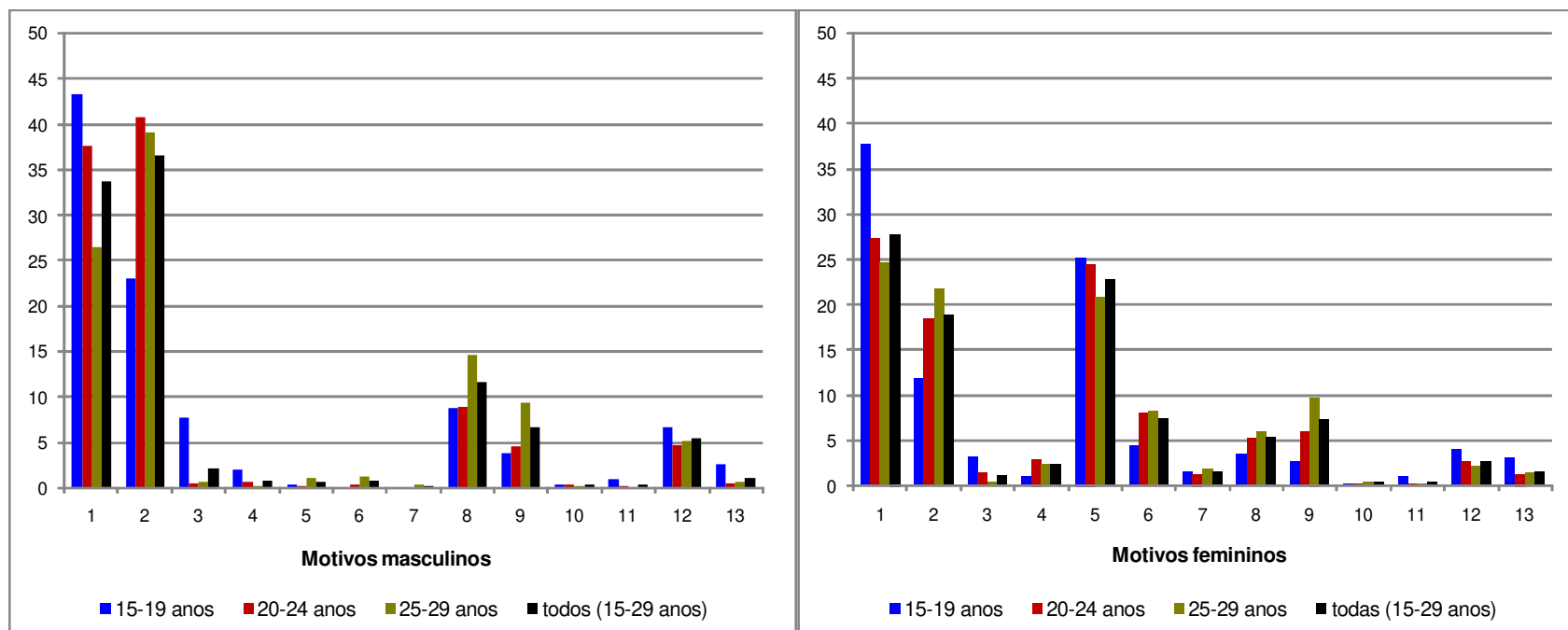
Dentre os jovens de 15 a 29 anos, 50,9% concluíram o ensino médio; 5,9% cursam o ensino fundamental e outros 17,9% freqüentam o ensino médio. Entretanto, cerca de 2,5 milhões abandonaram os estudos sem completar o ensino médio, ou seja, 25,3% do total de jovens do Estado. Dentre estes últimos, 42,6% haviam concluído o ensino fundamental, mas não deram continuidade à formação escolar. Os jovens que abandonaram os estudos após a conclusão do ensino fundamental o fizeram principalmente devido à dificuldade de conciliar o trabalho e os estudos (33,5% dos casos) e pela falta de interesse em prosseguir os estudos (27,2%).

Os motivos pelos quais os jovens abandonam os estudos, seja no ensino fundamental ou médio, variam de acordo com o sexo e a idade do jovem (Gráfico 19). Na faixa etária de 15 a 19 anos, a principal razão que os leva a sair da escola é a *falta de interesse nos estudos*. A falta de interesse foi apontada por 43,3% dos garotos e por 37,7% das garotas dessa faixa etária. A *dificuldade para conciliar estudo e trabalho* aparece em segundo lugar entre os rapazes (23%) e em terceiro lugar entre as moças (11,8%). As garotas mencionam uma *gravidez/casamento* como segunda principal razão pela qual abandonaram os estudos (25,3%). Entre os rapazes, a terceira principal razão mencionada é por querer *trabalhar/querer ter seu próprio dinheiro* (8,8%), seguida muito de perto pela *falta de vaga na escola* (7,8%). Percebe-se aqui, logo na adolescência, importantes diferenciais de gênero que marcarão a tônica da transição para a vida adulta. As garotas apontam para certa centralidade das transições familiares como fator de abandono escolar e aceleração da entrada na vida adulta, enquanto entre os garotos, os interesses estão mais centrados no trabalho e na obtenção de renda, mesmo que isto implique sacrificar os estudos.

Mas, sem dúvida, é a falta de interesse nos estudos a razão que ainda merece maior atenção dos formuladores de políticas públicas para a juventude. É válido destacar que 63,6% dos adolescentes (sem distinção de sexo) que abandonaram os estudos por falta de interesse são de áreas vulneráveis; e neste caso, é praticamente certo que freqüentavam escolas públicas. Isso vem ressaltar a necessidade de construir um vínculo mais forte entre a

escola e os adolescentes e principalmente desenvolver metodologias que estimulem o interesse e a vontade de permanecer no sistema educacional.

Gráfico 19 – Motivações do abandono escolar mencionadas por jovens paulistas, segundo o sexo e a faixa etária (em %), 2006



1. Falta de interesse nos estudos
2. Dificuldade para conciliar o trabalho e o estudo
3. Não conseguia vaga na escola
4. Não havia escola perto de casa ou do trabalho
5. Gravidez/casamento
6. Precisou cuidar da casa e/ou dos filhos ou irmãos
7. O pai ou o marido/companheiro não deixava estudar

8. Para trabalhar/queria ter o próprio dinheiro
9. Dificuldades financeiras da família
10. Discriminação por sexo, aparência física, deficiência física, cor, etc.
11. Violência na escola ou no percurso da escola
12. Problemas de saúde que dificultavam a aprendizagem
13. Outro motivo.

Fonte: SEADE, microdados da PCV de 2006. Tabulação própria.

Entre os que afirmam não ter conseguido conciliar escola e trabalho 62,4% são de áreas vulneráveis. Já entre as adolescentes que alegam haver abandonado os estudos em virtude de uma gravidez ou de um casamento, 83,4% são moradoras de áreas vulneráveis. Como vimos anteriormente, a proporção de mães adolescentes em áreas vulneráveis é três vezes superior àquela de áreas não-vulneráveis. Este é um claro indicativo da necessidade de políticas focalizadas de saúde reprodutiva adolescente nessas áreas específicas. Seja porque são melhor informadas, porque exercem maior controle sobre sua fecundidade via métodos anticoncepcionais ou aborto, ou mesmo, hipoteticamente, porque são mais policiadas por suas famílias, o fato é que as garotas de áreas não-vulneráveis são menos propensas a deixar os estudos em função de uma gravidez/casamento.

Para as faixas etárias imediatamente superiores (20-24 anos e 25-29 anos), a decisão de deixar a escola passa a ser cada vez mais influenciada por motivações relacionadas ao trabalho e à obtenção de renda para ambos os sexos. Grosso modo, as três principais motivações para abandonar os estudos seguem sendo fundamentalmente as mesmas. Falta de interesse nos estudos, dificuldade para conciliar o trabalho e o estudo e trabalhar/ter o próprio dinheiro, no caso dos homens; falta de interesse nos estudos, gravidez/casamento e dificuldade de conciliar o trabalho e o estudo, no caso das mulheres.

A falta de interesse nos estudos é a principal causa de abandono escolar feminino em todas as idades. Motivações relacionadas aos papéis de gênero seguem sendo decisivas em todas as idades como explicação para as diferenças observadas entre homens e mulheres. Embora em menor medida do que na adolescência, as mulheres seguem abandonando os estudos em função da gravidez/casamento, sendo esta a segunda principal causa de abandono escolar entre as jovens de 20-24 anos e a terceira entre aquelas de 25-29 anos. Para o grupo feminino de 25-29 anos, a segunda principal razão para deixar a escola é a dificuldade de conciliar o trabalho e o estudo. Vale lembrar que a necessidade de *cuidar da casa e/ou dos filhos e irmãos* é a quarta principal razão mencionada pelas mulheres de 15-29 anos para interromper os estudos, sendo este motivo incipiente entre os homens. Aliás, como todas as motivações relacionadas à família.

Entre os homens, a falta de interesse é a primeira causa do abandono escolar apenas entre os adolescentes. A partir dos 20 anos, as razões mais mencionadas para justificar a

saída da escola são a dificuldade de conciliar o trabalho e o estudo e o desejo de conquista de autonomia financeira.

Chama a atenção que a *dificuldade financeira da família* – que era uma motivação praticamente residual para o abandono escolar entre as idades de 15 a 24 anos – passa a ser a quarta mais freqüentemente citada tanto entre os homens quanto entre as mulheres de 25 a 29 anos. Como não sabemos a idade em que abandonaram a escola, pode ser que exista maior re-elaboração sobre as motivações do abandono escolar entre as pessoas de 25-29 anos. Pois, muito provavelmente, entre elas o tempo transcorrido entre o abandono e a realização da entrevista deve ter sido maior. Isso nos faz pensar que ao menos uma parcela dos jovens de 15-24 anos que alegam dificuldade de conciliar o trabalho e a escola podem na verdade vivenciar o trabalho como uma necessidade imperativa, ou seja, uma necessidade de complementar o rendimento familiar. É certo que os jovens que justificam a interrupção dos estudos baseada na dificuldade de conciliar o trabalho e o estudo (optando pelo trabalho em detrimento da escola), o fazem por diferentes motivos: desejo de assumir responsabilidade; satisfação pessoal; ter o próprio dinheiro e, portanto, maior independência financeira; mas também em alguma medida por dificuldades financeiras da família. No tópico 5.4 será explorado em mais detalhe a dimensão e o potencial do aporte financeiro dos jovens trabalhadores às suas famílias.

Em síntese, as evidências mostram que os motivos pelos quais os jovens abandonam os estudos variam de acordo com o sexo, a faixa etária e a exposição à vulnerabilidade social. A ausência de interesse nos estudos é de longe o aspecto que mais merece atenção. Entretanto, os papéis de gênero também assumem uma função preponderante na decisão de sair do sistema educacional. A divisão sexual do trabalho, que delega aos homens o papel de provedor e às mulheres o papel de cuidadora/reprodutora, dá sinais de estar em pleno vigor, sendo um dos aspectos fundamentais do processo decisório do abandono escolar.

5.3 Trabalho: motivações e prioridades que orientam as decisões na juventude

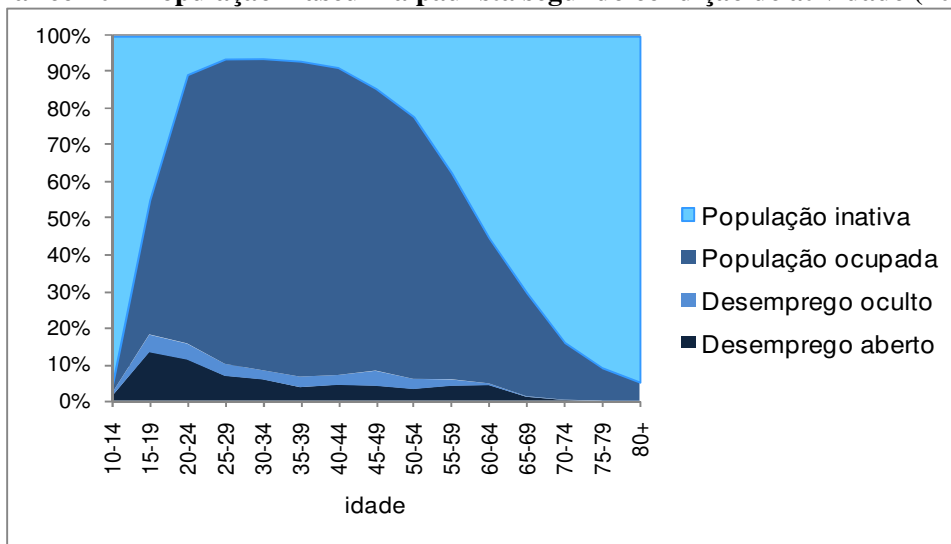
A entrada no mercado de trabalho ocorre para a maioria dos jovens durante a adolescência. Trata-se de uma inserção muitas vezes precária, intermitente, marcada pelo desemprego e ocupações que exigem baixa qualificação profissional.

Neste tópico, utilizam-se quatro conceitos-chave empregados na PCV para descrever a condição de atividade da população em idade ativa (PIA), ou seja, com idade igual ou superior a 10 anos:

- 1) Desemprego aberto: situação de desemprego involuntário na qual o indivíduo procurou trabalho nos últimos 30 dias que antecedem a pesquisa e não exerceu nenhum trabalho nos últimos 7 dias.
- 2) Desemprego oculto: situação em que o indivíduo realiza trabalho precário e tem procurado trabalho nos 30 dias que antecedem a pesquisa. Ou mesmo que não tenha tentado encontrar novo trabalho nos últimos 30 dias, mas tentou encontrá-lo nos últimos 12 meses. Os indivíduos que já não procuram trabalho porque se sentem desestimulados pelo próprio mercado de trabalho após insucessos na busca de um emprego – o que caracteriza o desalento – também são classificados nesta categoria de desemprego oculto;
- 3) Ocupados: são os indivíduos que exerceram atividade remunerada de modo regular nos 7 dias que antecederam a pesquisa. Ou que exerceram trabalho remunerado mesmo que em uma periodicidade irregular, mas que não estava procurando um trabalho que substituísse o atual. Ou ainda, que exerceram trabalho não-remunerado em negócio familiar sem buscar novo trabalho;
- 4) População inativa: o restante da população em idade ativa que não se encontra em nenhuma das situações anteriores. São pessoas para as quais o trabalho não é o afazer principal. Pode até ter desempenhado algum trabalho nos últimos 30 dias, mas o trabalho é algo esporádico e excepcional, não fazendo parte da rotina da pessoa.

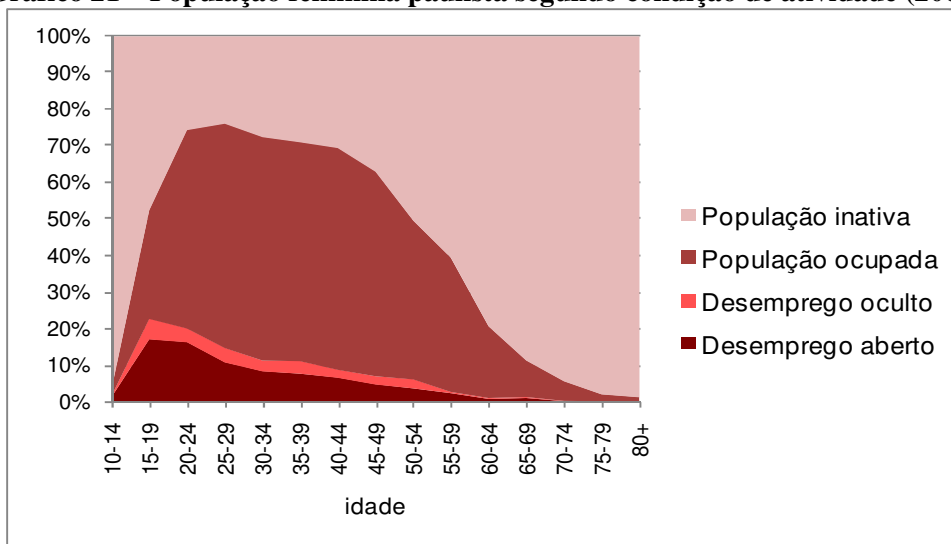
Os Gráficos 20 e 21 sintetizam a situação de homens e mulheres paulistas em 2006 quanto à condição de atividade acima enunciada. É visível que as mulheres e os jovens são os que mais sofrem o impacto direto do desemprego aberto. O desemprego oculto parece atingir de maneira mais parcimoniosa tanto homens quanto mulheres.

Gráfico 20 – População masculina paulista segundo condição de atividade (2006)



Fonte: SEADE, microdados da PCV de 2006. Tabulação própria.

Gráfico 21 – População feminina paulista segundo condição de atividade (2006)



Fonte: SEADE, microdados da PCV de 2006. Tabulação própria.

Segundo os dados da PCV, 56,42% dos jovens de 15 a 29 anos encontravam-se ocupados na época da pesquisa. Mas este indicador obviamente varia segundo a idade do jovem. Na faixa 15-19 anos, apenas 33,39% encontravam-se ocupados na época da entrevista, enquanto na faixa 25-29 anos, os ocupados totalizavam 72,34%.

Um dos dados mais interessantes revelados pela PCV de 2006 é que a obtenção de um trabalho remunerado depende principalmente da rede social do indivíduo. Considerando a totalidade da população ocupada de todas as idades, em mais da metade dos casos a

conquista do trabalho principal foi alcançada graças à indicação ou intermediação de um parente, amigo ou conhecido. Entre os jovens, o poder da rede social é ainda mais importante: 58,54% deles valeram-se da família, amigos e conhecidos para obter o trabalho atual. E quanto mais jovem, maior a dependência da rede social. No caso dos adolescentes (15-19 anos), que naturalmente possuem pouca ou nenhuma experiência laboral, a rede social foi o principal mecanismo de acesso ao trabalho principal em 65,67% dos casos. É também entre os adolescentes que a intermediação pública através de postos de atendimento ao trabalhador de prefeituras, Secretaria do Trabalho e Centrais Sindicais obtém maior êxito na alocação de trabalhadores no mercado: 3,96% dos adolescentes conquistaram o seu atual posto de trabalho por esta via. Mas em outras faixas etárias, a participação destas agências públicas é ainda mais incipiente.

Tabela 16 – Meio pelo qual a população ocupada obteve seu trabalho principal (em %), São Paulo, 2006

	Jovens (15-29 anos)	População de 10 anos ou mais
Anúncio em jornais	1,84	2,04
Agências de emprego privadas	4,75	3,11
Posto de atendimento ao trabalhador (Secretaria do Trabalho)	0,74	0,50
Posto de atendimento de Prefeitura Municipal	0,43	0,44
Posto de atendimento de Centrais Sindicais	0,47	0,29
Parentes, amigos ou conhecidos	58,54	52,16
Internet	1,92	0,91
Contato direto com empresas	18,91	17,34
Iniciativa própria para abrir um negócio	4,81	11,02
Concurso público	2,71	6,72
Outro	4,86	5,46
Total	100	100

Fonte: SEADE, microdados da PCV de 2006. Tabulação própria.

A importância da rede social na obtenção do trabalho principal é também maior entre os jovens (15-29 anos) de áreas vulneráveis do que entre os de áreas não-vulneráveis. Entre os primeiros, parentes ou amigos foram decisivos na hora de obter o atual emprego em 62,29% dos casos; enquanto entre os jovens de áreas não-vulneráveis o concurso público, o contato direto com empresas e mesmo a internet foram meios exitosos de saída do

desemprego. Nesse contexto, o peso da rede social se revelou um pouco menor, garantindo um emprego para 55,45% dos jovens residentes nestas áreas não-vulneráveis.

Aproximadamente 3% dos adolescentes (15-19 anos) ocupados estão inseridos em algum programa governamental, contratados sob as condições de programas como o Primeiro Emprego e o Jovem Cidadão, que não presumem carteira de trabalho assinada. Nas faixas etárias 20-24 anos e 25-29 anos os programas governamentais têm um impacto praticamente nulo. Vale lembrar que o público-alvo do Programa Jovem Cidadão, mantido pelo Governo Estadual, são os estudantes do ensino médio da rede pública de ensino com idade entre 16 e 21 anos. Já o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para Jovens é uma iniciativa do Governo Federal. Tem como foco estudantes do ensino fundamental e médio da rede pública com idade entre 16 e 24 anos, ou ainda que já tenham concluído o ensino médio, mas que estejam em situação de desemprego e, em todo caso, sejam oriundos de famílias de baixa renda (renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo).

A maioria dos jovens ocupados se encontra na posição de assalariados. Entre os 15 e os 19 anos, menos da metade dos jovens (47,94%) tem carteira de trabalho assinada pelo atual empregador. A situação é menos preocupante no final da juventude (25-29 anos), quando 76,96% dos indivíduos ocupados têm carteira de trabalho assinada e, portanto, estão amparados pela previdência social. O ramo de atividade que mais emprega jovens é o comércio, parecendo haver certa preferência por jovens na execução desta atividade. Os jovens ocupados estão concentrados em trabalhos semi-qualificados, não-qualificados ou mal definidos (57,5%). Mas esta não é uma característica que os distingue do restante da população. Somente uma minoria da população ocupada (independente da idade) executa trabalho qualificado, não mais do que um em cada dez trabalhadores.

O desemprego entre os jovens de 15-24 anos chega a ser três vezes maior do que entre as pessoas de 25 anos e mais. Entre os jovens de 25-29 anos, o índice de desemprego se assemelha mais ao da população em geral do que àquele de outros jovens.

Cerca de 24% dos jovens que se encontram desempregados estão procurando trabalho há mais de um ano. Mas, neste item, o tempo de espera dos jovens por uma oportunidade de

trabalho não se compara ao da população adulta madura. Entre os trabalhadores desempregados com mais de 40 anos 44,22% buscam um emprego há mais de um ano.

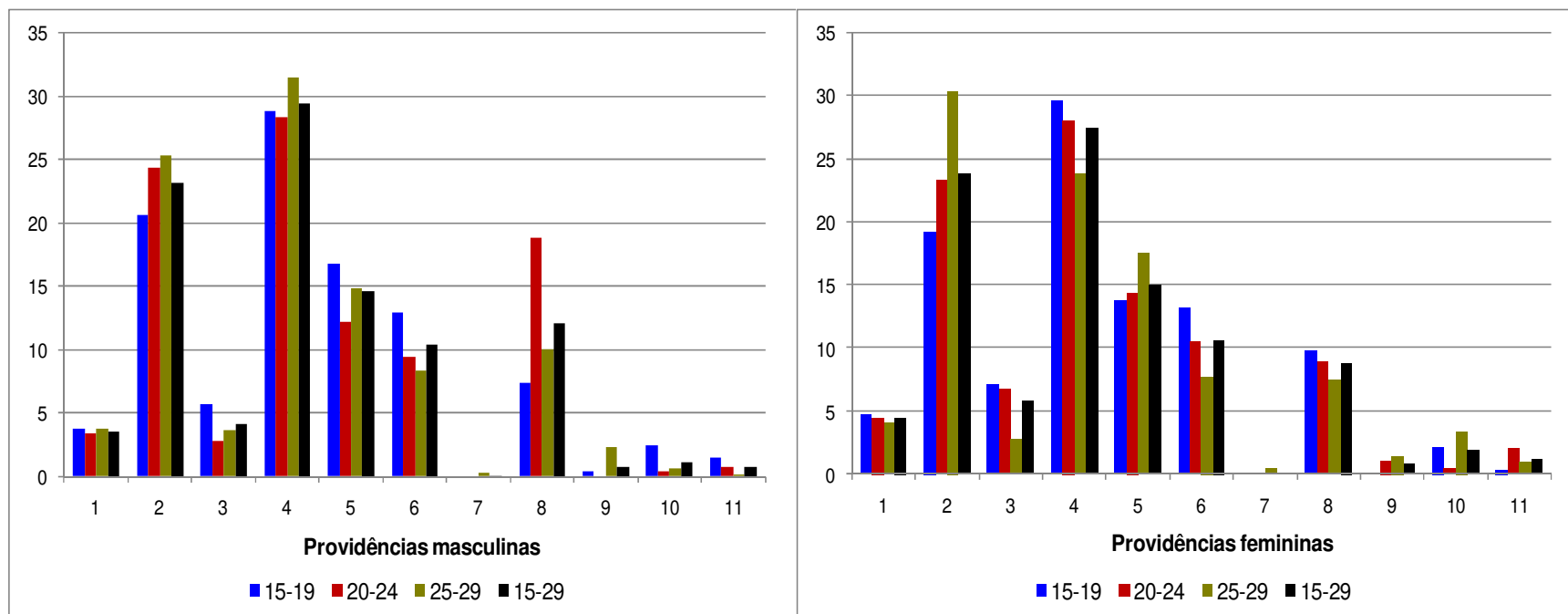
A maioria dos adolescentes desempregados está buscando uma primeira oportunidade de emprego (58,79%). Encontram-se na mesma situação 25,43% dos jovens de 20-24 anos e 12,36% dos jovens de 25-29 anos. Por outro lado, entre os jovens que se encontram ocupados 54,77% dos adolescentes estão empregados pela primeira vez na vida, não contando com experiência prévia de trabalho remunerado. Nos grupos de idade quinquenais subsequentes essa proporção é de respectivamente 24,57% e 14,5%.

Um dado interessante é que o tempo médio de permanência do jovem no trabalho principal tende a aumentar com o avançar da idade, o que indica que a rotatividade no emprego de fato diminui com a proximidade do final da juventude. O tempo médio de permanência no emprego principal na época da entrevista era de 27,73 meses entre os adolescentes; 24,74 meses entre os jovens de 20-24 anos e 48,12 meses entre os jovens de 25-29 anos. Entretanto, para a população com 30 anos ou mais, o tempo médio de permanência no emprego era de 98,04 meses.

Vimos anteriormente que a maioria dos jovens que se encontram ocupados obtiveram o emprego acionando sua própria rede social, ou seja, tiveram como intermediários familiares, amigos ou conhecidos. Entretanto, mobilizar a rede social é apenas a terceira providência mais mencionada pelos jovens desempregados na busca de um trabalho.

Homens e mulheres parecem seguir em linhas gerais as mesmas estratégias na hora de batalhar por um emprego. A maior parte dos jovens, independente do sexo, toma a providência de procurar oportunidades diretamente nas empresas ou em agências de emprego privadas. Depois dessas, as providências mais comuns são: contatar a rede social e procurar emprego na rua. Contudo, embora não figurem entre as providências mais usuais, a busca de emprego via internet e a procura de intermediação pública para obter um trabalho merecem alguma atenção, porque guardam um certo diferencial de gênero. Os rapazes, sobretudo os de áreas não-vulneráveis, recorrem mais à internet com a finalidade de encontrar um emprego do que as moças. Entre as moças é mais comum a busca de intermediação pública do que entre os rapazes (Gráfico 22).

Gráfico 22 – Principal providência tomada pelos jovens paulistas na busca de uma oferta de emprego (em %), 2006

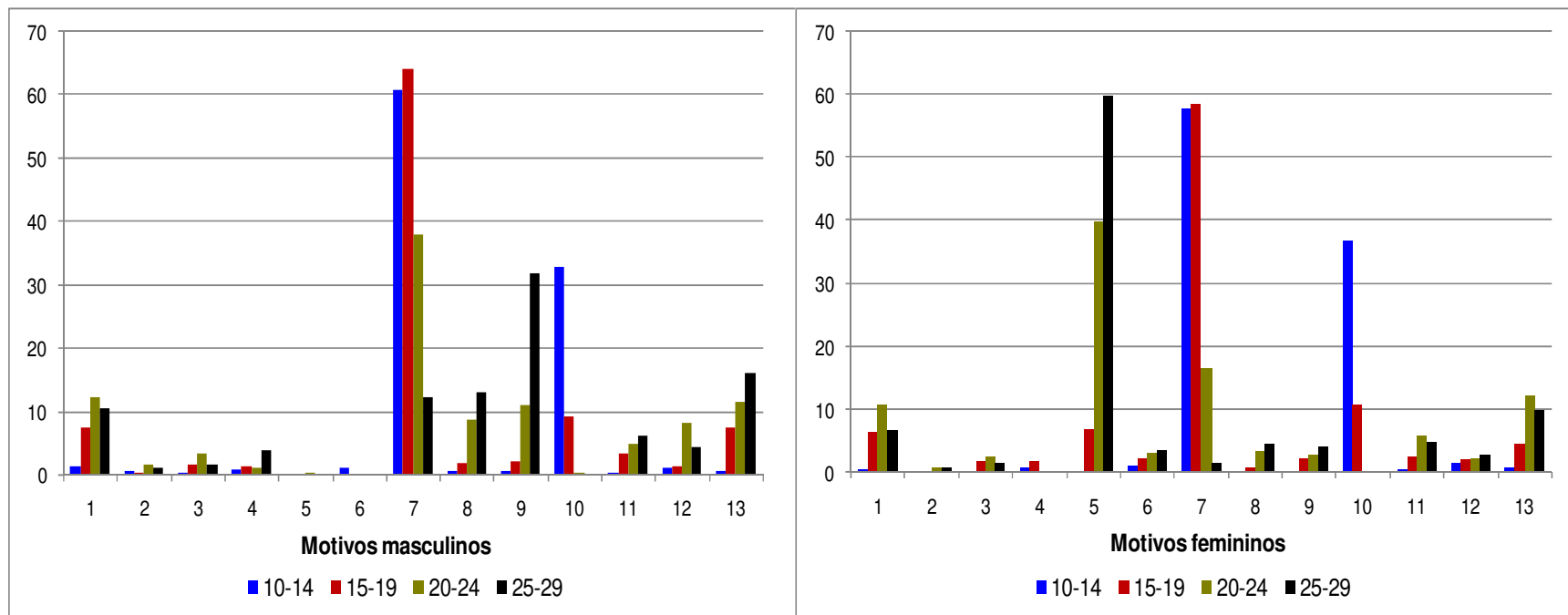


1. Respondeu ou colocou anúncio em jornais
2. Procurou agências de emprego privadas
3. Procurou intermediação pública (Prefeituras, Centrais Sindicais, etc.)
4. Procurou diretamente em empresas
5. Fez contato com parentes amigos ou conhecidos

6. Procurou na rua
7. Tomou providências para abrir um negócio próprio
8. Procurou trabalho pela internet
9. Prestou ou inscreveu-se em concurso público
10. Outra providência
11. Nenhuma/não lembra

Fonte: SEADE, microdados da PCV de 2006. Tabulação própria.

Gráfico 23 – Motivos pelos quais os jovens paulistas se mantêm inativos (em %), 2006



1. Não encontra nenhum trabalho
2. O que ganharia não compensa
3. Não tem profissão
4. Sente-se discriminado por causa da idade, sexo ou aparência
5. Atrapalha os afazeres domésticos, os cuidados com os filhos
6. O marido ou os pais não deixam
7. Está estudando

8. Está doente
9. Está incapacitado ou inválido
10. Acha que não tem idade para trabalhar (jovem ou idoso)
11. Não deseja trabalhar
12. Não precisa trabalhar, tem renda ou outras pessoas da família trabalham
13. Outro motivo

Fonte: SEADE, microdados da PCV de 2006. Tabulação própria.

Mas se as estratégias adotadas visando a conquista de um emprego se distinguem pouco do ponto de vista do gênero, a situação é outra quando se considera as razões pelas quais os jovens se conservam inativos (Gráfico 23).

Ao considerar os motivos da inatividade incorporamos na análise os indivíduos de 10-14 anos, pois sendo o estudo obrigatório e o vínculo empregatício proibido nestas idades, é possível testar se as razões legais estão entre as motivações atribuídas pelo indivíduo a sua própria inatividade. De fato os meninos e meninas justificam a conservação do estado de inativo em razão da *pouca idade* ou por *estarem estudando*. Mas a partir dos 15 anos a *pouca idade* passa a ser uma justificativa com uma aceitação bem mais baixa para ambos os sexos. A inatividade motivada pelos estudos também passa a ser bem menos importante a partir dos 20 anos, sobretudo entre as mulheres. Parece ser socialmente aceito que os estudos sejam a prioridade durante a adolescência. Mas rompida a fronteira dos 20 anos, o trabalho assume o posto de atividade principal que canaliza as energias dos indivíduos. Todavia, muitas mulheres seguem tendo a família como uma prioridade frente ao trabalho, mesmo que isso as leve à inatividade econômica. Cerca de 40% das mulheres de 20-24 anos e 60% das mulheres de 25-29 anos inativas atribuem seu estado ao fato de um trabalho *atrapalhar os afazeres domésticos e o cuidado com os filhos*. Motivações familiares (afazeres domésticos ou proibição do pai) não servem de justificativa para os rapazes se manterem inativos em nenhuma faixa etária.

Acima dos 25 anos, estar doente, incapacitado, inválido ou outro motivo não identificado são os principais fatores que levam os homens à inatividade. A maior parte dessas razões escapa à vontade do indivíduo, são situações nas quais o sujeito pouco pode interferir, o que a nosso ver faz parecer que o trabalho segue sendo o foco principal da vida masculina em uma medida que ainda se mantém mais elevada que aquela percebida entre as mulheres. Mesmo em se tratando da população jovem, as mulheres seguem considerando o entorno familiar na hora de decidir trabalhar ou não. Enquanto para os homens, sobretudo na etapa final da juventude, só uma fatalidade os desviaria do destino de tornar-se um provedor.

Tabela 17 – Motivos pelos quais os jovens se mantêm inativos segundo sexo, área de vulnerabilidade e faixa etária (em %), SP, 2006

	Áreas não-vulneráveis						Áreas vulneráveis					
	Homens			Mulheres			Homens			Mulheres		
	15-19	20-24	25-29	15-19	20-24	25-29	15-19	20-24	25-29	15-19	20-24	25-29
Não encontra nenhum trabalho	7,55	6,32	6,85	5,61	11,35	8,10	7,31	19,63	14,20	6,94	10,13	5,32
O que ganharia não compensa	0,18	1,31	0,00	0,00	0,00	0,05	0,24	1,53	1,87	0,61	1,31	1,10
Não tem profissão	0,84	3,43	0,00	1,86	2,36	2,10	2,61	3,17	3,08	1,92	2,61	0,89
Sente-se discriminado por causa da idade, sexo ou aparência física	0,75	0,00	7,50	1,78	0,00	0,00	2,42	2,16	0,00	1,61	0,01	0,24
Atrapalha os afazeres domésticos, os cuidados com os filhos	0,00	0,00	0,00	1,57	29,16	54,92	0,13	0,50	0,00	12,39	50,13	63,28
O marido ou os pais não deixam	0,00	0,00	0,00	2,50	1,55	3,05	0,38	0,00	0,00	2,02	4,28	4,05
Está estudando	65,36	56,42	21,22	66,81	28,16	1,74	61,99	13,21	2,22	49,05	5,32	1,36
Está doente	2,28	2,30	3,12	0,41	1,46	5,42	1,32	17,12	23,73	1,02	5,06	3,84
Está incapacitado ou inválido	1,62	9,98	35,52	2,94	1,90	4,45	2,64	12,31	27,57	1,49	3,47	3,94
Acha que não tem idade para trabalhar (jovem ou idoso)	8,38	0,00	0,00	10,51	0,00	0,00	10,34	0,76	0,00	10,76	0,44	0,19
Não deseja trabalhar	3,16	2,10	3,49	1,68	7,05	6,64	3,90	8,50	9,07	3,53	4,81	3,58
Não precisa trabalhar, tem renda ou outras pessoas da família trabalhavam	1,12	8,59	6,52	1,17	2,09	2,38	1,32	7,13	2,08	2,79	2,69	3,03
Outro motivo	8,77	9,54	15,77	3,17	14,91	11,14	5,40	13,97	16,19	5,87	9,75	9,17
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: SEADE, microdados da PCV de 2006. Tabulação própria.

Como se pode constatar por meio dos dados apresentados na Tabela 17, as motivações que conduzem à inatividade não variam exclusivamente em função dos papéis de gênero, mas também de acordo com o grau de vulnerabilidade baixo o qual o sujeito toma as decisões concernentes a sua vida individual. Por sinal, a partir dos 20 anos é incomum um jovem de área vulnerável justificar sua inatividade baseado na dedicação exclusiva aos estudos, sendo esta motivação ainda pertinente entre os jovens de áreas não-vulneráveis, especialmente entre os homens.

Outro ponto em que há um contraste importante entre áreas vulneráveis e não-vulneráveis é quanto à menção feminina de que os afazeres domésticos e o cuidado com os filhos motivaram sua opção pela inatividade, sendo este um motivo assumido com maior frequência entre as mulheres de áreas vulneráveis. Doença, incapacidade e invalidez, se tomadas em conjunto, também afetam mais os rapazes de áreas vulneráveis. Assim como a declaração expressa de que simplesmente não deseja trabalhar é proporcionalmente mais frequente entre os rapazes de áreas vulneráveis do que entre os rapazes de áreas não-vulneráveis.

Os aspectos mais importantes a reter deste tópico são, portanto: 1) o papel fundamental da rede social na facilitação da obtenção de um trabalho, especialmente quanto mais jovem (e, conseqüentemente, inexperiente) se é; 2) O impacto diferenciado do desemprego, sobretudo do desemprego aberto, que se conserva maior entre os mais jovens e as mulheres; 3) as distintas motivações mencionadas por rapazes e moças para justificar a razão porque decidiram se manter à margem da população economicamente ativa. Por mais que existam variações segundo a idade e a exposição à vulnerabilidade, sobrevive uma divisão sexual de tarefas. Embora a maioria das mulheres seja economicamente ativa, continua existindo sinais de que persiste a visão de que ao homem cabe ser o principal provedor familiar. Por outro lado, os afazeres domésticos e o cuidado com os filhos são uma razão socialmente legítima para que as mulheres se conservem inativas, realidade que é empiricamente inviável, ou mesmo inconcebível, para um homem.

5.4 Família: dependência ou interdependência?

O principal objetivo deste tópico é apresentar elementos que nos permitam retratar o sentido do fluxo de recursos intergeracionais no contexto familiar, ainda que de modo parcial e rudimentar. A definição clássica de família utilizada em muitas pesquisas quantitativas e inclusive na PCV é de um:

Conjunto de pessoas residentes em um domicílio ligadas por laços de parentesco (consangüinidade, adoção ou afinidade), assim como a pessoa que vive só. (...) A identificação de uma ou mais famílias em um domicílio é obtida a partir da ordenação das relações nucleares (casal), relações primárias (pai, mãe, filho, irmão) e relações secundárias (tio, sobrinho, primo, etc.), sendo que estas famílias são classificadas como:

- Família principal: família única que reside no domicílio ou, quando existe mais de uma família, aquela cujo chefe é também o chefe do domicílio;
- Família(s) secundária(s): família(s) que divide(m) a moradia com a família principal. (SEADE, 2007: 7).

Contudo, sabemos que a rede de solidariedade intrafamiliar não se restringe aos indivíduos que compartilham o mesmo domicílio. Alguns quesitos da PCV permitem captar a solidariedade e suporte familiar entre domicílios, como veremos a seguir. Neste tópico também é abordada a participação dos jovens na geração da renda familiar. O cerne desta discussão e o fio condutor que liga todas as informações aparentemente esparsas aqui reunidas é discutir a (in)dependência ou interdependência dos jovens paulistas em relação a suas famílias.

Famílias conviventes, ou seja, aquelas que compartilham um mesmo domicílio, são relativamente raras. Apenas 3% das famílias paulistas urbanas enquadram-se nesta situação. Em domicílios ocupados por famílias conviventes, em 56,8% dos casos o responsável pela família secundária é um jovem de no máximo 29 anos. Na maioria das vezes (87,4%), este jovem chefe de família secundária é filho (a), genro ou nora do responsável pelo domicílio. Em contraste, apenas 6,2% dos chefes de família principal em domicílio de famílias conviventes são jovens²⁵.

²⁵ A informação sobre os jovens chefes de famílias conviventes não foi desagregada segundo o sexo por limitações impostas pelo erro amostral.

Esse dado nos revela que na ausência de condições de estabelecer um domicílio independente onde possa abrigar cônjuge e/ou filhos, a casa dos progenitores é a primeira alternativa considerada pelos jovens.

Se o suporte familiar pode se materializar através de diferentes recursos passíveis de serem transferidos a título de ajuda entre as gerações – se pais e filhos estão inseridos em unidades nucleares distintas, mas conviventes, o fluxo do benefício concedido na forma de “auxílio-moradia” tende a ser ofertado da geração mais velha para a mais jovem.

Para melhor explorar os dados disponíveis referente aos rendimentos e às doações recebidas pelas famílias, as classificamos em: famílias *sem jovens* (nenhum dos membros tem idade entre 15 e 29 anos); famílias *com jovens* (ao menos um dos membros tem idade entre 15-29 anos) e famílias *de jovens* (o responsável pela família tem idade entre 15-29 anos).

A PCV de 2006 retrata a realidade de cerca de 12 milhões de famílias residentes em São Paulo. Este universo é composto por 45,8% de famílias *sem jovens*; 41,4% de famílias *com jovens* e 12,8% de famílias *de jovens*. Uma tipologia mais detalhada destas famílias é oferecida na Tabela 18.

Tabela 18 – Tipologia das famílias paulistas segundo a presença de jovens (em%), 2006

	Famílias sem jovens	Famílias com jovens	Famílias de jovens
Casal sem filhos	23,3	2,2	21,2
Casal com filhos	30,5	56,2	47,3
Chefe com filhos	10,6	17,4	7,5
Casal com parentes e não parentes	1,6	1,2	1,7
Casal, filhos, parentes e não parentes	2,7	10,9	5,8
Chefe, parentes e não parentes	4,5	2,1	4,9
Chefe, filhos, parentes e não parentes	2,2	10,0	1,2
Pessoa só (chefe sozinho)	24,6	0,0	10,2
Total	100	100	100

Fonte: SEADE, microdados da PCV de 2006. Tabulação própria.

Chama a atenção que, mesmo entre as famílias *de jovens*, predomina a composição casal com filhos. Domicílios de pessoa só que sejam *de jovens* representam apenas 10,2% dos arranjos domiciliares nos quais a população de 15-29 anos está inserida na posição de chefe. Se adotarmos por um instante a perspectiva dos indivíduos e não mais das famílias,

percebemos que 73,3% da população de 15-29 anos integram famílias *com jovens*, e 26,7%, famílias *de jovens*. Contudo, somente 1,57% dos jovens residem em domicílios de pessoa só. Os jovens paulistas parecem ser essencialmente gregários, dada a raridade dos arranjos domiciliares de pessoa vivendo sozinha nesta fase da vida.

Quanto ao acesso a programas governamentais de transferência de renda (Bolsa Família, Renda Mínima, etc.), 8,2% das famílias paulistas recebem este tipo de benefícios. Considerando este dado segundo a condição de presença de jovens na família, constata-se que 5,5% das famílias *sem jovens* se valem destes programas, ao passo que este percentual entre as famílias *com jovens* e *de jovens* aumenta, respectivamente, para 11% e 8,4%.

O recebimento de auxílio em espécie (Tabela 19) é mais comum do que o recebimento de auxílio monetário.

Tabela 19 – Recebimento de ajuda em espécie (roupa, alimentos ou remédios) segundo presença de jovens na família (em %), São Paulo, 2006

	Recebe	Não recebe	Total
Famílias sem jovens	19,7	80,3	100
Famílias com jovens	20,4	79,6	100
Famílias de jovens	18,1	81,9	100

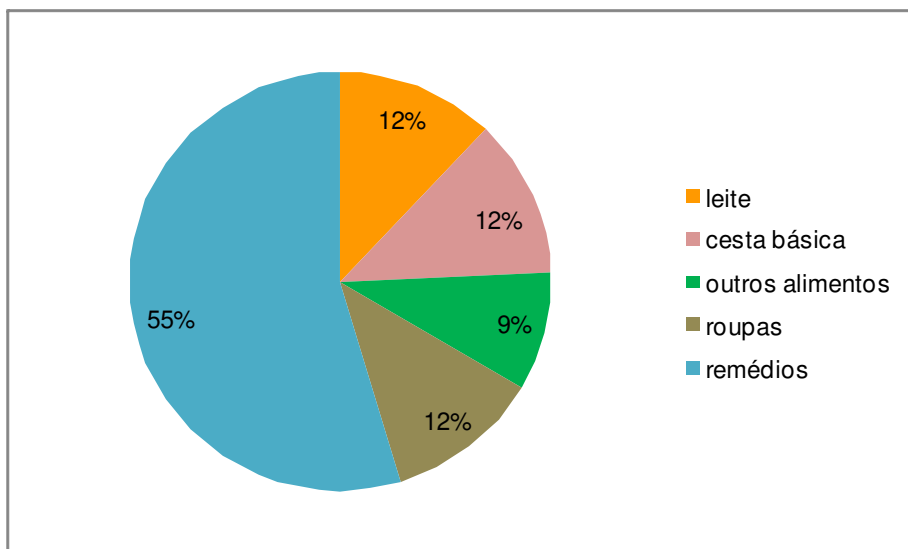
Fonte: SEADE, microdados da PCV de 2006. Tabulação própria.

Investigando em detalhe o tipo de necessidade das famílias coberta por doações e a origem destes auxílios em espécie, percebe-se que ambos variam segundo a condição de presença de jovens na família. As famílias *de jovens* são por suposto as que se encontram na fase mais elementar do ciclo de vida familiar, pois são as que possuem chefes jovens e, não raro, crianças pequenas.

Tal como se nota pela comparação entre os Gráficos 24 e 25, as ajudas para o suprimento das necessidades de remédio são as mais numerosas, seja quando se considera todas as famílias ou as famílias *de jovens*. Contudo, famílias *de jovens* revelam maior dependência de doações de alimentos e roupas se comparadas às outras famílias, o que faz declinar a importância proporcional das doações de remédios. Podemos inferir que essa diferença se explica em parte pela idade dos membros das famílias, afinal famílias *sem jovens* ou nas quais eles ocupam a posição de dependente tendem a possuir entre seus membros pessoas de meia-idade ou idosas, naturalmente mais propensas a usarem

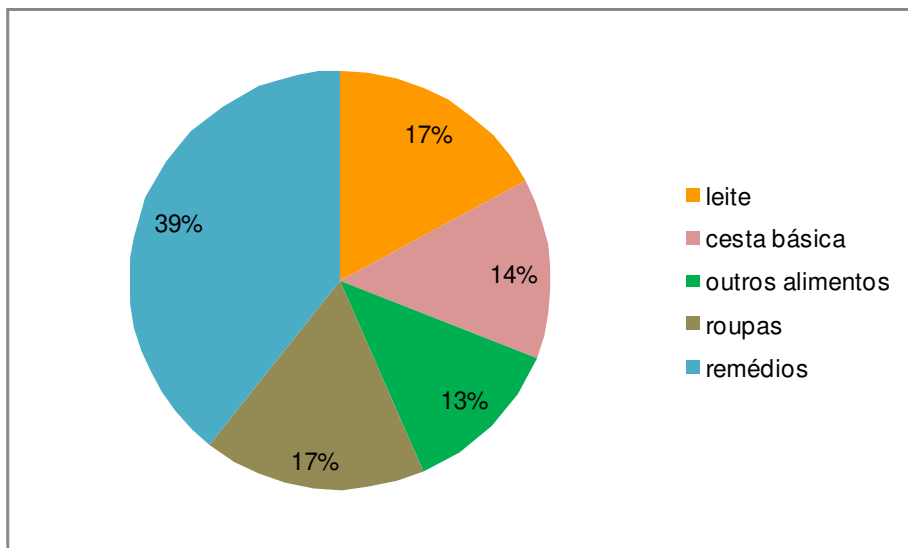
medicamentos para doenças crônicas, o que torna permanente a necessidade de remédios. Mas também é plausível supor que famílias *de jovens*, por serem em geral mais pobres que as outras, têm mesmo maior dificuldade para suprir necessidades elementares e cotidianas, como é o caso da alimentação.

Gráfico 24 – Tipo de ajuda recebida por todas as famílias, SP, 2006



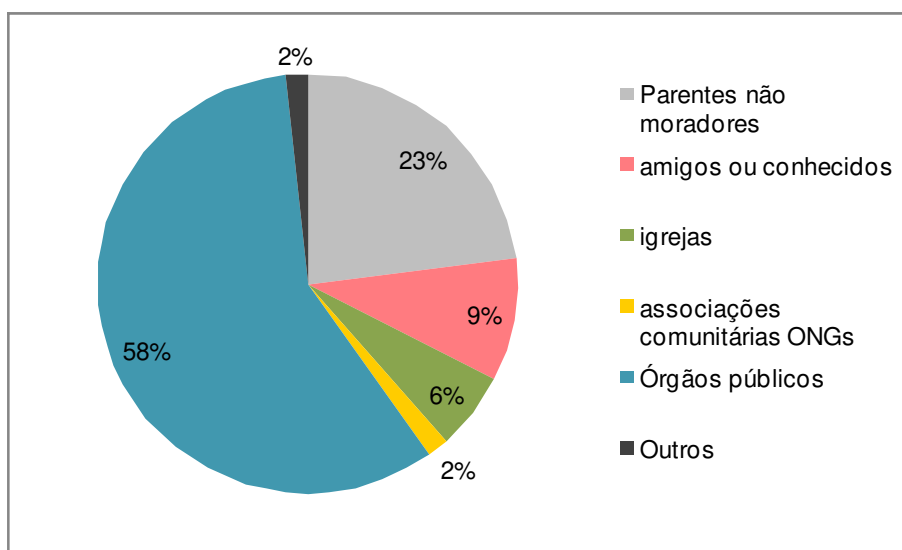
Fonte: SEADE, microdados da PCV de 2006. Tabulação própria.

Gráfico 25 – Tipo de ajuda recebida por famílias de jovens, SP, 2006



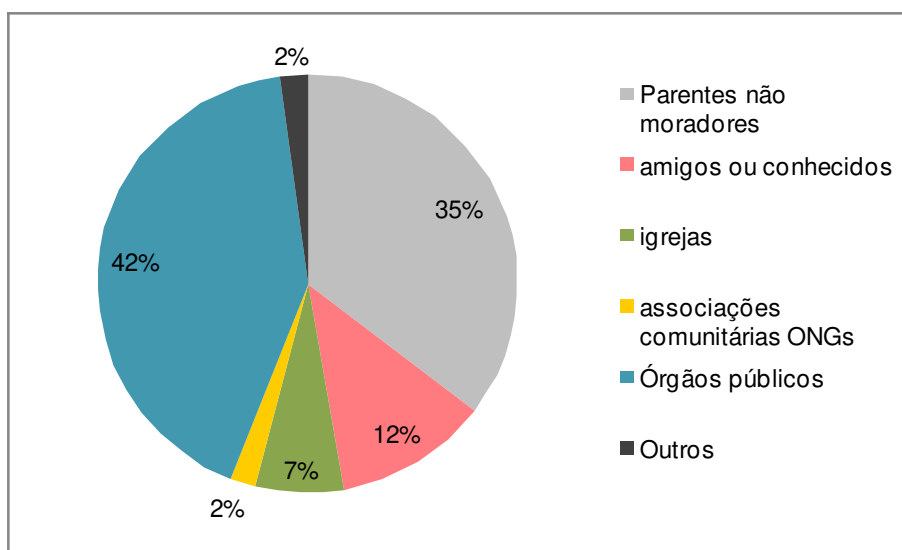
Fonte: SEADE, microdados da PCV de 2006. Tabulação própria.

Gráfico 26 – Fonte das doações recebidas pelas famílias, SP, 2006



Fonte: SEADE, microdados da PCV de 2006. Tabulação própria.

Gráfico 27 – Fonte das doações recebidas por famílias de jovens, SP, 2006



Fonte: SEADE, microdados da PCV de 2006. Tabulação própria.

Quando se considera todas as doações recebidas pelas famílias sem fazer distinção sobre qual tipo de doação foi feita, constata-se que o Estado configura-se como o principal doador (Gráficos 26 e 27). Isto ocorre porque, como vimos acima, as doações de remédios são as mais numerosas e elas são feitas fundamentalmente pelo Estado. O acesso a

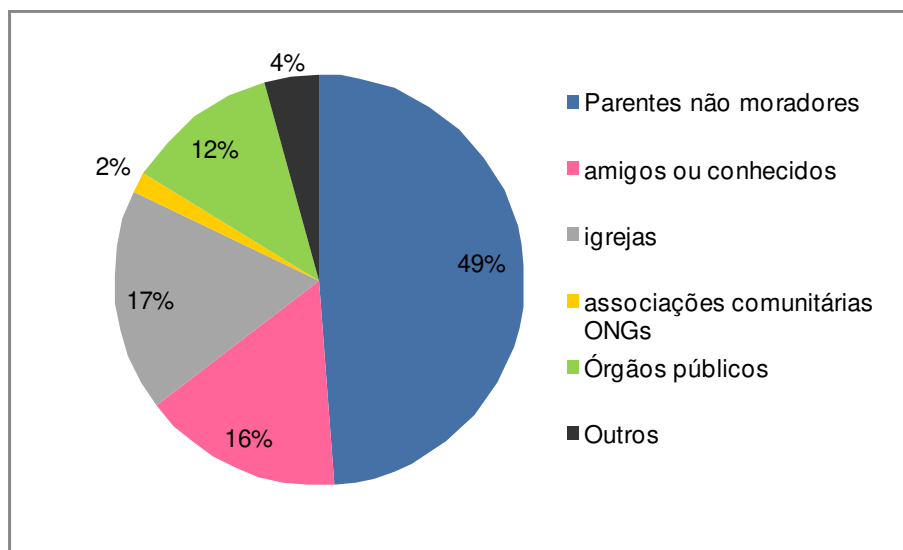
medicamentos facilitados pelo Poder Público é de longe o principal benefício em espécie concedido às famílias mais carentes.

Quando se exclui a doação de remédios, tomando-se em conjunto as doações de leite, alimentos e roupas, os parentes não moradores do domicílio – ou seja, a família – são a principal fonte de suporte e auxílio. Neste caso, os parentes não moradores do domicílio cobrem 40,41% das necessidades familiares satisfeitas mediante doações.

No caso específico das famílias *de jovens*, o suporte de parentes chega a representar 47,27% de todos os auxílios recebidos por estas famílias, desde que se excetuem os medicamentos cedidos basicamente pelo Estado.

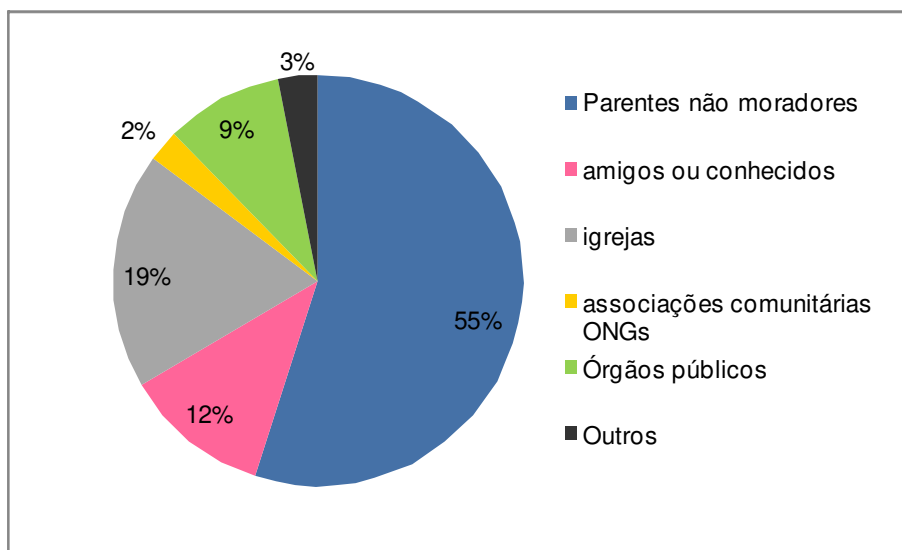
Como se pode verificar observando-se os Gráficos 28 e 29, o apoio da rede formada pelos parentes atende, sobretudo, as necessidades alimentares das famílias, marcadamente das famílias *de jovens*. Aproximadamente 55% das doações de cestas básicas e outros alimentos feitas a famílias *de jovens* são um auxílio ofertado por algum parente não morador do domicílio, o que atesta o vigor da solidariedade familiar em momentos de carência material.

Gráfico 28 – Principais doadores de cestas básicas e outros alimentos às famílias, SP, 2006



Fonte: SEADE, microdados da PCV de 2006. Tabulação própria.

Gráfico 29 – Principais doadores de cestas básicas e outros alimentos às famílias de jovens, SP, 2006



Fonte: SEADE, microdados da PCV de 2006. Tabulação própria.

De fato, as famílias *de jovens* são de modo geral mais pobres que as demais. Considerando o rendimento familiar total obtido mediante trabalho principal e adicional, o valor mediano obtido por famílias *de jovens* era na época da pesquisa de R\$ 797,00. A mediana do rendimento familiar total auferido mediante trabalho para famílias *com jovens* e *sem jovens* era respectivamente de R\$ 1.250,00 e R\$ 896,00. Vale registrar que no momento da pesquisa o salário mínimo era de R\$ 350,00, ou seja, metade das famílias *de jovens* sobreviviam com uma renda que próxima a dois salários mínimos.

Tabela 20 – Porcentagem de jovens que integram a PEA por nível de participação na renda familiar total proveniente do trabalho (famílias com jovens), São Paulo, 2006

Participação na renda familiar	15-19 anos	20-24 anos	25-29 anos
Até 20%	82,74	56,93	54,08
+ 20 até 40%	11,38	26,35	22,72
+ 40 até 60%	3,58	10,25	15,86
+ 60 até 80%	1,04	3,15	3,69
+ 80 até 100%	1,27	3,32	3,66
Total	100	100	100

Fonte: SEADE, microdados da PCV de 2006. Tabulação própria.

Considerando os jovens que integram a população economicamente ativa (PEA) e que ocupam a posição de dependentes, ou seja, pertencem a famílias *com jovens*, percebe-

se que muitos aportam considerável recurso a suas famílias (Tabela 20). Pelo volume de rendimentos oriundos de seu trabalho no cômputo geral dos rendimentos familiares, é plausível que exista ao menos uma interdependência entre os membros jovens e não-jovens dessas famílias. Cerca de 6% dos adolescentes (15-19 anos) que integram a PEA, são responsáveis por mais de 40% do rendimento familiar total proveniente do trabalho. Tais famílias certamente não poderiam prescindir da contribuição destes jovens.

Entre as famílias que dependem de transferências monetárias concedidas por programas governamentais, a contribuição financeira dos jovens é ainda mais importante: 17,57% dos adolescentes que ocupam a posição de dependentes em suas famílias, as quais são beneficiárias de programas de transferência de renda, são responsáveis por mais de 40% do rendimento familiar proveniente do trabalho. Os adolescentes de famílias *com jovens* assistidas por programas como Bolsa Família e outros similares, como o Renda Cidadã e o Renda Mínima, aportam em média algo em torno de R\$ 119,00 a suas famílias. Isto, quando suas famílias recebem, em média, aproximadamente R\$ 80,00 dos programas de assistência. Certamente, a participação destes adolescentes no sustento familiar não é trivial e muito menos dispensável.

Embora os dados apresentados neste capítulo sejam puramente descritivos, eles nos possibilitam argumentar que as principais transições que marcam a passagem para a vida adulta sofrem o impacto forte e direto do contexto familiar e ambiental em que o jovem está inserido. Este impacto se expressa através: 1) do ritmo da transição, se mais curta ou prolongada, segundo o grau de vulnerabilidade social da área em que se reside; 2) do suporte da rede de parentesco no momento de constituição de um novo núcleo familiar que se expressa por meio das doações desta rede às famílias de jovens; 3) da existência de famílias conviventes, nas quais as famílias de jovens se conservam sob o amparo, e literalmente sob o teto, de pais/sogros. Há de se considerar ainda que muitos jovens, embora não sejam chefes de família, respondem por uma parte importante da geração de renda produzida com o seu trabalho, do qual sua família não pode prescindir. Mesmo que não sejam os provedores principais, certamente somam esforços o suficiente para garantir uma renda complementar necessária à suas famílias.

Considerações Finais

Em primeiro lugar cabe recuperar o fio argumentativo deste estudo. A hipótese básica era de que a duração da transição para a vida adulta, se mais curta ou mais longa, deveria variar de acordo com certas características sócio-demográficas dos indivíduos: o sexo, a situação de domicílio, a cor/raça e a camada de renda de pertencimento. Como intuitivamente já se poderia esperar, esta hipótese foi confirmada pelos resultados obtidos na investigação. De fato todas essas variáveis sócio-demográficas se mostraram relevantes.

As mudanças de status típicas da entrada na fase adulta ocorrem mais cedo entre os jovens da camada de baixa renda do que entre aqueles de alta renda. Ocorrem também mais cedo entre os jovens de áreas rurais e entre os negros do que entre jovens residentes nas áreas urbanas e entre os brancos. Essas mudanças de status tendem também a se intensificar mais cedo entre as mulheres do que entre os homens. Entretanto, olhando com mais cuidado, algumas dessas variáveis sócio-demográficas se revelam mais importantes que outras.

Pelo contraste dos resultados obtidos a partir da análise de entropia aplicada aos dados censitários de 1970 e de 2000, camada de renda e sexo são as características sócio-demográficas que demonstram maior poder explicativo ao longo das décadas. Esta afirmação se fundamenta em duas evidências fundamentais.

A primeira evidência está sumarizada na Tabela 21 que condensa dados analisados no Capítulo IV. Os fatores que parecem distinguir o *tempo* da transição são a camada de renda e sexo. A distinção rural/urbano existe, porém é pequena e se mantém inalterada nos dois momentos considerados na análise, 1970 e 2000. Enquanto isso, as diferenças entre as idades em que a heterogeneidade de combinações de status atinge o seu ápice são maiores quando se contrasta camada de alta e de baixa de renda. De fato, essa diferença tem aumentado ao longo do tempo. Registram-se, em 2000, notáveis sete anos de distância entre o ápice da transição entre mulheres de camada de alta renda (aos 26 anos) e baixa renda (aos 19 anos). Em 1970, essa diferença estava ao redor de quatro anos. A segunda diferença mais significativa é entre mulheres de áreas urbanas (22 anos) e rurais (19 anos). Contudo,

neste caso, em que se considera a situação de domicílio, a diferença no tempo de juventude de umas e outras se mantém constante entre 1970 e 2000.

Entre os homens que pertencem a grupos sociais opostos, os ápices de heterogeneidade são atingidos geralmente em idades próximas, independente do critério de clivagem considerado. A exceção fica por conta da clivagem baseada na camada de renda em 2000, quando o ápice da heterogeneidade de combinações de status ocorre entre os rapazes mais ricos quatro anos mais tarde se comparado aos rapazes mais pobres.

Chama a atenção também o fato de a camada de alta renda ser o único segmento social no qual o ápice das transições femininas ocorre em idade igual à masculina (1970) ou superior à masculina (2000). Em todas as outras situações consideradas, as jovens atingem o auge de combinações de status antes do que seus pares de mesmo grupo social do sexo oposto.

Estes dados podem ser facilmente interpretados como sinal de que as desigualdades fundadas na renda têm aprofundado as desigualdades no tempo de juventude ao longo das décadas, sendo este efeito maior entre as mulheres do que entre os homens.

Tabela 21 – Idade em que se registra maior heterogeneidade de combinações de status segundo variáveis sócio-demográficas selecionadas, São Paulo (1970 e 2000)

		1970		2000	
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Situação de domicílio	Rural	23	19	22	19
	Urbano	23	22	23	22
Camada de renda	Alta	24	24	25	26
	Baixa	23	19	21	19
Cor/Raça	Branços	-	-	24	22
	Negros	-	-	23	21

Fonte: IBGE, microdados dos Censos Demográficos, 1970 e 2000. Elaboração própria.

Enquanto a literatura internacional aponta para uma transição tardia nos países avançados (ao redor dos 25-29 anos), no caso paulista, apenas os jovens de alta renda rompem, em 2000, o limite de 24 anos. Nos países desenvolvidos o prolongamento da juventude é reiteradamente associado à maior escolarização e maior tempo de vida dedicado à formação profissional. No caso das mulheres paulistas de alta renda é plausível supor que a idade ápice de heterogeneidade ligeiramente superior à masculina do mesmo

grupo social, possa ser igualmente associada ao fato de elas serem as que mais têm investido em níveis altos de escolarização, inclusive em educação superior.

Embora não sejam estritamente comparáveis, os dados da PCV de 2006 corroboram estas interpretações. Jovens das áreas vulneráveis – que podem ser aproximados ao perfil de camada de baixa renda do censo – seguem tendo uma transição mais precoce em relação aos jovens de áreas não-vulneráveis. Considerando-se as mulheres, aquelas de áreas vulneráveis registram mais alta heterogeneidade de combinações de status no grupo quinquenal 20-24 anos, indicando que a estas idades o trânsito em direção às posições sociais típicas do mundo adulto é bastante intenso. Para aquelas de áreas não-vulneráveis, a maior heterogeneidade é encontrada no grupo 25-29 anos, portanto cinco anos mais tarde. Algo semelhante ocorre entre os homens. A diferença em relação às mulheres é que entre os homens a transição parece se alongar no tempo. Entre aqueles de áreas não-vulneráveis, o grau de heterogeneidade é praticamente constante entre 20 e 34 anos, compreendendo, portanto, três grupos quinquenais de idade. Entre os homens de áreas vulneráveis a maior heterogeneidade ocorre entre os 20 e 29 anos, ou seja, concentrada nos grupos de menor idade comparativamente aos homens de áreas não-vulneráveis. Grosso modo, pode-se dizer que os dados da PCV confirmam a hipótese de que o tempo de juventude tem sido afetado pelas desigualdades sociais.

A segunda evidência que nos leva a afirmar a supremacia das variáveis camada de renda e sexo como as que melhor explicam as diferenças de duração do tempo de juventude, é o comportamento do padrão e nível das curvas entre 1970 e 2000. O que observamos no Capítulo IV é que as curvas tendo como discriminador camada de renda e sexo são divergentes entre homens e mulheres em 1970 e ampliam essa divergência em 2000. Ao contrário, se considerada a situação de domicílio, a tendência é de convergência com o passar do tempo. Em 2000, as curvas referentes a indivíduos residentes em áreas rurais se assemelham mais às curvas dos indivíduos residentes em áreas urbanas do que em 1970.

É consenso que o estilo de vida urbano abre novas possibilidades à experiência humana. O curso de vida seria, portanto, mais flexível, comportando maior

heterogeneidade. Assume-se que o grau de heterogeneidade de combinações de status seja maior entre os residentes em áreas urbanas, uma vez superada a fase de escolarização.

Uma estrutura social mais complexa, maiores chances de inserção feminina no mercado de trabalho, maior acesso à escola, contato com pessoas de diferentes *backgrounds* e até mesmo o anonimato a que se está sujeito nas cidades caracterizam o modo de vida urbano, bem como favorecem a emergência de uma pluralidade de experiências que levam a flexibilização do curso da vida. Ainda que os meios de que dispomos para captar estas mudanças de uma perspectiva quantitativa sejam muito rústicos, o aumento do padrão das curvas de heterogeneidade para todos os segmentos sociais entre 1970 e 2000 reflete esta flexibilização, posto que surgem novas combinações de status que se realizam empiricamente, enquanto outras, ainda que pré-existentes, sofrem um redimensionamento de sua importância.

Entretanto, ainda que o grau de urbanização do Estado de São Paulo tenha aumentado entre 1970 e 2000, passando de 80,3% para 93,4%, é certo que já na década de 1970, ele já era elevado. De fato, o que pode explicar a tendência de convergência entre o padrão das curvas referentes a indivíduos residentes em áreas urbanas e rurais, é a adoção de estilos de vida urbanizados por pessoas que não residem no meio urbano. Vale lembrar que é a heterogeneidade que aumenta nas idades jovens adultas do meio rural, proporcionando a maior similitude. Ou seja, os dados sugerem que foi o rural que se modificou em São Paulo. É perfeitamente convincente supor que por influência das diversas mídias (televisão, rádio, revistas e internet) novas combinações de status antes inesperadas para o meio rural tenham passado a existir lado a lado com formas de organização do curso da vida mais rígidas e tradicionais.

Sobre a variável cor/raça, nada pode ser dito a respeito da evolução do seu impacto sobre a transição para a vida adulta ao longo do tempo, já que ela não foi contemplada no censo de 1970. Contudo, o padrão das curvas que descrevem a heterogeneidade de combinações de status ao longo do curso de vida de indivíduos negros e brancos em 2000, respeitando-se a clivagem por sexo, também guarda maior similitude entre si, se comparado às discrepâncias registradas entre indivíduos pertencentes a distintas camadas de renda.

A análise de entropia de combinações de status de coortes sintéticas tem se consolidado como uma ferramenta muito útil para o estudo da (des) padronização do curso da vida. Referimo-nos à padronização como conceito que melhor descreve a realidade na qual as experiências se tornam universais e uniformes para uma população. A despadronização reflete a situação contrária, na qual ocorre uma acentuada flexibilização do curso da vida.

As mudanças na transição para a vida adulta apontadas tiveram certamente como elementos desencadeadores a ampliação do acesso ao sistema educacional e a proibição do trabalho infanto-juvenil em idades inferiores a 16 anos. De modo geral, o curso de vida nas primeiras idades (igual ou inferior a 16 anos), parece mais padronizado em 2000 do que em 1970. Ou seja, para essas primeiras idades verifica-se maior homogeneidade de papéis sociais desempenhados, posto que os índices de entropia para essas idades se reduziram substancialmente no período, evidenciando que havia menos combinações de status alternativas àquela de filho-solteiro-estudante-dependente. Essa tendência à padronização nas primeiras idades é o resultado esperado da institucionalização do ensino obrigatório e da legislação que coíbe o trabalho infanto-juvenil, ambas tratadas no Capítulo II desta tese.

A partir do final da adolescência, no entanto, o grau de heterogeneidade de combinações de status é sempre maior em 2000 do que em 1970 se comparados os mesmos segmentos sociais nos dois momentos. Isto sugere a existência e convivência de múltiplas combinações de status alternativas para essas idades mais elevadas. Com base nestes dados, pode-se dizer que, a partir dos 17 anos, cresce a tendência de o curso de vida tornar-se mais despadronizado em 2000, quando comparado à realidade vivida em 1970, tendência contrária àquela encontrada nos grupos de idades inferiores. Ao que parece, portanto, o curso de vida tem de fato se tornado mais complexo, independentemente de não ter havido um adiamento significativo da transição para a vida adulta em todos os segmentos sociais.

Somos tentadas a dizer que, tomada em seu conjunto, a população jovem paulista, tem uma juventude relativamente curta se avaliada de uma perspectiva comparativa internacional. Não se trata de negar as evidências acerca do prolongamento da juventude

em nossa sociedade, mas de atentar para o fato de que ela se refere apenas ao topo da pirâmide social e não ao seu conjunto, e muito menos à sua base.

Na segunda metade do século XX, especialmente a partir dos anos 1970, o Brasil e o Estado de São Paulo vivenciaram importantes mudanças econômicas, sociais e demográficas. Mesmo que mais tardiamente que em outras partes do mundo, aqui também o avanço da urbanização e da industrialização por certo contribuíram para estruturar o curso de vida em novas bases, sobretudo isolando crianças e adolescentes do mundo produtivo e aumentando a demanda por escolarização e profissionalização em uma sociedade que adota o progresso e o desenvolvimento como metas.

Entretanto, reconhecer a força desses dois processos – urbanização e industrialização – sobre as alterações no curso da vida dos sujeitos, não é o mesmo que se alinhar a teorias que defendem a modernização como algo que virá a nos elevar a formas de organização da vida necessariamente superiores. Certamente novos desafios emergem nestes novos contextos. É justamente neste sentido que, no início desta tese, nos referimos à relação dialética entre questões demográficas e sociais. Novas configurações demográficas suscitam outras questões sociais que renovam os interesses sobre as tendências populacionais, em um movimento que se perpetua indefinidamente.

Cabe notar que o momento em que o debate sobre a transição para a vida adulta passa a receber visibilidade nos estudos populacionais no Brasil coincide com o momento em que se discutem as potencialidades e vantagens propiciadas pelo bônus demográfico. O melhor aproveitamento desta fase, na qual a estrutura etária nos permitirá ter uma proporção de pessoas em idade ativa maior do que em qualquer outra etapa conhecida de nossa história demográfica, depende de uma série de fatores externos à questão demográfica estrito senso. Dentre esses fatores estão a necessidade de adotar um modelo econômico que permita a absorção destas pessoas em idade ativa ao universo produtivo. Muitas vezes se diz que com o bônus demográfico os gastos com educação diminuirão. Porém, tudo depende da forma como se veja essa equação.

A diminuição da demanda pelos níveis iniciais da escolaridade obrigatória, ocasionada pelo declínio da fecundidade, pode ser interpretada como sintomática de uma sociedade que caminha para diminuir o seu orçamento destinado à educação. A

contrapartida seria um aumento dos recursos destinados e à saúde da terceira idade e à previdência social. Contudo, pode também ser pensada como uma oportunidade de manter o orçamento da educação, melhorar sua qualidade e investir em níveis mais altos de formação para jovens e adultos.

Um sinal de alerta é o fato de a educação de jovens e adultos não ter fontes claras de financiamento, como mencionamos no segundo capítulo. Ou seja, ainda são restritas as vias públicas e gratuitas de acesso à educação se o indivíduo não cumpriu sua formação escolar básica no tempo certo estipulado pela legislação. O grande desafio que vislumbramos será atender as demandas da crescente população idosa, sem esquecermos do atraso histórico que acumulamos em relação à população infanto-juvenil em matéria de educação e bem-estar. Grande parte dos benefícios que se atribui ao bônus demográfico depende da forma como os jovens estão realizando suas transições para a vida adulta na atualidade, se com maior empoderamento ou maior dependência que, em geral, traz consigo a sujeição.

Podemos ainda nos perguntar o porquê da despadronização do curso da vida. Esta é uma característica de sociedades qualificadas de pós-modernas, e dá mostras de se manifestar entre nós. Porém, o prolongamento consistente e generalizado da juventude em geral não ultrapassa o final da adolescência e o início dos vinte anos.

A resposta mais convincente provavelmente está vinculada aos rumos que a educação tomou no Brasil e, especialmente, em São Paulo. Nossa sociedade tem a particularidade de mesclar, como poucas, elementos antagônicos. Não é irreal a combinação de traços de pós-modernidade e de modernidade inacabada, como já apontaram autores a partir de diferentes perspectivas teóricas.

Vale lembrar que São Paulo foi um dos Estados que se antecipou ao restante do país no que tange à democratização do ensino. Contudo, deve-se ter muito cuidado com as mudanças de nomenclatura e de organização do ensino brasileiro, para não cometermos equívocos. A educação obrigatória foi estabelecida no Brasil em 1934 e esta afirmação é encontrada com certa popularidade em artigos dedicados à história da educação. O que é mencionada com muito menor frequência é que a educação obrigatória até a LDB de 1971 estava reduzida à educação primária, limitada a quatro anos de escolarização. É verdade que a Constituição de 1967 estipulava a ampliação do ensino obrigatório de quatro para

oito anos. Mas é só com a LDB de 1971 que esta determinação é estruturada. Temos aqui o primeiro sinal de alerta. Temos a tendência de transpor a idéia de ensino obrigatório como aquele vigente hoje envolvendo oito anos de ensino fundamental. Portanto, em 1970, o primeiro momento considerado na análise de entropia, a educação obrigatória era ainda aquela dos quatro anos do ensino primário. Naquele momento, já se discutia e se implementava o “ensino médio”, mesmo que com problemas.

Porém, o conceito de ensino médio também era outro. Como vimos, o ensino médio em 1970 abarcava dois ciclos, o ginasial (4 anos) e o colegial (3 anos). Foi somente com a LDB de 1971 que o ensino foi reorganizado, com o primário e o ginásio passando a compor o “primeiro grau” e o colegial o “segundo grau”. A expansão do ensino médio iniciada em São Paulo ainda nos anos 1960 foi baseada no antigo conceito de “ensino médio”. Estava concentrada na oferta de ensino ginasial, preferencialmente profissionalizante, público e gratuito. Embora São Paulo tenha se antecipado ao conjunto do país, a democratização do ensino paulista tampouco excedia aos oito anos de escolaridade, regulamentados mais tarde na LDB de 1971 para toda a federação. Com isso, não é de se espantar que em 1970 a passagem à vida adulta se intensificasse no final da adolescência e início dos 20 anos. Afinal no caso dos jovens que se escolarizassem em idades adequadas, por volta dos 16 anos o indivíduo já teria uma profissão, grande parte não tinha a possibilidade de prosseguir os estudos e talvez lhes restasse poucas alternativas que escapassem ao projeto de formação de família.

Em 2000, embora a escolaridade média tenha aumentado e existam alternativas de vida mais numerosas do que no passado, prosseguir com os estudos para além do final da adolescência é ainda raro. Isso certamente imprime marcas e ritmo à transição para a vida adulta, como analisado.

A exploração dos dados da PCV, com o objetivo de melhor conhecer o contexto em que ocorrem as transições para a vida adulta na atualidade, suas motivações e constrangimentos, revelou que continuar os estudos é uma razão bastante mencionada para justificar a conservação do estado de inatividade econômica durante a adolescência. Por outro lado, entre os que abandonaram a escola, uma grande parcela alega falta de interesse nos estudos. Há aqui certa ambigüidade na relação dos jovens retratados na PCV de 2006

com a escola. É certo que prevalece a valorização da escolarização e mesmo a precedência dos estudos sobre o trabalho durante a adolescência, sempre que a condição econômica familiar o permita. Porém, e ainda assim, a ausência de comprometimento ou a dificuldade de tornar a escola uma instituição dotada de sentido na vida desses jovens torna a falta de interesse nos estudos um obstáculo ao aumento da educação média da população, maior que qualquer dificuldade de ordem material.

No passado, o obstáculo mais imediato a ser superado era o acesso físico à escola. O problema do acesso, em São Paulo, está praticamente superado. Contudo, a democratização e universalização da educação, sobretudo de nível médio, esbarram em um distanciamento ainda mais difícil de ser vencido. Trata-se de um distanciamento provocado pela falta de vínculo e de ordenamento do sistema educacional de forma a torná-lo senão mais atrativo, ao menos mais coerente com a vida e as necessidades dos jovens, pois este seria um primeiro impulso para manter a motivação pelos estudos.

Tendo em vista a empreitada aqui concluída, resta pensar que perspectivas de trabalho de pesquisa se abrem para o futuro neste tema.

A análise de entropia de combinações de status de coortes sintéticas tem ainda um potencial a ser explorado. A diversidade geográfica e cultural brasileira nos leva a supor a existência de diferenças significativas no processo de transição para a vida adulta no país. Trabalhos futuros utilizando critérios similares aos adotados nesta tese poderiam explorar a variabilidade regional nos cursos de vida infanto-juvenis.

Ao longo de toda esta tese privilegiamos o argumento baseado em mudanças institucionais como o principal motor de transformações na transição para a vida adulta. Em uma outra direção, estudos comparativos internacionais, tomando em conta dados de um número considerável de países, poderiam melhor elucidar a relação entre prolongamento da juventude e expectativa de vida.

Vimos que para São Paulo e Brasil não houve um deslocamento significativo da cúspide que denota o auge do câmbio de status durante a transição para a vida adulta, tal como se verifica na Espanha em apenas vinte anos, entre 1981 e 2001. No caso espanhol, onde o prolongamento da juventude é visível, a esperança de vida é próxima a 80 anos, ou seja, bem mais elevada do que no Brasil. Outra possibilidade de estudo comparativo seria

investigar se há alguma relação entre maior heterogeneidade na transição para a vida adulta e níveis de desigualdade social interna dos países. Nesta tese mostramos que segmentos sociais opostos na pirâmide social apresentam comportamentos divergentes no que diz respeito à transição para a vida adulta. Resta saber o quanto diferentes níveis de desigualdade social podem produzir impacto neste processo.

A PCV também tem um alto potencial ainda por ser explorado, marcadamente para aqueles que se interessam pela avaliação de programas de transferência de renda. Não foi nosso objetivo explorar este potencial neste estudo. O uso que fizemos desta base de dados foi restrito a aspectos pontuais que julgamos pertinentes para a apreensão de elementos da transição para a vida adulta na contemporaneidade. Muito mais poderia ser feito a partir desta base.

Os dados da PCV sugerem que a família desempenha um papel importante e ativo na entrada dos jovens no mundo adulto. A rede social, na qual se incluem os parentes, revela-se fundamental no momento de conquistar um emprego. A família, mais precisamente os pais, são os que acolhem em suas residências os filhos já em união que não dispõem de moradia própria. Por outro lado, quanto mais pobre uma família, mais a participação financeira dos jovens produzindo renda mediante trabalho torna-se indispensável à sobrevivência familiar. Entre as famílias que recebem auxílio de programas de transferência de renda, a renda média que os adolescentes obtêm desempenhando trabalho remunerado supera o repasse governamental. Nesses contextos familiares, o apoio governamental funciona como uma renda complementar. No caso paulista, as transferências monetárias governamentais não são a única renda e nem mesmo a principal fonte de recurso financeiro familiar. Há indício de haver uma forte interdependência intergeracional, especialmente quando a família é mais pobre, porque não pode prescindir de nenhuma das fontes de aporte financeiro.

A primeira vista, a necessidade de recorrer à assistência pública e doações independe da condição de presença de jovens na família. Há, relativamente, a mesma proporção de famílias que recebem doações em espécie independente de se tratar de famílias de, com ou sem jovens. O que chama a atenção é o tipo de doação recebida, que varia segundo a idade do responsável pelo domicílio. De acordo com o ciclo de vida familiar, o tipo de

necessidade de suporte e apoio muda. Famílias de jovens normalmente demandam mais auxílio por alimentos, se comparadas às demais, por exemplo.

Utilizando esses mesmos dados da PCV, outro estudo poderia ser realizado refinando estas informações e considerando não apenas a idade do responsável do domicílio (estratégia que utilizamos aqui), mas sim considerando o ciclo de vida familiar contemplando a idade dos demais membros da família. O mesmo esforço poderia ser feito levando em conta não apenas as doações em espécie, mas também as transferências de renda feitas pelos programas governamentais.

Referências Bibliográficas:

- ABRAMO, H. *Cenas Juvenis: Punks e Darks no Espetáculo Urbano*. São Paulo: ANPOCS/Scritta, 1994.
- AASSVE, A. et al. Does leaving home make you poor? Evidence from 13 European countries. *European Journal of Population*, v.23, n.3-4, p.315-38, Oct./2007
- AASSVE, A.; BILLARI, F.; PICCARRETA, R. Strings of Adulthood: A sequence analysis of young women's work-family trajectories. *European Journal of Population*, vol.23, n.3-4, p.369-88, Oct/2007.
- ALMEIDA, A.C. *A cabeça do brasileiro*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- ALMEIDA, M.I.M. *Maternidade: um destino inevitável?*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1987.
- ALMEIDA, P.C.S. *Gurias e mães novinhas: demarcadores etários, gravidez e maternidade entre mulheres e jovens de baixa renda urbanos*. Campinas, 2002. 162p. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.
- ALVES, J.E.D.; BRUNO, M. População e Crescimento Econômico de Longo Prazo no Brasil: como aproveitar a janela de oportunidade demográfica?. In: XV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, Caxambu, 2006. *Anais...* Campinas: ABEP, 2006.
- ARAÚJO, H.E. A mortalidade entre os jovens adultos brasileiros – Por que e quais morrem mais?. In: XI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, Caxambu, 1998. *Anais...* Belo Horizonte: ABEP, 1998.
- ARIÈS, P. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- ARNETT, J.J.; TABER, S. Adolescence Terminable and Interminable: When does adolescence end?. *Journal of Youth and Adolescence*, v.23, n.5, p.517-37, 1994.
- ARRUDA, M.R. *Prolongamento da Juventude: Opção ou falta de opção?*. Rio de Janeiro, 2004. 108p. Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas.
- AVEREY, R.; GOLDSCHIEDER, F.; SPEARE Jr., A. Feathered Nest/Gilded Cage: Parental Income and Leaving Home in the Transition to Adulthood. *Demography*, v.29, Issue 3, p.375-88, 1992.
- AZEVEDO, J.S.G., MENEZES, W. F. e FERNANDES, C. M. *Fora de lugar: crianças e adolescentes no mercado de trabalho*. Salvador, Associação Brasileira de Estudos do Trabalho – ABET, 2000. (Coleção Teses & Pesquisas, v.2)
- AZEVEDO, T. *As regras do namoro à antiga*. São Paulo: Editora Ática, 1986.
- BAJOIT, G.; FRASSEN, A. O trabalho, busca de sentido. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, Anped, n.5-6, p.76-95, mai./dez. 1997.

BEISIEGEL, C.R. *Estado e Educação Popular*: um estudo sobre a educação de adultos. São Paulo: Pioneira, 1974.

BELLUZZO, L.; VICTORINO, R.C. A juventude nos caminhos da ação pública. *São Paulo em Perspectiva*, v.18, n.4, p.8-19, 2004.

BERCOVICH, A.; MADEIRA, F. Descontinuidades demográficas no Brasil e no Estado de São Paulo. In: VII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, Caxambu, 1990. *Anais...* Belo Horizonte: ABEP, 1990. v.2, p.595-632.

_____. A onda jovem e seu impacto na população economicamente ativa de São Paulo. *Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília, IPEA, v.1, n.8, p.1-28, dez./1992.

_____. Demographic Discontinuities in Brazil. /Trabalho apresentado na *XXII General Population Conference*, Session 21, Population in XXI Century: Demographic Prospects, Montreal, 1993/

BERCOVICH, A.; VELLÔZO, H.C. Notas sobre aparentes contradições na estrutura por idade e sexo no censo demográfico de 1980. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, IBGE, v.46, n.181/182, p. 53-121, jan./jun. 1985.

BERQUÓ, E.; LOYOLA, M.A. União dos sexos e estratégias reprodutivas no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v.1, n.1-2, p.35-98, 1984.

BERQUÓ, E. *Sobre o declínio da fecundidade e a anticoncepção em São Paulo*: análise preliminar. Campinas: Nepo/Unicamp, 1986. (Textos NEPO, 6)

_____. Quando, como e com quem se casam os jovens brasileiros. In: BERQUÓ, E. (org.). *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília: CNPD,1998. v.1, p. 93-107.

BERQUÓ, E.; CAVENAGHI, S. Mapeamento sócio-econômico e demográfico dos regimes de fecundidade no Brasil e sua variação entre 1991 e 2000. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, Caxambu, 2004. *Anais...* Campinas: ABEP, 2004.

_____. Increasing Adolescent and Youth Fertility in Brazil: A New Trend or a One-Time Event?. In: MEETING PAA 2005, session 151, Philadelphia, 2005. *Annals Population Association of America*: 2005 Annual Meeting.

BILLARI, F. The analysis of early life courses: complex descriptions of the transition to adulthood. *Journal of Population Research*, v.18, Issue 2, p. 119-42, 2001.

BLOOM, D. E.; CANNING; SEVILLA, J. *The demographic dividend*: a new perspective on the economic consequences of population change. Santa Monica: Rand, 2003.

BRANCO, P.P.M. Juventude e trabalho: desafios e perspectivas para as políticas públicas. In: ABRAMO, H.; BRANCO, P.P.M. (org.). *Retratos da Juventude Brasileira*: Análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2005. p.129-48.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, de 05 de outubro de 1988. Editora Tecnoprint S.A, 1988.

BRASIL. *Novo Código Civil*. Lei nº 10.403 de 10 de janeiro de 2002. Aprova o novo código civil brasileiro. Brasília, D.F., 2002.

BRITO, F. et al. A transição demográfica e as políticas sociais no Brasil. In: BRITO, F.; BAENINGER, R. (coord.). *População e políticas sociais no Brasil: os desafios da transição demográfica e das migrações internacionais*. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2008a. p.19-62.

_____. A transição demográfica no Brasil: as possibilidades e os desafios para a economia e a sociedade. In: BRITO, F.; BAENINGER, R. (coord.). *População e políticas sociais no Brasil: os desafios da transição demográfica e das migrações internacionais*. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2008b. p.63-89.

_____. Crescimento demográfico e mudanças na estrutura etária: as especificidades da transição demográfica no Brasil. In: BRITO, F.; BAENINGER, R. (coord.). *População e políticas sociais no Brasil: os desafios da transição demográfica e das migrações internacionais*. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2008c. p.122-38.

BRÜCKNER, H.; MAYER, K.U. De-standardization of the life course: What it might mean? And if it mean anything, whether it actually took place?. In: MACMILLAN, R. (ed.). *The structure of life course: Standardized? Individualized? Differentiated?*. Minneapolis: University of Minnesota, 2005, p.27-53. (Advances in life course research, vol. 9).

BRÜGGER, S. M. J. Casamento e valores sociais: o triunfo do discurso amoroso. In: X ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, Caxambu, 1996. *Anais...* Belo Horizonte: ABEP, 1996. v.3, p.1761-77.

BRUNO, M. Regulação e Crescimento Econômico no Brasil: um regime de acumulação bloqueado pelas finanças. / Trabalho apresentado no *XII Encontro Nacional de Economia Política*, São Paulo, 2007/

CABELLA, W.M. *Dissolução e formação de novas uniões: uma análise demográfica das tendências recentes no Uruguai*. Campinas, 2006. 275p. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

CABRAL, C.; HEILBORN, M.L. Uniões juvenis: descrição de um perfil. In: SEMINÁRIO SOBRE FAMÍLIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL, Belo Horizonte, 2005. *Anais...* Belo Horizonte: ABEP, 2005.

CALAZANS, G. Cultura Adolescente e Saúde: perspectivas para investigação. In: OLIVEIRA, M.C. (org.). *Cultura, Adolescência, Saúde: Argentina, Brasil, México*. Campinas: Consórcio de Programas em Saúde Reprodutiva e Sexualidade na América Latina (CEDES/COLMEX/NEPO-UNICAMP), 1999. p.44-97.

CALDWELL, J.; CALDWELL, P.; McDONALD, P. Policy responses to low fertility and its consequences: a global survey. *Journal of Population Research*, v.19, n.1, p. 1-24, May/2002.

CAMARANO, A.A. A hipótese de convergência dos níveis de fecundidade nas projeções populacionais. *São Paulo em Perspectiva*, v.10, n.2, p.18-25, 1996.

CAMARANO, A.A. (org.) (2006). *Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?*. Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

CAMARANO, A. A. et al. A transição para a vida adulta: novos ou velhos desafios?. Boletim de Mercado de Trabalho, *Conjuntura e Análise*, n.21, p.53-66, fev./2003.

CAMARANO, A.A.; MELLO, J.L.; KANSO, S. Do nascimento à morte: principais transições. In: CAMARANO, A. A. (org.) *Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?* Rio de Janeiro: IPEA, 2006. p.31-60.

CAMARGO, C.P.; OLIVEIRA, M.C. Padrões de casamento. In: BERQUÓ, E., OLIVEIRA, M.C.; CAMARGO, C.P. *A Fecundidade em São Paulo*: características demográficas, biológicas e sócio-econômicas. São Paulo: Cebrap/Editora Brasiliense, 1977.

CAMPOS, A.L.A. *Casamento e família em São Paulo colonial*: caminhos e descaminhos. São Paulo: Paz e Terra, 2003. (Coleção São Paulo; 6)

CARVALHO, J.A.M. *Crescimento Populacional e Estrutura Demográfica no Brasil*. CEDEPLAR, 1993 (mimeo).

CARVALHO, J.A.M.; WONG, R.L. Demographic and socioeconomic implications of the rapid fertility decline in Brazil: A window of opportunity. In: MARTINE G., DAS GUPTA M. AND CHEN L. (eds.): *Reproductive Change in India and Brazil*. Oxford University Press, 1998.

CASAL, J. Modos Emergentes de Transición a la Vida Adulta en el Umbral del Siglo XXI: aproximación sucesiva, precaridad y desestructuración. In: *Jovens em Mudança – Atas do Congresso Internacional Growing Up Between Centre and Periphery*, Lisboa, 1996.

CICCHELLI, V. Les jeunes adultes comme objet théorique. *Recherches et Prévisions*, n. 65, p. 5-15, 2001.

COLEMAN, J.S. *Youth: Transition to Adulthood*. Chicago: University of Chicago Press/Saveland, Walt and Paul C. Glick, 1974.

COUBÈS, M.L.; ZENTENO, R. Transición hacia la vida adulta en el contexto mexicano: una discusión a partir del modelo normativo”. In: COUBÈS, M. L.; ZAVALA, M. E.; ZENTENO, R. (coord.) *Cambio demográfico y social en el México del siglo XX*. Tijuana, B.C.: El Colegio de la Frontera Norte, 2005. p.331-53.

COVOLAN, S.C.T. *O conceito de entropia num curso destinado ao Ensino Médio a partir de concepções prévias dos estudantes e da História da Ciência*. Campinas, 2004. 112p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.

CRUZ-NETO, O; MOREIRA, M.R. Trabalho infanto-juvenil: motivações, aspectos legais e repercussão social. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.14, n.2, p.437-441, abr./jun. 1998.

CUNHA, L.A. Ensino superior e universidade no Brasil. In: LOPES, E.M.T., FARIA FILHO, C.G.V. (org.). *500 anos de Educação no Brasil*. 3ª ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p.151-204.

CURY, C.R. Educação escolar e educação no lar: espaços de uma polêmica. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 27, n.96 – Especial, p.667-688, out. 2006.

_____. A educação como desafio na ordem jurídica. In: LOPES, E.M.T., FARIA FILHO, C.G.V. (orgs.). *500 anos de Educação no Brasil*. 3ª ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 567-584.

DA MATTA, R. A Família como Valor: considerações não-familiares sobre a família brasileira. In: A. M. DE ALMEIDA, M. J. CARNEIRO E S. G. DE PAULA (orgs.) *Pensando a Família no Brasil: da colônia à modernidade*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/ Editora da UFRJ., 1987. p.115-36.

DEBERT, G.G. A Antropologia e o Estudo dos Grupos e das Categorias de Idade. In: BARROS, M. M. L. (org.), *Velhice ou Terceira Idade?*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p.49-68.

_____. Velhice e o curso da vida pós-moderno. *Revista USP*, São Paulo, v.42, n.2, p.70-83, jun./ago. 1999.

DEDECCA, C.S. Conceitos e estatísticas básicas sobre mercado de trabalho. In: OLIVEIRA, M. A. (org). *Economia e trabalho: textos básicos*. Campinas: Unicamp, 1998. p. 95-111.

DONZELOT, J. *A Polícia das Famílias*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

DUARTE, L.F. *Da Vida Nervosa nas Classes Trabalhadoras Urbanas*. Rio de Janeiro: Zahar/CNPq, 1986.

ELDER, G., Jr. Family History and the life course. In: HAREVEN, T. (ed.). *Transitions: The Family and the Life Course in Historical Perspective*. Studies in Social Discontinuity. New York: Academic, 1978.

ELZINGA, C.H.; LIEFBROER, A.C. De-standardization of family-life trajectories of young adults: a cross-national comparison using sequence analysis. *European Journal of Population*, v. 23, n. 3-4, p. 225-50, Oct./2007.

ERIKSON, E. Oito Idades do Homem. *Infância e Sociedade*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FARIA, V. Divisão social do trabalho, especialização e crescimento urbano: o caso da metrópole paulista. In: II ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, Águas de São Pedro, 1980. *Anais...* Águas de São Pedro: ABEP, 1980. v. 2, p.745-75.

_____. Cinquenta anos de Urbanização no Brasil: tendências e perspectivas. *Novos Estudos*, n.29, p.98-119, mar./1991.

FERRAZ, E. SCHWENCK, C; FERREIRA, I.Q. (2000). Algumas características dos jovens com experiência sexual pré-marital. In: XII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, Caxambu, 2000. *Anais...* Campinas: ABEP, 2000.

FERREIRA, H.; ARAÚJO, H.E. Transições negadas: homicídios entre os jovens brasileiros. In: CAMARANO, A. A. (org.) *Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?* Rio de Janeiro: IPEA, 2006. p.291-317.

FERREIRA, M.P.; DINI, N.P.; FERREIRA, S.P. Espaços e dimensões da pobreza nos municípios do Estado de São Paulo. Índice Paulista de Vulnerabilidade Social. *São Paulo em Perspectiva*, vol.20, n.1, p.5-17, jan./mar. 2006.

FIGUEIREDO, A.L. et al. *Jovens em Portugal: Análise Longitudinal das Fontes Estatísticas* (1969-1997), Oeiras: Celta Editora, 1999. 272p. /Recensão de: VALENTE ROSA, M.J. *Análise Social*, v.35, n.156, 2000/

FILGUEIRA, C.H.; PERI, A. América Latina: los rostros de la pobreza y sus causas determinantes. *Población y Desarrollo*. CEPAL, 2004.

FLORI, P.M. Desemprego de jovens no Brasil. In: I CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE POPULAÇÃO, Caxambu, 2004. *Anais...* Campinas: ABEP, 2004.

FREITAS, L.C. (2002). Ciclos de progressão continuada: vermelho para as políticas públicas. *Eccos Revista Científica*, UNINOVE, São Paulo, v.4, n. 1, p.79-93, 2002.

FURLONG, A.; KELLY, P. The brazilianisation of youth transitions in Australia and the UK?. *Australian Journal of Social Issues*, v.40, n.2, p.207-25, 2005.

FURSTENBERG, F. et. al. Growing up is harder to do. *Contexts*, v. 3, Issue 3, p.33-41, 2004.

FUSSELL, E. Measuring the early adult life course in Mexico: an application of the entropy index. In: MACMILLAN, R. (ed.). In: MACMILLAN, R. (ed.). *The structure of life course: Standardized? Individualized? Differentiated?*. Minneapolis: University of Minnesota, 2005. p.91-122. (Advances in life course research, vol. 9).

_____. Structuring the Transition to Adulthood: An Entropy Analysis of the Early Life Course in the United States, 1880 to 2000. In: MEETING PAA 2006, session 7, Los Angeles, 2006. *Annals Population Association of America: 2006 Annual Meeting*.

FUSSELL, E.; EVANS, A; GAUTHIER, A. The Transition to Adulthood in Three Liberal Welfare Regimes: Australia, Canada and the U.S., 1970-2000. In: *Workshop. Becoming an Adult: an International Perspective on the Transitions to Adulthood*, Panel on Transitions to Adulthood in Developed Countries (IUSSP), Montreal, 15-17 June 2006.

FUSSELL, E. GAUTHIER, A.; EVANS, A. Heterogeneity in the Transition to Adulthood: The Cases of Australia, Canada, and United States. *European Journal of Population*, v.23, n.3-4, p. 389-414, Oct./2007.

GALLAND, O. *Sociologie de la jeunesse*. Paris: Armand Colin, 2001. (Collection U Sociologies).

GARRIDO, R.; REQUENA, M. *La emancipación de los jóvenes en España*. Madrid: Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales / INJUVE, 1996.

GAUTHIER, A. Becoming a young adult: an international perspective on the transition to adulthood. *European Journal of Population*, v.23, n.3-4, p.217-23, Oct./2007.

GIDDENS, A. *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GILLIS, J.R. *Youth and History: Tradition and Change in European Age Relations, 1770-present*. London: Academic Press, 1981.

GOLDSCHIEDER, F.; DA VANZO, J. Living Arrangements and the Transition to Adulthood. *Demography*, v.22, Issue 4, p545-63, 1985.

_____. Pathways to Independent Living in Early Adulthood: Marriage, Semiautonomy and Premarital Residential Independence. *Demography*, v.26, Issue 4, p.597-614, 1989.

GOLDSCHIEDER, F.; GOLDSCHIEDER, C. *The Changing Transition to Adulthood: Leaving and Returning Home*. Thousand Oaks, Califórnia: Sage Publication, 1999.

GONÇALVES, R. O trabalho infantil e a agenda social. *Revista do BNDS*, v.4, n.7, p.221-40, 1997.

GRANT, M.; FURSTENBERG, F.F. Changes in the Transition to Adulthood in Less Developed Countries. *European Journal of Population*, v.23, n.3-4, p.415-28, Oct./2007.

GUERREIRO, M.D.; ABRANTES, P. *Transições Incertas – Os jovens perante o trabalho e a família*. Lisboa: Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, 2004.

_____. Como tornar-se adulto: processos de transição na modernidade avançada. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.20, n.58, p.157-75, jun./2005.

GUIMARÃES, N.A. Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil?. In: ABRAMO, H.; BRANCO, P.P.M. (org.). *Retratos da Juventude Brasileira: Análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2005. p.149-74.

_____. Trajetórias inseguras, autonomização incerta: os jovens e o trabalho em mercados sob intensas transições ocupacionais. In: CAMARANO, A. A. (org.) *Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?*. Rio de Janeiro: IPEA, 2006. p.171-97.

HAJNAL, J. Age at marriage and proportions marrying. *Population Studies*, v.7, n.2, p.111-36, Nov./1953.

HAREVEN, T. Introduction. In: HAREVEN, T. (ed.). *Transitions: The Family and the Life Course in Historical Perspective*. Studies in Social Discontinuity. New York: Academic, 1978.

_____. Novas imagens do envelhecimento e a construção social do curso da vida. *Cadernos Pagu*. Dossiê Curso da Vida Adulta e Gerações, v.13, p.11-35, 1999.

_____. Historical Perspectives on Aging on Family Relations. In: BINSTOCK, R. H.; GEORGE, L. (eds.) *Handbook of Aging and the Social Sciences*. 5ª ed. New York: Academic Press, 2001.

HARRIS, K.; FURSTENBERG, F.; MARMER, J. Paternal Involvement with Adolescents in Intact Families: The influence of fathers over life course. *Demography*, v.35, Issue 2, p.201-16, 1998.

HILSDORF, M.L.S. *História da Educação Brasileira: Leituras*. São Paulo: Pioneira/Thomson Learning, 2003.

- HOGAN, D. The Transition to Adulthood. *Annual Review of Sociology*, v.12, p.109-30, 1986.
- HOGAN, D.; EGGEBEEN, D.; CLOGG, C. The Structure of Intergenerational Exchanges in American Families. *American Journal of Sociology*, v.98, Issue 6, p.1428-58, 1993.
- HOLDSWORTH, C. Leaving Home in Britain and Spain. *European Sociological Review*, v.16, n2, p.201-22, 2000.
- IBGE. *Censo Demográfico São Paulo*. VIII Recenseamento Geral – 1970. Série Regional. Volume I – Tomo XVIII – 1ª. Parte. Resultados para o conjunto da Unidade da Federação. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. Fundação IBGE – Departamento de Censos, 1970a.
- _____. *Avaliação da Precisão da Coleta*. Instruções de Coleta. VIII Recenseamento Geral 1970. Censo Demográfico. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. Fundação IBGE, 1970b.
- _____. *Documentação dos Microdados da Amostra*. Censo Demográfico 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.
- _____. *Projeção da população do Brasil por sexo e idade 1980-2050*. Revisão 2008. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/IBGE, 2008.
- KATZMAN, R. *Vulnerabilidad, activos y exclusión social en Argentina y Uruguay*. Santiago do Chile: OIT/Ford, 1999.
- KREUTZ, L. A educação de imigrantes no Brasil. In: LOPES, E.M.T., FARIA FILHO, C.G.V. (org.). *500 anos de Educação no Brasil*. 3ª ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 347-70.
- KUHLMANN, P.R.L. *Serviço militar, democracia e defesa nacional: razões da permanência do recrutamento no Brasil*. São Paulo, 2001. 176p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- LEITE, E.M. *Desemprego. Abordagem institucional e biográfica: uma comparação Brasil, França, Japão*. Relatório Final: Jovens. São Paulo: USP/CEM/SEADE/CEBRAP, 2002.
- LESTHAEGHE, R.; VAN DE KAA, D. Twee Demografische Transitities? (Two Demographic transitions?). In: VAN DE KAA, D.; LESTHAEGHE, R. (eds.), *Bevolking: Groei en Krimp* (Population: Growth and Decline). Deventer: Van Loghum Slaterus, 1986. p. 9-24.
- LESTHAEGHE, R. The Second Demographic Transition in Western Countries: An interpretation. In: MASONY, K.O.; JENSEN, A. (eds.). *Gender and Family Change in Industrialized Countries*. New York: Oxford University, 1995. p.17-62.
- LEVY, M.E.F. Mães jovens. In: VII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, Caxambu, 1990. *Anais...* Belo Horizonte: ABEP, 1990. v.1, p. 295-320.
- _____. Mães solteiras jovens. In: IX ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, Caxambu, 1994. *Anais...* Belo Horizonte: ABEP, 1994. v.2, p.47-76.

LIDDLE, B. Developing Country Growth Collapse Revisited: Demographic Influences and Regional Differences. *MPIDR Working Paper*. Rostock, Germany: Max Plank Institute for Demographic Research, 2003.

LINDH, T.; MALMBERG, B. Age structure effects and growth in the OECD, 1950-1990. *Journal of Population Economics*, v.12, p.431-49, 1999.

LIVI-BACCI, M. *Letter a Brazilian friend on the 30th anniversary of the foundation of ABEP*. Florence, September 14, 2006. (mimeo).

LORDELLO, J.M. *Entre o Reino de Deus e o dos Homens: a secularização do casamento no Brasil do século XIX*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

MACHADO, L.Z. *Famílias e individualismo: tendências contemporâneas no Brasil*. Brasília: UNB, 2001. (Série Antropologia; 291)

MACIEL, L.S.B.; SHIGUNOV NETO, A. A educação brasileira no período pombalino: uma análise histórica das reformas pombalinas do ensino. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 465-76, set./dez. 2006.

MACMILLAN, R. The structure of the life course: classic issues and current controversies. In: MACMILLAN, R. (ed.). *The structure of life course: Standardized? Individualized? Differentiated?*. Minneapolis: University of Minnesota, 2005. p.3-24. (Advances in life course research, vol. 9).

MACUNOVICH, D.J. The fortunes of one's birth: Relative cohort size and the youth labor market in the United States. *Journal of Population Economics*, v.12, n. 2, p.215-72, 1998.

MADEIRA, F.R. Notas sobre a evolução da idade média ao casar no estado de São Paulo neste século: algumas contribuições da perspectiva histórico-estrutural. In: I ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. Campos do Jordão, 1978. *Anais*. Belo Horizonte: ABEP, 1978. vol. 1, p. 437-72.

_____. Os jovens e as mudanças estruturais na década de 70: questionando pressupostos e sugerindo pistas. *Caderno de Pesquisa*, São Paulo, n.58, p. 15-49, ago./1986.

_____. (1999). Violência nas escolas quando a vítima é o processo pedagógico. *São Paulo em Perspectiva*, v.13, n.4, p.49-61, 1999.

_____. Educação e desigualdade no tempo de juventude. In: CAMARANO, A. A. (org.) *Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?*. Rio de Janeiro: IPEA, 2006. p.139-69.

MALMBERG, B.; LINDH, T. *Forecasting global growth by age structure projections*. Stockholm: Institute for Futures Studies, 2004. (Arbetsrapport/Institutet för Framtidsstudier; 5)

MARCÍLIO, M.L. *História Social da Criança Abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998.

MARTELETO, L. Desigualdade Regional e Intergeracional de Oportunidades: a matrícula e a escolaridade de crianças e jovens no Brasil. In: XIII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO. Ouro Preto, 2002. *Anais...* Belo Horizonte: ABEP, 2002.

MARTINS, H.H.T. O processo de reestruturação produtiva e o jovem trabalhador: conhecimento e participação. *Tempo Social*, São Paulo, v.13, n.2, p.61-87, nov./2001.

MEDICI, A.C.; BELTRÃO, K.I. Transição demográfica no Brasil: uma agenda para pesquisa. *Planejamento e Políticas Públicas*, n.12, p.199-211, jun./dez. 1995.

MELLO, J.L. *Transição para a vida adulta*: os jovens da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005. 148p. Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas.

MELLO, J.L. et al. Como chegar à vida adulta: será que existe um caminho único?. In: I CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE POPULAÇÃO, Caxambu, 2004. *Anais...* Campinas: ABEP, 2004.

MELLO, J.M.C.; NOVAIS, F.A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: NOVAIS, F.A. (coord.); SCHWARCZ, L.M. (org.) *História da vida privada no Brasil*: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. v.4, p.560-658.

MELUCCI, A. Juventude, tempo e movimentos sociais. *Revista Brasileira de Educação*, n°5-6, p.5-24., 1997.

MENSCH, B.; BRUCE, J.; GREENE, M. *The uncharted passage*: girls' adolescence in the developing world. New York: Population Council, 1998.

MIER Y TERÁN, M. Pobreza y transiciones familiares a la vida adulta en las localidades rurales de México. In: I CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE POPULAÇÃO, Caxambu, 2004. *Anais...* Campinas: ABEP, 2004.

MIRET, P. *Emancipació domiciliar, laboral i familiar. Joventut a Catalunya : un estudi sociodemogràfic i d'anàlisi del discurs*. Informe elaborat per a l'Observatori Català de La Joventut, 2002 /Digitado/

MODELL, J.; FURSTENBERG, F.F.; HERSHBERG, T. Social Change and Transitions to Adulthood in Historical Perspective. *Journal of Family and History*, v.1, n.1, p.7-32, 1976.

MONSMA, K.; TRUZZI, O.; BÔAS, S.K.V. (2004). Entre a paixão e a família: casamentos de jovens italianos no oeste paulista, 1890-1914. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, Caxambu, 2004. *Anais...* Campinas: ABEP, 2004.

MOREIRA, M.M. Adolescentes e jovens do sexo masculino: riscos de contrair HIV/AIDS ou DST ou engravidar uma parceira. In: XIII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO. Ouro Preto, 2002. *Anais...* Belo Horizonte: ABEP, 2002.

MOTTA, A.B. Gênero, Família e Fases do Ciclo de Vida. *Caderno CRH – Gênero e Família*, v.11, n.29, p.13-20, jul./dez. 1998.

MUNIZ, A.L.P.; SOBEL, T.F. Avanços e retrocessos no arcabouço jurídico de proteção às crianças e adolescentes. In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, Caxambu, 2008. *Anais...* Campinas: ABEP, 2008.

NASCIMENTO, A. Aspectos da transição para a vida adulta no Brasil, dos filhos adultos que residem com os pais, segundo a Pesquisa sobre Padrões de Vida 1996-1997. In: XVI ENCONTRO

NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, Caxambu, 2008. *Anais...* Campinas: ABEP, 2008.

NILSEN, A.; GUERREIRO, M.D.; BRANNEN, J. 'Most choices involve money': different pathways to adulthood. In: BRANNEN, J.; LEWIS, S.; SMITHSON, J. (eds.). *Young Europeans, Work and Family*. Futures in transition. London/New York: Routledge, 2001. p.162-184.

NOGUEIRA, C.S.R. *Trabalho infantil e famílias em Regiões Metropolitanas brasileiras*. Campinas, 2003. 105p. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas.

NOVAES, R.C.R.; et. al. (orgs.). *Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas*. São Paulo: Conselho Nacional de Juventude/Fundação Friedrich Ebert, 2006.

NUGENT, R. Los jóvenes en un mundo globalizado. *BRIDGE: Bringing Information to Decision makers for Global Effectiveness*. Washington: Population Reference Bureau, 2006.

OLIVEIRA, E.L. *Transições: três aplicações a partir de dados das pesquisas domiciliares no Brasil*. Belo Horizonte, 2005. 137p. Tese (Doutorado) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais.

OLIVEIRA, J.S. Barreiras, transgressões e invenções de mercado: a inserção econômica de jovens pobres. In: XII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, Caxambu, 2000. *Anais...* Campinas: ABEP, 2000.

OLIVEIRA, M.C. A família brasileira no limiar do ano 2000. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v.4, n.1, p.55-63, 1996.

PAIVA, P.T.A. A concentração e a enumeração da população economicamente ativa nos censos demográficos brasileiros. *Censos, Consensos e Contra-sensos*. Ouro Preto: ABEP/Fundação Ford, 1984. p.19-66.

PATARRA, N.L.; BAENINGER, R. *São Paulo: povigente povovigente povo e gente*. Campinas,:Nepe/Unicamp, 1988. (Textos NEPO, 15).

PATARRA, N.L.; OLIVEIRA, M.C.F. de. Transição, Transições. In: IV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, Olinda, 1988. *Anais...* Olinda: ABEP, 1988. v. 1.

PERALVA, A. O jovem como modelo cultural. *Revista Brasileira de Educação*, n.5-6, p.15-24, mai./dez. 1997.

PIMENTA, M.M. *Resenhas: Maria das Dores Guerreiro e Pedro Abrantes, Transições incertas*, Lisboa, Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, Direção Geral de Estudos, Estatística e Planeamento, Lisboa, 2004, 183p. *Tempo Social*, São Paulo, vol. 17, n.2, p. 381-404, nov./2005.

_____. *Ser jovem e ser adulto: identidades, representações e trajetórias*. São Paulo, 2007. 464p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de São Paulo.

POCHMANN, M. *A inserção ocupacional e o emprego dos jovens*. São Paulo: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho – ABET, 1998. (Coleção ABET – Mercado de Trabalho, v. 6).

_____. *A batalha pelo primeiro emprego*: as perspectivas e a situação atual do jovem no mercado de trabalho brasileiro. São Paulo: Publisher Brasil, 2000.

_____. *e-trabalho*. São Paulo: Publisher Brasil, 2002.

RAMOS, E. As negociações no espaço doméstico: construir a ‘boa distância’ entre pais e jovens adultos ‘coabitantes’. In: BARROS, M. L. (org.). *Família e Gerações*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p.39-65.

RIGOTTI, J.I.R. Variáveis de educação nos censos demográficos brasileiros de 1960 a 2000. In: RIOS-NETO, E.L.G.; RIANI, J.L.R. (org.). *Introdução à demografia da educação*. Campinas: ABEP, 2004. Cap. 3, p.129-142.

RIOS-NETO, E.L.R.; RIANI, L.R. *Introdução à Demografia da Educação*. Campinas: ABEP, 2004.

RITZKAT, M.G.B. Preceptoras alemãs no Brasil. In: LOPES, E.M.T., FARIA FILHO, C.G.V. (org.). *500 anos de Educação no Brasil*. 3ª ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p.269-290.

ROMANELLI, G. *Famílias de camadas médias*: a trajetória da modernidade. São Paulo, 1986. 345p. Tese (Doutorado). – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

SAAD, P.M. Moradia, difícil equação: possibilidades de arranjos domiciliares. In: SEADE – FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. *20 anos no ano 2000*: Estudos Sócio-demográficos sobre a Juventude paulista. São Paulo (Estado). São Paulo: Secretaria de Economia e Planejamento/SEADE, 1998.

SABÓIA, J. Descentralização industrial no Brasil na década de noventa: um processo dinâmico e diferenciado regionalmente. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v.11, n.2, p.85-121, dez./2001.

SALEM, T. Tensões entre gêneros na classe popular: uma discussão com o paradigma holista. *Mana*, v.12, n.2, p.419-447, 2006.

SANTOS, J.A. A trajetória da educação profissional. In: LOPES, E.M.T., FARIA FILHO, C.G.V. (org.). *500 anos de Educação no Brasil*. 3ª ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 205-224.

SANTOS, L. Adoção ou abrigos de tipo ideal?. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n.63, ano XXI, p. 76-93, jul./2000.

SARTI, C.A. *A família como espelho*: um estudo sobre a moral dos pobres. Campinas: Editora Autores Associados, 1996.

SCOTT, R.P.; QUADROS, M.; LONGHI, M. Jovens populares urbanos e gênero na identificação de demandas de saúde reprodutiva. In: XIII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO. Ouro Preto, 2002. *Anais...* Belo Horizonte: ABEP, 2002.

SEADE – FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (1998). *20 anos no ano 2000*: Estudos Sócio-demográficos sobre a Juventude paulista. São Paulo (Estado). São Paulo: Secretaria de Economia e Planejamento/SEADE, 1998.

_____. *Pesquisa de Condições de Vida (PCV 2006)*. Documentação da Base de Dados. Fundação SEADE/Governo do Estado de São Paulo Secretaria de Economia e Planejamento, 2007.

SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Guia de Políticas Públicas de Juventude*. Brasília: Secretaria Geral da Presidência da República, 2006.

SETTERSTEN Jr., R.; FURSTENBERG, F.; RUMBAUT, R. G. *On the Frontier of Adulthood: Theory, Research, and Public Policy*. Chicago/London: The University of Chicago Press, 2005.

SEYFERTH, G. *Nacionalismo e identidade étnica*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.

SHANAHAN, M.J. Pathway to adulthood in changing societies: variability and mechanisms in life course perspective. *Annual Review of Sociology*, v. 26, p.667-92, 2000.

SILVA, A.M. *Educação*: Terra de Ninguém. São Paulo: Edições Loyola, 1983.

SINGLY, F. O nascimento do ‘indivíduo individualizado’ e seus efeitos na vida conjugal e familiar. In: PEIXOTO, C.E.; SINGLY, F.; CICCHELLI, V. (orgs.). *Família e Individualização*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

SOBEK, M.; RUGGLES, R., McCAA, et. al. *Integrated Public Use Microdata Series-International*: Preliminary Version 1.0. Minneapolis: Minnesota Population Center, University of Minnesota, 2002.

SPINDEL, C.R. *O menor trabalhador*: um assalariado registrado. São Paulo: Nobel/ Brasília, Ministério do Trabalho, 1985.

SPOSITO, M.P. *O povo vai à escola*: a luta popular pela expansão do ensino público em São Paulo. São Paulo: Edições Loyola, 1984.

_____. Estudos sobre a juventude em educação. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 5-6, p.37-52, 1997.

TARTUCE, G.L.B.P. *Tensões e intenções na transição escola-trabalho*: um estudo das vivências e percepções de jovens sobre os processos de qualificação profissional e (re)inserção no mercado de trabalho na cidade de São Paulo. São Paulo, 2007. 441p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

THEIL, H. *Statistical Decomposition Analysis: with Applications in the Social and Administrative Sciences*. Amsterdam/London: North-Holland Publishing Company, 1972.

THOMPSON, E.P. Time, work-discipline, and industrial capitalism. *Past & Present*, n.38, p. 59-97, Feb./1967.

TOKMAN, V.E., CORROCHANO, M.C.; GOUVÊA, J.L. *Desemprego Juvenil no Cone Sul*: uma análise de década. Rio de Janeiro: Friedrich Ebert Stiftung, 2003.

TOMÁS, M.C.; OLIVEIRA, A.M.H.C. e RIOS-NETO, E.L.G. Adiamento do ingresso no mercado de trabalho sob o enfoque demográfico: uma análise das regiões metropolitanas brasileiras. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.25, n.1, p. 91-107, jan./jun. 2008.

VAN De KAA, D. Europe's Second Demographic Transition. *Population Bulletin*, v.42, n.1, p.3-59, 1987.

_____. The Idea of a Second Demographic Transition in Industrialized Countries. In: *Sixth Welfare Policy Seminar at the National Institute of Population and Social Security*, Tokio, Japan, 29 January, 2002.

VELHO, G. *Individualismo e Cultura*. Notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VENÂNCIO, R.P. *Famílias Abandonadas: Assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – Séculos XVIII e XIX*. Campinas: Papyrus, 1999.

VIEIRA, J.M. Transição para a vida adulta no Brasil: análise comparada ente 1970 e 2000. *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, v.25, n.1, p. 27-48, jan./jun. 2008.

WANDERLEY, L.E. Criação de novas universidades. Um processo à brasileira!. *Revista Brasileira de Educação*, n.8, p. 86-91, mai./jun./jul./ago. 1998.

WEREBE, M.J.G. *Grandezas e Misérias do Ensino no Brasil*. 4ª ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

YASAKI, L.M. Maternidades sucessivas em adolescentes no Estado de São Paulo. In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, Caxambu, 2008. *Anais...* Campinas: ABEP, 2008.

ZALUAR, A. Juventude, Saúde e Segurança Pública no País. *Estudos e Pesquisas*, n.148. /Apresentado no XVIII Fórum Nacional. Por que o Brasil não é um país de alto crescimento? (fora do desenvolvimento não há salvação), 15 a 18 de maio de 2006. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Altos Estudos (INAE), 2006/

Anexo

Dados utilizados no cálculo da duração de cada transição dos jovens de 1970 e 2000

Primeiro e nono decis de cada transição segundo variáveis sócio-demográficas selecionadas, São Paulo, 1970 e 2000

			<i>Saída da escola</i>		<i>Trabalho</i>		<i>Autonomia residencial</i>		<i>União</i>		<i>Maternidade</i>				
			<i>1º decil</i>	<i>9º decil</i>	<i>1º decil</i>	<i>9º decil</i>	<i>1º decil</i>	<i>9º decil</i>	<i>1º decil</i>	<i>9º decil</i>	<i>1º decil</i>	<i>9º decil</i>			
1970	Domicílio	urbano	homens	16,40	28,69	16,16	28,49	21,73	29,39	22,14	29,42				
			mulheres	16,13	28,49	15,47	27,25	19,69	29,12	19,65	29,12			20,23	29,20
		rural	homens	15,38	28,07	15,45	28,07	21,08	29,33	21,37	29,35				
			mulheres	15,25	27,99	15,00	25,15	18,53	29,01	18,50	29,01				
	Camada de renda	alta	homens	19,12	28,93	18,18	28,66	21,96	29,33	22,60	29,40				
			mulheres	17,33	28,54	16,73	27,95	20,22	29,06	20,17	29,06			21,25	29,27
		baixa	homens	15,05	28,77	15,12	28,80	22,01	29,52	22,29	29,53				
			mulheres	15,19	28,73	15,00	25,96	20,03	29,30	19,99	29,30				
	Todos	homens	16,06	28,57	15,97	28,41	21,56	29,37	21,97	29,41					
		mulheres	15,87	28,41	15,37	27,13	19,41	29,10	19,37	29,10			19,98	29,18	
2000	Domicílio	urbano	homens	18,06	28,76	16,62	28,47	21,17	29,29	20,81	29,25				
			mulheres	17,99	28,73	16,62	28,38	19,44	29,11	18,90	29,03			18,99	29,07
		rural	homens	17,32	28,69	16,32	28,49	20,88	29,25	20,54	29,20				
			mulheres	17,24	28,65	16,31	28,42	18,72	29,00	18,28	28,91				
	Camada de renda	alta	homens	19,20	29,02	17,72	28,73	22,45	29,43	22,49	29,43				
			mulheres	19,43	29,02	18,04	28,73	21,27	29,30	20,99	29,27			21,05	29,39
		baixa	homens	17,08	28,74	15,95	28,51	20,60	29,24	20,18	29,19				
			mulheres	17,19	28,73	15,82	28,38	18,92	29,07	18,29	28,97				
	Cor	branca	homens	18,09	28,77	16,65	28,48	21,24	29,30	20,93	29,27				
			mulheres	18,02	28,74	16,69	28,39	19,46	29,12	18,96	29,04			19,06	29,09
		negra	homens	17,83	28,70	16,48	28,44	21,00	29,25	20,57	29,20				
			mulheres	17,71	28,67	16,39	28,35	19,22	29,07	18,60	28,98				
	Todos	homens	18,01	28,75	16,60	28,47	21,14	29,29	20,79	29,25					
		mulheres	17,93	28,72	16,60	28,38	19,38	29,10	18,85	29,03			18,97	29,06	

Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 1970 e 2000. Tabulações da autora.

Duração das transições segundo variáveis sócio-demográficas selecionadas, São Paulo, 1970 e 2000

		<i>Duração (9º decil - 1º decil)</i>		<i>Saída da escola</i>	<i>Trabalho</i>	<i>Autonomia residencial</i>	<i>União</i>	<i>Maternidade</i>
1970	Situação de domicílio	urbano	homens	12,28	12,33	7,66	7,28	
			mulheres	12,36	11,78	9,43	9,47	8,98
		rural	homens	12,69	12,61	8,24	7,99	
			mulheres	12,74	10,15	10,49	10,50	9,82
	Camada de renda	alta	homens	9,81	10,48	7,38	6,81	
			mulheres	11,21	11,22	8,84	8,90	8,02
		baixa	homens	13,72	13,68	7,51	7,24	
			mulheres	13,54	10,96	9,27	9,31	9,07
	Todos	homens	12,51	12,44	7,82	7,43		
		mulheres	12,54	11,76	9,69	9,73	9,20	
2000	Situação de domicílio	urbano	homens	10,69	11,85	8,12	8,44	
			mulheres	10,74	11,76	9,67	10,13	10,07
		rural	homens	11,37	12,17	8,37	8,65	
			mulheres	11,41	12,11	10,28	10,63	10,26
	Camada de renda	alta	homens	9,83	11,00	6,98	6,95	
			mulheres	9,59	10,69	8,02	8,28	8,34
		baixa	homens	11,66	12,56	8,64	9,01	
			mulheres	11,54	12,56	10,15	10,69	10,62
	Cor	branca	homens	10,68	11,83	8,07	8,34	
			mulheres	10,72	11,70	9,66	10,08	10,03
		negra	homens	10,87	11,96	8,25	8,63	
			mulheres	10,95	11,97	9,85	10,37	10,23
	Todos	homens	10,74	11,87	8,14	8,46		
		mulheres	10,79	11,78	9,72	10,18	10,09	

Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 1970 e 2000. Tabulações da autora.